

Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI

José Soares da Silva Neves

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia
Na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação

Orientadora:

Professora Doutora Maria de Lourdes Lima dos Santos, Investigadora Coordenadora Jubilada
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Outubro de 2011

Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI

José Soares da Silva Neves

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação

Júri

Doutor Augusto Ernesto Santos Silva

Professor Catedrático, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Professor Catedrático, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa

Professor Auxiliar com Agregação, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Patrícia Durães Ávila

Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria de Lourdes Lima dos Santos

Investigadora Coordenadora Jubilada, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Outubro de 2011

Agradecimentos

A realização desta pesquisa não teria sido possível sem o acesso à base de dados do inquérito A Leitura em Portugal pelo que um agradecimento é devido, desde logo, ao Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e ao seu director de então, Dr. João Trocado da Mata, pela autorização concedida para o efeito.

Muitos colegas e amigos, com diferentes inserções profissionais e pertenças institucionais, mas sempre preocupados com as questões da Cultura, contribuíram para que os conteúdos da tese que agora se apresenta sejam estes e não outros. Os meus actuais colegas do Observatório das Actividades Culturais (OAC), e vários dos que nele colaboraram ao longo da sua existência, deram contributos vários que muito agradeço. Mas devo destacar de modo muito especial aqueles com quem mais de perto tenho trabalhado ao longo de mais de uma década, o Dr. Jorge Alves dos Santos e a Dra. Maria João Lima, pela forma empenhada e estimulante com aceitam, e propõe, desafios intelectuais inerentes aos trabalhos de pesquisa que vimos realizando e pelos contributos que, de um modo ou outro, foram preciosos para a elaboração da tese. É uma equipa fantástica cuja colaboração iremos, com certeza, manter por muitos e bons anos apesar dos tempos de incerteza que vivemos.

Também a minha actividade docente deve ser aqui referida, pelos estímulos de alunos e de colegas, em particular no ISCTE-IUL (o meu obrigado à Dra. Idalina Conde pelo convite e ao Professor Doutor Paquete de Oliveira, então coordenador do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação e, mais tarde, aos Professores Doutor Jorge Freitas Branco e Doutora Luisa Tiago Oliveira, coordenadores do Mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos pela confiança em mim depositada), mas também no curso de Gestão Cultural (pós-graduação e mestrado) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (o meu obrigado ao Professor Doutor Victor Flores pela confiança e pela amizade).

Embora a colaboração com a equipa que trata das estatísticas culturais no INE, localizada no Departamento de Estatísticas Sociais, seja uma realidade desde o início dos trabalhos do OAC, em 1996, justo é destacar nessa equipa a Dra. Maria Teresa Sousa, “minha” interlocutora privilegiada, cuja dedicação à causa das estatísticas da Cultura pude apreciar inúmeras vezes, nesse Departamento e no Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística, a que tive a honra e o gosto de presidir no período que vai

de 2006 a 2010. O meu obrigado pelos esclarecimentos prestados, pela permanente troca de ideias e pela frutuosa colaboração.

Porque nem só de trabalho se faz uma tese, embora muitas vezes pareça, agradecimentos vários são devidos à minha família, pela compreensão face às muitas ausências e manifestações de menor disponibilidade, pelo incentivo e pelos preciosos apoios, em momentos-chave, no *babysitting* às crianças, e em particular aos meus sogros, Maria e António Luís.

Devo um agradecimento muito especial ao Professor Doutor António Firmino da Costa, uma das grandes referências científicas com quem partilhei, com enorme gosto, parte significativa do meu percurso de investigador, não só por isso, mas também pelo modo como soube manter vivo o objectivo do doutoramento, pelo incentivo permanente, sem desfalecimentos, e pela amizade.

E outro à Professora Doutora Maria de Lourdes Lima dos Santos, primeiro como Presidente do OAC (se as circunstâncias ajudam a explicar muita coisa, não é menos verdade que afinal há mesmo pessoas insubstituíveis), depois como orientadora, pelos desafios de pesquisa que foi lançando, pela disponibilidade e pelo constante estímulo intelectual, para além das críticas e sugestões sobre as várias versões a que, espero, eu tenha dado o sentido correcto no momento da sua concretização. E finalmente pela amizade.

Ao longo da elaboração da tese o meu núcleo familiar alargou-se substancialmente uma vez que passou de dois para quatro elementos. Por tudo o que isso implicou nas nossas vidas, e por tudo o mais, aqui sobretudo com referência ao plano familiar mas sem (ser possível) esquecer o profissional, o meu agradecimento mais profundo vai para a Maria João.

Dedico esta pesquisa aos meus pais, que muito gostariam de saber que, afinal, sempre consegui(mos), e aos meus filhos, Inês e Manuel. Não direi nada de novo se disser que, sem eles, o tempo seria certamente mais elástico (e as noites certamente mais calmas), mas a verdade é que a vida não seria a mesma, seria seguramente pior.

Resumo

A presente tese caracteriza a população portuguesa no início do século XXI quanto às práticas de leitura e traça os perfis sociais dos vários tipos de leitores. Fundada na sociologia da leitura e na perspectiva teórica de Wendy Griswold, na qual os conceitos de cultura de leitura e classe de leitores são fulcrais, analisa-se ao longo da pesquisa as práticas de leitura e, em particular, a leitura como prática cultural, em suportes impressos, livros, jornais e revistas. Tendo em conta a generalização das novas tecnologias de informação nas sociedades contemporâneas procura-se identificar as suas implicações nas práticas de leitura. Para além das práticas declaradas caracteriza-se a cultura de leitura portuguesa de acordo com os processos de socialização e as representações da leitura.

A partir dos comportamentos face à leitura, dos tipos de leitores e dos perfis sociais procura-se chegar a uma definição, ancorada na categoria socioprofissional e operacionalizada segundo a tipologia ACM, da classe de leitores portuguesa, de acordo com a hipótese de que esta se aproxima da categoria profissionais técnicos de enquadramento, ou, dito de outra forma, das novas classes médias.

A estratégia metodológica seguida é quantitativa extensiva e inclui uma perspectiva diacrónica nacional e uma outra comparativa internacional. O núcleo central da análise é o inquérito A Leitura em Portugal realizado em 2006/2007 no Observatório das Actividades Culturais, no âmbito do Plano Nacional de Leitura, com base numa amostra representativa da população com 15 e mais anos residente no continente.

Palavras-chave: Práticas culturais; Práticas de leitura; Portugal; Inquérito extensivo à população; Cultura de leitura: Classe de leitores; Categoria socioprofissional; Tipologia ACM; Inquérito à ocupação do tempo.

Abstract

This thesis characterizes the reading practices of the Portuguese population in the beginning of the XXI century and outlines the social profiles of reader types. Focusing on sociology of reading and adopting the theoretical perspective of Wendy Griswold - in which the concepts of *reading culture* and *reading class* are central - we analyze reading practices (and reading as cultural practice) regarding printed books, newspapers and magazines. Considering the spread of new information technologies in contemporary society we attempt to identify its implications for reading practices. Apart from the declared practices, we characterize the Portuguese reading culture according to the socialization processes and reading representations.

Starting from reading behaviors, reader types and their social profiles we seek to arrive at a definition of Portuguese reader class. This definition is rooted in the socio-professional category operated according to the typology ACM and is founded in the hypothesis that reading class is approaching the category of professional technical framework, or, put another way, the new middle classes.

The methodological strategy is quantitative extensive and includes two perspectives: the national diachronic and the international comparative. The main core of the analysis is the survey *Reading in Portugal (A Leitura em Portugal)* commissioned by PNL - National Reading Plan and conducted in 2006/2007 by the Observatory of Cultural Activities based on a representative sample of mainland Portuguese population aged 15 and over.

Key words: Reading culture; Reading class; Portugal; Cultural practices; Reading practices; Quantitative survey; Social class; ACM typology; Budget-time survey.

Índice

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1	
A SOCIOLOGIA DA LEITURA: PRÁTICAS DE LEITURA	25
A dicotomia leitores/não-leitores: críticas e alternativas	29
A leitura entre competências e práticas.....	32
A leitura nas classificações de práticas culturais	34
Entre a generalização da leitura e a restrição dos grandes leitores: cultura de leitura e classe de leitores	36
Diferentes perspectivas sobre o futuro da leitura de livros por prazer.....	43
Capítulo 2	
EVOLUÇÕES RECENTES DAS PRÁTICAS DE LEITURA	45
Declínio da leitura, diminuição dos grandes leitores	45
Leitura de livros, leitura como prática cultural, escolar e profissional	52
Perfis de leitores: uma perspectiva comparada internacional	53
Principais variáveis na análise das práticas de leitura.....	55
Práticas de leitura e escolaridade	55
Práticas de leitura e sexo	56
Práticas de leitura e idade.....	58
Práticas de leitura e categorias profissionais.....	60
Capítulo 3	
O INQUÉRITO QUANTITATIVO EXTENSIVO NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA DA POPULAÇÃO	65
Uma breve abordagem histórica dos inquéritos sociológicos sobre leitura	67
Metodologias quantitativas versus qualitativas.....	69
Entre práticas e representações: o que medem os inquéritos por questionário?	70
Universos na análise das práticas de leitura: uma perspectiva comparativa internacional ..	72
Leitura: diversidade de acepções.....	73
Leitor: diversidade de critérios.....	74
O inquérito A Leitura em Portugal.....	75
O universo e a amostra	76
Dimensões analíticas	76
Variáveis de base, derivadas, tipologias e análise multivariada	77
A categoria socioprofissional: a tipologia ACM.....	79
Profissão e situação na profissão.....	81
Categoria socioprofissional	82
Capítulo 4	
O CONTEXTO PORTUGUÊS E AS PRÁTICAS DE LEITURA: ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA, POLÍTICAS CULTURAIS E OFERTA DE SUPORTES DE LEITURA.....	87
Evolução da estrutura sociodemográfica.....	87

Analfabetismo, escolarização e estrutura socioprofissional: evoluções positivas e persistência de disparidades face à Europa	88
Políticas culturais públicas e práticas de leitura: orientações e instrumentos	91
Políticas para o livro e a leitura: uma perspectiva internacional.....	92
Portugal: objectivos programáticos e medidas das políticas públicas do livro e da leitura.....	93
Portugal: a orgânica da tutela da cultura para a leitura	95
Portugal: apoio à edição de livros, leitura pública e promoção da leitura	96
A oferta: suportes de leitura e locais de aquisição	103
A edição de livros.....	104
Livrarias e outros locais de aquisição de livros.....	105
A evolução da oferta de jornais e de revistas	106
Bibliotecas e bibliotecas públicas: equipamentos, utilizadores e utilizações.....	110
Capítulo 5	
INQUÉRITOS QUANTITATIVOS: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DAS PRÁTICAS DE LEITURA EM PORTUGAL	115
As práticas de leitura nos inquéritos quantitativos extensivos.....	115
Estudos específicos sobre práticas de leitura	116
Promovidos pelas associações profissionais do sector do livro	116
Promovidos pela tutela do sector do livro e da leitura	119
Estudos específicos sobre leitura direccionados para determinados segmentos da população	121
Estudos sobre outras temáticas mas que incluem a leitura de livros como prática cultural.....	122
Estudos internacionais que incluem Portugal.....	123
Outros inquéritos, regionais ou locais	124
Capítulo 6	
PRÁTICAS DE LEITURA: CONTRIBUTOS PARA SITUAR PORTUGAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	125
Práticas de leitura nos inquéritos à ocupação do tempo.....	125
Perspectiva histórica e metodologia dos inquéritos à ocupação do tempo	126
Cultura de leitura e classe de leitores: uma aproximação com inquéritos à ocupação do tempo.....	128
Estudos na Europa: uma perspectiva comparada dos resultados sobre leitura de livros	129
Portugal: ocupação do tempo e leitura	130
Portugal: ocupação do tempo e leitura de livros na população com 6 a 14 anos	135
Portugal no contexto da UE: leitura de livros e visita a bibliotecas públicas	138
Leitura de livros por motivo (2001)	139
Leitura de livros (2007).....	141
Visita a bibliotecas públicas (2007)	144
Literacia, leitura como competência e práticas de leitura	146
Perfil de literacia da população portuguesa.....	147
Estudos de literacia e práticas de leitura em Portugal.....	148
Capítulo 7	
LEITURAS, LEITORES, SUPORTES E REPRESENTAÇÕES: TIPOS E PERFIS.....	151
Leitores e suportes: evolução, tipos e significado no contexto internacional	152
Tipos de leitura e de leitores de livros.....	154

Suportes e perfis de leitores	157
Perfis sociais predominantes dos leitores	160
Tipos de leitores de livros e perfis sociais predominantes	161
Leitores de livros e tipos de leitura numa perspectiva diacrónica.....	164
Leitura e leitores entre a população activa: Profissão e Categoria socioprofissional	166
Representações sobre a leitura	170
Posições sobre a evolução da leitura na sociedade portuguesa	171
Autoavaliação das práticas de leitura	176
Capítulo 8	
PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO PARA A LEITURA E ATITUDES, OPINIÕES E PRÁTICAS DOS PAIS QUANTO ÀS LEITURAS DOS FILHOS.....	179
Contactos com os livros e a leitura na infância	181
Idade de aprendizagem da leitura e práticas de leitura dos adultos	183
Incentivo à leitura na infância e práticas de leitura dos adultos	186
Modalidades de socialização para a leitura, tipos de incentivo e práticas de leitura dos adultos	187
Modos de incentivo à leitura	189
Livros existentes em casa e incentivos à leitura.....	191
Leitura na infância: razões para gostar e para não gostar	192
Livro fundador do gosto pela leitura: diferentes gerações, diferentes obras.....	194
Evolução do gosto pela leitura entre a infância e a actualidade: leitores persistentes, resgatados, desistentes e por recuperar	197
Os pais e as leituras dos filhos: atitudes, opiniões e práticas	202
A subamostra dos pais de filhos menores: características.....	202
Estímulos familiares às práticas de leitura na infância	204
Incentivo à realização de outras actividades culturais e educativas dos filhos	206
Orientação das leituras dos filhos.....	207
A escola e a promoção da leitura junto dos filhos.....	208
Percepção dos pais quanto à frequência de bibliotecas por parte dos filhos e aos estímulos destas à leitura	209
Avaliação sobre os estímulos para a leitura dos filhos por parte das bibliotecas.....	211
Entre os incentivos recebidos em criança e as práticas relativamente aos filhos: reprodução, iniciação, inexistência e não reprodução	213
Capítulo 9	
LEITURA DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	217
Leitura de livros	217
Géneros de livros: uma nota metodológica	217
Especificidade e cumulatividade dos géneros lidos	223
Leitura de livros e nacionalidade dos autores	226
Leitura de livros: escolar, profissional e de lazer.....	226
Leitura de livros por prazer e por motivos profissionais: uma perspectiva da classe de leitores	228
Leitura de livros como prática cultural: quando leu o último e como os escolhe	230
A leitura de jornais	233
Leituras e leitores de jornais por tipo	233
Leitura de jornais por secções	236
A leitura de revistas.....	236
Locais de leitura de livros, jornais e revistas	239

Capítulo 10

MEIOS DE ACESSO AOS LIVROS E FREQUÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	241
Livros: aquisição e locais	241
Locais e frequência de compra de livros	244
Compra de livros para oferecer	246
Compra de livros pela internet	247
Bibliotecas domésticas	248
Livros em casa: lazer, estudo e profissionais, género e número	250
Outros meios de acesso a livros para além da compra e da existência em casa	253
A relação com as bibliotecas	255
Frequência de bibliotecas e motivos de não frequência	255
Importância atribuída pela população portuguesa às bibliotecas públicas municipais	257
Relação com as bibliotecas municipais: frequentadores, não frequentadores e secções procuradas	258
Frequência de bibliotecas municipais, posse e compra de livros	263

Capítulo 11

A LEITURA NO CONJUNTO DAS PRÁTICAS CULTURAIS E DE LAZER	265
Práticas culturais domésticas	266
Práticas de sociabilidade	269
Práticas culturais de saída	269
Tipos de associação entre práticas culturais	270
Práticas culturais expressivas	271
A escrita: necessidades e frequência de realização	273
Preferências televisivas: programas, tipos e perfis	274
Ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet: relações, tipos e perfis	278
Novas tecnologias e práticas de leitura	281
A sociedade portuguesa e as TIC: situações de utilização, locais de acesso e usos da internet	282
A leitura de livros e o uso da internet: uma relação cumulativa	288
CONCLUSÃO	293
FONTES	299
Internet	299
Legislação	299
BIBLIOGRAFIA CITADA	301
ANEXOS	315
A: Cronologia de estudos quantitativos de âmbito nacional, específicos e outros, com relevância para a sociologia da leitura (1983-2011)	317
B: Questionário do inquérito A Leitura em Portugal	323

Índice de Quadros e Figuras

Quadros

3.1 Dimensões analíticas e indicadores	77
3.2 Amostra do inquérito LP por Profissão	81
3.3 Amostra do inquérito LP por Situação na profissão.....	82
3.4 Amostra do inquérito LP e População por Categoria socioprofissional.....	82
3.5 Categoria socioprofissional por Sexo.....	83
3.6 Categoria socioprofissional por Grau de escolaridade e por Sexo	84
3.7 Categoria socioprofissional por Idade.....	85
4.1 População analfabeta por País e por Ano (1875, 1900 e 1925).....	88
4.2 População alfabetizada por Ano e por Sexo (1900-2001)	89
4.3 Projectos e Entidades apoiados pela tutela da Cultura por Programa e por Ano (2003-2006).....	97
4.4 Jornais: indicadores por Ano (2000, 2005-2009)	107
4.5 Revistas: indicadores por Ano (2000, 2005-2009).....	108
4.6 Bibliotecas da RNBP - Cartão de leitor por Ano (1999-2009).....	112
4.7 Bibliotecas da RNBP - Empréstimo domiciliário por Ano (1999-2009)	112
6.1 Duração média da leitura na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999).....	135
6.2 Duração média num dia médio da leitura de livros na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999)	136
6.3 Leitura na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999)	136
6.4 Leitura de livros na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999).....	136
6.5 Duração média da leitura por Suporte, por Idade e por Sexo (Portugal, 1999).....	137
6.6 Leitura por Suporte, por Idade e por Sexo (Portugal, 1999)	138
6.7 Livros lidos por Motivo (Portugal e UE-14, 2001)	139
6.8 Livros lidos por Motivo (Portugal 2001 e PC-13, 2003).....	140
6.9 Número de livros lidos por Motivo (Portugal e UE-14, 2001).....	141
7.1 Leitores por Suporte e por Ano (1995 e 2007).....	152
7.2 Leitores por Tipologia de leitura e por Ano (1995 e 2007).....	154
7.3 Leitores de livros por Tipo e Não-leitores de livros por Ano (1995 e 2007)	155
7.4 Leitores de livros por Tipo e por Ano (1995 e 2007).....	156
7.5 Leitores por Suporte, Sexo, Idade, Grau de escolaridade, Condição perante o trabalho e Categoria socioprofissional	156

7.6 Tipologia de leitura por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Situação perante o trabalho e Categoria socioprofissional	160
7.7 Tipologia de leitores de livros por Grau de escolaridade, Idade, Situação perante o trabalho e Categoria socioprofissional	162
7.8 Tipos de leitores por Idade (1988, 1995 e 2007).....	166
7.9 Leitura de livros por Profissão	166
7.10 Tipologia de leitura por Profissão	167
7.11 Tipologia de leitura por Categoria socioprofissional	168
7.12 Leitura de livros por Categoria socioprofissional	169
7.13 Tipologia de leitores de livros por Categoria socioprofissional	170
7.14 Opinião sobre se hoje se lê mais, menos ou o mesmo por Idade, Grau de escolaridade, Condição perante o trabalho e Tipologia de leitura.....	172
7.15 Razões apontadas para se ler mais (<i>análise em componentes principais</i>).....	175
7.16 Razões apontadas para ler menos (<i>análise em componentes principais</i>).....	176
7.17 Circunstâncias associadas aos períodos da vida em que leu mais e aos em que leu menos	177
8.1 Frequência do contacto com a leitura na infância através de familiares e de outras crianças	182
8.2 Contacto com a leitura na infância através dos pais ou familiares (Davam-lhe livros ilustrados) por Tipologia de leitura	182
8.3 Contacto com a leitura na infância através dos pais e familiares (Via-os a ler) por Tipologia de leitores de livros	183
8.4 Idade de aprendizagem da leitura por Idade, Grau de escolaridade e Tipologia de leitura	185
8.5 Idade de aprendizagem da leitura por Tipologia de leitura de livros	186
8.6 Incentivo à leitura quando criança por Tipologia de leitura e por Tipologia de leitores de livros	186
8.7 Grau de escolaridade da Mãe e do Pai dos que foram incentivados à leitura quando criança	187
8.8 Tipologia de incentivo à leitura em criança por Tipologia de leitura e por Tipologia de leitores de livros.....	189
8.9 Modos de incentivo à leitura em criança.....	190
8.10 Modos de incentivo à leitura em criança por Familiares ou Professores	190
8.11 Quantidade de livros existentes em casa	191
8.12 Tipologia de incentivos à leitura por Quantidade de livros existentes em casa	192
8.13 Existência de livro fundador do gosto pela leitura por Sexo, Tipologia de leitura e Tipologia de leitura de livros	195
8.14 Títulos (livro fundador do gosto pela leitura) mais referidos por Idade dos inquiridos	197
8.15 Razões para continuar a gostar de ler	198
8.16 Razões para ter deixado de gostar de ler	199
8.17 Razões para continuar a não gostar de ler	199

8.18 Razões para ter passado a gostar de ler	200
8.19 Perfis de Tipos da evolução do gosto pela leitura	201
8.20 Subamostra e Amostra por Sexo, Idade, Estado civil, Grau de escolaridade, Condição perante o trabalho e Categoria socioprofissional	202
8.21 Iniciativas de estímulo a práticas de leitura dos filhos (<i>análise em componentes principais</i>)	205
8.22 Incentivo dos pais à prática de outras actividades por parte dos filhos (<i>análise em componentes principais</i>)	207
8.23 Opiniões sobre acções a promover pela escola no sentido de estimular a leitura dos filhos	209
8.24 Frequência dos filhos por Tipo de biblioteca	210
8.25 Razões de não frequência de Bibliotecas escolares e de Bibliotecas municipais por parte dos filhos.....	211
8.26 Importância atribuída a Estímulos à leitura dos filhos por parte das bibliotecas	212
8.27 Formas de incentivo à leitura por parte das bibliotecas (<i>análise em componentes principais</i>).....	213
8.28 Tipos de relação entre incentivos recebidos em criança e incentivos aos filhos por Sexo, Idade, Grau de escolaridade, Categoria socioprofissional e Tipologia de leitura	214
9.1 Leitura por Género de livro, por Idade e por Sexo	220
9.2 Género de livro por Grupo de médias de idades	221
9.3 Género de livro por Sexo	222
9.4 Género de livro por Categoria socioprofissional	223
9.5 Género de livro por Tipo de leitor de livros	223
9.6 Perfis de Tipos de leitores de livros de acordo com os géneros lidos mais frequentemente	225
9.7 Leitura de livros por Autores e língua.....	226
9.8 Número de livros lidos por razões de leitura.....	227
9.9 Número de livros lidos (estudantes) por razões educativas	228
9.10 Leitura de livros por Outras razões sem ser escola/trabalho e por Razões profissionais	229
9.11 Razões de leitura por Categoria socioprofissional	229
9.12 Leitura do último livro (sem ser escolar ou profissional) por Tipologia de leitores de livros.....	231
9.13 Perfis de Tipos de leitores de jornais.....	235
9.14 Perfis de Tipos de leitores de revistas	238
9.15 Locais de leitura por Suporte	240
10.1 Número de livros comprados (excluindo escolares ou profissionais)	242
10.2 Compradores de livros por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional, Capital escolar familiar, Tipologia de leitura e Tipologia de leitores de livros.....	243
10.3 Frequência de compra de livros (excluindo escolares ou profissionais) por local	244

10.4 Locais de compra de livros (excluindo escolares ou profissionais) (<i>análise em componentes principais</i>)	245
10.5 Frequência de compra de livros para oferecer por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Categoria socioprofissional e Capital escolar familiar	247
10.6 Existência de livros em casa por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho e Categoria socioprofissional	249
10.7 Tipo de livros que tem em casa por Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional e Capital escolar familiar	251
10.8 Géneros de livros que tem em casa e que possui em maior quantidade	252
10.9 Frequência com que costuma utilizar meios de acesso a livros, partes de livros ou artigos	254
10.10 Motivos para não frequentar bibliotecas	257
10.11 Frequentadores de bibliotecas municipais por Grau de escolaridade, Idade e Condição perante o trabalho	259
10.12 Ida a bibliotecas por Condição perante o trabalho	260
10.13 Frequência de bibliotecas municipais por Categoria socioprofissional	261
10.14 Frequência de bibliotecas municipais por Tipologia de leitura	262
11.1 Frequência de realização de Práticas culturais domésticas	266
11.2 Frequência de realização de Práticas culturais de sociabilidade	269
11.3 Frequência de realização de Práticas culturais de saída	270
11.4 Tipos de práticas culturais (<i>análise em componentes principais</i>)	271
11.5 Práticas culturais expressivas	272
11.6 Tipos de práticas culturais expressivas (<i>análise em componentes principais</i>).....	272
11.7 Frequência de realização de Necessidades de escrita	273
11.8 Programas de televisão que vê	275
11.9 Tipologia de programas de televisão que vê com mais frequência	276
11.10 Perfis de Tipos de programas de televisão que vê com mais frequência	277
11.11 Tempo gasto ao longo de um dia normal (excluindo férias) a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet	278
11.12 Tempo gasto ao longo de um dia normal a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet (<i>análise em componentes principais</i>).....	279
11.13 Tipologia de tempo gasto ao longo de um dia normal a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet (<i>média</i>)	279
11.14 Perfis de Tipos de tempo gasto ao longo de um dia normal a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet	280
11.15 Tipologia de práticas diárias por Tipologia de leitura	281
11.16 Tipologia de práticas diárias por Tipologia de leitores de livros	281

11.17 Situações de utilização da internet por Grau de escolaridade, Idade e Condição perante o trabalho	283
11.18 Frequência de utilização da internet por Local de acesso	285
11.19 Tipos de usos da internet (<i>análise em componentes principais</i>)	286
11.20 Leitura e assinatura de jornais e de revistas em Suporte papel e Online	287
11.21 Frequência de Uso da internet e de Leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais)	289
11.22 Tipologia de uso da internet e de leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais) por Sexo, Idade, Grau de Escolaridade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional e Tipologia de leitores de livros	290

Figuras

6.1 Duração média da leitura por Suporte e por Idade (Portugal, 1999)	133
6.2 Duração média da leitura por Suporte e por Tipologia de família (Portugal, 1999)	134
6.3 Duração média da leitura por Suporte e por Rendimento líquido mensal da família (Portugal, 1999)	135
6.4 Leitura de livros por País (UE-27, 2007)	142
6.5 Número de vezes que leu livros nos últimos 12 meses (Portugal e UE-27, 2007)	142
6.6 Pessoas que leram pelo menos um livro nos últimos 12 meses por Nível educacional e por País (2007)	144
6.7 Visita a bibliotecas públicas por País (UE-27, 2007)	145
6.8 Número de visitas a bibliotecas públicas (Portugal e UE-27, 2007)	145
7.1 Leitores por Suporte e por Idade	159
7.2 Leitores por Suporte e por Grau de escolaridade	159
7.3 Leitores de livros por Categoria socioprofissional e por Idade	163
7.4 Leitores de livros por Grau de escolaridade e por Idade	164
7.5 Leitores de livros por Idade (1988, 1995 e 2007)	165
7.6 Leitores de livros por Categoria socioprofissional	168
7.7 Razão porque se lê mais	174
7.8 Razão porque se lê menos	175
8.1 Razões associadas ao gosto pela leitura	192
8.2 Razões associadas a não gostar de ler	193
8.3 Razões associadas a não gostar de ler por Idade	194

8.4 Iniciativas dos pais para estimular a leitura dos filhos quando crianças	205
8.5 Incentivo dos pais à prática de outras actividades por parte dos filhos	206
8.6 Motivos para a orientação das leituras dos filhos.....	208
9.1 Factores mais importantes na escolha dos livros que lê	231
9.2 Tipos de jornais lidos habitualmente	233
9.3 Secções de jornais lidas habitualmente	236
9.4 Tipos de revistas lidos habitualmente	237
10.1 Procura de secções das bibliotecas municipais	263
11.1 Usos da internet	285

Glossário de siglas

ACP	Análise em Componentes Principais
AES/IEFA	Adult Education Survey
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
CBS	Central Bureau of Statistics (Holanda)
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CERLALC	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe
CIES/ISCTE	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE
CNP	Classificação Nacional das Profissões
DGEP	Direcção-Geral de Educação de Adultos
DGLB	Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas
EDL	Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais
EE	Empregados Executantes
EFTA	European Free Trade Association
ENL	Estudo Nacional de Literacia
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
GC	Governo Constitucional
GOP	Grandes Opções do Plano
HETUS	Harmonized European Time Use Study
IALS	International Adult Literacy Survey
IATUR	International Association for Time Use Research
IEFA/AES	Inquérito à Educação e Formação de Adultos
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques (França)
IOT	Inquérito à Ocupação do Tempo
IPL	Instituto Português do Livro
IPLB	Instituto Português do Livro e das Bibliotecas
IPLL	Instituto Português do Livro e da Leitura
ISBN	International Standard Book Number
ISCED	International Standard Classification of Education
ISCO	International Standard Classification of Occupations
ISPI	Indicador Socioprofissional Individual
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LP	Inquérito A Leitura em Portugal

NEA	National Endowment for the Arts (EUA)
O	Operários
OAC	Observatório das Actividades Culturais
OCDE/OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAPL	Programa de Apoio à Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais
PNL	Plano Nacional de Leitura
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PTE	Profissionais Técnicos de Enquadramento
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
ROE	Relatório do Orçamento de Estado
SCP	Dutch Social and Cultural Planning Office (Holanda)
SPPA	Survey of Public Participation in the Arts (EUA)
TI	Trabalhadores Independentes
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UEP	União de Editores Portugueses
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

A leitura, tal como a escrita, é uma actividade da vida quotidiana da generalidade dos indivíduos das sociedades contemporâneas ocidentais. Pode ser abordada segundo múltiplos pontos de vista. O que aqui se adopta ancora-se na sociologia da cultura e, mais concretamente, na problemática da sociologia da leitura que tem por objecto central de estudo as práticas e os hábitos de leitura da população, neste caso a portuguesa. Do ponto de vista conceptual, isso significa que, entre as práticas de leitura, é tomada como nuclear a cultural, a leitura de textos impressos, em particular de livros, mas também de jornais e de revistas, que as pessoas fazem por prazer, por procura de informação, interesse intelectual, como actividade de lazer, nos tempos livres, sem ser escolar ou profissional embora sem esquecer estas últimas. O objecto de estudo da presente tese é, então, as práticas de leitura da população portuguesa no início do século XXI.

Entre as abordagens sociológicas da leitura toma-se como principal referência a que Wendy Griswold vem elaborando e aplicando a múltiplas realidades nacionais. Esta perspectiva teórica, sustentada nos conceitos-chave *cultura de leitura* e *classe de leitores*, dá corpo a um modelo de análise multidimensional da realidade portuguesa a testar, no plano empírico, por uma abordagem quantitativa extensiva.

A sua aplicação à realidade portuguesa motiva um conjunto de problemas. Desde logo, poder-se-á falar de uma cultura de leitura em Portugal? Se sim, que matizes se identificam, qual o peso quantitativo? Como situá-la face a outras culturas de leitura, em que aspectos se aproxima, quais aqueles em que se distancia? Do mesmo modo, quanto à classe de leitores, colocar-se-ão questões como: Poder-se-á falar da existência de uma classe de leitores em Portugal? Quais as suas práticas de leitura, qual o seu perfil social, qual o seu peso em termos quantitativos? Acompanhará resultados registados noutros países? A resposta a estas questões remete para um conjunto articulado de dimensões, umas mais direccionadas para enquadrar e testar a noção de cultura de leitura, outras para a noção de classe de leitores.

Antes, haverá que descrever a sociedade portuguesa de acordo com algumas das dimensões mais relevantes para contextualizar a problemática em causa. Quais as características da população do ponto de vista das variáveis que intervêm na explicação das práticas de leitura, em particular, a escolaridade, o sexo, a idade, a actividade socioprofissional? Para além do

principal aparato de suporte da leitura, o sistema de ensino e, mais genericamente, as políticas educativas, que outros dispositivos existem de promoção da leitura entre os adultos, que actuem não apenas na formação de novos leitores mas também na manutenção daqueles que já o serão (no sentido em que tiveram já a formação subjacente à sua prática), no fundo quais as políticas culturais para a leitura? Qual o prestígio social associado à leitura? Qual a oferta de suportes impressos, de livros, jornais e revistas? E qual a penetração das novas tecnologias na sociedade portuguesa, da internet em particular? De modo a traçar o quadro geral de evolução das práticas de leitura a resposta a estas questões sugere o recurso a diversas fontes secundárias, parte substancial delas de carácter quantitativo.

O dispositivo analítico a adoptar deverá permitir testar a hipótese geral segundo a qual a leitura em Portugal, no início do século XXI, abrange virtualmente toda a população (alfabetizada) mas a classe de leitores representa uma pequena parte da população. Mais especificamente, quanto à cultura de leitura, importa apurar os níveis de leitura, o seu volume e intensidade nos vários suportes, no início do século XXI, mas também numa perspectiva diacrónica, e identificar quais os tipos de relação com a leitura nos vários suportes, no conjunto das práticas culturais e na internet. Relativamente à classe de leitores, remete para problemas de classes sociais, talvez ainda não suficientemente tratados na análise das práticas de leitura da população adulta. O desenvolvimento que esta linha de reflexão teórica e a sua aplicação à pesquisa empírica logrou alcançar, incluindo na sociologia da cultura em Portugal, designadamente a realizada no Observatório das Actividades Culturais, constitui motivo de interesse acrescido. Haverá, portanto, que identificar práticas de leitura e características socioprofissionais. Neste aspecto, tendo em conta outros estudos realizados em Portugal, pode talvez coloca-se a hipótese de que a classe de leitores se aproxima, em ambas as vertentes, da categoria Profissionais técnicos de enquadramento (PTE) segundo a tipologia ACM, ou, dito de outra forma, do que se vem designado como as *novas classes médias*.

Podem enunciar-se assim quatro objectivos principais. Desde logo, identificar o lugar das práticas de leitura em Portugal e no contexto internacional. Um outro será enquadrar a evolução verificada desde 1995. Depois, pretende-se caracterizar as práticas de leitura da população portuguesa no início do século XXI através das respostas a questões tais como quais os perfis sociais predominantes dos leitores, ou seja, *quem lê*, e ainda o *que lê, onde e como*. E o último objectivo, que aliás perpassa todos os outros, é determinar as características da cultura de leitura portuguesa e identificar quais as práticas e quais os perfis da classe de leitores.

A estratégia metodológica é extensiva quantitativa. O núcleo central da análise é o inquérito A Leitura em Portugal (LP) o qual tem por base uma amostra representativa da população portuguesa residente em Portugal continental, alfabetizada, com 15 e mais anos. O trabalho de campo decorreu entre Novembro de 2006 e Janeiro de 2007. Para medir e enquadrar a evolução diacrónica registada em Portugal na transição do século XX para o século XXI toma-se como referência anteriores inquéritos sociológicos (1988 e 1995) que permitem, em algumas das dimensões, comparações directas.

Contudo, estes inquéritos não são as únicas fontes disponíveis. Assim, considera-se adequado proceder a um inventário, tão exaustivo quanto possível, das pesquisas empíricas quantitativas extensivas realizadas em Portugal, ou com referência à população ou a segmentos da população portuguesa, em todo o caso com dados sobre práticas de leitura.

Ao adoptar a metodologia quantitativa extensiva considera-se que tem vantagens quanto se trata de estudar e de estabelecer comparações directas, ou mesmo indirectas (diacrónicas nacionais e sincrónicas transnacionais), sem deixar de reflectir as suas limitações, reflexividade que, aliás, a sociologia se orgulha de cultivar.

Outros contributos, fruto da participação em várias pesquisas, serão igualmente mobilizados. A presente tese é parte de um percurso de investigação que teve como ponto de partida mais próximo o referido inquérito A Leitura em Portugal, realizado por uma equipa do Observatório das Actividades Culturais coordenada por Maria de Lourdes Lima dos Santos¹. Promovido pelo Plano Nacional de Leitura (PNL), o inquérito veio disponibilizar dados actuais de caracterização das práticas de leitura. De acordo com a decisão de fazer acompanhar a implementação do PNL de estudos e de avaliações, o LP foi lançado logo no ano inicial e está prevista a execução de outro inquérito num momento intermédio de modo a estabelecer novo ponto de comparação que permita aferir qual a evolução entretanto registada. O Plano tem uma duração total de 10 anos (2006-2016), dividida em duas fases de 5 anos.

O percurso de investigação sobre a leitura teve continuidade com a participação noutros dois estudos igualmente promovidos pelo PNL. Primeiro com um levantamento e caracterização das Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE² e depois com um inquérito sobre a Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas portuguesas³. Ambos foram

¹ O relatório foi editado ainda em 2007. A equipa do projecto integrou, para além de Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), José Soares Neves (resp. executivo), Maria João Lima e Margarida Carvalho.

² Este estudo foi publicado em 2008. A equipa de investigação integrou José Soares Neves (resp. executivo), Maria João Lima e Vera Borges.

³ Estudo disponibilizado online em 2009. A equipa de investigação integrou José Soares Neves (resp. do projecto) e Maria João Lima.

igualmente realizados no Observatório das Actividades Culturais, o primeiro ainda com Maria de Lourdes Lima dos Santos como Presidente, o segundo já com José Machado Pais.

Também no quadro da actividade do Observatório foi possível participar numa outra investigação incidente na vertente complementar das práticas de leitura, a da oferta, e das políticas públicas de leitura, a do livro. Iniciado ainda com Maria de Lourdes Lima dos Santos e terminado com José Machado Pais na presidência do OAC, o Inquérito ao Sector do Livro⁴, uma encomenda do Gabinete da Ministra Isabel Pires de Lima depois de porfiados esforços do então Director-geral do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Jorge Martins, veio colmatar uma lacuna há muito patente. Incluiu a sistematização de um conjunto alargado de indicadores estatísticos sobre o sector no período 2000 a 2007, parte deles posteriormente actualizados.

Deste modo, a participação em vários estudos realizados a partir de 2006 no âmbito do PNL e do OAC possibilitaram a integração numa linha de pesquisa sociológica sobre a leitura perspectivada como suporte às políticas culturais públicas. Políticas que constituem, aliás, o chapéu comum das investigações realizadas no Observatório desde a sua fundação em 1996.

A estratégia expositiva da tese organiza-se em onze capítulos. No capítulo de abertura situa-se o tema em discussão de acordo com os contributos da sociologia da leitura, dando-se atenção particular ao conceito-chave de *práticas de leitura*, e aos dois conceitos centrais na perspectiva de Wendy Griswold, *cultura de leitura e classe de leitores*.

O segundo capítulo sintetiza os diversos posicionamentos sobre as evoluções recentes das práticas de leitura e os perfis de leitores numa perspectiva comparativa internacional.

O terceiro capítulo trata as questões metodológicas, destacando-se os problemas que têm sido assinalados na análise sociológica inerentes ao inquérito quantitativo extensivo, suas vantagens e limitações, e situam-se os principais aspectos técnicos do inquérito A Leitura em Portugal e as dimensões que estruturam a análise realizada com base nesse inquérito. A encerrar explicita-se o processo de construção da variável Categoria socioprofissional.

Após estes três capítulos iniciais, dedicados aos aspectos teórico-metodológicos, sistematizam-se nos três seguintes vários contributos de fontes secundárias. Assim, no quarto capítulo enquadra-se a cultura de leitura portuguesa privilegiando-se a análise diacrónica em três planos: o das principais variáveis de caracterização da população portuguesa do ponto de

⁴ O relatório foi entregue em 2009. A equipa de investigação foi inicialmente coordenada por Maria de Lourdes Lima dos Santos e posteriormente por José Soares Neves e incluiu ainda, como autores do relatório, Jorge Alves dos Santos, Maria João Lima, Alexandra Vaz e Emanuel Cameira.

vista da leitura; o das políticas culturais públicas direccionadas para o livro e a leitura; e o da oferta de livros e de outros suportes de leitura.

O quinto capítulo é dedicado ao inventário dos estudos quantitativos extensivos realizados em Portugal, ou que incluem Portugal, com relevância para o estudo das práticas de leitura da população. Alguns desses estudos, de âmbito transnacional, são desenvolvidamente retomados no sexto capítulo. Dá-se, assim, conta de alguns dos contributos provenientes de estudos realizados com diferentes temáticas (ocupação do tempo, práticas culturais e literacia) no sentido de identificar o lugar das práticas de leitura em Portugal comparativamente com outros países.

Os restantes quatro capítulos são o resultado da exploração dos dados do inquérito A Leitura em Portugal. No sétimo capítulo aborda-se a evolução do peso dos leitores por suporte, e especificamente dos leitores de livros, na transição do século XX para o século XXI, identificam-se os tipos e os correspondentes perfis de leitores e referem-se as representações tanto sobre a evolução da leitura genericamente considerada como das práticas de leitura individuais.

Os processos de socialização para a leitura, percebidos pelos inquiridos quando crianças, e relacionados com as práticas enquanto adultos, bem como as atitudes, opiniões e práticas dos pais face às leituras dos filhos são os tópicos que dão corpo ao oitavo capítulo.

No nono capítulo analisam-se em pormenor as práticas de leitura de livros, jornais e revistas bem como os locais de leitura de cada um dos suportes.

O capítulo décimo é dedicado ao livro, aos vários modos de aprovisionamento, incluindo a aquisição e as bibliotecas domésticas, a frequência dos vários tipos de bibliotecas, com destaque para as bibliotecas públicas municipais, o tipo que mais se aproxima das práticas de leitura como prática cultural.

A leitura é tomada como uma entre outras práticas culturais e de lazer no décimo primeiro capítulo. Aborda-se também aqui as práticas de escrita. Dedicam-se ainda uma atenção particular à relação entre a leitura de livros impressos com outros média, designadamente as velhas (a televisão) e as novas tecnologias de informação (a internet).

Conclui-se com uma síntese dos principais resultados.

Capítulo 1

A SOCIOLOGIA DA LEITURA: PRÁTICAS DE LEITURA

A leitura ocupa um lugar central nas sociedades contemporâneas, *sociedades da informação e do conhecimento*⁵ (Ávila, 2008: 9-18), está presente em todas as esferas da vida social, é uma actividade que virtualmente todos os indivíduos realizam.

Os esforços no sentido da erradicação do analfabetismo, a generalização e alongamento da formação escolar obrigatória, a valorização social da leitura, o desenvolvimento económico e social, o aumento do tempo de lazer, a urbanização e terciarização das actividades económicas, a ausência de censura por parte do Estado e das principais confissões religiosas, o funcionamento livre do mercado editorial com a consequente quantidade e diversidade da oferta, bem como a existência de políticas culturais públicas específicas, designadamente de promoção da leitura, são, entre outros, factores que favorecem as práticas de leitura. Pelo contrário, a televisão e o audiovisual, a diversificação das práticas culturais e de lazer, são frequentemente apontados como factores que as condicionam negativamente, em particular a leitura de livros. Mais recentemente levantam-se dúvidas sobre se as novas tecnologias da informação, a internet em particular, condicionarão positiva ou negativamente a leitura.

A leitura pode ser abordada segundo diversas ópticas. A sociologia da leitura estuda as relações com os diversos suportes escritos, os seus usos em vários contextos, mas é em grande medida uma sociologia da leitura de livros⁶, que distingue a leitura realizada em período de lazer, como ocupação de tempos livres que as pessoas fazem por prazer e por procura de informação, como *prática cultural*, da realizada por motivos escolares e profissionais (Griswold, McDonnell e Wright, 2005).

As problemáticas da sociologia seguem a par e passo as questões sociais colocadas ao longo do tempo em torno da leitura: desde as “más leituras” do século XIX ao espectro do não-leitor e ao leitor de escritos nos ecrãs dos computadores no início do século XXI, passando pela leitura consumista dos fins do século XX (Poulain, 2004: 17).

⁵ Sobre sociedade do conhecimento ver também Costa, Machado e Almeida (2007: 7) e Ávila (2008: 9-18). Sobre sociedade da informação, incluindo as políticas públicas em Portugal, ver Rodrigues e Mata (2003).

⁶ Em todo o caso não uma sociologia do livro cujo ângulo é o seu modo de produção e circulação (AAVV, 1998: 439). Para o caso português ver Martins (1999; 2005; 2007).

Jean-Claude Passeron salienta que "da leitura o sociólogo - porque observa todos os leitores, 'pequenos' ou 'grandes', esporádicos ou regulares - sabe, para começar, que por suas funções sociais é a mais diversificada das actividades culturais. Ao referir-se à investigação e à história do escrito, ele deve principalmente fazer com que se constate que a leitura não é uma *atividade cultural como as outras*." (Passeron, 1995[1986]: 374). Bourdieu considera que a leitura pode designar toda uma série de consumos culturais, e que, sendo um entre outros, tem as suas especificidades (Bourdieu e Chartier, 1993[1985]: 267-268).

A sociologia da leitura estuda de modo aprofundado, detalhado, os fenómenos a ela ligados. A leitura é conceptualizada como uma actividade social⁷ em que se manifestam significações colectivas múltiplas, incluindo efeitos de constrangimento sobre a consciência individual (Daviet, 1996: 7), uma actividade empiricamente observável e, mais do que isso, socialmente regulada (Peroni, 2004).

Procura definir um quadro que identifique os factores que descrevem ou explicam a actividade da leitura, a interacção entre os sujeitos leitores e o que eles lêem (Donnat, Feitas, Frank, 2001: 25). Esse quadro pode ser sintetizado num conjunto de perguntas: *Quem lê? Como lêem? O que lêem? O que fazem com o que lêem?* (Griswold, 2000; Griswold, McDonnell e Wright, 2005; Griswold, 2008).

Quem lê? Trata-se da caracterização sociográfica e da identificação dos perfis sociais dominantes dos leitores. *Como lêem*, a leitura como uma forma de prática social, em que circunstâncias, em que ocasiões, em que espaços e locais? *O que lêem* reporta-se aos suportes impressos e respectivos tipos ou géneros. *O que fazem com o que lêem* refere-se às várias funções da leitura que, teoricamente, variam entre a pura utilidade (ler, por exemplo, um manual de instruções) e o puro entretenimento (como ler um romance ligeiro). Noutras acepções remete para diferentes *usos sociais*: evasão (imaginário), documentação (saber), estética (prazer literário) (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 12-15); leituras comuns, "ordinaires" (das quais retira ensinamentos sobre como conduzir a sua vida), de documentação e orientação prática (mais directamente úteis para a vida quotidiana), profissionais (leituras ligadas à actividade profissional e de estudante, leituras técnicas e científicas), ou ainda de relaxamento e divertimento (de lazer, de abstracção dos problemas quotidianos) (Horellou-

⁷ Esta definição inclui a leitura realizada individualmente e a leitura colectiva, em grupo – os grupos ou comunidades de leitores – embora apenas a primeira seja objecto do estudo. Como destaca Bourdieu, as situações de leitura são historicamente variáveis, nem sempre foi um acto do foro privado que remete para a individualidade (Bourdieu e Chartier, 1993[1985]: 269). Sobre grupos ou comunidades de leitores (grupos de indivíduos que se reúnem regularmente no tempo livre para falar de livros) ver Griswold, McDonnell e Wright (2005: 134-135) e, especificamente sobre 350 grupos recenseados em Inglaterra, ver Hartley (2002). Sobre estes grupos em Portugal ver Silva (2010).

Lafarge e Segré, 2003: 84-90), usos vários que podem ser remetidos aos contextos de leitura (lazer, profissional e escolar).

Donnat, Freitas e Frank consideram que a sociologia da leitura como disciplina especializada se desenvolveu, do ponto de vista da pesquisa empírica, em torno de duas problemáticas, cada uma apoiada numa definição de leitura: como *prática cultural* e como *actividade de recepção*⁸ (2001: 10-12). A primeira preocupa-se mais com os leitores do que com os actos de leitura. Interroga-se sobre as relações de homologia existentes entre as características dos indivíduos e a intensidade da leitura e dos suportes (impressos) lidos. Perspectiva também esta prática como um objecto social, em ruptura com a experiência individual, e considera-a como uma entre as práticas que compõem o vasto conjunto dos consumos culturais, embora com singularidades, designadamente de ser aquela que permite o acesso a todas as outras. Opera um corte entre a prática e o sentido que lhe é atribuído pelos indivíduos. Considera a leitura como determinada por contextos sociais que importa identificar (por via das variáveis sociográficas). Acentuam-se as práticas de uso do livro (e do impresso em geral), que são socialmente diferenciadas e objectivamente identificáveis, e as demais deixam-se de lado ou inferem-se através das variáveis consideradas mais explicativas.

Quanto à segunda abordagem – a leitura como actividade de recepção⁹ – estes autores consideram que convoca outros contributos disciplinares e que encerra três dimensões capazes de atribuir ao acto de ler todo o seu significado, quer social quer individual, correspondem a uma definição compreensiva da acção social enquanto portadora de sentido em si mesma e significativa para os outros e para a qual contribuíram vários autores: a recepção do texto como a resposta do leitor enquanto sujeito à estratégia do autor (Ricoeur, 1985); o próprio acto de ler, o carácter irredutivelmente individual de cada leitura (Chartier, 1993[1985]); a liberdade do leitor como sujeito criador de sentido face aos textos (Certeau, 2007[1990]).

Numa obra de síntese da sociologia da leitura, Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré consideram que “les études sociologiques permettent une analyse fine des publics de lecteurs, de leurs pratiques de lecture, de leurs manières de lire et des usages de la lecture” (2003: 4).

Bernard Lahire considera que a sociologia da leitura “examina, analisa e mede as relações diferenciais que as populações ou subpopulações mantêm relativamente ao escrito (nas suas

⁸ Com um escopo mais geral, a análise sociológica dos públicos, mas restringindo-se às orientações seguidas em Portugal, também José Madureira Pinto diferencia a “explicitação de regularidades sociais objectivas em matéria de consumos e práticas culturais e [...] a construção de modelos interpretativos sobre o processo social de recepção cultural” (Pinto, 2004: 20).

⁹ Para uma síntese das pesquisas com este tipo de abordagem ver Horellou-Lafarge e Segré (2003: 105-111). Sobre a sua influência na sociologia da leitura, significativamente referida sob o título “The reader as hero”, a partir do conceito de Jauss (1978) *horizonte de expectativa* (ver Griswold (1993).

modalidades mais diversas), justamente para constatar o facto de que nem todos acedem aos textos nas mesmas condições e com a mesma intensidade” (Lahire, 2004: 9). O autor adianta que os inquéritos sociológicos não procuram responder apenas a *puros* interesses de conhecimento uma vez que as problemáticas sociológicas da leitura estão ligadas a problemas sociais e políticos, de democracia em matéria de leitura (*idem*: 10). De facto, em França a leitura constitui um dos terrenos em que a investigação sociológica está mais directamente relacionada com as políticas públicas (Peroni, 2004: 1).

Ao ocupar-se dos leitores e do que eles lêem, a sociologia da leitura toma como referência o livro e os seus vários géneros, incluindo, nas abordagens mais recentes, os considerados menores face ao cânone literário (policiais, banda desenhada, livros práticos, de bolso, entre outros), ainda que com especial atenção à literatura, e outros suportes impressos, como os jornais e as revistas. Os três integram o actual sistema de classificação da leitura por suporte. Mais recentemente vem merecendo crescente atenção o estudo das fronteiras da leitura por prazer com a leitura escolar e com a leitura profissional, bem como com a leitura em formato digital.

O facto de ser uma actividade muito generalizada não significa que todos os indivíduos tenham iguais níveis de leitura. Pelo contrário, apresenta grandes desigualdades explicadas por variáveis como a escolaridade, a idade, a categoria socioprofissional e o sexo. A sociologia tem contribuído para mostrar a diferenciação dos leitores quanto às práticas de leitura e sua intensidade, quanto às funções e usos do texto escrito.

Entre as abordagens sociológicas, para além daquela que toma a leitura como objecto específico de estudo, detalhado, e que é, no fundo, a sociologia da leitura (Griswold, Macdonnell e Wright, 2005; Lahire, 2004; Horellou-Lafarge e Segré, 2003), importa não perder de vista a sociologia das práticas culturais, que integra a leitura de livros (sem ser escolares ou profissionais), de jornais e, ou, de revistas (Coulangeon, 2005; Fleury, 2006).

Para além das referidas abordagens (da leitura, das práticas culturais) importa ainda ter em conta os contributos de outras áreas como a sociologia da literatura, de raiz europeia (Escarpit, 1969; Ricciardi, 1971; Leenhardt, 1992; AAVV, 1998: 437-448) ou norte-americana (Desan, Ferguson e Griswold, 1989; Griswold, 1987; 1993), e da literacia (Ávila, 2008). Um dos argumentos para tal é o das tradições nacionais quanto às temáticas que lograram um maior desenvolvimento empírico (e teórico). E importa ter ainda em conta

contributos de outras disciplinas como a história do livro e da leitura¹⁰ (Chartier, 1993[1985]; 1997; Cavallo e Chartier, 2001[1997]; Manguel, 1999) e a economia do livro (Rouet, 1992; Benhamou, 1996).

A leitura pode ser pensada numa lógica de dominação, na perspectiva de Bourdieu, em particular em *La Distinction* (1979), ou numa lógica de exclusão social (Peroni, 2004). Em contraponto, Nicole Robine considera que a leitura (incluindo a de livros) não é mais uma prática distintiva mas sim uma prática “ordinaire”, uma necessidade da vida quotidiana (Robine, 2001: 67). A dicotomia leitura “ordinaire” (comum, normal) *versus* “savante” (erudita, cultivada) é uma das mais utilizadas na análise da leitura. Do ponto de vista da leitura “ordinaire” – termo que deriva do trabalho de Darnton (1993[1985]) – o livro e o uso que dele é feito estão plenamente ancorados nas preocupações imediatas da vida quotidiana (divertir-se, documentar-se...) e investidos pelos interesses pessoais; a leitura “savante” reúne todas as maneiras de ler que, da contemplação estética à análise estrutural, passando pela simples leitura de referências literárias, fazem do texto (no seu sentido, nas suas formas, na sua filiação a um autor ou simplesmente ao seu valor específico) o interesse e o fim último da leitura, tornando-se esta actividade um fim em si mesma (Baudelot, Cartier e Detrez, 1999: 163).

A dicotomia leitores/não-leitores: críticas e alternativas

A concepção que discrimina alfabetizados e não alfabetizados, particularmente relevante naqueles países em que a taxa de analfabetismo é (ainda) significativa, como Portugal, tem como primeira consequência que, na delimitação do universo e na selecção da amostra dos inquiridos, a população analfabeta é considerada, por definição, não leitora e, portanto, excluída do universo inquirido. Esta foi a opção adoptada nos inquiridos sobre hábitos e práticas de leitura da população portuguesa.

Porém, outras perspectivas chamam a atenção para as limitações da classificação dicotómica entre leitor e não-leitor, cuja linha de demarcação se reduz aqui à alfabetização, e consideram que ela deve ser superada. De facto, o leque das combinatórias resultantes parece ser mais vasto. Algumas pessoas podem ler mas não lêem, outras não podem mesmo que queiram, e alguns analfabetos “lêem” fotonovelas, banda desenhada, publicidade e outros

¹⁰ Em Portugal a história do livro e da leitura tem já um acervo considerável de trabalhos realizados. Para uma perspectiva geral e das temáticas abordadas ver Lisboa (1997). Para uma perspectiva da produção académica entre 1995 e 2000 ver Domingos (2002).

textos que usam desenhos para tornar mais clara a essência da história ou da mensagem (Griswold, 2000: 93).

Nos estudos sobre literacia encontram-se importantes contributos para a superação da dicotomia em questão. Tais estudos mostram que, entre as pessoas incapazes e aquelas que são plenamente competentes no domínio da leitura e da escrita, existe um vasto conjunto de pessoas “de fronteiras difusas e instáveis” (Costa e Ávila, 1998: 127-128), o que tem duas implicações para a investigação articuladas entre si:

- a) No plano teórico, a de certas noções habituais – como as dicotomias alfabetizados/não alfabetizados ou escolarizados/não escolarizados – se revelarem insuficientes ou inadequadas para enquadrarem conceptualmente este objecto de estudo; b) no plano metodológico, correspondentemente, a necessidade de recorrer a outros indicadores e outros procedimentos de análise que não, ou não só, os que operacionalizam aquelas dicotomias (Costa e Ávila, 1998: 127-128).

Ou seja, “as distribuições sociais de competências no processamento de informação escrita não se polarizam em tudo ou nada, antes constituem contínuos de variação gradual, agregáveis em níveis” (*idem*: 130).

Este é o posicionamento dos estudos recentes sobre literacia que rejeitam a concepção dicotómica¹¹, anteriormente adoptada, segundo a qual a literacia seria uma condição que os adultos teriam ou não, de acordo com determinados testes, e como tal considerados “literate” ou “illiterates” (OECD e Statistics Canada, 2000: x).

Uma outra segmentação, resultante da análise dos dados recolhidos, distingue entre os que declaram ler pelo menos um dos suportes e os que declaram não ler nenhum, num dado período de referência, e foi igualmente seguido nos inquéritos sociológicos realizados em Portugal¹². Uma variante desta segmentação discrimina entre os que não lêem quase nunca (os não-leitores) e os demais (Ariño, Castelló, Hernández e Llopis, 2006: 172). Outra perspectiva considera como não-leitores aqueles que, cumulativamente, declaram que nunca ou quase nunca lêem livros e jornais e que nunca ou quase nunca frequentam bibliotecas (Ariño, 2010: 77).

De acordo com Wendy Griswold “ser leitor” significa ter as competências para decodificar a comunicação escrita e usá-las regularmente. Os leitores têm diferentes níveis de

¹¹ A propósito da ruptura, teoricamente informada, com esta concepção ver Ávila (2008: 86).

¹² Ou seja, os não-leitores são desde logo os analfabetos e os não analfabetos que não lêem nenhum dos três suportes.

competência: uma pessoa alfabetizada pode ler livros de literatura, livros técnicos complexos ou revistas científicas, ao passo que outra apenas lê formulários burocráticos ou títulos de jornais. E, independentemente das competências, os leitores têm diferentes práticas. Algumas pessoas podem escolher ler muito no seu tempo livre, ao passo que outras, com o mesmo nível de competência, raramente lêem por prazer (Griswold, 2000: 93).

Ou seja, tanto se pode ser alfabetizado e não-leitor, como o contrário, mas a exclusão dos analfabetos do universo impossibilita que se saiba se lêem, e o quê, e não pode integrar a análise dos *diferentes modos de relação* (Costa, Ávila e Mateus, 2002), neste caso com a leitura.

A adopção de outras classificações permite superar os limites das dicotomias com vantagem analítica. Também quanto à intensidade de leitura de livros a diversidade de opções quanto aos escalões utilizados é a dominante. Bouillin-Darteville, Thoveron e Noël (1991: 193-194) utilizam quatro categorias: pequenos leitores (menos de 10 livros); médios leitores (10 a 20); “grandes apetites” (20 a 50); “bulímicos” (mais de 50). A partir dos inquéritos às práticas culturais em França utilizam-se igualmente três grupos, para além dos não-leitores: pequenos (1-9), médios (10-19) e grandes (mais de 20) (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 71). A mesma classificação é utilizada por Freitas, Casanova e Alves (1997: 128), mas apenas o escalão dos grandes coincide (1-5; 6-20; mais de 20). E, neste inventário não exaustivo, Antonio Ariño Villaroya dá voz igualmente a três escalões: 1-4; [5-11]; mais de 12 (Ariño, 2010: 78).

Uma outra estratégia para superar as limitações das classificações dicotómicas, e dar conta da “crescente heterogeneidade dos públicos” (Santos, 1994: 423-424) é a utilização de tipologias¹³, designadamente com recurso a técnicas multivariadas¹⁴. A diversidade de tipologias e de tipos, utilizadas de acordo com os objectivos de cada pesquisa, tem subjacente a identificação das diversas relações com o objecto em causa e as consequentes segmentações sociais. Especificamente sobre a leitura, embora com base em inquéritos às práticas culturais, Olivier Donnat identifica *seis tipos de relações com a leitura*¹⁵ em França: *os não-leitores de livros* (não leram nenhum livro nos últimos 12 meses, embora revelem familiaridade com revistas e sobretudo jornais); *a relação distante com o livro* (leitores fracos de livros nos

¹³ Sobre tipificações de públicos da cultura e seu contributo para a superação do “efeito de cisão implicado no uso de noções dicotómicas que instauram rupturas analíticas” ver Santos (2004: 10-11).

¹⁴ Dois exemplos sobre públicos da cultura (Santos, Gomes, Neves, Lourenço, Martinho e Santos, 2002) e da ciência (Costa, Ávila e Mateus, 2002).

¹⁵ Donnat constrói a tipologia com recurso a análise multivariada na qual inclui os seguintes indicadores: géneros de romance; géneros de revistas; frequência da biblioteca; número e frequência de aquisição de livros; número de livros possuídos; número de livros lidos.

últimos 12 meses, embora revelem familiaridade com revistas e sobretudo jornais); *o gosto exclusivo pela ficção* (leitura de livros de ficção, sobretudo feminino); *as relações normais com a leitura* (equilíbrio entre livro e imprensa, embora muito variado); *a leitura frequente e útil* (lêem todos os suportes e tendem a ver na leitura um modo de aquisição de conhecimentos); *o livro rei* (relação intensa com os livros, sobretudo os mais prestigiados, e menos intensa com a imprensa) (Donnat, 1994: 285-286).

A leitura entre competências e práticas

O problema do “illettrisme” tem sido largamente discutido em França desde os anos setenta do século passado e mobilizou as atenções de vários sociólogos. Bernard Lahire, por exemplo, chama a atenção para a utilização do termo “iletrado” como sinónimo de classes populares, de baixos níveis de qualificação, para designar as crianças em “*échec scolaire*”, os fracos leitores (Lahire, 2000: 12). Numa obra dedicada especificamente à “*l'invention de l'illettrisme*” como problema social e sua história, este autor refere que se trata de um neologismo inventado em França em finais dos anos setenta pelo movimento ATD Quart Monde¹⁶ que deu lugar a um imenso e intenso trabalho simbólico de criação de um “problema social”, “*considéré désormais comme une priorité nationale au niveau des plus hautes instances de l'État*” (Lahire, 2005[1999]: 33). Contudo, perante um corpo de 200 relatórios de inquéritos realizados em França após 1955, Nicole Robine constata que o termo “illettrisme” não existe e deixa claro que “*les enquêtes sur la lecture ne sont pas des enquêtes sur l'illettrisme*”, (Robine, 2001a: 210) sendo que os que têm uma fraca relação com o escrito têm um lugar crescente até serem eles mesmos objecto dos inquéritos: são os não-leitores, os excluídos da leitura e os fracos leitores que a autora analisa nos respectivos contextos temporais neste artigo.

Num artigo de 2005, Griswold, McDonnell e Wright traçam o contraponto entre as pesquisas centradas na noção de “literacy”¹⁷ e as centradas na leitura como prática social:

¹⁶ Em 1984 foi produzido o relatório *Des Illettrés en France: Rapport au Premier Ministre* (Esperandieu, Lion e Benichou, 1984). Nesse mesmo ano foi criado um grupo interministerial de luta contra o iletrismo. Deste então foram criados outros grupos e realizados estudos em diversos contextos. Note-se que a discussão decorre após mais de cem anos de escolaridade obrigatória e muito baixos níveis de analfabetismo (5% em 1925, 3,6% em 1946, último ano com dados globais sobre analfabetismo, a partir do recenseamento e com base na pergunta “Sabe ler?”). Para maior desenvolvimento da relação entre pesquisa e iletrismo e sobre as associações de luta contra o iletrismo ver também Horellou-Lafarge e Segré (1996: 125-162, 341-354), abordagens retomada em Horellou-Lafarge e Segré (2003: 45-48).

¹⁷ Note-se a ambiguidade do termo inglês “literacy” que tanto remete (também na tradução para português) para a noção de alfabetização como para o conceito de literacia.

Researchers once studied reading in terms of literacy, asking who could read, how people learned to read, and what difference literacy made to socioeconomic development. Much of this work was inspired by the assumption that literacy was key to development and to individual social mobility, an assumption that skeptics called the ‘literacy myth’. Although literacy raises valid questions, in the 1990s the research focus shifted to reading as a social practice, now asking who reads what, how people read, and how their reading relates to their other activities (Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 127).

Os autores adiantam que a sua abordagem se situa na leitura “(especially reading books) as a leisure-time activity” e acrescentam que “this emphasis is consistent with conventional scholarly usage” (*idem*: 127). Estas ideias retomam as de um outro artigo sobre a relação entre a leitura e o uso da internet, no qual, de forma mais sintética e, porventura, mais clara, situam o seu ponto de vista:

Whereas literacy refers to the ability to decode written texts, reading is the actual practice of doing so. We further restrict reading (as do virtually all studies of reading) to refer to the leisure-time engagement with print. This excludes the reading required for job performance or for school, and it excludes reading online. [...] Readers are not people who can read, or who do read for work but those who choose to read in their spare time. The definition includes magazines and newspapers, although some of our respondents did associate ‘reading’ with ‘books (Griswold, McDonnell e McDonnell, 2006: 38).

A definição de *leitura* reporta-se à sua prática como actividade de lazer, em suportes impressos, e a de *leitores* refere-se àqueles que escolhem ler livros, jornais e, ou, revistas no seu tempo livre. Deste ponto de vista, toma-se como objecto nuclear de estudo a leitura lúdica e informativa, realizada em tempo de lazer, como *prática cultural*, diferenciando-a da realizada noutros contextos como o escolar – a leitura instrumental ou, como prefere Ariño, a leitura “necessária” vinculada à condição de estudante (Ariño, 2010: 92) – e o profissional.

Contudo, como assinala Segré (2001: 160-161) a partir de Mauger e Poliak (1998), importa ter em conta contaminações mútuas pelo que a dicotomia leitura “desinteressada” *versus* leitura “utilitária” é hoje errónea. De facto, em alguns estudos constata-se o incremento das leituras instrumentais e profissionais bem como da importância da componente da leitura “necessária” nos estudantes (Ariño, 2010: 92).

Assim, mantendo o carácter nuclear da leitura como prática cultural, haverá que a confrontar com a realizada noutros contextos para compreender as suas actuais configurações. Nesta mesma linha haverá também que reter a distinção entre leitura em formato impresso e leitura em formato digital, esta última igualmente excluída, como se viu, da definição de práticas de leitura.

Num outro plano, para além da menção a *práticas* é comum também a referência nos estudos a *hábitos* de leitura. Tratar-se-á de diferentes termos a que correspondem distintos conceitos ou, pelo contrário, serão diferentes termos que designam um mesmo conceito? Os problemas inerentes à tradução podem contribuir para adensar esta questão. Por exemplo, em Skok, Gentil, Girard, Guy e Kleberg (1993: 27), a propósito da pesquisa sobre participação cultural na Europa, considera-se que a tradução do francês “pratiques” para inglês resulta em “habits” ou “activities”. Contudo, tal conclusão parece não ser de aplicação geral. Num dos estudos consultados explicita-se que se trata de diferentes conceitos, a que correspondem diferentes modos de operacionalização nos inquéritos (S/Autor, 2007). Assim, o *hábito* de realizar uma determinada actividade refere-se a um indicador genérico que recolhe informação sobre o modo habitual de comportamento das pessoas investigadas e não está necessariamente associado à sua realização, ao passo que a *prática* reporta-se a um indicador que mede a realização de uma determinada actividade num período em concreto e, em caso afirmativo, qual a sua intensidade – quantas vezes ou quanto tempo dedicaram à mesma. Poder-se-á, portanto, dizer que *hábitos* remete para atitudes, *práticas* para comportamentos.

A leitura nas classificações de práticas culturais

São múltiplas e diversificadas as práticas culturais e de lazer consideradas nos inquéritos (sociológicos), nas quais se inclui a leitura, e vários os sistemas e as formas de nelas localizar a leitura. Em alguns casos é abordada de modo genérico (leitura), mas normalmente refere-se o suporte em causa (leitura de livros – regra geral com a explicitação de que se excluem os escolares ou profissionais – e, de novo, ainda que menos frequentemente, de jornais e de revistas). Mais recentemente inclui-se já a leitura de documentos electrónicos. De todo o modo situa-se normalmente entre as práticas domésticas.

Os sistemas de classificação (e correspondentes questões) podem ser organizados segundo diferentes lógicas. No quadro da classificação das categorias de lazer de D'Epinay, Bassand, Christe e Gros (1983: 91), a leitura de livros, de jornais e de revistas é considerada na

categoria "domésticos receptivos"¹⁸. No *esquema de classificação de práticas culturais* de José Madureira Pinto, a leitura (sem outra especificação) é situada na categoria “recepção/consumo” no “espaço doméstico”, que inclui também “práticas receptivas (tv, vídeo, rádio, disco, gravador, ...)” e “práticas de abandono” (Pinto, 1994: 768). Por seu turno, João Teixeira Lopes propõe uma *nova grelha de classificação das práticas culturais* na qual situa a leitura no espaço doméstico e, neste, entre as “práticas domésticas receptivas, de consumo e/ou fruição”, categoria que inclui “ler livros sem ser de estudo ou profissionais; ler jornais; ler revistas”, para além de ver televisão e ouvir rádio, entre outras (Lopes, 2000: 197).

Outras abordagens seguem modelos de classificação semelhantes, ou pelo menos não contraditórios, e destacam a leitura em suportes electrónicos. As práticas são arrumadas em três blocos: “appartement (home based)”; “sortie (going out)”; e “identitaire (identity building)”, sendo que a leitura de livros e de jornais é integrada no primeiro bloco (Skok, Gentil, Girard, Guy e Kleberg, 1993). Note-se que estes três blocos foram, recentemente, adoptados pela UNESCO (UNESCO, 2009: 37-38). O LEG (*Leadership Group*) criado pelo Eurostat no âmbito das estatísticas da cultura, no seu relatório final de 2000, avança uma organização em três “tipos específicos de comportamentos para a participação”: “attending/receiving” (leitura de livros e imprensa); “performance/amateur production” (escrita amadora); e “interaction” (leitura de e-books, leitura de imprensa na internet, CD-ROM) (AAVV, 2000: 173). Também em três tipos é perspectivada a participação, restrita às artes, no Survey of Public Participation in the Arts (SPPA) realizado pelo National Endowment for the Arts (NEA) nos Estados Unidos: “attended/visited/read”; “media (watched, radio, recordings, internet)”; “performed or created (privately, publicly, took a class” (Bradshaw e Nichols, 2004a: 8).

Em resumo, as abordagens das práticas culturais consideram vários tipos, entre eles a leitura. Esta pode ser segmentada por suporte (livros, jornais, revistas, ou agregando jornais e revistas); por formato (papel, digital); e por contexto, distinguindo por norma a leitura de livros por prazer, portanto como prática cultural, da escolar e da profissional.

Note-se que é a generalização destas segmentações – em que haverá que destacar a leitura de livros impressos, excluindo os escolares e os profissionais – que torna (minimamente) comparativos os resultados dos inquéritos realizados nos diversos países sobre temáticas

¹⁸ Classificação adoptada por, entre outros autores, Bouillin-Dartevelle, Thoveron e Noël (1991: 54-56). Sobre a aplicação desta grelha ao caso português ver Pais, Nunes, Duarte e Mendes (1994); Gomes (2001) e Pais, Cabral, Ferreira, Ferreira e Gomes (2003).

diversas, em particular práticas culturais, como se viu, mas também sobre literacia, como se verá mais à frente no capítulo 5.

Entre a generalização da leitura e a restrição dos grandes leitores: cultura de leitura e classe de leitores

A sociologia da leitura, em particular a francesa, tem incidido privilegiadamente nas problemáticas da leitura “comum”, do declínio da leitura (de livros) e da diminuição do peso dos grandes leitores, por um lado, e nos pequenos leitores, por outro. A abordagem de Wendy Griswold é outra. Parte de duas constatações historicamente fundadas: uma é que a leitura é uma prática que se vem generalizando nas sociedades contemporâneas ocidentais e a outra é que o grupo dos grandes leitores é, e sempre foi, um grupo minoritário. De acordo com estas duas constatações, a autora estrutura a sua análise nos conceitos de *cultura de leitura* (“reading culture”) e de *classe de leitores* (“reading class”), conceitos que se referem a realidades com origens históricas muito diferentes: no fim do século XVIII na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (o primeiro); nas elites religiosas, entre elas as europeias, da Idade Média (o segundo) (Griswold, 2000; 2001; Griswold, McDonnell e Wright, 2005; Griswold, McDonnell e McDonnell, 2006; Griswold, 2007; 2008).

O que é, então, uma cultura de leitura?

In a general sense, a reading culture exists in a society with a literacy rate that is relatively high and does not exclude any particular social group. Such a culture assumes literacy for full social participation; literacy is regarded as a right, illiteracy as a personal or systemic failure. Routine communications of economic, political, and commercial life take place through writing. A popular press and other forms of mass print media, as well as perhaps more specialized publishing, and effective distribution systems make reading materials widely available. People’s working lives and their leisure time as well, routinely involve reading (Griswold, 2000: 117).

Nesta perspectiva, uma cultura de leitura valoriza a literacia e a leitura em todos os suportes e contextos sociais. A autora adianta que haverá quem considere a cultura de leitura num sentido mais restrito, que seria *a verdadeira cultura de leitura*, e que se aplicaria “where people are in the habit of reading relatively serious books, and when they choose reading over other forms of entertainment” mas conclui que, nesta aceção, poucas nações poderiam

reclamar-se como uma cultura de leitura, embora possam existir bolsas, como por exemplo na comunidade académica ou entre certas elites urbanas, as quais existiram historicamente muito antes, e são independentes das culturas de leitura em sentido lato (*idem*: 117)

A cultura de leitura é um desenvolvimento relativamente recente:

Pressure for mass literacy arises when a people are developing, or seem likely to develop, a reading culture, for literacy becomes a requirement for full participation. In an established reading culture, there is a rough but direct association between the prestige of a job and the amount of reading it requires. Moreover reading for entertainment takes place at most social levels, with reading materials stratified from belles lettres to comics and fotonovelas for the semi-literate.

In a reading culture, what one reads become a useful form of stratification and social signaling (Griswold, 2001: 4).

É inclusiva dos vários géneros de leitura, não exclui nenhum dos níveis de cultura (grande, popular e de massas) (Santos, 1988), embora o que cada um lê tenha significado do ponto de vista da estratificação social.

Numa cultura de leitura, seja qual for a unidade administrativa, é mais significativa a parte da população que lê por prazer e por necessidades de informação do que aquela que lê por motivos profissionais ou escolares:

A reading culture is a place (a city, a province, a country), where most people, over and above the demands of their job or schooling, routinely read printed materials for entertainment and information. Reading cultures are rare and becoming rarer (Griswold, 2008: 164).

Tendo em conta as diversas especificações do conceito, uma cultura de leitura define-se pela valorização social da literacia e da leitura, pela diversidade dos livros, jornais e revistas disponíveis, pela relação directa entre o prestígio de um emprego e a quantidade de leitura que ele requer. A diversidade da oferta de livros (incluindo a literatura considerada popular ou “comercial”) e a predominância da leitura de lazer relativamente à profissional e à escolar sugerem a vitalidade de uma dada cultura de leitura, não o contrário, como tendem a considerar os comentadores. De facto, Griswold, McDonnell e Wright constataam que "another

universal pattern is that as soon as a popular reading culture gets established, commentators start worrying about the decline of reading"¹⁹ (2005: 129).

Por outro lado, a cultura de leitura não depende apenas dos leitores actuais, mas também dos leitores potenciais e dos futuros leitores que frequentam a escola no presente (os estudantes) (*idem*: 92). E para adquirir hábitos de leitura são precisas duas condições: (i) apoio social à leitura, que a leitura seja uma actividade estimada; (ii) condições físicas para tornar possível a leitura sustentada, existência de uma cultura de leitura e socialização dos jovens nessa cultura. De facto, a leitura é um produto da organização social, os hábitos de leitura são suportados por uma “imensa infraestrutura” que inclui a educação, os média e outras formas específicas, institucionais e corporativas (Griswold, McDonnell e Wright, 2005).

Quanto ao conceito de *classe de leitores* inclui, para além de aspectos socioeconómicos que remetem para as classes sociais, outros relativos às práticas de leitura. Define-se:

by socio-economic indicators including, but not limited to, relationship to the means of production. It includes the members of those classes or class fractions who routinely use reading for their work and their entertainment. Education establishes the boundaries of the reading class and is the route of entry for members from other socio-economic backgrounds (Griswold, 2001: 4).

Os indicadores socioeconómicos incluem, mas não se limitam, à relação com os meios de produção. Quanto às práticas de leitura, de acordo com esta citação, na classe de leitores incluem-se os membros das classes e fracções de classe que *usam normalmente a leitura para o seu trabalho e para seu entretenimento*. Contudo, importa notar que noutros textos evidencia-se apenas a leitura em período de lazer: “People who routinely read in their leisure

¹⁹ Também em Portugal é comum que comentadores, parte da classe de leitores, considerem que, mesmo quando se lê, as obras, os *best-sellers* (e, ou, os autores) não são de qualidade. São conhecidos por literatura “light” ou pop (Amaral, 2007: 273). Os posicionamentos sobre as listas de livros do PNL (Silva, Casanova e Melo, 2008), objecto do programa da RTP 2 “Câmara Clara”, também emitido em Setembro de 2008, com a participação do director da revista *Ler*, Francisco José Viegas, e da comissária do PNL, Isabel Alçada, podem ser utilizados como ilustração do que se disse a propósito dos comentadores, por hipótese mais próximos dos intelectuais snobs do que dos omnívoros no sentido de Peterson e Kern (1996). Ou, como refere Daviet, “paradoxalement, l’éloge de la lecture qui fait appel au citoyen retombe trop souvent par ses bons sentiments dans le mal qu’il dénonce. On voudrait combler le fossé entre le lettré et l’illettré, mais en imposant à tous des goûts, des jugements qui sont justement ceux des lettrés traditionnels” (1996: 9). Em contraponto veja-se Santos (1992a) sobre os posicionamentos dos intelectuais portugueses de meados do século XIX relativamente ao desenvolvimento da cultura de leitura por via da alfabetização e da criação de uma literatura para o grande público (o romance folhetinesco). Ou, de forma mais genérica, Passeron quando afirma “devemos felicitar, encorajar qualquer leitura, qualquer que seja” (1995: 383-384).

time constitute a social formation that we call the ‘reading class’ (Griswold *et al.* 2005).” (Griswold, McDonnell e McDonnell, 2006: 40).

Esta (subtil) diferença de formulações, talvez não suficientemente explicitada, afigura-se de grande importância e merece ser aprofundada. De momento, importará recorrer a uma outra citação um pouco mais extensa de modo a apreender os vários atributos da noção de classe de leitores.

Reading has always been associated with education and more generally with urban social elites. Although contemporary commentators deplore the decline of ‘the reading habit’ or literary reading’, historically the era of mass reading, which lasted from the mid-nineteenth through the mid-twentieth century in north-western Europe and North America, was the anomaly. We are now seeing such reading return to its former social base: a self-perpetuating minority that we shall call the reading class.

Whereas nineteenth and twentieth-century stratification involved what people read (e.g., the classical canon versus working-class newspapers or confession magazines), the new century may resemble earlier eras when a fundamental difference was between who read and who did not. Unlike in the past, most people in the developed world will be capable of reading, and will in fact read as part of their jobs, online activities, and the daily business of living. Only a minority, however, will read books on a regular basis” [...]

An open question for sociologists is whether book readers – the reading class – have both power and prestige associated with an increasingly rare form of cultural capital, or whether the reading class will be just another taste culture pursuing an increasingly arcane hobby. (Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 138)

Apesar de uma parte mais alargada da população do que anteriormente ser capaz de ler, a estratificação poderá vir a assentar em duas bases: por um lado entre quem lê e quem não lê; e por outro entre quem lê como parte do seu trabalho, de actividades online e da sua vida quotidiana, e quem lê livros com regularidade. Deste ponto de vista, a classe de leitores pode ser tomada como a classe de leitores de livros.

Está também aqui implicada uma discussão sobre o futuro da leitura a qual tem sido feita em torno de vários aspectos, dois dos quais o sistema de ensino e a concorrência com outras formas de entretenimento sendo que, face aos desenvolvimentos recentes, os autores consideram que os sociólogos têm destacado outros: o prestígio associado à leitura (de livros); a leitura como produto da organização social; e a divisão entre a leitura como uma actividade

de praticamente toda a gente e a leitura de literatura, de não ficção e de imprensa de qualidade por uma elite “educada”.

One [sociological emphasis] is the sheer prestige of reading. Among the Lancaster residents they studied, Barton & Hamilton (1998) found that the idea of being a reader was imbued with values. Reading was seen as a good thing, and people equated reading with being bright. Earlier British working-class attitudes that had judged readers to be lazy or antisocial had faded. Being a reader meant reading books; just reading magazines or newspapers did not count (Barton & Hamilton 1998, p. 158). [...] The second sociological emphasis is on reading as a product of social organization. An immense infrastructure supports the reading habit. Although education is the most obvious, as are the media tie-ins [...], there exist more specific institutional and corporate forms that encourage and sustain reading. [...] The third insight, a product of the first two, is the division between reading as a matter-of-fact practice of just about everyone and the reading of literature, serious nonfiction, and the quality press as an esteemed, cultivated, supported practice of an educated elite. (Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 138-139)

Na comunicação ao I Seminário Internacional promovido pelo Plano Nacional de Leitura, realizado em Lisboa em 2007, Griswold especifica alguns dos elementos constituintes da noção de classe de leitores:

An elite segment of the general population, one that is highly educated, affluent, metropolitan, and young, has produced both heavy readers and early adopters of the Internet. Exhibiting the concentration effect, they read more than the average readers of the past. Right now these people – the avid²⁰ readers, the communications elite, the cultural omnivores²¹, much of ‘the creative class’²² – along with older, less

²⁰ Outros termos utilizados, próximos da de leitores “Avid”: “Gros”, “Keen/heaviest”, “lettore forte”, “lectore fuerte”. Embora não coincidam necessariamente no número de livros idos reportam-se sempre à categoria que agrupa os que lêem mais, os aqui designados por Grandes leitores de livros. Ainda a este propósito ver Signorini (2003).

²¹ Ao contrário do intelectual snob, o omnívoro está pelo menos aberto a apreciar actividades populares, próprias de outros estratos, ou seja, não se trata de gostar de tudo indiscriminadamente mas sim de abertura para apreciar tudo. Dito de outro modo, refere-se à passagem da exclusão snob à apropriação omnívora (Peterson e Kern, 1996). Note-se que, embora a tese da alteração de gosto dos intelectuais tenha sido construída com base no gosto musical, foi recentemente confirmada com o alargamento das actividades à leitura de livros, de peças de teatro, de poesia e de romances, entre outras, com base nos dados de várias edições do SPPA (Peterson e Rossman, 2007). O perfil traçado pelos autores inclui uma ligeira sobre-representação feminina e evidente predominância dos mais escolarizados, mas não trata a categoria socioprofissional, antes o rendimento. O mesmo se passa numa aplicação desta teoria à música e à leitura (Purhonen, Gronow e Rahkonen, 2010).

²² No sentido de Florida (2004[2002]). A propósito das preferências da classe criativa em matéria de lazer e cultura ver Bille (2010). A autora considera duas categorias, “creative core” e “creative professionals”.

technologically advanced, long-committed readers, make up the reading class. (Griswold, 2007: 4)

Especificamente quanto à “classe criativa”, apesar das sobreposições, a autora considera que existem algumas diferenças relativamente à classe de leitores:

Although there is overlap between the reading class and the “creative class” defined by Richard Florida (2002), in part because they are both highly educated, the two groups are not congruent. Some groups Florida includes (software engineers, business managers) may not be heavy readers, while librarians and high school teachers, reading class stalwarts, are not included in Florida’s group of highly mobile creative professionals. (Griswold, 2007: 13)

Esta discussão ajuda a compreender a composição socioprofissional da classe de leitores. Quanto à noção de leitor “avid”, deriva dos estudos sobre participação cultural (SPPA) realizados nos Estados Unidos (Bradshaw e Nichols, 2004b: 4) que incluem as seguintes categorias: leitor “light” (1 a 5 livros por ano), “moderate” (6-11), “frequent” (12-49, ou seja, pelo menos um livro por mês) e “avid” (mais de 50 livros, o que significa pelo menos um livro por semana), “both literary and non-literary”. Contudo, num outro artigo assimila a classe de leitores às categorias “avid” e “frequent”: “These people, - doubtless they are roughly the same people as the 16 percent whom the NEA study counted as ‘frequent’ or ‘avid’ readers – constitute the reading class” (Griswold, 2008: 60).

A caracterização da classe de leitores faz-se também por determinados comportamentos típicos que lhe são associados. Trata-se, então, daqueles, poucos, que:

get lost in a book, turn to newspapers for news and magazines for leisure, and are called ‘readers’ by their family and friends [...] read for entertainment constantly [...] always have a book going, who never travel without something to read, who have print material scattered in every room of their houses (Griswold, 2008: 36-37).

Em suma, a classe de leitores define-se pelo perfil social e pelas práticas de leitura. Quanto ao perfil social, caracteriza-se por níveis de escolaridade e rendimento económico elevados e idade jovem. Inclui as elites urbanas, os membros das classes e fracções de classe que, quanto às práticas, *lêem regularmente em situação de lazer e entretenimento* e (importará

aprofundar) *para o seu trabalho*, são, quanto ao número de livros lidos, grandes leitores, com gostos omnívoros.

Para além da referida comparação com a classe criativa, a classe de leitores poderá não estar muito distante, na perspectiva de Maria de Lourdes Lima dos Santos (1994: 431) como de Augusto Santos Silva, do grupo daqueles que, “na esteira de Pierre Bourdieu e Mike Featherstone, se vêm designando como os *novos intermediários culturais* – ou seja, programadores, críticos, jornalistas culturais, animadores, agentes literários, etc.” e de cujos estilos de vida e actividade profissional alguns dos “protagonistas clássicos da cultura cultivada, como os conservadores de museus e bibliotecas” se aproximaram (Silva, 2002: 151). Ou dos “leitores profissionais” (por contraste com os leitores “leigos”) de que fala Lahire (2003). Outra hipótese é de que se trata das classes médias, ou melhor, das *novas classes médias assalariadas* (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2007: 49).

Note-se que, apesar do valor heurístico do conceito, persiste o problema da sua operacionalização enquanto variável, uma vez que não é explicitado o método de construção, aspecto que merece igualmente aprofundamento do ponto de vista metodológico e analítico.

Quais as relações entre a cultura de leitura e a classe de leitores? Podem, talvez, sintetizar-se cinco:

- It is both possible and historically common to have a reading class without having a reading culture;
- Where reading starts to penetrate public life rather than remaining within bureaucratic, clerical, or scholarly ghettos, a reading culture may emerge;
- Reading cultures do not invariably take hold;
- Just as the presence of a reading class does not guarantee a reading culture, a reading class may remain robust while it's surrounding reading culture atrophies;
- In Europe and the United States something similar is taking place: the reading class is strong, even expanding, while the reading culture is stagnant, even receding. (Griswold, 2001: 4-5).

Reflectindo sobre quais as implicações da distinção entre os dois conceitos, e as suas diferentes trajectórias para a comunicação da sociologia, a autora refere duas grandes linhas conclusivas:

- Books will retain immense prestige – clout, as we say in Chicago – because of the status of the reading class [...] Books will continue to be the single most effective means of

influencing the public agenda by reaching members of the educated elite via the reading class;

- Social groups that have not been historically part of the reading class are unlikely to join it in the future, not because they can't read but because they don't feel the need to read. The reading class is educated, affluent, white, middle-aged, and increasingly female. Minorities, less-educated people, the young, and especially young men are unlikely to feel the need for the book habit (Griswold, 2001: 5).

Diferentes perspectivas sobre o futuro da leitura de livros por prazer

As reflexões sobre o futuro da leitura de livros por prazer face aos desafios das sociedades contemporâneas estão na base das perspectivas que a autora classifica como *pessimista*, *optimista* e *realista*, assim caracterizadas (Griswold, 2007: 3-6): *pessimista* – de acordo com estudos realizados em vários países, assiste-se ao declínio da leitura por prazer, de literatura, designadamente entre os jovens adultos, e ao envelhecimento geracional dos (grandes) leitores; *optimista* – os estudos mostram que a quase totalidade da população lê alguma coisa, a maioria lê livros em período de lazer, uma (pequena) parte pode ser considerada como leitores “ávidos”; *realista* – no século XXI a leitura de livros parece ser simultaneamente valorizada e abandonada. A população em geral lerá menos, mas persistirá uma classe de leitores que, com a internet, terá uma influência maior do que anteriormente.

Por outro lado, tanto a análise histórica como as práticas contemporâneas deixam três aspectos claros, os quais definem o futuro da leitura (Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 139; Griswold, 2008: 67-68): i) a sustentação do prestígio associado à leitura; ii) a leitura como produto da organização social, suportada numa imensa infraestrutura; iii) a divisão crescente entre a leitura como uma prática generalizada da população e a leitura de literatura, de não-ficção “séria” e da imprensa de “qualidade”, restrita a uma parte da população (a classe de leitores)²³. Esta divisão tende a aprofundar-se o que deixa aos sociólogos uma questão em aberto, a de saber se existe uma relação entre ela e outras formas de estratificação e desigualdade. Uma dessas formas poderá ser a internet, como se verá adiante.

²³ Embora alerte para os limites das previsões, a autora considera que a classe de leitores, no ocidente e no Japão, estabilizará num valor situado entre um quarto e um terço da população, e nos países em desenvolvimento será uma minoria mais pequena, situando-se talvez em torno dos 15% (Griswold, 2008: 167). Note-se que, se o critério utilizado for o número de livros lidos num ano, as percentagens correspondentes aos que leram 12 ou mais varia, nos países da EU, entre 11% (Portugal) e 36% (Finlândia), sendo que a média é 22% (Beck-Domzalska, 2011: 178).

Capítulo 2

EVOLUÇÕES RECENTES DAS PRÁTICAS DE LEITURA

Parece assistir-se, nas sociedades ocidentais, a diferentes evoluções da leitura e da leitura de livros por prazer. Por um lado, constata-se a generalização do uso da leitura na vida quotidiana e, por outro, são também identificados sinais do seu eventual declínio enquanto prática cultural, em particular dos “grandes” leitores. Ou seja, o desenvolvimento das culturas de leitura nacionais é concomitante com a diminuição do peso estatístico da classe de leitura. A partir de meados da década de oitenta, os estudos sociológicos sobre a leitura dão uma crescente importância a esta questão procurando explicar esse declínio. Explicação que incidiu primordialmente nos concorrentes mais populares da leitura, a televisão em particular, mas também noutras actividades de lazer.

A leitura (de livros) por prazer enfrenta novos desafios e alterações significativas em dois planos. No da contaminação do *seu* tempo, o dedicado ao lazer, e do *seu* contexto, o doméstico, pela leitura escolar e pela leitura profissional, cada vez mais exigentes fora dos *seus* contextos, a escola e o emprego, contexto que enfrenta também o apelo das práticas de saída, e o da emergência e crescente disseminação da leitura nos novos suportes digitais proporcionados pelas novas tecnologias e pela internet face à leitura em suporte papel.

Neste quadro as consequências são a diminuição da intensidade da leitura de livros e da percentagem correspondente aos *grandes leitores*. Consequência particularmente visível em países que registam elevados níveis de leitura.

Declínio da leitura, diminuição dos grandes leitores

Contudo os estudos mostram resultados contraditórios. De acordo com Skok e outros (Skok, Gentil, Girard, Guy e Kleberg, 1993: 51) entre 1970 e 1990 verificou-se um crescimento das taxas de leitura de livros em países como França, Inglaterra, Itália, Áustria, Noruega e Canadá. O crescimento variou entre 5% e mais de 20%, chegando a representar 22% em Itália. Segundo outros autores, nos anos 80 cresceu a preocupação com o declínio no interesse pela leitura (Knulst e Kraaykamp, 1997).

Em França, o indicador utilizado para medir a evolução dos níveis de leitura, e que está na base da conclusão do seu declínio entre a população (francesa) é o número de livros lidos nos últimos 12 meses (excluindo escolares ou profissionais), não o volume de publicações, o número de livros vendidos ou o número de inscritos em bibliotecas, indicadores que, pelo contrário, mostram sinais de crescimento. Há igualmente que ter em conta que a conclusão do declínio da leitura tem, em geral, por base os que lêem mais livros, os grandes leitores.

Nesta linha, Philippe Coulangeon constata que o número dos não-leitores (neste caso aqueles que declaram não ter lido nenhum livro nos últimos 12 meses) diminui ou estabiliza, mas o dos grandes leitores (ainda neste caso os que lêem mais de 12 livros por ano) também (Coulangeon, 2005: 37). Estas ilações aparentemente contraditórias dos indicadores disponíveis estavam já patentes na frase “la France lit plus mais les Français lisent moins” (Dumontier, Singly e Thélot, 1990: 63-64), ou seja, a progressão global da leitura é concomitante com uma diminuição da intensidade das práticas individuais, evolução justificada com o contexto geral de declínio das práticas culturais “legítimas”.

Vários factores explicam a redução da intensidade das práticas de leitura, dos grandes leitores. O aumento dos constrangimentos horários (que afecta mais os quadros superiores do que os operários) induz comportamentos de arbitragem tempo/rendimento que jogam em desfavor da leitura nas classes superiores cujo tempo livre disponível tende a diminuir devido à escolha de actividades mais onerosas (ir à ópera, ao restaurante, jogar golfe...) mas menos exigentes em tempo (*idem*: 37-38).

Outro factor frequentemente apontado para o declínio da leitura é o papel da escola. Contudo, os estudos não o confirmam. Baudelout, Cartier e Detrez, na obra sintomaticamente intitulada *Et Pourtant Ils Lisent...* (1999), não têm dúvidas em afirmar que “La France lit plus aujourd’hui qu’hier”, resultado “en général superbement ignoré par les intellectuels éplorés qui ne voient que la désaffection pour la lecture des lycéens, des étudiants et des intellectuels eux-mêmes” (*idem*: 17). E a França lê mais devido, em boa parte, à generalização e ao alongamento da escolaridade que permite hoje o acesso à cultura do livro e à leitura de centenas de milhares de adolescentes, delas excluídos anteriormente, simplesmente porque abandonavam a escola aos 14 anos para ir trabalhar. E se isso se passa com as “massas”, então e com a “elite”, por que lê menos? Os autores consideram que a diminuição é indiscutível mas a dimensão é contestável. De facto, a banalização do livro (deixou de ser a única fonte de conhecimentos e de prazer e é uma prática “ordinaire, dépouillé de ses mythes”) leva a que seja hoje subestimado por esquecimento, negligência ou indiferença, quando antes era

sobrestimado. Ou seja, a dimensão da diminuição é, então, sobrestimada devido à conjugação dos dois efeitos nos instrumentos de medida (*idem*: 19-20).

Ainda no contexto francês, a partir da comparação dos resultados dos inquéritos realizados entre 1967 e 1988 e centrado nos alunos do secundário e nos estudantes universitários, Gérard Mauger (2004) regista dois resultados previsíveis (vulgarização da leitura sem deixar de ser elitista) e chega à conclusão de que a leitura retrocedeu. Discute depois quatro hipóteses explicativas do retrocesso com base em dois pressupostos apontados como motivos para a diminuição das práticas de leitura: (i) a democratização do sistema escolar, pressuposto que não parece confirmar-se, desde logo porque a diminuição da leitura compreende todos os estudantes, os “herdeiros” e os “recém-chegados”; (ii) a multiplicação e diversificação da oferta de divertimentos, em especial a televisão, sendo que também esta explicação não parece ter grande consistência uma vez que os dados mostram que quem lê também vê televisão durante muito tempo.

As quatro hipóteses são as seguintes: (i) a dramatização da diminuição das práticas leitoras: lamenta-se a diminuição logo desde 1960, na altura em que os estudos sobre a leitura têm início. Será que reflecte os interesses corporativos dos “leitores profissionais” que impõem o direito e o dever de leitura, ou seja, seguindo Bourdieu (1993[1985]: 217-239) o direito e o dever de os ler? (ii) A sobrestimação das práticas de leitura no passado: desvalorização simbólica das práticas de leitura devido à sua generalização. Será que o poder distintivo da leitura (fora da escola) não se transfere para outras práticas (no caso a música)? A ideia de homem “culto” já não se confundirá com o “letrado” e, fora do círculo dos leitores profissionais, o número de leituras feitas já não é uma questão de honra; (iii) a subestimação actual das práticas de leitura: os programas escolares tendem na actualidade a absorver toda a literatura. A “leitura-escolar-trabalho” tende a confundir-se com a “leitura-livre-entretenimento”. Porque toda a literatura pode ser obrigatória e universal, compreende-se que tenha perdido a sua qualidade de entretenimento como valor distintivo; (iv) dissuasão escolar: debilidade da socialização literária em detrimento de uma cultura científica ou técnica. Será que a escola colocou aqueles com “diplomas intermédios” numa situação ainda mais precária do ponto de vista da leitura?

Laurent Fleury, por seu turno, adianta três interpretações para a diminuição dos níveis de leitura. A primeira interpretação é que se assiste a uma espectacular diversificação das actividades de lazer. A conjugação da diversificação de lazeres com a grande progressão dos consumos audiovisuais tem como resultado que a inscrição da leitura no tempo e espaço dos lazeres se torna mais delicada. A segunda interpretação é que se deve às transformações dos

actos de leitura. Deste ponto de vista, a questão não será tanto ler menos mas sim o desenvolvimento de novos usos do livro e do impresso. Dito de outro modo, não se lê menos, lê-se diferentemente. A leitura técnico-científica, fragmentada, utilitária, rentável, substituiu-se à leitura desinteressada. E a diminuição entre os jovens é interpretada como um efeito perverso de uma demasiado forte concentração da pedagogia escolar no livro. Em terceiro e último lugar considera que a diminuição da quantidade de livros lidos se explica também pela perda relativa do valor simbólico da leitura e pela perda do poder distintivo no seio do universo adolescente, a geração das novas tecnologias (Fleury, 2006: 41-43).

Nos EUA, os quatro SPPA realizados entre 1982 e 2002²⁴ mostram um declínio percentual continuado da leitura, em especial de literatura, declínio que se manifesta em todas as categorias sociais mas mais acentuadamente entre os jovens adultos (NEA, 2007). A leitura de literatura por parte da população americana decresceu 10 pontos percentuais nesse período (de 57% para 47%), sendo que, de 1992 para 2002, a quebra foi de 7 pontos percentuais (de 54% para 47%). Contudo, importa frisar que no SPPA de 2008 se inverte a tendência de declínio da leitura de literatura (de 47% para 50%) até aí verificada – inversão atribuída aos programas públicos de promoção da leitura postos em prática – mas este último valor é ainda inferior ao apurado em 1992 (NEA, 2009)²⁵.

Na Holanda, ao contrário do que seria de esperar – face ao aumento dos níveis educativos (a média de anos de escolaridade aumentou) e à expansão da oferta de materiais de leitura – verificou-se, de 1955 para 1995, uma queda continuada da leitura de lazer devido à concorrência da televisão na ocupação do tempo livre: “younger cohorts read less and, unlike earlier generations, they don’t increase their reading as they age” (Griswold, 2008: 51, a partir de Knulst e Kraaykamp, 1997; 1998).

No ano anterior (1996) estes dois autores apresentaram os principais resultados de um projecto de investigação longitudinal iniciado pelo Dutch Social and Cultural Planning Office (SCP) sobre os comportamentos de leitura e a utilização de outros média. Foi publicado um relatório intitulado *Reading Habits. Half a Century of Research on Reading and its Rivals* (Knulst e Kraaykamp, 1996). O estudo procurava responder a três questões principais: (i) quais as tendências ocorridas quanto ao tempo de leitura de lazer nos Países Baixos deste 1950? (ii) as tendências observadas ocorreram da mesma forma em todos os segmentos da população? (iii) como podem ser explicadas as particularidades destas mudanças? Teve por

²⁴ Mais precisamente em 1982, 1985, 1992 e 2002.

²⁵ Extrapolando os valores percentuais para a população, o número de leitores em 2008 é superior ao registado em 1982 (95,6 milhões e 112,8 milhões, respectivamente).

base os 7 “budget-time survey” a nível nacional realizados desde 1955²⁶. O projecto baseia-se em dados recolhidos pelo Central Bureau of Statistics (CBS) entre 1955 e 1962 e nos dados do SCP entre 1975 e 1995.

Assim, quanto às tendências verificadas no tempo ocupado com leitura de lazer no período 1955-1995 verifica-se que, em 1955, os holandeses dedicavam 5 horas semanais à leitura. Estas 5 horas representam cerca do dobro do tempo observado em 1995. Os autores chamam a atenção para que virtualmente todos os tipos de entretenimento (incluindo cinema, teatro e dança de salão) atraíam mais pessoas em 1955 do que em 1995. O leque limitado de escolhas pode explicar a avidez das audiências daquele tempo.

No final dos anos 50 essa época de relativa escassez de entretenimentos terminou quando a televisão, os equipamentos de alta-fidelidade e o automóvel privado entraram em cena. Entre 1955 e 1962 o tempo passado em frente à televisão aumentou de 0,2 para 5,4 horas por semana. Desde essa altura, o tempo passado a ler tem diminuído progressivamente, embora mais acentuadamente nos anos 60. Em 1955 a leitura ocupava em média 21% do tempo de lazer das pessoas, mas em 1962 já só representava 17% e, em 1975, 13%. Esta evolução agravou-se ao longo do tempo. Em 1995 a parte da leitura no tempo de lazer diminuiu ainda mais, atingindo os 9%.

Relativamente às tendências verificadas nas categorias sociais são consideradas as diferenças entre homens e mulheres e entre grupos etários. Na década de 1950 o estudo CBS indicava diferenças consideráveis entre os hábitos de leitura dos homens e os das mulheres. Na altura, as 6,2 horas semanais dedicadas pelos homens à leitura eram bastante superiores às 4,2 horas das mulheres. Porém, o estudo indica que houve uma diminuição do tempo dedicado à leitura tanto nos homens como nas mulheres, e em todos os grupos etários, entre 1955 e 1975. Entre 1975 e 1995 todas as categorias apresentam um declínio menos acentuado. Em 1995 as mulheres lêem mais do que os homens e as pessoas mais velhas lêem mais do que os jovens, ainda que todos os grupos etários passem uma menor parte do seu tempo a ler do que nas décadas anteriores.

Knulst e Kraaykamp constatarem duas tendências opostas: por um lado, o tempo passado a ler parece aumentar à medida que as pessoas envelhecem, o que poderia traduzir-se num aumento da média de tempo passado a ler já que a população dos Países Baixos está a envelhecer. No entanto, isto não acontece porque há um segundo factor que entra em jogo: o efeito geracional. O significado da leitura enquanto parte da formação das pessoas diminui a

²⁶ O primeiro estudo a incluir informação sobre a ocupação do tempo e os hábitos de leitura foi realizado em 1934-1935.

cada geração. Nas gerações mais recentes já não se verifica o aumento do tempo dedicado à leitura à medida que se envelhece. O ponto de viragem reside na geração nascida entre 1940 e 1949, que registava níveis de leitura baixos, e que não aumentaram à medida que envelheceram. O declínio geral no tempo dedicado à leitura por lazer reflecte mais especificamente o padrão observado nas gerações pós-guerra, especialmente as que nasceram depois de 1950. Este facto é paradoxal já que estas foram as gerações que tiveram mais oportunidades a nível educativo.

Quanta às possíveis explicações para o declínio da leitura os autores consideram quatro: (a) A cada vez maior falta de tempo na vida quotidiana; (b) O aumento do número de alternativas de lazer; (c) O aumento da oferta de produtos ligados à leitura escolar e profissional na vida quotidiana; (d) A cada vez maior rivalidade com a televisão.

Em conclusão, o estudo mostra que o tempo gasto com a leitura diminuiu para cerca de metade no período de quarenta anos. O declínio foi mais acentuado na fase de emergência da televisão (1955-1975). Nos vinte anos seguintes (1975-1995) o declínio continuou, mas menos acentuadamente, e com velocidades semelhantes para os livros, jornais e revistas. O declínio a longo termo pode, em grande medida, ser explicado pela cada vez menor percentagem da população que lê livros, jornais ou revistas *regularmente*. O declínio foi mais acentuado nos homens do que nas mulheres. Em 1995, em média as mulheres liam mais do que os homens. No período 1975 - 1995, as gerações nascidas entre 1920 e 1939 divergem do padrão geral: lêem mais. O efeito da idade (ler mais à medida que se envelhece) não se verifica nas outras gerações. No pós-guerra, a cada cinco anos, as gerações dedicam uma percentagem de tempo à leitura inferior à da geração imediatamente anterior. A combinação do trabalho remunerado e doméstico nas gerações do pós-guerra e o aumento da diversidade das actividades de lazer explicam parte do declínio da leitura. O grande crescimento da oferta ligada à leitura também parece ter prejudicado a apreciação dos média impressos. Embora a televisão seja apontada como a principal rival da leitura, os dados mostraram que a socialização tem aqui alguma importância: os indivíduos socializados num ambiente de leitura e de contacto com materiais impressos são mais resistentes à substituição da leitura pela televisão. Além disso, as gerações nascidas depois de 1950 e que cresceram na era da televisão mostram a mudança mais acentuada em favor desta. As diferenças nos graus de substituição da leitura pelo visionamento de televisão mostram que o grupo que resta de leitores consiste sobretudo nas pessoas com educação média e elevada das gerações anteriores à guerra.

Parece, assim, difícil parar a tendência de diminuição da leitura. Os factores que explicam essa diminuição estão relacionados com a cultura do consumo, típica das sociedades ocidentais. Perante o declínio acentuado na leitura de livros nos últimos 50 anos levanta-se uma questão: quem é que ainda lê livros? Embora até certo ponto já se tenha respondido a esta pergunta, a novidade desta investigação é que, em vez de se centrar nas características dos públicos que abandonaram os livros ou dos que os continua a ler, foca-se principalmente na questão de saber se certos géneros foram abandonados mais rapidamente do que outros (Knulst e Broek, 2003). Os dados dos inquéritos à ocupação do tempo permitem descrever a extensão do declínio da leitura no período 1975-2000. Uma vez que desde 1990 é inquirida a leitura de livros por tipo, tal torna possível uma investigação da relação entre o referido declínio e o tipo de livros lidos no período 1990-2000. Esta década é particularmente importante quanto à utilização dos média nos Países Baixos: surgem novos canais de televisão privados (em holandês) e os computadores pessoais emergem como um novo meio de recreação doméstica. No final da década a internet estabeleceu-se mais amplamente.

Os autores testam a “hipótese de Postman” segundo a qual os livros mais exigentes (i.e. literatura) estão mais expostos ao domínio das fórmulas de entretenimento televisivo. Contudo, os resultados a que chegaram não confirmaram essa hipótese. Pelo contrário, verificaram que o declínio da leitura foi mais notório entre os leitores de romances de amor.

The assumption made by Postman and his associates that the readership of complex types of books, in particular, would crumble as television entertainment made inroads was not confirmed by the Dutch time–budget data covering the period 1990–2000. The increase in viewing commercial TV channels or in PC and Internet use did not have any separate downward effect on the reading of books. In contrast to that of literature buffs, the decline among readers of romantic novels was more than proportionate. (Knulst e Broek, 2003: 231)

Concluem, então, que:

This result does bear out the views of Postman and his associates. The reading of books remains a popular leisure activity, although it is by no means the mass diversion that it was half a century ago. Among other things, the de-reading in the subsequent period was due to the low influx of avid readers among the more recent birth cohorts, so that the gradual dropping out of elderly cohorts of heavy readers has not been offset. This applies in particular to the readership of romantic novels. (Knulst e Broek, 2003: 231).

Os estudos realizados ao longo das últimas décadas em vários países dão conta de resultados contraditórios. Na Bélgica, mostram a erosão dos leitores de jornais regulares (Bouilllin-Dartevelle, Thoveron e Noël, 1991: 164). Em França, EUA e Países Baixos constata-se o “recuo” da leitura (Coulangeon, 2005: 35). Estudos de vários países mostram o decréscimo da leitura de livros, o que não significa a quebra da leitura (Toivonen, 2006). Nos casos holandês e norte-americano, ao contrário do caso francês, o declínio da leitura far-se-á sentir mais nos leitores ocasionais do que nos leitores “avid” (Griswold, 2007: 3-6). Em Espanha verificou-se o crescimento da taxa de leitura entre a população e das taxas de leitores frequentes de livros e de jornais (Ariño, 2010: 77-78).

Leitura de livros, leitura como prática cultural, escolar e profissional

Embora o contexto de lazer permaneça como o principal contexto da leitura (de livros), assiste-se a uma contaminação crescente e, aliás, mútua, das leituras nos três contextos²⁷ e a um aumento dos estímulos, entre os adultos, para as leituras formativas, por vezes escolares, e profissionais (a formação ao longo da vida) no espaço doméstico, espaço por excelência da leitura de livros.

Ou seja, as práticas de leitura cultural enfrentam não apenas a concorrência de outras práticas e lazeres culturais, mas também das leituras realizadas noutros contextos. Perante a tendência para a acumulação das práticas, embora se considere o aumento do tempo de lazer, o tempo total gasto com cada uma tende, necessariamente, a reduzir-se.

Os locais de leitura podem ser relevantes na discussão da contaminação dos vários contextos. A leitura de lazer refere-se à leitura realizada fora dos contextos da escola e do trabalho, independentemente dos locais de leitura. Por exemplo, pode existir leitura de lazer na escola ou mesmo no emprego. Mas o período e o local por excelência da leitura de lazer são também ocupados pelas leituras profissionais (designadamente livros técnicos e científicos) e escolares, que correspondem a expressões como “levar trabalho para casa” e TPC (“Trabalhos Para Casa”) escolares, que, neste último caso, pode ser a leitura de literatura. Anne-Marie Chartier, a propósito da leitura entre os jovens professores, distingue

²⁷ A maioria dos leitores que lêem por prazer lê romances e ficção popular (romances contemporâneos ou históricos, mistério, policiais). Ao contrário dos países ocidentais, nos países em desenvolvimento a leitura é mais instrumental do que lúdica, mais praticada no sentido de adquirir as competências e os conhecimentos necessários para a mobilidade social e ocupacional (Griswold, 2008: 52).

entre leituras "pessoais, livres" (de distração e memoráveis) e "profissionais" (de curto prazo e de longo prazo (Chartier, 2004).

Em França, a percentagem da população que lia um livro que lhes pudesse ser útil profissionalmente passou de 20% em 1989 para 27% em 1997, aumento que leva Olivier Donnat a concluir que o livro “semble faire de plus en plus l’objet d’un usage utilitaire en relation avec la formation, l’activité professionnelle ou même les loisirs, et permet de comprendre de recul relatif de la lecture de fiction depuis 1989, si l’on excepte les romans policiers” (Donnat, 1998: 174).

Como se viu já, nos inquéritos sociológicos o núcleo é a leitura lúdica mas incluem-se outros contextos (escolar e profissional). A análise dos contextos faz-se de várias formas, destacando-se duas: distinguindo expressamente o lúdico dos demais; incluindo entre os géneros de livros os escolares e os profissionais (estes últimos também designados técnicos e científicos). No inquérito às práticas de leitura do México, pergunta-se por leitura de literatura geral, para a escola e para o trabalho (AAVV, 2006: 31). Nos géneros incluem-se os “textos escolares” e “técnicos/científicos” (*idem*: 22). Em Portugal, os leitores são apurados a partir dos géneros lidos, incluindo livros científicos e técnicos, e escolares. E também como uma entre outras práticas culturais. De todo o modo, a distinção dos contextos apresenta vantagens analíticas claras, uma vez que permite a identificação da estrutura percentual das práticas e das relações existentes entre estas.

Perfis de leitores: uma perspectiva comparada internacional

Nos países ocidentais, a escolaridade é o principal factor na predição dos níveis de leitura. Em geral, quanto mais elevados os níveis de escolaridade da população mais elevados os níveis de leitura. Para além da escolaridade, o sexo, a idade, a condição perante o trabalho, a situação na profissão e a categoria socioprofissional são algumas das variáveis que mais contribuem para traçar os perfis sociais dos leitores. Far-se-á seguidamente uma revisão dos resultados dos inquéritos quanto a esta matéria com referência a cada uma das variáveis²⁸ mencionadas.

Procura-se portanto responder a questões tais como: Qual o perfil social predominante dos leitores? E o dos leitores de livros? Serão esses perfis diferentes ou coincidentes entre si? E

²⁸ Há variáveis dos perfis de leitores que ganham relevância em determinados contextos nacionais. Por exemplo, a *raça* (nos EUA, os brancos lêem mais do que os negros) e a *religião* (historicamente os protestantes lêem mais do que os católicos, e ambos lêem mais do que os muçulmanos). Estas variáveis não foram consideradas no LP.

quanto aos perfis dos públicos da cultura, quais as proximidades, quais as diferenças? O que mostram os estudos quanto ao valor discriminante de cada variável? Para tal utilizam-se diversas fontes: estudos transnacionais, em particular os europeus, exercícios comparativos internacionais, estudos sobre Portugal e outros inquéritos nacionais.

Nas últimas décadas, as principais características do perfil sociodemográfico dos leitores têm permanecido constantes e são semelhantes nos vários países. Ainda que os autores destaquem diferentes características, todos concordam que a leitura depende acima de tudo da escolaridade. Outras variáveis estão associadas, embora não tão fortemente: o sexo (as mulheres lêem mais do que os homens, embora aqui se tenha verificado uma alteração significativa a favor das mulheres); a idade (os jovens lêem mais); o rendimento (aqueles com rendimento mais elevado lêem mais); o habitat urbano-rural (residentes em áreas urbanas e suburbanas, metropolitanas, tendem a ler mais²⁹) (Griswold, 2000: 95; Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 129; Griswold, 2007: 2; Griswold, 2008: 46-47). O sexo e o diploma são as variáveis destacadas por Baudelot, Cartier e Detrez (1999: 16), e Ariño o sexo, a idade e o estatuto ocupacional (os estudantes lêem mais do que os activos), para além da escolaridade (2010: 79-83). Outros autores acrescentam ainda: o estado civil (os divorciados lêem mais); o tempo de trabalho (os que estão a tempo parcial lêem mais); a categoria socioprofissional (“professionals and managers more than operatives, laborers and service workers”) (Hendon, Rees e Verdaasdonk, 1987: 209-210).

O perfil dos leitores de livros não se distancia significativamente dos perfis dos públicos de outras práticas culturais de saída “legítimas” em que se incluem as artes do espectáculo (teatro, música e dança) e o património (como a visita a monumentos e a museus) quanto a três das principais variáveis explicativas – escolaridade, idade e actividade socioprofissional – mas o sexo é, na leitura, uma variável com maior peso discriminante, ao contrário dos públicos da cultura vistos globalmente (Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos: 2002: 244). Contudo, observam-se algumas especificidades, consoante o domínio cultural e a área artística em causa. Por exemplo, quanto à visita a museus os mais idosos estão sobrerrepresentados (Santos e Neves, 2005: 76), mas esta constatação poderia ser estendida a outras áreas. Ariño, num balanço da democratização cultural em Espanha, mostra as proximidades e diferenças entre o perfil dos leitores de livros e de jornais e revistas face a outras práticas (2010: 150-151).

²⁹ De acordo com o Eurobarómetro 278 (2007), 65% dos habitantes em “rural village” lêem livros, percentagem que sobe para 72% em “small/mid size town” e para 79% em “large town”.

Principais variáveis na análise das práticas de leitura

Práticas de leitura e escolaridade

A condição de alfabetizado³⁰ não é suficiente. O que determina os níveis de leitura, em particular da leitura de livros, é a escolaridade medida pelo grau mais elevado ou pelo número de anos. Uma ilustração baseada num estudo recente para o conjunto dos 27 países da União Europeia confirma que quanto maior o número de anos de escolaridade mais elevada a percentagem daqueles que lêem livros: com 15 anos de escolaridade, 51%; com 16 a 19 anos, 71%; com mais de 20 anos, 86%, mas revela igualmente que o valor mais elevado, 91%, se regista entre aqueles que ainda estão a estudar (Eurobarómetro 278, 2007: 18). É, aliás, uma associação que se verifica em todas as 10 práticas culturais/formas de participação consideradas. Estes resultados apontam ainda a influência da frequência do sistema de ensino nos níveis de leitura, os quais tendem a diminuir uma vez fora dele.

A leitura obedece às mesmas leis das outras práticas culturais, com a diferença de que o nível de instrução é mais poderoso no sistema dos factores explicativos, sendo o segundo factor a origem social (Bourdieu e Chartier, 1993[1985]: 274). A educação estabelece as fronteiras da classe de leitores e é o caminho de acesso para membros de outros estratos socioeconómicos (Griswold, 2001: 4).

O sistema de ensino desempenha, portanto, um papel fulcral na formação de públicos da cultura em geral, de leitores, em particular. Todos os inquéritos mostram uma forte associação entre leitura e escolaridade. Esta é a principal variável explicativa dos hábitos e das práticas (culturais) de leitura. Na análise da leitura em cinco países (Holanda, Noruega, França, Reino Unido e EUA), Dale Southerton e outros consideram mesmo que essa é a única variável estatisticamente significativa (Southerton, Warde, Cheng e Olsen, 2007). Contudo, à semelhança do que se verifica com a literacia (Ávila, 2008: 87) pode também dizer-se que existe uma grande proximidade, mas não sobreposição, entre níveis de escolaridade e níveis de leitura (Lopes, 2003: 63). A formação escolar é determinante mas não explica tudo uma vez que, apesar de entre os licenciados a percentagem de leitores ser superior, nem todos são

³⁰ No plano nacional, analfabeto é todo o “indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, *i.e.*, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa” (<http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>). A definição da UNESCO é a seguinte: “a person is defined as literate if he or she can, with understanding, both read and write a short, simple statement on his or her everyday life”. Ainda neste plano importa chamar a atenção para as diferentes definições de analfabetismo (em inglês “literacy”), como as notas da UNESCO às suas estatísticas bem mostram (<http://stats.uis.unesco.org/unesco/ReportFolders/reportFolders.aspx>, acessado a 13 de Fevereiro de 2008).

leitores e, pelo contrário, o facto de a percentagem de leitores ser diminuta entre aqueles com mais baixos níveis de ensino, isso significa isso mesmo, ou seja, que existem, embora proporcionalmente (muito) menos. Aliás, em 1992 Maria de Lourdes Lima dos Santos dava já conta de três descoincidências: (i) entre quem sabe ler e é leitor; (ii) entre quem é leitor e quem é leitor de livros; (iii) entre prática de leitura enquanto recepção "primária", de *familiaridade de superfície* com o texto, emocional e identificatória (no sentido de Leenhardt, 1988) e enquanto recepção "competente" capaz de operar a distanciação entre o sujeito-leitor e o texto, ainda de acordo com Leenhardt (Santos, 1992b: 19; 27-28). E adiantava que "o abandono da escola coincide, não raro, com o abandono da leitura: é um marco a partir do qual se condensam os factores de diferenciação quanto a oportunidades de vida e aspirações possíveis, influenciando sobre o desenrolar dos hábitos de leitura e sobre o sentido que lhe vai sendo atribuído" (*idem*: 24).

Práticas de leitura e sexo

Os níveis de escolaridade explicam parte substancial dos níveis de leitura de uma dada sociedade. Esta é uma regularidade pesada na abordagem da leitura. Considerados os grandes números, a segmentação por sexo é outra regularidade: as mulheres predominam na leitura de livros e de revistas, os homens na leitura de jornais³¹. Recorrendo de novo a uma ilustração recente, no conjunto dos 27 países da União Europeia constata-se uma diferença de 7 pontos percentuais favoráveis às mulheres (74% versus 67% dos homens) no que toca à leitura de livros (Eurobarómetro 278, 2007: 16).

Esta regularidade é comum à generalidade dos estudos realizados nas últimas décadas nos países ocidentais. Importa salientar que se trata dos países ocidentais uma vez que, como mostra Wendy Griswold (2000), em países africanos, como a Nigéria, a percentagem dos homens é superior à das mulheres, o que se explica porque a formação escolar está quase integralmente reservada aos homens. Esta realidade corresponde, nas sociedades ocidentais, ao desenvolvimento pré-industrial (sociedades rurais). Note-se que as leitoras são, juntamente com as crianças e os operários, os novos leitores do século XIX (Lyons, 2001[1997]). Em meados do século XX, a predominância dos homens relativamente às mulheres em número de leitores de livros ainda é desfavorável a estas.

³¹ Note-se que esta regularidade não se verifica em todos os grupos de idade. As mais jovens e as mulheres em idade activa lêem mais, as reformadas lêem menos, justamente porque elas têm, em idades avançadas, taxas mais elevadas de analfabetismo e menores de frequência do sistema de ensino, pelo menos em Portugal.

Porém, nos países ocidentais, incluindo Portugal, a inversão do sentido da clivagem entre homens e mulheres, em favor destas últimas, tem já algumas décadas. Embora naturalmente varie consoante o país, parece remontar ao último quartel do século XX e vem-se acentuando. Uma excepção, eventualmente entre outras, pode ser apontada: no México, em 2006, as mulheres (56,7%) e os homens (56,1%) registam valores similares (AAVV, 2006: 20). Olivier Donnat defende que o interesse pela arte e a cultura, hoje superior nas mulheres do que nos homens, longe de traduzir uma qualquer predilecção secular ou natural é o resultado de profundas mutações sociais que a sociedade francesa atravessou depois do fim dos anos 60: mais diplomadas do que os homólogos homens, frequentemente com uma formação literária ou artística, mais numerosas a ocupar empregos que induzem uma relação privilegiada com os lares culturais (Donnat, 2005: 1). Assim, em França, ao contrário do que se passava nos anos 70, as mulheres estão mais representadas em todas as actividades relacionadas com o livro, quer se trate da compra, da intensidade de leitura ou da inscrição em bibliotecas. De facto, em 1973 a percentagem correspondente aos leitores ainda era favorável aos homens (72% contra 68% das mulheres), tal como em 1981 (75% contra 73%), invertendo-se a partir de 1988 (73% contra 76%), num movimento em profundidade que ainda se mantém (Donnat e Cogneau, 1990: 81; Donnat, 2005). Olivier Donnat chama ainda a atenção para o facto de as mulheres registarem também maior frequência/intensidade de leitura de livros (Donnat, 2005: 3). O estudo comparativo em cinco países, já referido, mostra que a diferenciação se vem acentuando pelo menos desde os anos setenta (Southerton, Warde, Cheng e Olsen, 2007). Em Portugal, em 1988, ainda era favorável aos homens (56% contra 51% das mulheres) (Freitas e Santos, 1992a: 31). E no inquérito às práticas culturais dos lisboetas, realizado em 1994, a percentagem de leitores de livros³² entre os homens é de 64% ao passo que entre as mulheres é de 61% (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994: 211). Também em Espanha os estudos realizados nos anos 60 e 70 mostram que os homens ainda tinham valores mais elevados do que as mulheres quanto à leitura de livros (em 1974, 59% contra 41%), sendo o sexo a única variável que registou uma alteração profunda. Em 2006/2007 os valores são de 55% contra 60% (Ariño, 2010: 81-84).

Como se explica esta mutação? O alargamento da escolaridade feminina e o recuo da leitura entre os jovens adultos, mais sensível entre os rapazes do que entre as raparigas, são algumas das explicações. De acordo com Olivier Donnat, a *oposição sexual* exprime-se, na leitura de livros, com uma força sem equivalente nas outras práticas culturais e inclui os

³² Apurados, tal como no inquérito LP, pelas respostas sobre os géneros lidos mais frequentemente.

conteúdos, preferindo as mulheres determinados géneros, em particular o romance, os homens, outros, designadamente o género técnicos e científicos (Donnat, 1994: 266).

A predominância feminina quanto à leitura de livros deve-se a vários factores, encontrando-se entre os principais a progressão da escolaridade – que beneficiou mais as raparigas do que os rapazes –, a já referida preponderância entre os mediadores do livro (professores e bibliotecários) e, mais recentemente, a emergência e generalização dos computadores, cuja utilização é sobretudo masculina (Donnat, 1998: 174). Para Steven Tepper o “gender gap” na leitura de ficção é explicado pelo papel da mulher na socialização das crianças e pelos estereótipos quanto às actividades de lazer e não pelas competências de leitura ou pelo tempo livre (Tepper, 2000).

Ou seja, a imagem da leitura e de toda a cultura escrita feminizou-se concomitantemente com as profissões da educação e do mundo do livro (Robine, 2001b: 67). Outra perspectiva destaca a socialização de género e o significado do livro na construção da identidade feminina (Lopes e Aibéo, 2007: 42), ou seja, as raparigas são educadas e incentivadas a ler, ao contrário dos rapazes.

Ainda uma outra abordagem salienta as diferentes representações face à leitura de livros, de desvalorização por parte dos rapazes, e pelo contrário, de valorização por parte das raparigas (Clark e Akerman, 2008; Clark, Osborne e Akerman, 2008). Esta diferença deverá consolidar-se uma vez que para os jovens ler não é mais um comportamento prestigioso nem um modelo de conduta a imitar, tendo em conta o reforço do sexismo masculino que a juventude (espanhola) atravessa (Calvo, 2001: 133).

Wendy Griswold, Terry McDonnell e Nathan Wright constatarem que quando as raparigas estão em pé de igualdade com os rapazes no acesso ao ensino (o que não é o caso na generalidade dos países africanos e muçulmanos) elas lêem mais e mais eficazmente do que eles (2005: 131). O que, dito de outro modo, significa que quanto maior a percentagem da população leitora maior a discriminação em favor do sexo feminino.

Deve, contudo, ter-se em conta que os estudos sobre a leitura mostram uma outra tendência forte: elas lêem mais livros e revistas, eles lêem mais jornais (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 82).

Práticas de leitura e idade

Ao contrário das variáveis escolaridade e sexo, que apresentam uma regularidade notável do ponto de vista da leitura, inclusivamente numa perspectiva internacional, a idade mostra

algumas diferenças. Não existe um padrão de comportamento aplicável à generalidade dos países ocidentais. As principais regularidades são que os jovens lêem mais e que as percentagens de leitores decrescem com o avanço da idade, mas em alguns países o decréscimo não é linear invertendo-se nos escalões de idade mais avançados (a linha em U nas representações gráficas das distribuições percentuais).

Do ponto de vista do suporte, a situação mais comum é, quanto à leitura de livros, que a percentagem diminua à medida que a idade avança. Em alguns países regista-se uma inversão desta distribuição nos grupos de idade acima dos 65 anos (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 79). Quanto aos leitores de jornais, as distribuições percentuais caracterizam-se por serem normalmente mais elevadas, por um lado, nos escalões correspondentes às idades activas (25-64 anos) e, por outro lado, entre os que têm idades superiores a 65 anos relativamente aqueles que têm menos de 24 anos (*idem*: 104).

Os factores explicativos são os efeitos do sistema de ensino pelo recuo do analfabetismo (mais presente nos mais velhos, embora variável naturalmente segundo o país em causa), pela generalização e alargamento da escolaridade obrigatória. E ainda os outros factores ligados aos ciclos de vida.

Devido à gradual generalização do sistema de ensino e do aumento da população abrangida, as questões de geração são talvez mais visíveis. Para além dos níveis de analfabetismo e de escolaridade, outros factores devem ser considerados, como a concorrência de outras actividades na ocupação dos tempos livres, designadamente entre os jovens, de onde resulta o envelhecimento dos leitores devido à diminuição do seu número entre os escalões mais jovens (Donnat, 1994: 270; 1996: 127).

A relação inversa entre a idade e o nível de leitura de livros (quanto mais idosos, mais baixos os níveis de leitura) verifica-se em sociedades, como a portuguesa, que conjugam elevados níveis de analfabetismo com baixos níveis de escolaridade, conjugação que incide sobretudo na população mais idosa. António Ariño conclui que em Espanha o que se verifica quanto à leitura não é envelhecimento, mas sim *maturação* (“*maduración*”), ou seja, os leitores estendem-se pela pirâmide demográfica (2010: 140).

Recorrendo de novo, ilustrativamente, ao estudo para o conjunto dos 27 países da União Europeia de 2007, quanto à leitura de livros, no escalão 15-24 são 82%, no escalão 25-39 descem para 72%, no escalão 40-54, sobem ligeiramente para 74%, e no escalão 55 e mais anos, registam uma acentuada descida, para 63% (Eurobarómetro 278, 2007).

Mas podem também observar-se os efeitos dos ciclos de vida na intensidade da leitura. Em França, em 1988, lê-se mais quando jovem (dado que há menos constrangimentos, de tempo e

outros, e estão presentes os incentivos dos professores) menos na idade activa (devido aos cuidados com os filhos e à actividade profissional em pleno); e de novo mais quando se envelhece (saída de casa dos filhos, chegada da reforma) (Dumontier, Singly e Thélot, 1990: 66). O que não se verifica em Portugal, sendo que os baixos níveis de escolaridade da população mais idosa é seguramente um dos principais factores explicativos.

Os ciclos de vida determinam largamente os percursos, as práticas de leitura, a sua intensidade, gostos, gestos e maneiras, incluindo daqueles que podem ser considerados grandes leitores (Vogels, 2004; Guionnet, 2004: 249-250).

É no escalão dos mais jovens (15-24 anos) que os níveis de leitura são mais elevados. Isso deve-se em grande parte à frequência do sistema de ensino. As questões que subsistem remetem para a acção da escola na difusão do *amor pelo livro* – contribuirá a escola para o cultivar, ou pelo contrário, para o conter?³³ Quando os dados apontam para baixos (ou, melhor, não tão elevados como seria de desejar, segundo alguns autores) níveis entre os jovens alunos são duas as interpretações mais comuns: (i) existe um retrocesso do lugar do livro e da literatura na hierarquia escolar e, conseqüentemente, nas preferências dos leitores medianos (nem os melhores nem os piores); (ii) a crescente exigência de leituras de literatura-lazer para a escola pode contribuir para destruir a imagem da leitura como lazer, pelo menos entre aqueles que frequentam a escola com menor interesse (Dumontier, Singly e Thélot, 1990: 75).

A afirmação segundo a qual “os jovens não lêem” apoia-se nos dados que apontam para “uma quebra dos níveis de leitura na passagem da juventude para a adolescência” o que significará uma quebra quando abandonam o sistema de ensino e ingressam na vida activa. Estes dados mostram que a frequência do sistema de ensino será mais favorável à leitura de livros do que a vida activa, pelo menos em determinados contextos socioprofissionais. Acrescente-se que as taxas de leitura diminuem mais acentuadamente entre os rapazes.

Práticas de leitura e categorias profissionais

Ao contrário do que se verifica com outras variáveis, atrás referidas, no que toca especificamente aos grupos sociais activos, ou que não o sendo já exerceram uma profissão³⁴,

³³ João Teixeira Lopes, com base na diminuição dos níveis de leitura à medida que se avança no percurso escolar, aponta o “curioso paradoxo: aparentemente, a escola mata a leitura” (Lopes, 2003: 73).

³⁴ É reconhecida internacionalmente como base a ISCO – International Standard Classification of Occupations, uma classificação da responsabilidade da Organização Internacional do Trabalho, a qual tem sido adoptada, e

as abordagens com incidência nas práticas de leitura são raras e fragmentadas. O uso de diferentes perspectivas teóricas e de diferentes abordagens empíricas e respectivos sistemas de classificação, nos planos nacional e internacional, não facilitam as comparações directas. Contudo, a relevância desta abordagem tem vindo a ser destacada pela sociologia da cultura, designadamente em Portugal, pelo que se impõe uma análise um pouco mais detalhada desta variável.

De facto, sem cair no erro da “história sociocultural à francesa” que, ao privilegiar “unicamente a classificação socioprofissional, esqueceu que outros princípios de diferenciação, também eles completamente sociais, podiam explicar, com mais pertinência, as causas das diferenças culturais”, como as “pertenças a um sexo, ou a uma geração, das adesões religiosas, das solidariedades comunitárias, das tradições educativas ou corporativas, etc.” (Chartier, 1997: 19), importa reconhecer “a importância persistente e o carácter nuclear dos indicadores socioprofissionais” (Costa, 1999: 224), também do ponto de vista das práticas de leitura.

Trata-se de uma abordagem relevante na análise das práticas culturais e de leitura da população activa uma vez que “as categorias de inserção socioprofissional – mais ou menos estreitamente articuladas com os recursos económicos e culturais detidos pelas pessoas ou por elas provavelmente alcançáveis, com os círculos de relacionamento social, com os meios sociais de origem e com os percursos de vida trilhados – constituem bons indicadores de quadros de condicionamento e possibilidades socialmente vigentes que, em geral, exercem bastante influência nas disposições, competências e práticas dos indivíduos e dos grupos” (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996: 35, 40).

Olivier Donnat, embora saliente a importância da categoria socioprofissional na hierarquização das práticas, alerta igualmente para os factores que se “escondem” atrás dessa variável “compósita”³⁵ como as diferenças quanto à origem social, ao habitat, ao rendimento e, sobretudo, quanto ao nível de escolaridade. De facto, o autor nota que as disparidades em função da escolaridade são mais espectaculares do que as da categoria socioprofissional (Donnat, 1999: 115-116). Alerta ainda para os efeitos cruzados da escolaridade com os da idade, de posição no ciclo de vida e de pertença geracional sem se conseguir determinar o papel respectivo das duas séries de variáveis devido aos (baixos) contingentes de inquiridos. O autor refere as condições de vida que favorecem a participação cultural, designadamente:

adaptada com variantes, por instituições internacionais (como a UE) e por Estados (como a portuguesa CNP Rev. 94).

³⁵ Variável “compósita”, como também refere Coulangeon, uma vez que funciona como indicador indirecto da qualificação e do nível escolar (Coulangeon, 2005: 48-49).

níveis de diploma e de rendimento elevados; proximidade com a oferta cultural; familiaridade precoce com o mundo da arte; modo de lazer voltado para o exterior e as relações de sociabilidade com os amigos (*idem*: 114).

Uma outra abordagem destaca o significado da classe social e do sexo, quando tomados conjuntamente, na leitura de livros, de literatura. Trata-se do conceito de classe inspirado em Wright (1997), “conceito de localização nas relações sociais de produção, de raiz marxista” (Costa, 1999: 204). Nessa abordagem os autores destacam as diferenças relativamente aos géneros de livros, não apenas entre as classes mas também entre os sexos nas diversas classes (Bennett, Emmison e Frow, 2001).

Wendy Griswold, com o conceito de classe de leitores, definido a partir das características socioeconómicas e das práticas, designa aqueles que querem e têm de ler quotidianamente por motivos profissionais e de lazer (Griswold, 2001), portanto grandes leitores, ou pelo menos leitores regulares. A abordagem é sustentada em pesquisas realizadas em vários países³⁶ mas apresenta um desafio de carácter metodológico: o referido conceito não se ancora propriamente numa classificação, de profissões ou de categorias socioprofissionais, que o operacionalize e que permita comparações.

De todo o modo, pode dizer-se que, no seu conjunto, os estudos mostram que os operários e os agricultores são as categorias mais afastadas das práticas de leitura e que, pelo contrário, a categoria especialistas das profissões intelectuais e científicas é a mais próxima.

Mais especificamente, a “estratificação social” das práticas de leitura segundo a categoria socioprofissional (Donnat, 1999) revela que a hierarquia é similar para as seis práticas culturais consideradas, incluindo a leitura, embora aqui restrita aos que “leram 25 livros ou mais” (considerados grandes leitores). É sempre nos quadros e profissões intelectuais superiores que se registam as percentagens mais elevadas. No que toca especificamente aos leitores a estratificação social é a seguinte: quadros e profissões intelectuais superiores (29%), profissões intermédias (20%), empregados (16%), agricultores (10%), artesãos, comerciantes e chefes de empresa (9%) e operários (6%) (Donnat, 1999: 112). Contudo, os comportamentos de leitura no interior das categorias não são homogéneos. Assim, nos quadros e profissões intelectuais superiores e profissões intermédias (as que registam os valores mais elevados de participação na vida cultural), o subgrupo professores e profissões científicas destaca-se claramente (44%), mesmo relativamente ao subgrupo quadros de

³⁶ Designadamente Estados Unidos, Nigéria, Noruega e Itália.

empresas (33%), sendo que todos os demais se situam abaixo de 29% e um deles (contramestres) regista 11% (*idem*: 117).

A estrutura social dos leitores em França, por género de livros (Coulangeon, 2005: 48-49) mostra essencialmente duas coisas: características sociais contrastadas dos leitores dos diferentes géneros; estratificação social dos leitores semelhante à referida por Donnat, ou seja, quadros e profissões intelectuais superiores, profissões intermédias e, embora num patamar relativamente mais baixo, os empregados constituem as categorias socioprofissionais em que os leitores estão sobrerrepresentados. No pólo oposto situa-se a categoria Agricultores.

De acordo com o SPPA (EUA), segundo o grupo ocupacional, as pessoas com “managerial, professional, technical and support occupations” têm mais probabilidades de ler literatura (59%) do que as pessoas com outras ocupações, em particular “production, craft, repair, operator” (28%) (Bradshaw e Nichols, 2004: 14).

Capítulo 3

O INQUÉRITO QUANTITATIVO EXTENSIVO NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA DA POPULAÇÃO

Na abordagem das práticas de leitura de uma dada população, incluindo as características sociodemográficas, para mais numa perspectiva diacrónica, a técnica mais utilizada é o inquérito extensivo quantitativo por sondagem. Como todas as técnicas tem vantagens e desvantagens. O mais importante é a adequação ao objectivo em causa e o aqui proposto é identificar as práticas de leitura da população portuguesa segundo as principais variáveis sociodemográficas de modo a determinar as características quer da cultura de leitura quer da classe de leitores.

Considera-se, como Lahire, a importância da reflexividade teórica e metodológica da sociologia sobre a leitura e recusam-se as teses que negam a possibilidade da sua medição pela sua natureza presumivelmente “demasiado subtil” (Lahire, 2004: 12). Acresce que a repetição da medição no tempo permite identificar o sentido da evolução das taxas de leitura e as “desigualdades do acesso à cultura e ao impresso” (*idem*: 12).

A pesquisa das práticas de leitura por inquérito extensivo quantitativo é uma linha enraizada em vários países, os inquéritos seguem um conjunto de parâmetros comuns (designadamente a definição de leitura como prática cultural), mas apresentam também grande diversidade quanto ao desenho de pesquisa e à metodologia. De modo a melhorar a comparabilidade, diversos esforços vêm sendo feitos, em vários âmbitos, com vista à sua harmonização ou uniformização. Especificamente quanto às práticas de leitura, a elaboração de um manual de boas práticas, com uma orientação sociológica, promovido pelo Centro Nacional do Livro da Grécia (Donnat, Freitas e Frank, 2001) e os trabalhos realizados no quadro do CERLALC – Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe³⁷ (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006: 24) são dois bons exemplos. Sobre participação e práticas culturais outros foram realizados, ou estão ainda em curso, no âmbito de organizações transnacionais (em que Portugal se inclui), como o Eurostat, com

³⁷ O CERLALC é um organismo intergovernamental de âmbito ibero-americano sob os auspícios da UNESCO, fundado em 1971, no qual Portugal se integra.

recomendações para as operações estatísticas oficiais³⁸, incluindo a leitura³⁹, e a UNESCO (Morrone, 2006).

Importa ainda referir linhas de pesquisa que tendem a privilegiar metodologias transnacionais, com inquéritos extensivos qualitativos à população e que incluem igualmente práticas de leitura entre as dimensões inquiridas, tais como a ocupação do tempo e, mais recentemente, a literacia.

De facto, o problema das fontes, em particular quanto se trata de grandes inquéritos, é crucial. Assim, a sociologia da leitura por inquérito à população desenvolveu-se de acordo com as fontes estatísticas disponíveis em cada país, e não necessariamente apenas com inquéritos específicos. Disso são exemplo a Holanda (inquéritos à ocupação do tempo) e França (inquéritos às práticas culturais). Se em alguns países os estudos realizados privilegiaram os inquéritos sobre a leitura, outros há que incidem sobre as práticas (actividades, consumos, hábitos ou participação) culturais, entre as quais se incluem a leitura de livros, de jornais e de revistas (Donnat, Freitas e Frank, 2001).

Embora o inquérito quantitativo extensivo seja uma técnica largamente utilizada, em particular pela sociologia, no estudo das práticas, não é, naturalmente, a única. Outras, qualitativas, têm sido utilizadas (histórias de vida, entrevistas) para reconstituir e analisar as trajetórias dos indivíduos enquanto leitores, os momentos e as razões da inflexão dos seus percursos ou a relação íntima com certas leituras (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 27), as flutuações das práticas e as modulações em termos de frequência (Guionnet, 2004). Alguns destes estudos decorrem, e aprofundam, os resultados dos inquéritos extensivos de âmbito nacional, problematizando determinadas vertentes insuficientemente discutidas nos inquéritos

³⁸ Desde 1997 que, no âmbito do Eurostat, se vêm realizando estudos metodológicos sobre estatísticas culturais (Neves, 2008), incluindo a participação cultural/práticas culturais, a propósito da qual foi criado um grupo de trabalho específico (AAVV, 2000; Petrakos, Photis, Lefterova e Nikolaou, 2005; Eurostat, 2007; Bina, Chantepie, Deroin, Frank, Kommel, Kotýnek e Robin, 2010). Especificamente sobre participação veja-se também as conclusões do encontro internacional realizado em Moscovo em 1991 (Skok, Gentil, Girard, Guy e Kleberg, 1993). Os referidos estudos podem ser considerados preparatórios de um inquérito *oficial* a realizar em 2011 no quadro da ESSnet-Cultura (2009-2011), que inclui o grupo de trabalho “Cultural practices and social aspects”. Entretanto, foram realizados inquéritos pelo Eurobarómetro que incluem Portugal pelo que constituem fontes aqui utilizadas: Eurobarómetro 56.0 (2001) (14 Estados membros, incluindo Portugal e excluindo a Itália porque os dados deste último não são comparáveis) (ver também Spadaro, 2002) complementado pelo Eurobarómetro 2003.1 (2003) dirigido aos então 12 Países Candidatos (PC) e à Turquia, que inquiriu sobre leitura de livros e motivos de leitura; e o Eurobarómetro 278 (2007), que abrange o conjunto dos 27 países da EU e que inquiriu a frequência das práticas. Em cada país, os inquéritos incluem os residentes, mesmo que de outras nacionalidades, desde que integrem da União Europeia.

³⁹ Se bem que importe ter em conta as limitações quando se passa do nível da UE para o nível nacional, como tem sido notado por vários autores, como Knulst e Broek (2003: 215) com base em Skaliotis (2002) e nos vários documentos metodológicos produzidos no âmbito do Eurostat sobre o tema da participação, práticas e valores culturais na Europa, já referidos. Entre esses problemas situam-se os que derivam da dimensão da amostra e da tradução das perguntas. Os autores questionam se os inquiridos dos diferentes países terão interpretado o inquérito da mesma forma.

por questionário e que são tomados como novos pontos de partida de pesquisa. Um exemplo é o tema dos designados “pequenos leitores” (por vezes assim considerados quando declaram ler até 4 ou 5 livros) cujo perfil e outras características são identificados nos inquéritos extensivos e depois aprofundados com estudos qualitativos e que é uma das problemáticas mais caras à sociologia da leitura em França (Bahloul, 1990; Peroni, 2003[1988]). Outro exemplo da complementaridade entre os inquéritos nacionais e outros dirigidos a segmentos específicos é o inquérito longitudinal aplicado, durante quatro anos, a adolescentes com idades entre os 14 e os 18 anos de modo a estudar as suas trajectórias enquanto leitores (Détrez, 2004).

Quanto a Portugal foram também realizadas abordagens com recurso a metodologias intensivas, estudos de caso e entrevistas. A consulta da literatura produzida na última década e meia sugere que se subdividem entre uma sociologia da leitura direccionada para os utilizadores das bibliotecas públicas através de estudos de caso, realizados no quadro do programa de investigação Sobre a Leitura⁴⁰ (ver, por todos, Lopes e Antunes, 2001; Lopes, 2003) e que, por sua vez, suscitou várias outras reflexões sobre leituras e leitores (entre outros, Furtado, 2000; Ventura, 2002; Martins, 2004), e uma outra linha de pesquisa, mais próxima da sociologia histórica privilegiando os métodos qualitativos (Curto, 2006; Brazão, Curto, Domingos, Kumar, Medeiros e Santos, 2009) com raras incursões nos métodos quantitativos (Curto, Brasão, Domingos e Santos, 2004).

Uma breve abordagem histórica dos inquéritos sociológicos sobre leitura

A origem das sociologias da leitura e dos leitores, da sociologia empírica, situa-se no primeiro terço do século XX na URSS, na Alemanha e nos Estados Unidos, com particular incidência entre as duas grandes guerras. Os inquéritos não são motivados apenas por puro interesse de conhecimento, as problemáticas sociológicas estão ligadas a problemas sociais e políticas, designadamente a democratização, o que é particularmente notório em França, país em que os grandes inquéritos sobre práticas culturais e, em particular, sobre as práticas de leitura foram realizados após a criação do Ministério da Cultura em 1959 (Hersent, 2000; Poulain, 2004; Seibel, 2005), com origem mais institucional que universitária, mais económica do que cultural (Girard, 1997: 297-299). Entre os contributos para a história da

⁴⁰ O Programa Sobre a Leitura decorreu entre 1997 e 2000, no âmbito do OAC, por encomenda do IPLB, e envolveu docentes e alunos finalistas de cursos de sociologia de várias universidades portuguesas. Os estudos das três séries foram publicados em 13 volumes, incluindo os relatórios de síntese.

sociologia da leitura, numa perspectiva francesa, Nicole Robine, num artigo sintomaticamente titulado “Pour une unification des champs de recherche sur la lecture du livre”, refere a proliferação de inquéritos sobre a leitura, quantitativos e qualitativos⁴¹ realizados depois de 1955 por empresas de sondagens, por investigadores e por bibliotecários (Robine, 1980).

De acordo com Bernadette Seibel (1995), em França a investigação sobre a leitura começou na segunda metade dos anos 50 em torno de dois polos: universitário (Robert Escarpit e Nicole Robine) e militante e pedagógico (Jean Hassenforder). Em 1960 foi realizado um primeiro inquérito nacional, encomendado pelo Syndicat National de L'Édition. A leitura é observada numa determinada população, seja ou não leitora, o que torna possível uma avaliação em números da difusão dos comportamentos leitores e das suas determinantes sociais (nível de estudos, sexo...) e definida como uma prática que pode ser perspectivada com outras práticas culturais, de lazer ou de trabalho. Em 1967 o INSEE integra a leitura nas práticas de lazer e em 1973 o Ministério da Cultura considera-a uma prática cultural. Os grandes inquéritos nacionais reproduzem a clivagem entre duas correntes de investigação sobre a leitura: uma, em torno de Joffre Dumazedier, concebe a leitura como uma das componentes essenciais da nova sociedade de lazer; e a outra situa a prática da leitura no âmbito da escola e da cultura, em que a investigação de Bourdieu e Passeron (1970) sobre os estudantes de letras e ciências humanas é pioneira. O interesse pelas práticas culturais deve muito ao contexto político em que foi elaborado o primeiro inquérito de 1973 e ao objectivo de democratização cultural subentendido na política cultural de André Malraux. No final dos anos 70, a sociologia da leitura conhece um novo impulso com a criação da Direction du Livre e do Service Études et Recherches do Ministério da Cultura. Em 1986 surge o Observatoire Socio-économique du Livre e no ano seguinte o Observatoire France-Loisirs de la Lecture, os quais promoverão, tal como o serviço Études et Recherches de la Bibliothèque Publique d'Information du Centre Pompidou, a realização de inúmeros estudos. A originalidade das investigações realizadas nos anos 80 resulta da adopção, num campo de investigação dominado pela análise estatística, de métodos qualitativos⁴² que sublinham as relações entre a leitura e as trajectórias biográficas e a aproximação das problemáticas a disciplinas como a sociologia e a história. O interesse dos investigadores tende a passar dos livros para o “ler”, enquanto a base da análise histórica se desloca do livro para o conjunto

⁴¹ Por inquéritos sobre leitura entende a autora “recherches sur la lecture de loisirs ou d'informations personnels, menées à l'aide d'interviews ou de questionnaires auprès d'un échantillon de personnes” (Robine, 1980: 205).

⁴² Sobre estudos quantitativos e qualitativos realizados em França depois da década de cinquenta do século passado (periodizações, problemáticas, estudos, autores), ver Robine (1985), Seibel (1995), Horellou-Lafarge e Segré (1996: 29-90), Hersent (2000: 6-38) e Poulain (2004). Especificamente sobre os estudos qualitativos realizados na década de noventa ver Segré (2001).

dos leitores em épocas diferenciadas. O que se procura é conhecer as principais clivagens que diferenciam, no tempo, as formas ordinárias de ler. Estes trabalhos introduzem a ideia de que as práticas de leitura são construídas histórica e socialmente a partir de normas e de competências que a investigação tem de identificar (Seibel, 1995: 15-27)

No espaço ibero-americano o primeiro país a realizar um inquérito quantitativo sobre a leitura foi o Chile, em 1999, a que se seguiram vários outros, em geral promovidos pelas tutelas da cultura e/ou pelas associações profissionais do sector do livro (Schroeder, Cifuentes, Barrero e Steenkist, 2008: 250).

Relativamente a Espanha, Antonio Ariño (2010: 14-15) procedeu ao levantamento dos inquéritos e outras fontes sobre práticas culturais e concluiu que o primeiro levado a cabo no país foi realizado pelo instituto de estatística espanhol em 1974 (“Encuesta de hábitos de lectura”). Promoveram também inquéritos específicos sobre leitura o Centro de Investigaciones Sociológicas (1998 e 2003) e a Federación de Gremios de Editores de España (2004 e 2008). Isto para além dos vários inquéritos sobre práticas culturais. De resto o desafio referido por Seibel coloca-se igualmente à sociologia da cultura em Espanha, como sublinha Ariño a propósito dos estudos sobre leitura: “conocemos cantidades, pero poco sobre cualidades” (*idem*: 95).

Na Holanda, como atrás se aludiu, os estudos sobre a leitura assentam em grande parte nos inquéritos à ocupação do tempo realizados depois de 1995 (Knulst e Kraaykamp, 1998). E nos Estados Unidos, nas décadas mais recentes, os inquéritos sobre participação cultural/práticas culturais são uma fonte fundamental (Bradshaw e Nichols, 2004b).

Metodologias quantitativas versus qualitativas

Como se viu acima, a questão metodologias quantitativas *versus* qualitativas pode emergir da saturação da informação quantitativa, e conseqüente necessidade de abordar qualitativamente determinadas problemáticas, mas isso não significa que os dados quantitativos extensivos sejam irrelevantes e dispensáveis. A este propósito José Madureira Pinto defende que haverá que procurar conciliar, na organização global da pesquisa, “extensividade e intensividade, por esta ordem (e sublinho: '*por esta ordem*')”, de “maneira a que o ‘caso’, visto de perto, não fique desfocado ou hipostasiado por excesso de proximidade física e empática” (Pinto, 2004: 26-27). De resto, é largamente reconhecido que a questão central está em adoptar o método mais adequado tendo em conta os objectivos, a problemática em causa e, claro, os meios disponíveis para cada pesquisa (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 28).

Conhecidas as limitações procura-se minimiza-las, se possível, utilizando ambas as técnicas, realizando entrevistas a um conjunto reduzido de indivíduos da amostra, de modo a elevar os níveis de interpretação, a complementar a análise dos dados quantitativos recolhidos através de questionário com dados qualitativos⁴³.

Como refere Jean-François Hersent, os estudos qualitativos afinam e enriquecem os indicadores utilizados nos inquéritos nacionais (2000: 38). Bernard Lahire é um dos autores que se vem destacando na montagem de dispositivos de observação qualitativa com base em dados extensivos no estudo do “social individualizado” (Lahire, 2005).

De todo o modo, parte dos limites dos inquéritos quantitativos pode ser superada quer pela inclusão de opções de resposta aberta, de modo a permitir que as pessoas interrogadas respondam utilizando as suas próprias palavras quando não se reveem nas opções de resposta explicitadas, quer pela inclusão de questões abertas que indiquem o que é mais relevante para os inquiridos (Foddy, 1996[1993]: 143).

Entre práticas e representações: o que medem os inquéritos por questionário?

Embora a relevância dos inquéritos quantitativos seja notória importa ter em conta alguns dos problemas com efeitos directos na interpretação dos resultados. Entre eles há dois particularmente sensíveis: práticas ou representações e sobre ou subestimação das práticas.

Quanto ao primeiro, de acordo com Olivier Donnat as respostas obtidas não traduzem as práticas efectivas dos indivíduos situando-se antes no “espaço híbrido e flutuante situado entre as representações e os comportamentos reais” (Donnat, 1994: 268). Segundo outros autores trata-se de uma “recolha de declarações dos entrevistados sobre as próprias práticas”, podendo haver distância entre umas e outras, mas sem se perder de vista igualmente que, com os devidos cuidados ao longo do processo que vai da construção dos instrumentos à análise dos resultados, “permite em geral chegar a informações significativas” (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996: 41). Assim, os inquéritos por questionário medem mais representações do que práticas efectivas (Mauger, 2004: 141) pelo que importa ter em conta a diferença entre práticas reais e práticas declaradas (Donnat, Freitas e Frank, 2001; Donnat, 2004: 67). Mas, ainda que se trate de práticas declaradas e não observadas (o que é normal em situações de inquérito) a hipótese implícita é que, se as práticas declaradas são *inexactas em volume*, são *fiéis à realidade em estrutura* (Donnat e Lévy, 2007: 9).

⁴³ Sobre as “reações e críticas às abordagens extensivas” nas questões da literacia dos adultos, mas com uma reflexão de alcance mais geral, ver Ávila (1999: 89-90).

O segundo problema reporta-se à eventual sobrestimação das respostas – por exemplo quanto aos livros e géneros lidos – na linha do que Bourdieu designa por *efeito de legitimidade* (Bourdieu e Chartier, 1993[1985]: 273-274)⁴⁴. Contudo vários autores vêm chamando a atenção para que não é apenas o efeito de sobrestimação que está em causa. De facto, Donnat defende que as respostas podem ser influenciadas quer por subestimações (apenas se declara o que se considera legítimo) quer por sobrestimações (valorizam-se as próprias práticas para dar uma imagem valorizada de si mesmo) (Donnat, 1994: 268). Haverá que ter algumas cautelas para, como refere o autor, não “sobrestimar a sobrestimação” das declarações sobre as práticas culturais por duas razões principais: uma é a perda de parte do poder distintivo da leitura e do livro enquanto estratégia de diferenciação; a outra é que existe igualmente uma tendência para a subestimação de certos suportes e géneros de livros considerados “pouco legítimos” (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 30).

Nicole Robine retoma esta ideia argumentando que a perda do carácter distintivo da leitura e a sua banalização, juntamente com a feminização da leitura, a generalização do sistema de ensino e a concorrência crescente na ocupação do tempo livre estão na base de uma mudança da imagem da leitura que levou a que à sobrestimação dos anos 50 e 60 tenha sucedido posteriormente a sua subestimação (Robine, 2001b: 67).

A formulação do inquérito sociológico às práticas culturais dos franceses reflecte bem esta alteração. Desde logo pela inclusão de géneros de livros antes não considerados “legítimos” (banda desenhada, policiais, livros eróticos, etc.), dos livros escolares e profissionais como leituras possíveis e, mais recentemente, pela própria formulação das perguntas relativas à posse de livros em casa (Donnat, 2009: 249):

Q57 – En dehors des journaux, revues, magazines et livres scolaires des enfants, possède-t-on des livres dans votre foyer ? Oui, Non.

Q57A – Etes vous certain de ne pas avoir oublié...

- Un livre de cuisine ou autre livre pratique
- Un album de bandes dessinées
- Un dictionnaire
- Un livre religieux

Um outro contributo empírico para a discussão deste problema provém do estudo qualitativo realizado nos 27 países da União Europeia, a que se fez já referência, que conclui que os grupos com qualificações mais elevadas tendem a referir a leitura na fase inicial (das

⁴⁴ Bourdieu considera que a interrogação sociológica constata que as declarações sobre o que as pessoas lêem são muito pouco seguras devido a um “efeito de legitimidade”, ou seja, face à questão “o que lê?”, os inquiridos entendem: o que é que leio que merece ser declarado, ou seja, o que é que leio da literatura legítima? (Bourdieu e Chartier, 1993[1985]: 273-274).

discussões nos grupos) e espontaneamente, ao passo que os menos qualificados apenas a referem mais tarde, ou não a referem de todo (Optem, 2006: 21).

Quanto aos inquiridos à população portuguesa, apesar de a auto-desvalorização de certos géneros, suportes do escrito e modos de ler ser um problema conhecido (Santos, 1992: 20) subsiste, contudo, o da interpretação das declarações produzidas sobre a leitura: estarão *sobre* ou *subrepresentadas*, ou seja, tenderão os inquiridos a referir mais ou menos livros, mais ou menos géneros? Pergunta para a qual parece não existir evidência que sustente respostas suficientemente fundadas pelo que será necessária mais pesquisa⁴⁵.

Universos na análise das práticas de leitura: uma perspectiva comparativa internacional

São muitos os factores, tanto teóricos como metodológicos, que contribuem para que se considere que cada inquirido é único, uma vez que são definidos segundo as necessidades nacionais de informação (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 74). A comparação entre estudos, nacionais é útil e possível em determinadas condições, mas deve ser feita com cuidado (AAVV, 2000: 157, 165). Uma das dimensões em que tal está patente é a delimitação do universo, designadamente quanto ao intervalo de idades considerado. Uma segmentação usual distingue os mais jovens (designadamente 6-14 anos, França, ou 10-13 e, mais recentemente, 5-13, Brasil) dos adultos. Quanto aos adultos as idades inferiores mais comuns são 12 anos (México), 14 (Brasil), 15 (França, Portugal, Eurobarómetro) e 18 anos (SPPA, EUA). A fronteira da escolaridade obrigatória é um dos factores condicionantes da opção. Quanto ao limite superior pode não existir mas, quando existe, um dos mais utilizados é de 64 anos, sendo aqui o factor mais notório a idade da reforma em cada país.

Outro parâmetro utilizado para delimitar o universo inquirido é a restrição, ou não, aos alfabetizados⁴⁶. É o caso dos inquiridos sociológicos realizados em Portugal: “a população analfabeta é excluída por ser por definição não-leitora” (Freitas, Casanova e Alves, 1997:

⁴⁵ Que pode passar também pela inclusão, num futuro inquirido, de uma questão do tipo da colocada em França (hipótese: os portugueses subestimam as suas práticas nas respostas). De igual modo, seria útil colocar uma questão sobre representações, que incluisse, por exemplo, a recolha de opiniões sobre a afirmação *os portugueses têm livros em casa mas não lêem, são só para decorar*.

⁴⁶ A selecção/exclusão da população analfabeta levanta pelo menos dois problemas: (i) ficam sem resposta questões como será que os analfabetos não lêem mesmo nada? Será que existe proximidade com os comportamentos de leitura de alguns alfabetizados?; (ii) comparação dos resultados entre inquiridos (os que excluem e os que não excluem) nos planos nacional e transnacional.

17)⁴⁷. O elevado peso da população analfabeta (que em Portugal era de 9% ainda em 2001) poderá, eventualmente, ser usado como argumento para tal decisão.

Importa notar, porém, que esta opção não é comum. É mesmo incomum. Entre os vários estudos nacionais consultados muito raros são os que a adoptam, e ainda assim com variantes. Por exemplo, na primeira edição do estudo *Retratos da Leitura no Brasil*, realizado em 2000, foi considerada a população com 14 e mais anos e com pelo menos 3 anos de escolaridade, mas esta última restrição foi abandonada na segunda edição do estudo, realizada em 2007 (Amorim, 2008: 22-23).

Leitura: diversidade de acepções

Como se operacionaliza a noção de *leitura* nos inquéritos, no fundo como se responde à questão “o que lê?”. A sociologia da leitura inclui, para além da leitura de livros⁴⁸, os jornais e as revistas, que ilustram a diversificação dos suportes mas que têm um tratamento normalmente menos profundo⁴⁹.

A hipótese é que o modo de operacionalizar o conceito de leitura determina os resultados a que se chega e sobretudo condiciona a sua comparação nos planos nacional e internacional. De que se fala quando, nos inquéritos, se fala de leitura? Por exemplo, quando se afirma que a leitura está em quebra (ou, pelo contrário, em crescendo), de que leitura se fala?

Para referir apenas um suporte, o livro, são vários os modos de inquirir (Robine, 1980). Sem qualquer restrição, especificação ou nota explicativa. Com distinção explícita entre leitura de tempos livres, por prazer (como prática cultural, portanto), leitura escolar e leitura profissional. Outra formulação adoptada é: quantos livros leu, nos últimos 12 meses, incluindo férias mas excluindo leituras profissionais e livros lidos às crianças (Donnat, 1998: 341; 2009: 251). Uma das formulações, talvez a mais comum, pelo menos em Portugal, nos inquéritos sobre leitura, às práticas culturais ou em módulos de práticas culturais é “ler livros (sem ser escolares ou profissionais)” ou “excluindo de trabalho e de estudo” (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001). E ainda “para a escola, literatura e para o trabalho” na *Encuesta Nacional de Lectura*, México (AAVV, 2006). Outra formulação aborda a leitura

⁴⁷ Opção tomada igualmente num estudo realizado em 1990 (Gaspar, Cavaco, Fonseca, Duarte, Ferreira, Seixas e Barroso, 1992).

⁴⁸ Note-se que, até à década de setenta do século passado, (nos inquéritos) ler era sinónimo de ler livros, meio legítimo de acesso à cultura, assim oferecendo às categorias sociais modestas uma perspectiva de ascensão social e transmitindo aos elementos das classes populares que preferiam as revistas aos livros o sentimento de não serem leitores (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 70).

⁴⁹ Que serão, por sua vez, tratados com maior profundidade nos inquéritos sobre os meios de comunicação social.

de “qualquer livro” (como actividade de tempo livre, excluindo trabalho e escola) e de “literatura”, (SPPA, EUA, Bradshaw e Nichols, 2006).

Constatam-se igualmente diversas técnicas de questionamento sobre a leitura de livros: escala de Likert com várias temporalidades de modo a obter informação sobre intensidade/frequência; em variável contínua, solicitando o número de livros lidos (num determinado período, por exemplo nos últimos 12 meses; ou que lê mais frequentemente; ou habitualmente) para posterior agrupamento em escalões; ou em pergunta fechada, com escalões pré-definidos. Comum é também a utilização de uma bateria de géneros, mais ou menos detalhada, incluindo livros escolares e, ou, livros científicos, técnicos ou profissionais. Neste caso os níveis de leitura podem ser apurados tendo em conta todos os géneros formulados ou subtraindo os livros escolares e os livros científicos e técnicos.

Leitor: diversidade de critérios

Como se operacionaliza a noção de leitor nos inquéritos sociológicos, ou seja, como se responde à questão “quem lê?” As opções são igualmente várias e podem ser tomadas *a priori*, *a posteriori* ou ambas. É tomada *a priori*, ou seja, na fase de delimitação do universo, por exemplo quando se distingue entre alfabetos (potenciais leitores) e analfabetos (por definição não-leitores). Decorrente da análise, tomada *a posteriori*, a distinção entre leitores e não-leitores pode remeter para o conjunto dos três suportes de leitura: é leitor se declarar ler pelo menos um suporte, será não-leitor se declarar não ler nenhum dos 3 suportes. Pode igualmente ser definido a partir dos géneros lidos habitualmente. É esta a opção no caso do inquérito LP. É considerado leitor aquele que declara ler pelo menos um género de pelo menos um dos suportes considerados habitualmente, incluindo, nos géneros de livros, os técnicos e científicos e os escolares. E é considerado leitor de livros de acordo com o número de livros ou de géneros lidos num determinado período, por exemplo nos últimos 3 meses (Brasil) (Amorim, 2008) ou – opção mais usual ultimamente – nos últimos 12 meses, ou ainda sem uma referência temporal específica, mas apenas o advérbio *habitualmente*. No inquérito LP a opção foi tomada de acordo com os géneros lidos *habitualmente*.

Outras opções são ainda ter declarado ler, num determinado período, pelo menos um género de livros de acordo com opções pré-definidas ou em resposta espontânea; declarou ler pelo menos um livro nos últimos 12 meses (sem ser escolar ou profissional), de acordo com uma escala, sendo que neste caso os resultados apresentados decorrem da opção dos autores, como por exemplo os leitores são identificados a partir da agregação das respostas positivas e,

pelo contrário, os não-leitores são aqueles que declaram nunca/quase nunca ler. Esta última é uma solução possível nos inquéritos às práticas.

De todo o modo é visível a aproximação, para efeitos de comparabilidade, dos critérios adoptados no seio de organizações transnacionais, como se viu. Assim, o Eurostat considera leitor de livros quem leu pelo menos um nos últimos 12 meses, a partir de uma pergunta sobre o número de livros lidos nesse período (Beck-Domzalska, 2007: 2011). No âmbito do CERLALC, é considerada “população leitora”, o conjunto das pessoas que lê frequentemente (todos os dias ou uma a duas vezes por semana) e ocasionalmente (uma vez por mês, por trimestre ou por ano). A “população não leitora” é a população que nunca ou quase nunca lê, ou ainda que não leu nenhum livro durante o ano (Schroeder, Cifuentes, Barrero e Steenkist, 2008: 251).

O inquérito A Leitura em Portugal

O inquérito LP foi realizado no âmbito dos estudos sociológicos do PNL. Enquadra-se no conjunto de estudos previstos para acompanhar a execução e a avaliação dos impactos do Plano⁵⁰. Foi lançado em 2006, primeiro ano da sua vigência, constituindo-se, assim, um marco comparativo com anteriores e futuros estudos de modo a medir as evoluções entretanto ocorridas, designadamente as induzidas pelo próprio PNL.

De acordo com dois dos seus objectivos centrais – recolher informação específica sobre a leitura em Portugal no momento da inquirição, num conjunto alargado de dimensões e indicadores, por um lado, e assegurar uma linha de continuidade relativamente aos inquéritos sociológicos anteriormente realizados, por outro – tanto o universo e a amostra como as dimensões inquiridas seguem de perto o inquérito de 1995⁵¹.

Outro objectivo do inquérito era recolher informação sobre a relação dos encarregados de educação com a escola e sobre os posicionamentos dos pais relativamente às práticas de leitura dos filhos. Neste sentido, o LP inclui um módulo específico para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação. Como se refere na respectiva nota metodológica, trata-se de uma subamostra do contingente de 2.552 entrevistados, e não uma amostra representativa, composta por 737 inquiridos que correspondem àquelas condições de pais de filhos menores e, ou, encarregados de educação (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 191-196).

⁵⁰ Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de Julho (Plano Nacional de Leitura).

⁵¹ Ver capítulo “1. Questões metodológicas” (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 11-20) de que se retomam neste tópico os aspectos mais relevantes.

O universo e a amostra

Tal como nos anteriores inquéritos sociológicos sobre a leitura, o universo do inquérito LP é composto pelos residentes no continente com 15 e mais anos que declaram saber ler e escrever (não analfabetos), universo neste inquérito correspondente a um contingente populacional de perto de 7,5 milhões de habitantes⁵².

O método de amostragem é similar ao do inquérito de 1995. A selecção das localidades foi realizada de acordo com as variáveis região e habitat e a selecção dos inquiridos foi feita por quotas com as variáveis sexo, idade e grau de escolaridade, definidas a partir do Censos (de 2001), com uma redistribuição em função da exclusão dos indivíduos que não possuem nenhum nível de ensino ou com idades inferior a 15 anos. Note-se que as distribuições na generalidade das categorias e escalões das variáveis da amostra seguem as do universo. Os desvios não ultrapassam (para mais ou para menos) um ponto percentual com excepção de duas categorias do grau de escolaridade (-3,4% na categoria até ao 1º ciclo do ensino básico e 3,7% na que reúne o 2º e o 3º ciclo do ensino básico) pelo que a amostra do LP é sensivelmente mais escolarizada do que a do inquérito de 1995. A amostra, directamente proporcional ao universo, é composta por 2.552 casos⁵³. O trabalho de campo, com entrevista pessoal e directa realizada no domicílio, decorreu entre 15 de Novembro de 2006 e 22 de Janeiro de 2007. O cotejo dos valores das variáveis utilizadas na determinação das quotas das amostras dos estudos de 1995 e 2007 mostra que os desvios são, por norma, pouco significativos (devendo ter-se em conta que as populações de referência são os Censos de 1991 e de 2001) mas a amostra do LP é ligeiramente mais jovem e, como se viu, mais escolarizada.

Dimensões analíticas

As dimensões analíticas seguem de perto as dos anteriores inquéritos sociológicos, excepto a que se reporta ao posicionamento dos pais face às leituras dos filhos, exclusiva do LP. Com excepção desta última, correspondente a uma subamostra de inquiridos com a condição de pais de filhos menores de 18 anos (732 casos), as bases quantitativas das

⁵² Note-se que as populações a que os inquéritos se reportam são substancialmente diferentes e têm vindo a crescer: 3,5 milhões (1988), 6,6 milhões (1995) e 7,5 milhões (2007).

⁵³ A selecção da amostra, o pré-teste, o trabalho de campo, o controlo de qualidade e a codificação foram realizados pela empresa Intercampus.

dimensões reportam-se à totalidade da amostra (2.552 casos). As variáveis, indicadores e respectivas bases numéricas⁵⁴, tratadas na presente tese, constam do quadro 3.1.

Quadro 3.1

Dimensões analíticas e indicadores

Dimensões	Indicadores	Base
Representações sobre a prática de leitura	Evolução da prática em geral – factores mobilizadores ou bloqueadores Autoavaliação da prática de leitura	Amostra (n = 2.552)
Posicionamento dos pais sobre as práticas de leitura dos filhos, as actividades da escola e as bibliotecas, escolares e de leitura pública	Estímulos à leitura e a outras práticas culturais dos filhos	Subamostra (n = 732)
	Importância atribuída às actividades de promoção da leitura pela escola	
	Avaliação da frequência das bibliotecas pelos filhos Avaliação sobre os estímulos para a leitura por parte das bibliotecas	
Antecedentes da prática de leitura	Socialização primária para a leitura Gosto pela leitura na infância	Amostra (n = 2.552)
Práticas de leitura na actualidade	Suportes e frequência de leitura Locais de leitura	
Posse e compra de livros	Volume e género de livros que tem em casa Frequência de bibliotecas e aquisição de livros	
Práticas culturais	Diferentes actividades e sua frequência Preferências televisivas Utilização das TIC	

Variáveis de base, derivadas, tipologias e análise multivariada

Das variáveis de base de caracterização do inquirido retiveram-se sexo, idade, estado civil, escolaridade, condição perante o trabalho e profissão. E, na variável grau de escolaridade, também as características do pai e da mãe.

Relativamente às variáveis derivadas importa referir o Capital escolar familiar e, de forma mais detalhada, em tópico específico, a Categoria socioprofissional. O indicador Capital escolar familiar resulta do cruzamento do grau de escolaridade do inquirido com os dos seus pais e compreende três categorias: Consolidado, Recente e Precário. Assim, o capital escolar familiar Consolidado corresponde às combinações em que o inquirido atinge um grau médio ou superior e em que pelo menos um dos seus progenitores tem esse mesmo grau; o capital

⁵⁴ Note-se que a opção de restringir os contingentes dos inquiridos, decorrentes da utilização de perguntas-filtro, seguida nos anteriores inquéritos sociológicos, e também no LP, determinou a existência de várias bases de sondagem que serão referidas sempre que adequado.

escolar familiar Recente refere-se aos casos em que, chegado o inquirido ao grau médio ou superior, nenhum dos seus pais o alcançou; finalmente, o capital escolar familiar Precário refere-se aos inquiridos que não ultrapassam o ensino secundário, independentemente do grau de escolaridade dos pais⁵⁵. Na categoria Não classificável incluem-se os casos de não-resposta à variável grau de escolaridade do inquirido e/ou dos pais. Adiante-se que os estudantes não são considerados nesta classificação de modo a evitar que o efeito de idade influencie a estrutura percentual das categorias (Gomes, Lourenço e Neves, 2000: 60-63; Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002: 84). De acordo com este método, a base numérica é, no máximo, 2.217 (87% da amostra), excluindo os casos não classificáveis (70) e aqueles a que não se aplica (265). Quanto ao peso das categorias é muito desigual. Devido às qualificações mais baixas dos progenitores o capital cultural Precário significa 90% da referida base numérica.

Preservaram-se as variáveis Tipologia⁵⁶ de leitura (Não-leitores, Só um dos impressos-padrão, Parcelar e Cumulativa) e Tipologia de leitores de livros (Pequenos, Médios e Grandes) que foram utilizadas nos anteriores inquéritos sociológicos como variáveis explicativas. A primeira reporta-se aos três suportes e às combinatórias resultantes das declarações dos inquiridos a esse respeito. Varia entre a leitura Cumulativa (aqueles que declararam ler os três suportes) e a ausência de leitura (Não-leitores, aqueles que, pelo contrário, declararam não ler nenhum deles). Adota-se o desdobramento do tipo de leitura Parcelar do inquérito de 1995 em Só um dos impressos-padrão e Parcelar (dois impressos-padrão) preconizado no inquérito LP (ver capítulo 7). Note-se ainda que a condição de leitor de cada um dos suportes resulta das questões sobre os géneros, não de perguntas directas sobre se lê ou não, e inclui os géneros Livros escolares e Livros científicos e técnicos para manter a comparabilidade com os estudos sociológicos anteriores. A segunda (Tipologia de leitores de livros) reporta-se ao número de livros lidos, sendo que são duas as bases numéricas utilizadas. Uma, para manter a comparabilidade com o inquérito de 1995, reporta-se aos que estão a ler ou leram o último livro há menos de um ano; outra sem essa restrição reporta-se aos que responderam apenas à questão formulada como “quantos livros lê normalmente

⁵⁵ Refira-se que a escolaridade dos pais dos indivíduos tipificados como Precários é, no essencial, semelhante à destes. Apenas cerca de 2%, quer do pai quer da mãe, têm qualificações pós-secundárias (fonte: LP, 2007, base de dados) pelo que este tipo dá conta da reprodução do capital escolar familiar menos qualificado.

⁵⁶ É muito frequente a utilização do termo “tipologia” referindo-se a diferentes operações pelo que talvez seja relevante diferenciar as designações atribuídas a distribuições por escalões (uma classificação) – e é esse o caso aqui – de tipologia, a qual, seja qual for a noção adoptada (por exemplo como resultado do cruzamento das categorias de duas ou mais variáveis) não se confunde com uma classificação (Miguel, 1997: 71-73; Giner, Espinosa e Torres, 1998: 787). Mantêm-se, contudo, as designações das variáveis tendo em conta que foram estabelecidas nos estudos anteriores.

durante um ano?”. Os escalões são em ambos os casos, naturalmente, iguais aos do anterior inquérito.

Fez-se ainda uso de técnicas multivariadas na análise dos dados e na construção de novas variáveis e tipologias: análise em componentes principais (ACP) e análise de clusters (Costa, Ávila e Mateus, 2002; Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos: 2002; Ramos, Pereira e Brites, 2006). Quanto à ACP⁵⁷, identificam-se grupos de questões cujas respostas são semelhantes. Na análise de clusters visa-se identificar grupos relativamente homogêneos de indivíduos. Os casos são agrupados minimizando as diferenças em cada grupo e maximizando as diferenças entre os vários grupos. O número de grupos retidos em cada análise foi considerado o mais adequado do ponto de vista da interpretação sociológica e das exigências estatísticas após teste de várias soluções.

A categoria socioprofissional: a tipologia ACM

Em termos operativos, utiliza-se a categoria socioprofissional que, de acordo com a tipologia ACM – Almeida, Costa e Machado⁵⁸, resulta do cruzamento da variável situação na profissão (com três situações básicas: patrões ou trabalhadores por conta própria com trabalhadores ao serviço; trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço; e trabalhadores por conta de outrem) com a variável profissão (a partir dos grandes e subgrandes grupos da CNP Rev. 1994) (Costa, 1999: 229-230; Costa, Machado e Almeida, 2007).

Importa salientar que a situação na profissão “operacionaliza de maneira simples e agregada o conceito de localização nas relações sociais de produção, de raiz marxista”, mas, “sendo um indicador necessário, revelou-se também insuficiente” (Costa, 1999: 204). Daí a sua utilização cruzada com a variável profissão. Contudo, esta variável mostra também limitações uma vez que nela intervêm elementos de qualificação, mas incipientes (*idem*).

À relevância teórica e analítica da tipologia ACM (atestada pelo seu uso em inúmeras investigações) acresce que os parâmetros da sua construção estão explicitados e, além disso, permite “ajustamentos teóricos, mantendo possibilidades comparativas e adequação à

⁵⁷ A análise estatística, incluindo as técnicas multivariadas, foi efectuada com o SPSS 17.0. Na ACP o método é “factor analysis, principal components”, rotação varimax, excluindo não-respostas (“discrete missing values”). Indica-se sempre, em nota ao quadro ou à análise, na ausência de quadro, a percentagem total de variância explicada; refere-se também o valor próprio do factor em causa, mas apenas quando é inferior à unidade. Na análise de clusters o método é “k-means clusters”.

⁵⁸ Sobre questões teóricas e metodológicas (classe social, ISPI), ver Costa (1999: 189 e ss.).

especificidade dos objectos de estudo"⁵⁹ (Costa, 1999: 230), para além de outras vantagens comparativas⁶⁰ (Costa, Machado e Almeida, 2007: 10).

Nos estudos sobre a leitura realizados em Portugal fez-se uso, no de 1995, da “inserção socioprofissional do agregado familiar actual do próprio”, “de origem” e do “estatuto económico” (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 116-117). No inquérito de 2007 utiliza-se a Categoria socioprofissional construída de acordo com a tipologia ACM (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 49). As diferentes opções não permitem a comparabilidade dos resultados.

Pode dizer-se ainda que resulta de uma forma clara dos vários inquéritos sobre práticas culturais e públicos da cultura, em que esta tipologia foi utilizada, uma regularidade pesada: a sobrerepresentação dos praticantes culturais da categoria Profissionais técnicos de enquadramento (PTE).

Na abordagem da população activa, a nível internacional, são utilizadas diversas tipologias de classe pelos sociólogos, como se viu. Na sociologia portuguesa a utilização da tipologia ACM vem-se revelando de grande alcance heurístico. Um aspecto de particular interesse é o confronto entre o conceito classe de leitores de Wendy Griswold e a categoria Profissionais técnicos e de enquadramento, que parece ser a mais próxima daquela quanto à composição social e às práticas de leitura no sistema de classificação da tipologia ACM, aspecto que apresenta a vantagem acrescida de contribuir para a operacionalização daquele conceito.

A Categoria socioprofissional resulta da combinação de informação proveniente das variáveis Profissão e Situação na profissão, como se referiu, e contempla quer os inquiridos profissionalmente activos quer aqueles que, não o sendo no presente já o foram (caso dos reformados e dos desempregados), e é possível apurar qual a profissão anteriormente exercida (Costa, 1999; Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000).

Faz-se de seguida o percurso de construção da Categoria socioprofissional para melhor interpretar os resultados a que se chega numa perspectiva univariada e, sobretudo, bivariada. Parte-se da distribuição percentual da amostra quanto à profissão. Reporta-se a 2.160 casos, (85% da amostra). Dados os baixos contingentes das categorias Agricultores independentes (AI, 13 casos) e Assalariados agrícolas (AA, 45 casos), e tendo em conta a proximidade em

⁵⁹ Uma adequação ao estudo dos públicos de eventos culturais foi construída para o Festival de Almada (Gomes, Lourenço e Neves, 2000: 44-45) e replicada noutros inquéritos. Desagrega a categoria PTE em Professores (P), Artistas e intermediários culturais (AIC) e (outros) Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE). Mostra com clareza o peso significativo dos professores entre os públicos da cultura. Por exemplo, no inquérito Porto 2001, representam 28% dos 68% dos PTE (Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002: 91). No inquérito, mais recente, aos públicos do Centro Cultural Vila Flor (Guimarães), dos cerca de 60% dos PTE, cerca de 13% são P (Lopes, Esteves e Amaral, 2010: 32).

⁶⁰ Para uma análise comparativa de modelos de operacionalização da estrutura de classes (tipologia ACM, esquema de J. Goldthorpe e matriz de localização de classes de E. O. Wright) ver Roldão (2008).

termos de práticas de leitura, foram agregadas à categoria Operários industriais (OI, 530 casos) na categoria Operários (588 casos).

Profissão e situação na profissão

Na amostra, 15% dos inquiridos são inactivos – estudantes, domésticas/donas de casa e desempregados à procura do 1º emprego – e portanto a classificação por Profissão não se aplica. Os demais 85% (2.164 indivíduos) exercem ou, embora não activos, exerceram uma profissão. Entre estes, destacam-se, pelo elevado peso relativo, os Operários, os Quadros superiores (ambos com 19%) e o Pessoal dos serviços e vendedores (17%) (quadro 3.2).

Quadro 3.2

Amostra do inquérito LP por Profissão (percentagem e número)

Profissão (grandes e subgrandes grupos CNP Rev. 94)	Percentagem	Número
1. Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	18,9	409
2. Especialistas das profissões intelectuais e científicas	4,2	90
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,4	161
4. Pessoal administrativo e similares	12,8	277
5. Pessoal dos serviços e vendedores	17,3	374
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	2,7	58
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	19,4	420
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	4,0	86
9. Trabalhadores não qualificados	13,2	286
9.1. Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	12,0	261
9.2. Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	-	-
9.3. Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	1,2	25
0. Militares	0,1	3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>2.163</i>

Base: declararam exercer, ou ter exercido, uma profissão (n = 2.163).

Nota: 1 caso com resposta Vive dos rendimentos não está classificado quanto à Profissão. Este e os 3 casos Militares não serão classificados segundo a Categoria socioprofissional.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Quanto à Situação na profissão o principal contingente é, como se esperava, o dos Trabalhadores por conta de outrem (59%) (quadro 3.3).

Quadro 3.3

Amostra do inquérito LP por Situação na profissão (percentagem e número)

Situação na profissão	Percentagem	Número
Trabalhador por conta de outrem	59,0	1.277
Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço	4,9	105
Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço	13,0	281
Desempregado	5,3	115
Reformado/Aposentado	17,7	382
Outra situação	0,2	4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>2.164</i>

Nota: os 4 casos correspondentes a “Outra situação” não serão classificados por Categoria socioprofissional.
 Fonte: LP, 2007, base de dados.

Os restantes dividem-se entre Trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço (13%) e com pessoal ao serviço (5%). Os não-activos no momento da inquirição representam 23% da amostra.

Categoria socioprofissional

A tipificação dos inquiridos na Categoria socioprofissional de acordo com a tipologia ACM ou “matriz de construção do indicador socioprofissional individual de classe” (Costa, 1999: 230) resulta nos valores constantes do quadro 3.4.

Quadro 3.4

Amostra do inquérito LP e População por Categoria socioprofissional (percentagem e número)

Categoria socioprofissional	Amostra		População
	Percentagem	Número	Percentagem
EDL	16,3	352	11,9
PTE	11,7	252	16,7
TI	2,8	61	4,8
O	27,2	588	34,3
EE	42,0	907	32,3

Base: casos classificados quanto à Categoria socioprofissional (n = 2.160).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fontes: Amostra, LP, 2007, base de dados; População portuguesa (2001), Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres (2007: 47).

Este quadro mostra as distribuições percentuais, na amostra e na população, daqueles que exercem, ou exerceram, uma profissão, de acordo com a versão principal da tipologia ACM. Têm um peso substancialmente mais elevado na amostra relativamente à população as

categorias EE, O e EDL. Pelo contrário, as categorias PTE e TI estão subrepresentadas na amostra relativamente à população⁶¹.

De acordo com a matriz de construção, a categoria EDL inclui trabalhadores por conta própria com pessoal ao serviço (patrões) de todas as profissões; trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço dos grandes grupos 1, 2 e 3; e ainda os trabalhadores por conta de outrem do grande grupo 1; PTE são trabalhadores por conta de outrem dos grandes grupos 2 e 3; TI são trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço de vários grandes grupos (4, 5, 7, 8) e dos subgrandes grupos 9.1 e 9.3; O incluem os trabalhadores por conta de outrem dos grandes grupos 7 e 8 e do subgrande grupo 9.3. Esta categoria inclui ainda AI (trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço do grande grupo 6 e do subgrande grupo 9.2, vazio na amostra) e AA (trabalhadores por conta de outrem do grande grupo 6 e do subgrande grupo 9.2, vazio na amostra); EE são os trabalhadores por conta de outrem dos grandes grupos 4 e 5 e do subgrande grupo 9.1.

Será agora relevante cruzar a Categoria socioprofissional com o Sexo, com o Grau de escolaridade e com a Idade para melhor se entenderem as características das várias categorias à luz da importância analítica destas variáveis, justamente para despistar o seu carácter “compósito”, em particular devido aos efeitos da qualificação escolar. Assim, relativamente ao Sexo, constata-se que, com excepção dos EE, os homens estão sobrerrepresentados (quadro 3.5). De facto, na categoria EE as mulheres predominam (69%) ao passo que, pelo contrário, a categoria O é (ainda mais) claramente masculinizada (74%)⁶².

Quadro 3.5
Categoria socioprofissional por Sexo (percentagem em linha)

Categoria socioprofissional	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
EDL	46,9	53,1	100,0
PTE	47,6	52,4	100,0
TI	45,9	54,1	100,0
O	25,9	74,1	100,0
EE	68,6	31,4	100,0
<i>Total</i>	<i>50,3</i>	<i>49,7</i>	<i>100,0</i>

Base: casos classificados quanto à Categoria socioprofissional (n = 2.160).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

⁶¹ Esta variável não foi considerada no desenho da amostra (ver Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 13).

⁶² Refira-se que, com base numa análise comparativa dos “perfis classistas de género” dos países do European Social Survey, verifica-se que a amostra apenas contrasta com as distribuições de Portugal nos PTE em que os homens têm maior peso do que as mulheres (Almeida, Machado e Costa, 2006: 75). Este facto poderá puxar para baixo as percentagens de leitores desta categoria tendo em conta a feminização da leitura.

Quanto ao Grau de escolaridade, evidencia-se com clareza a clivagem entre os PTE, maioritariamente detentores de grau médio ou superior (56%), e as restantes categorias que registam, no máximo, 9% (EDL) (quadro 3.6). Importa deixar ainda uma nota sobre os EE, com uma percentagem relativamente menos elevada dos indivíduos situados no grau Até ao 2º Ciclo do Ensino Básico (43%) e relativamente altas, sempre numa perspectiva comparativa, no 3º Ciclo e no Ensino Secundário.

Quadro 3.6

Categoria socioprofissional por Grau de escolaridade e por Sexo (percentagem em linha)

Categoria socioprofissional	Sexo	Grau de escolaridade					Número
		Até 2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino médio ou Superior	Total	
EDL	H	47,1	18,2	24,6	10,2	100,0	187
	M	58,8	16,4	17,0	7,9	100,0	165
	HM	52,6	17,3	21,0	9,1	100,0	352
PTE	H	14,4	16,7	31,1	37,9	100,0	132
	M	3,3	5,0	15,8	75,8	100,0	120
	HM	9,1	11,1	23,8	56,0	100,0	352
TI	H	84,8	3,0	12,1	-	100,0	33
	M	60,7	21,4	17,9	-	100,0	28
	HM	73,8	11,5	14,8	-	100,0	61
O	H	73,4	13,5	11,9	1,1	100,0	436
	M	82,9	11,2	5,3	0,7	100,0	152
	HM	75,9	12,9	10,2	1,0	100,0	588
EE	H	38,6	24,2	32,6	4,6	100,0	285
	M	44,7	20,9	28,8	5,6	100,0	622
	HM	42,8	21,9	30,0	5,3	100,0	907
<i>Total</i>	<i>H</i>	<i>52,7</i>	<i>17,2</i>	<i>22,0</i>	<i>8,1</i>	<i>100,0</i>	<i>1.073</i>
	<i>M</i>	<i>48,0</i>	<i>17,1</i>	<i>22,0</i>	<i>12,9</i>	<i>100,0</i>	<i>1.087</i>
	<i>HM</i>	<i>50,3</i>	<i>17,2</i>	<i>22,0</i>	<i>10,5</i>	<i>100,0</i>	<i>2.160</i>

Base: casos classificados quanto à Categoria socioprofissional (n = 2.160).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Confirma-se, aliás de acordo com os critérios de qualificação escolar que presidem à classificação das profissões, que os PTE se distinguem claramente pela qualificação de nível superior, os EE pelo peso significativo nos níveis intermédios e as demais categorias pelos baixos níveis de qualificação. Acrescentando a variável Sexo à análise verifica-se que esta segue a distribuição do total da amostra, mas com resultados mais expressivos. Nos PTE, os graus médio e superior têm maior incidência entre as mulheres do que entre os homens (76% contra 38%). Os graus de escolaridade mais baixos acentuam-se no sexo feminino. Tomando

como exemplo o grau Até 2º Ciclo do Ensino Básico, nos EDL registam 59% contra 47% masculino, nos O 83% contra 73% e nos EE 45% nas mulheres contra 39% nos homens. Pelo contrário, os baixos níveis de escolaridade acentuam-se no sexo masculino nos TI (85% contra 61% das mulheres).

Resulta, assim, claro quais as categorias mais e menos qualificadas em termos de escolaridade, bem como que entre as mulheres se manifestam as mesmas clivagens de classe uma vez que apresentam um assinalável contraste consoante as categorias: de um lado as mulheres PTE claramente mais qualificadas e, do outro, as demais com baixos e mesmo muito baixos níveis de escolaridade.

O cruzamento com a Idade mostra que EE e PTE são as categorias relativamente mais jovens (15-34 anos, com 43% e 35% no conjunto dos dois escalões, respectivamente) (quadro 3.7). Pelo contrário, O é aquela em que o grupo dos mais idosos (55 e mais anos) tem um peso mais expressivo (39%).

Quadro 3.7
Categoria socioprofissional por Idade (percentagem em linha)

Categoria socioprofissional	Idade					Número
	15-24	25-34	35-54	Mais de 55 anos	Total	
EDL	3,1	16,2	50,6	30,1	100,0	352
PTE	10,3	32,9	35,3	21,4	100,0	252
TI	3,3	14,8	50,8	31,1	100,0	61
O	9,0	18,0	34,2	38,8	100,0	588
EE	13,7	21,6	39,6	25,1	100,0	907
<i>Total</i>	<i>10,0</i>	<i>20,9</i>	<i>39,7</i>	<i>29,4</i>	<i>100,0</i>	<i>2.160</i>

Base: casos classificados quanto à Categoria socioprofissional (n = 2.160).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Em síntese, descreveram-se as características das categorias socioprofissionais de modo a entender melhor os contributos desta variável para a análise. A categoria PTE reúne entre as suas características a sobrerrepresentação em algumas das variáveis com maior significado na análise das práticas de leitura – o seu perfil social predominante é, para além de feminizado, mais qualificado em escolaridade e mais jovem. A categoria EE é francamente feminizada e mais jovem, para além de ter níveis de qualificação escolar intermédios. E ambas se distinguem com nitidez das demais, menos escolarizadas, masculinizadas e mais idosas. Pode, assim, colocar-se a hipótese de que EE e PTE são as categorias com os valores mais elevados de práticas de leitura.

Capítulo 4

O CONTEXTO PORTUGUÊS E AS PRÁTICAS DE LEITURA: ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA, POLÍTICAS CULTURAIS E OFERTA DE SUPORTES DE LEITURA

A compreensão de determinadas condições estruturais do país é fundamental para situar a cultura de leitura. Assim, o objectivo deste capítulo é dar conta do contexto português e da evolução registada na transição do século XX para o XXI, em três planos: a composição e evolução da população quanto a algumas das variáveis sociodemográficas mais influentes das práticas de leitura, os aspectos em que acompanha ou, pelo contrário, se distancia da Europa; o lugar da leitura nas políticas culturais, orientações seguidas e instrumentos utilizados; e a evolução da oferta quanto aos suportes de leitura e aos locais de aquisição (livrarias e outros) e leitura de livros (as bibliotecas em geral, as públicas em particular).

Evolução da estrutura sociodemográfica

Entre as dimensões em que os processos de recomposição social da população portuguesa se desdobram faz-se aqui referência à demográfica, educativa e socioprofissional. São processos ainda em curso pelo que a sociedade portuguesa pode ser caracterizada como uma *modernidade inacabada* (Viegas e Costa, 1998).

Quanto à dimensão demográfica, a estrutura por sexo mantém a tendência verificada ao longo de todo o século XX, não se registando alterações significativas na percentagem de homens e de mulheres, respectivamente 48% e 52%, estrutura confirmada no Censos de 2011⁶³. Relativamente à idade acentua-se o envelhecimento da população portuguesa, na “base” (perda de importância estatística nas idades mais jovens) e no “topo” (aumento dessa importância nas idades mais avançadas), tendência registada na sociedade portuguesa ao longo do século XX, em particular a partir dos anos 70 (Rosa e Vieira, 2003: 101-107). De facto, ao passo que no contingente correspondente às idades activas (15-64) se assinala um ligeiro aumento de dois pontos percentuais (de 66% para 68%), no dos jovens (entre os 0 e os 14 anos) verifica-se uma quebra de 20% para 16% (que representa mais de 300 mil

⁶³ INE, Censos 1991, 2001 e 2011 (resultados preliminares).

indivíduos) e, pelo contrário, no dos idosos (65 e mais anos) passa-se de 14% para 16% (mais de 350 mil indivíduos). Na comparação com a Europa, de acordo com dados de 2006, Portugal situa-se ligeiramente abaixo da média nas idades jovens (neste caso 0-24 anos, 27,8% contra 28,6% da UE) e ligeiramente acima na dos idosos (65 e mais anos, 17,1% contra 16,8% da UE) (Beck-Domzalska, 2007: 19).

Analfabetismo, escolarização e estrutura socioprofissional: evoluções positivas e persistência de disparidades face à Europa

Ao longo de todo o século XX as taxas de analfabetismo em Portugal mantêm-se relativamente altas apesar dos esforços para a sua diminuição. Na conjuntura revolucionária portuguesa (1974-1976) foram inúmeras as iniciativas visando a alfabetização dos adultos. Entre outras, ficaram famosas as “campanhas de alfabetização” levadas a cabo por associações estudantis, bem como a acção da então Direcção-Geral de Educação de Adultos (DGEP) (Oliveira, 2004; 2005). No início do século XXI, a taxa de analfabetismo é ainda alta. Embora tenha diminuído de 11% para 9% entre 1991 e 2001, é equivalente à que algumas regiões mais avançadas da Europa apresentavam há um século atrás (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2007: 46). Em França, por exemplo, a taxa de analfabetismo era, cerca de 1925, de 5%, portanto quatro pontos percentuais inferior à registada em Portugal em 2001 (quadro 4.1). E em Espanha, em 2001, a taxa de analfabetismo era de 2,5% (Ariño, 2010: 68).

Quadro 4.1

População analfabeta por País e por Ano (1875, 1900 e 1925) (percentagem)

País	Cerca de...		
	1875	1900	1925
Portugal	80	75	64
Espanha	76	65	35
Itália	70	56	25
França	37	25	5

Fonte: Nóvoa (2005: 69).

Nota da fonte: "valores aproximados".

Por sexo, apesar da aproximação verificada ao longo do século XX, em 1900 a diferença é de 18 pontos percentuais e, em 2001, ainda é de 5 pontos percentuais (quadro 4.2). São as mulheres que mais contribuem para a taxa de analfabetismo.

Quadro 4.2

População alfabeta por Ano e por Sexo (1900-2001) (percentagem)

Sexo	Ano										
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	*1981	1991	2001
Masculino	36	40	44	50	57	67	73	80	85	92	94
Feminino	18	23	27	31	40	51	61	69	75	86	89
<i>Total</i>	<i>27</i>	<i>31</i>	<i>35</i>	<i>40</i>	<i>48</i>	<i>58</i>	<i>67</i>	<i>74</i>	<i>79</i>	<i>89</i>	<i>91</i>

Fontes: Candeias, Paz e Rocha (2007), excepto 2001, INE (2006).

Nota da fonte: população com idade igual ou superior a 10 anos excepto * superior ou igual a 15 anos.

Com a implantação do regime democrático em 1974 alargaram-se os níveis de escolaridade obrigatória e investiu-se na melhoria das infraestruturas educativas, promovendo-se a formação de professores e empreendendo-se um conjunto de reformas do sistema educativo (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005: 46-47). A escolaridade obrigatória passou para nove anos entre 1986 e 2010⁶⁴. Este processo foi bastante mais lento do que noutros países europeus. Apesar da boa vontade legislativa, manteve-se, durante grande parte do século XX, uma política muito restritiva da escolarização da população. António Nóvoa assinala que "Portugal foi um dos primeiros países na Europa a legislar sobre a obrigatoriedade escolar. Foi um dos últimos a cumpri-la." (Nóvoa, 2005: 25). Há cerca de uma década atrás fazia-se um balanço pouco positivo do processo caracterizado por "um desfasamento temporal na difusão da escolaridade básica resultante de um relativo fracasso na implementação das políticas de escolaridade obrigatória" e por "uma significativa ineficácia do processo de escolarização, dando origem à existência de significativas desigualdades regionais e sociais no que respeita ao acesso a uma escolaridade plena" (Viegas e Costa, 1998: 314-315). Para além disso, segundo os mesmos autores, assistia-se a uma resistência da população face à ideia de prolongamento da escolarização, que não era socialmente valorizada, sendo vista por muitos como uma imposição e não como uma necessidade ou um desejo de progredir (Viegas e Costa, 1998: 316-317).

De todo o modo, de acordo com os Censos, o período que vai de 1991 a 2001 caracteriza-se por um aumento global dos níveis de escolaridade da população portuguesa. Por um lado, a percentagem de indivíduos sem qualquer nível de ensino desceu de 35% para 26% e a população com o Ensino Básico Primário (1991)/1º Ciclo (2001) ou com o Ensino Básico Preparatório (1991)/2º Ciclo (2001) conheceu também uma diminuição (de 5 e 1 pontos percentuais respectivamente, para 28% e 14% em 2001). Por outro lado, as percentagens de indivíduos com o Ensino Secundário Unificado (1991)/3º Ciclo (2001), com o Ensino

⁶⁴ Em 2010 a escolaridade obrigatória passou de 9 para 12 anos.

Secundário Complementar (1991)/Secundário (2001) e com o Ensino Superior aumentaram em 6 e 4 pontos percentuais, respectivamente (para 11% e 7% em 2001). No período em causa, a percentagem da população em idade activa situada entre os 25 e os 64 anos e com formação superior passou de 6% para 13%, tal como a população que, no mesmo escalão etário, tem o Ensino Secundário. Consequentemente, a população desta faixa etária sem este nível diminuiu de 88% para 75% (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 23). Por tudo isto, é grande a diferença entre o perfil de escolaridade dos jovens e o da restante população, o que origina novos desequilíbrios uma vez que, com frequência, os filhos alcançam níveis de escolaridade mais elevados do que os pais.

A população portuguesa (homens e mulheres) com nível terciário de escolaridade⁶⁵ está também abaixo da média da UE. Por exemplo, em 2006, nas idades situadas entre os 25 e os 39 anos, são 23% as mulheres com esse nível em Portugal contra 30% da média na UE; e 14% os homens quando a média na UE é 25% (Beck-Domzalska, 2007: 22). Porém, importa notar que Portugal é o país da UE em que o número de estudantes no ensino superior registou ultimamente um crescimento mais elevado (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2007: 46-47).

Assim, se por um lado os diversos indicadores mostram uma evolução positiva – diminuição da taxa de analfabetismo, alargamento da escolaridade obrigatória e aumento dos níveis de qualificação escolar dos portugueses – por outro, sobretudo quando vistos numa perspectiva comparativa internacional, estão ainda muito distantes dos valores médios, quer dos países da OCDE quer dos da UE.

Tendo em conta o atraso do país várias foram as políticas de educação de adultos e de promoção da escolarização seguidas desde 1974 (Ávila, 2008: 257-310). Mais recentemente importa destacar a Iniciativa Novas Oportunidades. Lançada em 2006, tem como patamar mínimo de escolaridade, tanto de jovens como de adultos, o secundário e assenta em dois eixos: por um lado, diversificar as vias de educação e formação e alargar a oferta a nível de ensino secundário profissionalizante para os jovens e, por outro lado, aumentar a formação de base da população activa (maior de 18 anos que não concluiu o 9º ano de escolaridade ou o ensino secundário). Pretende-se envolver mais de 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionalizantes. Outro objectivo é qualificar um milhão de activos até 2010 (MTSS e ME, 2005).

⁶⁵ Nota da fonte: O terciário inclui os níveis 5 e 6 da International Standard Classification of Education (ISCED) 1997 (Beck-Domzalska, 2007: 173).

Do ponto de vista da estrutura socioprofissional, no arco temporal 1991-2001 regista-se em Portugal uma diminuição dos contingentes populacionais nas duas categorias ligadas à agricultura, dos O e dos TI. Por outro lado, assiste-se a um incremento dos EE (de 27% em 1991 para 32% em 2001); dos PTE (de 12% para 17%, a categoria com taxas de crescimento mais elevadas, e uma das mais feminizadas), e dos EDL (de 9% para 12%) (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2007: 47).

Uma análise transnacional, a 22 países, com base na tipologia ACM, ajuda a interpretar os níveis de leitura da população portuguesa e a sua posição no contexto internacional (Costa, Machado e Almeida, 2007). São duas as principais constatações que resultam desta análise⁶⁶. A primeira refere-se à *estrutura de classes*: baixas percentagens em Portugal de EDL e, sobretudo, de PTE⁶⁷, e elevadas de TI, EE e O face à média dos 22 países. Importa ainda destacar a relevância da diferença de PTE que se situa nos 11 pontos percentuais (14% em Portugal contra 25% da média), quando nas restantes quatro categorias a diferença, neste caso positiva, não ultrapassa os 6 pontos percentuais (nos O). A segunda tem a ver com os *perfis educativos das classes*, sendo que o traço que importa destacar é que em todas as categorias os níveis em Portugal são mais baixos do que a média, variando entre cerca de 6 pontos percentuais nos EDL e 0,5 pontos percentuais nos PTE, as duas categorias com os níveis de escolaridade mais elevados. Ou seja, seja qual for o ponto de vista, a composição socioprofissional em Portugal acentua as características mais distantes das práticas de leitura.

Políticas culturais públicas e práticas de leitura: orientações e instrumentos

O objectivo deste tópico é contextualizar as práticas de leitura no início do século XXI relativamente às políticas públicas de leitura⁶⁸. Nessas políticas, as educativas e as culturais são as mais relevantes. Importa tratar aqui com algum detalhe estas últimas.

Tendo em conta as características da sociedade portuguesa, atrás referidas, e a persistência dos baixos níveis de leitura de livros, numa perspectiva internacional, haverá que ter presente as políticas culturais e, em particular, as políticas da leitura. Existem? Que políticas têm sido

⁶⁶ Os autores chamam a atenção para a distinção entre *lugares de classe*, que são estruturados predominantemente por processos económicos (mercado de emprego), e *classes de agentes* que são formadas fundamentalmente através de processos de socialização (escolarização) (Costa, Machado e Almeida, 2007: 13-14).

⁶⁷ PTE, categoria constituída por “assalariados com qualificações de nível médio ou superior e/ou com posições de autoridade hierárquica nas organização também de nível médio ou superior, protagonistas centrais das dinâmicas da sociedade do conhecimento” (Costa, Machado e Almeida, 2007: 11), as *novas classes médias assalariadas* (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2007: 49).

⁶⁸ Sobre a análise sociológica das políticas culturais ver Costa (1997).

seguidas? Desde quando? No início do século XXI Portugal dispõe de políticas públicas direccionadas para a leitura. Essas políticas são executadas através de um organismo da administração central⁶⁹, o qual tem em curso vários programas com incidência nos planos nacional e internacional. Entre esses programas, e no plano que aqui mais interessa, o nacional, contam-se programas de apoio à edição de livros, à constituição de uma rede de bibliotecas públicas municipais e à promoção da leitura. Desde meados da primeira década do século que um dos principais instrumentos das políticas públicas é o Plano Nacional de Leitura.

O apoio à indústria do livro passa pelas tutelas da Cultura (apoios específicos) e da Economia (apoios às empresas, incluindo as da edição e comercialização de livros) (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 199-201; 204-207). Importa detalhar os apoios da tutela da Cultura. As políticas para o livro e a leitura dirigem-se à oferta e à procura, a diversos públicos-alvo. Quais em concreto: os pequenos ou fracos leitores? A população em geral? A população estudantil? Os jovens?

No livro e na leitura como noutros domínios das políticas culturais, a fórmula dominante é a formação de “novos públicos”, um objectivo prioritário presente nos Programas de Governo desde o XIV (1999), enunciado no quadro das políticas públicas de democratização e que tem sido utilizado em vários sentidos embora vise muito em particular os (mais) jovens. Sob esta orientação foram desencadeadas inúmeras medidas e programas desde então (Gomes e Lourenço, 2009).

Seguidamente, após uma breve incursão nas políticas públicas seguidas a nível internacional especifica-se, no caso de Portugal, os objectos programáticos das políticas e os seus instrumentos organizativos e de regulação. Tratam-se depois três linhas de actuação com particular incidência na leitura: os programas de apoio à edição, das bibliotecas públicas municipais e de promoção da leitura. O Plano Nacional de Leitura será tratado neste último âmbito.

Políticas para o livro e a leitura: uma perspectiva internacional

As grandes orientações das políticas públicas de leitura em Portugal não parecem distanciar-se substancialmente das seguidas a nível internacional (Neves, Santos, Lima, Vaz e

⁶⁹ Quanto às políticas culturais locais, com incidência no livro e na leitura, centram-se, utilizando a óptica da despesa, nas bibliotecas e, embora a larga distância em termos quantitativos, numa importante actividade de edição e aquisição de livros (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 177-181).

Cameira, 2009). A este nível, e de um modo geral, constata-se que as políticas públicas para a leitura se conjugam com as direccionadas para o livro, abrangem a oferta e a procura e são frequentemente designadas políticas do livro e da leitura. Excluem explicitamente o livro escolar, matéria da responsabilidade da tutela da Educação.

As políticas públicas incluem entre os principais eixos de intervenção as bibliotecas públicas e a promoção da leitura. Mas intervêm também apoiando directamente determinados agentes, e indirectamente regulando o mercado. Abarcam apoios directos à criação e à circulação das obras de literatura de autores nacionais nos mercados nacional e internacional (com apoios à tradução), em alguns casos na protecção do direito de autor. Visam encorajar os autores, proteger a criação literária e a edição de obras de qualidade, promover a escrita e a leitura, defender uma distribuição territorialmente equilibrada da rede de livrarias (*elos fracos* da cadeia do livro, fundamentais para assegurar uma oferta diversificada e aconselhamento de qualidade e um serviço de proximidade), proteger o direito de autor, lutar contra o “illettrisme” entre as crianças e sobretudo entre a população adulta e alargar o número de bibliotecas (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 42-49).

Na Europa, as medidas de regulação empreendidas em diversos países têm em vista assegurar a diversidade e o pluralismo, tanto ao nível da criação como da produção, bem como assegurar o acesso aos bens culturais (Richard, 2000). Desde o início da década de 80 que vários governos têm vindo a reconhecer a importância das indústrias culturais, em particular o cinema e o livro, e a definir políticas específicas para tais indústrias (Rouet, 1992; Benhamou, 1996; Sapiro, 2005: 10). Mais recentemente ganhou relevância a noção de *indústrias culturais e criativas*, que inclui o livro (AAVV, 2006), tanto do ponto de vista das políticas públicas e da valorização do seu potencial económico (Comissão Europeia, 2010) como das estatísticas culturais (Bina, Chantepie, Deroin, Frank, Kommel, Kotýnek e Robin, 2010: 87-111).

Portugal: objectivos programáticos e medidas das políticas públicas do livro e da leitura

Este ponto centra-se nos objectivos programáticos e nas principais medidas das políticas da administração central direccionadas para o livro e a leitura⁷⁰. Procura-se obter resposta para

⁷⁰ Tomam-se por observáveis três documentos oficiais, relativos a governos a partir de 1999, que veiculam intenções e objectivos com diferentes alcances: Programa de Governo, Grandes Opções do Plano e Relatório do Orçamento de Estado. Para uma análise mais detalhada das orientações programáticas para o livro e a leitura dos

diversas questões, tais como: quais as orientações programáticas, quais as prioridades, quais os objectivos das políticas definidas pelos Governos Constitucionais? Quais as medidas em termos de apoio directo, indirecto, de regulação?

De acordo com a bibliografia e os documentos oficiais consultados, uma primeira conclusão a que se chega é que tais políticas assentam na tríade livro, leitura e bibliotecas públicas. Outra é que as medidas preconizadas são várias e consistem em programas de sensibilização para a leitura, de atribuição de prémios e de apoio à edição de géneros pouco difundidos, bem como a adopção de uma taxa reduzida de IVA⁷¹ e de instrumentos de regulação de que a lei do preço fixo do livro é talvez o mais emblemático. A importância atribuída à distribuição territorial equilibrada da rede livreira, ameaçada pela venda de livros nas grandes superfícies, levou à adopção (também) em Portugal dessa medida de regulação do comércio (Santos e Gomes, 2000: 19-29).

Mais especificamente, de acordo com a fonte Programas de Governo, a leitura pública, consubstanciada nas bibliotecas, constitui, seguramente, uma das prioridades governativas mais antigas e consensuais. O Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – iniciado em 1987 no X Governo Constitucional com o objectivo de dotar cada município de uma biblioteca pública de acordo com um conjunto de requisitos internacionalmente reconhecidos – marca uma presença constante na generalidade dos programas de Governo seguintes. Ainda a este propósito será de referir a articulação entre bibliotecas públicas e escolares, no fundo envolvendo as áreas governativas da Cultura e da Educação, objectivo explicitado em vários programas. A área do livro e da leitura é mencionada em todos os programas. Assim (para além das bibliotecas) no do XIV Governo é referido o apoio à distribuição e à criação de uma rede nacional de livrarias. O programa do XV Governo tem como particularidade a referência à “redefinição de critérios mais coerentes com vista à edição e difusão das obras clássicas da literatura.” O do XVI Governo refere duas medidas de regulação: a revisão dos regimes jurídicos do Depósito Legal e da Promoção do Livro e da Leitura. O programa do XVII Governo dá uma “atenção acrescida” à área do livro e da leitura tendo em conta a sua “importância decisiva na geração de competências e gostos culturais, na acessibilidade do património e da criação e no fomento de cadeias de valor económico em torno da cultura.” Para além de algumas medidas que revelam continuidade de políticas anteriormente definidas

governos constitucionais (administração central) em Portugal, incluindo a vertente da internacionalização, patentes nos referidos documentos entre 1999 e 2009 ver Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira (2009: 187-195) e Gomes e Lourenço (2009: 25-74). Os documentos podem também ser consultados online nos endereços www.portugal.gov.pt (Programas de Governo), www.dgo.pt (Grandes Opções do Plano e Relatórios do Orçamento de Estado).

⁷¹ Medida, aliás, muito comum na Europa (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 209).

(a já mencionada Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e o Programa Nacional de Promoção da Leitura, que será referido mais à frente neste capítulo), este programa de Governo refere ainda a redefinição do programa de edição das obras clássicas da literatura portuguesa, a criação de instrumentos de regulação do mercado editorial e livreiro, designadamente as estatísticas do livro. Mais recentemente, no programa do XVIII Governo, aprovado em Junho de 2011, entre as políticas dirigidas ao “livro, leitura e políticas da língua”, há duas que se referem directamente ao tema aqui em discussão: retoma-se o compromisso de “completar a Rede Nacional de Bibliotecas” e refere-se que “continuará a apoiar o Plano Nacional de Leitura” embora “reavaliando a sua função e a natureza do seu trabalho, bem como a sua ligação às bibliotecas escolares.”⁷²

Quanto às Grandes Opções do Plano (GOP), a formação de hábitos de leitura/promoção da leitura e a rede nacional de bibliotecas públicas são os tópicos mais presentes nos anos considerados, mas consta em mais do que um ano a regulamentação dos apoios ao sector do livro (GOP 2003 e GOP 2004). Mais especificamente, as GOP 2004 definem um conjunto de medidas relativas ao apoio à criação literária e à edição e comercialização do livro. As principais linhas de acção, as medidas de política e as prioridades de investimento para a legislatura de 2005-2009 estão formalizadas nas GOP para esse período e não, como as anteriores, numa base anual. Refere-se a definição de uma política para o livro e alude-se ainda, sem mais especificações, a um “projecto nacional de leitura”.

A terceira e última fonte relevante abordada a propósito das políticas públicas é o Relatório do Orçamento de Estado (ROE). Também neste documento se referem recorrentemente medidas para o livro e a leitura, nas quais se incluem as bibliotecas, os apoios à criação e à edição e a promoção da leitura nas vertentes da “criação e consolidação dos hábitos de leitura” e da “formação de públicos” ou ainda, mais genericamente, à “valorização do papel essencial do livro como instrumento de intercâmbio cultural e suporte básico da criação e do conhecimento” (no ROE de 2001), bem como a atribuição de bolsas de criação literária (no ROE de 2006).

Portugal: a orgânica da tutela da cultura para a leitura

Assim, os vários documentos programáticos e de orientação das políticas relativos aos primeiros anos do século XXI enfatizam a intervenção pública nas áreas da Rede de Leitura

⁷² Note-se que no XVIII Governo (Julho de 2011), tal como no X ao XII governo, a tutela da Cultura voltou a ser uma secretaria de Estado dependente do Primeiro-Ministro.

Pública, da promoção do livro e do incentivo à formação de hábitos de leitura e do apoio à edição e criação literária. A política pública para o sector do livro e da leitura em Portugal ganhou uma nova dimensão em 1980 com a criação de uma direcção-geral, o Instituto Português do Livro (IPL), na dependência da então Secretaria de Estado da Cultura. Embora a existência de um organismo com competências neste sector não tenha sido posta em causa, ele teve várias designações ao longo do tempo que reflectem, naturalmente, diferentes perspectivas, seja quanto ao enquadramento administrativo (instituto ou direcção-geral, autónomo ou agregado à Biblioteca Nacional) seja quanto às prioridades e articulações das várias áreas consideradas pelas políticas culturais (sucessivamente livro – por norma não escolar, como se referiu já –, livro e leitura, livro, leitura e bibliotecas) (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 196). A actuação do IPL abarcou o apoio à criação (atribuição de prémios aos autores e financiamento de projectos de investigação sobre o património literário), o apoio à edição (designadamente no que se refere a obras do património literário português não disponíveis, consideradas indispensáveis, a preços acessíveis ao grande público); apoio à divulgação e à promoção da leitura (Furtado, 1984: 21-22). Após ter adoptado várias designações, em 1997, no então recém-constituído Ministério da Cultura, o IPL deu lugar ao Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), no âmbito do qual foi lançado, nesse mesmo ano, o Programa de Apoio à Promoção da Leitura (PAPL). A partir de 2007, e no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o IPLB dá lugar à Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) que mantém a missão de “assegurar a coordenação e execução da política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura” (Decreto-Lei nº 92/2007, de 29 de Março). Em 2011 o XVII Governo decidiu a fusão da DGLB com a BNP (opção já anteriormente adoptada em 1992, no XII GC, e que vigorou até 1995 com a entrada do XIII GC), decisão que o XVIII anulou assim que entrou em funções.

Portugal: apoio à edição de livros, leitura pública e promoção da leitura

No plano das políticas culturais nacionais, a mais antiga medida posta em prática (desde meados da década de 80) é o programa “Apoio à edição” de obras consideradas relevantes culturalmente. Esta orientação mereceu críticas dos autores do “Relatório da comissão do livro” devido a “dois defeitos básicos”: porque “não atacam o problema pelos dois lados, isto é, a oferta e a procura” e pela sua “excessiva orientação culturalista, isto é, um acentuado privilégio ao livro definido como ‘cultural’ pela própria elite produtora”, que concluem:

[...] tem faltado à política estatal do livro e da leitura uma orientação no sentido da *cultura de massas*, que não só é própria de finais do século XX, como além disso, a não ser decididamente assumida, colocará o livro na categoria de objecto arcaico incapaz de concorrer com os outros *mass media* (Moura, Cabral, Guedes e Furtado, 1986: 11-12).

Referem ainda três dimensões que as políticas públicas para o livro e a leitura deveriam considerar.

A assunção da política estatal do livro e da leitura no quadro da cultura de massas moderna deveria traduzir-se por três dimensões principais: encarar a *edição como actividade industrial*; promover a *propensão geral para a leitura*, por forma a auto-sustentar a industrialização do sector livreiro; e confiar à *escolha do consumidor* a orientação qualitativa do mercado (Moura, Cabral, Guedes e Furtado, 1986: 12).

Mais tarde, no período 2000-2008, foram desenvolvidos programas de apoio à criação e à edição. Executados pela DGLB, em 2008 os programas de apoio à edição em curso são seis, e ainda um prémio (Prémio Nacional de Ilustração), cujos destinatários são as editoras nacionais. Numa análise por programa, no arco temporal 2003-2006, os que apresentam o maior número de projectos apoiados é o das Revistas Culturais (média anual de 46) e o da Edição de Ensaio (média anual de 18), (quadro 4.3). Constata-se também que quase todos os programas decrescem, tanto em número de projectos como de entidades, sendo que a maior quebra se verifica na Edição de Ensaio de 2005 para 2006 (de 23 para 2). Em 2006, 3 dos 6 programas não abriram candidaturas.

Quadro 4.3

Projectos e Entidades apoiados pela tutela da Cultura por Programa e por Ano (2003-2006)

(número)

Programa	Projectos				Entidades			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Edição de Obras de Novos Autores Portugueses	6	7	8	–	5	7	6	–
Edição de Obras de Dramaturgia Portuguesa Contemporânea	5	5	6	–	4	5	5	–
Edição de Ensaio	33	29	23	2	17	18	10	2
Edição de Obras de Literatura e Cultura Africanas	11	16	7	–	7	10	5	–
Revistas Culturais	54	51	48	38	48	47	45	37
Edição de Clássicos da Literatura Portuguesa	nd	7	4	4	nd	5	4	4
<i>Total</i>	<i>109</i>	<i>115</i>	<i>96</i>	<i>44</i>	<i>81</i>	<i>92</i>	<i>75</i>	<i>43</i>

Fonte: Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira (2009: 201).

Nota da fonte: nd, dados não disponíveis.

Passando às políticas para a leitura pública, na década de oitenta do século passado a crescente percepção dos fracos hábitos de leitura da população portuguesa motivou intervenções frisando a necessidade de instituir uma Rede Nacional de Leitura Pública, em que se considerava a importância das autarquias para tal, a ausência de meios no então IPL e a necessidade do lançamento de uma proposta de um plano concertado de sensibilização para os problemas da leitura com circulação de experiências e da realidade de outros países (Furtado, 1984; Castro, 1984). A instituição da Rede veio a ocorrer na sequência de um relatório de 1986 (Moura, Almeida, Portilheiro e Calçada, 1986), assente em parcerias da tutela da Cultura com os municípios com o objectivo de dotar cada um dos municípios portugueses com uma biblioteca pública. Apesar do consenso político em torno deste Programa e da intenção expressa por vários governos de alcançar aquele objectivo, ainda permanece longe de conclusão. Em fins de 2006 dispunham de bibliotecas integradas na RNBP e inauguradas 154 municípios portugueses, representando 50% do total, o que significa uma estimativa de 66%⁷³ da população abrangida, quando em 1997 era 29% (Freitas, 1997: 61).

Observadas do ponto de vista dos objectivos programáticos dos Governos Constitucionais (GC), são vários os que, desde o I (1976-1978) destacam a importância das bibliotecas públicas⁷⁴, frequentemente associadas às escolares (Neves e Lima, 2009: 19-21). No programa do XVII GC (2005-2009) refere-se a necessidade de concluir a rede de leitura pública, de prosseguir a “cobertura territorial da rede nacional de bibliotecas públicas”, adiantando-se que o “programa nacional de promoção da leitura será reforçado, beneficiando da cooperação entre bibliotecas públicas e bibliotecas escolares e chamando-o à agenda crucial da educação dos adultos”. Dá-se, assim, relevo a três linhas políticas de continuidade patentes nos programas dos GC: (i) alargamento da cobertura da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) no sentido da sua universalização ao conjunto dos municípios portugueses; (ii) articulação entre aquela Rede e a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE); (iii) a “educação de adultos”, designadamente quanto à promoção da leitura, objectivo que remonta ao V GC (1979-1980), merece uma referência no IX e reaparece nos objectivos programáticos do XVII. O XVIII GC (2011-) retoma o objectivo de concluir, no período da legislatura, a rede de leitura pública.

⁷³ A fonte dos dados da população é o INE, Estimativas Anuais da População Residente, ano de referência 2008, última actualização destes dados 23 de Junho de 2009, extraídos em 3 de Julho de 2009, www.ine.pt.

⁷⁴ O Ministério da Cultura não tem qualquer atribuição relativamente a outros tipos de bibliotecas que não as de leitura pública – e estas apenas por via do programa RNBP – de que são exemplos as bibliotecas escolares (Ministério da Educação) e as universitárias (Ministério da Ciência e do Ensino Superior), até porque não existe (ainda) uma regulamentação geral das bibliotecas.

Quanto às medidas políticas os principais marcos são claros: lançamento da RNBP em 1986 (X GC), da RBE em 1996, do Programa Nacional de Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais em 1997 (ambas no XIII GC) e do PNL em 2006 (XVII GC).

As referidas orientações espelham a necessidade de articulação entre as tutelas da Cultura e da Educação tanto ao nível dos equipamentos (bibliotecas públicas e biblioteca escolares), como dos públicos-alvo (crianças e jovens em idade escolar, adultos), como ainda dos contextos da leitura (escolar e de lazer). Enfatizam-se, nos programas direccionados para o sector cultural, aspectos que são da responsabilidade do sector educativo (bibliotecas escolares, formação de adultos).

Sendo considerado um serviço cultural, e situado portanto na área governativa da tutela da Cultura, as políticas públicas em Portugal enfatizam, como se viu, a articulação (mais do que complementaridade) com o Ministério da Educação e as escolas, em geral, e com as bibliotecas escolares, em particular. Deste ponto de vista, poderá falar-se da influência do modelo francês no desenho da RNBP o qual, ao contrário do modelo inglês e alemão, associa funções culturais e educativas (Neves e Lima, 2009: 20).

De todo o modo, uma das principais conclusões dos estudos sobre a frequência das bibliotecas públicas reside no facto de que parte substancial dos seus utilizadores é constituída por estudantes e que “as lógicas de utilização e apropriação de ambas as bibliotecas (escolar e municipal) não se distanciam” (Lopes e Antunes, 2000: 25). O que leva os autores do estudo Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas a considerar que “será importante não perder de vista a distinção entre educação formal (sistema educativo) e fruição cultural”, frisando a vocação das bibliotecas públicas como equipamento cultural, patente aliás no “problema clássico do bibliotecário, ou seja, como tornar perenes as práticas de leitura após a saída do sistema escolar (Gattegno, 1989: 13)” (Neves e Lima, 2009: 21).

De acordo com o estudo Promoção da Leitura nos Países da OCDE, sob a designação de fomento ou *promoção da leitura*⁷⁵, referem-se políticas públicas largamente disseminada nos países ocidentais, frequentemente concretizadas através de planos nacionais de duração alargada, plurianual, baseadas na defesa da importância da leitura sob vários pontos de vista, cultural, (exclusão) social, económica, na constatação das dificuldades/competências de leitura, dos seus baixos índices e da diminuição dos níveis de leitura (Neves, Lima e Borges,

⁷⁵ A promoção da leitura refere-se ao conjunto de medidas empreendidas com a finalidade de favorecer o acesso de todas as categorias sociais à leitura de livros, de jornais e de revistas, às práticas de leitura, com ênfase na leitura de livros, normalmente de todos os géneros de livros e não apenas das obras literárias como tal reconhecidas pelo corpo de especialistas desse campo. Para uma perspectiva histórica, em especial do caso alemão, e discussão da noção de promoção da leitura ver Ewers (2007). Sobre as políticas públicas de promoção ou fomento da leitura em curso nos países ibero-americanos ver <http://www.cerlalc.org>.

2008). Importa referir quatro grandes conclusões deste estudo. As políticas públicas de promoção da leitura são mais intensas nos países com níveis de literacia mais elevados; o objectivo é que os níveis de literacia e de práticas de leitura não baixem, mais do que elevar esses níveis (que é o objectivo em Portugal); as referidas políticas incidem tendencialmente em públicos-alvo com idades (cada vez) mais precoces; mas envolvem também adultos mas pela sua condição específica, por exemplo a de serem familiares das crianças, em particular pais e também os avós.

Em Portugal, haverá que destacar o Programa de Apoio à Promoção da Leitura/Itinerâncias culturais (PAPL) e o Plano Nacional de Leitura (PNL). Quanto ao PAPL, a tutela da Cultura promoveu no seu âmbito a realização, desde 1997, de milhares de acções de difusão do livro e de promoção da leitura⁷⁶ em vários contextos, em particular nas bibliotecas municipais (Neves e Lima, 2009: 39-40). Este Programa destina-se a combater a iliteracia e os baixos níveis de leitura, criar e consolidar hábitos de leitura entre os portugueses, com especial atenção ao público infanto-juvenil, através de projectos e acções de difusão do livro e promoção da leitura, que cobrem todo o território nacional. Proporcionam-se assim, através de parcerias entre a tutela da Cultura e os municípios/bibliotecas públicas, vários conteúdos de animação e de promoção da leitura, incluindo destacadamente acções de formação de mediadores, e também grupos ou comunidades de leitores. Uma das principais alterações foi introduzida em 2002. Como se refere no relatório que criou o PNL, “de 1997 a 2002, o Programa de Itinerâncias foi concebido tendo como público-alvo o leitor no seu sentido mais lato (leitor constituído ou potencial leitor). As acções da carteira de itinerâncias eram dirigidas a este leitor sem perfil específico, sendo estas acções díspares, sem um fio condutor que as integrasse numa política marcadamente dirigida à promoção da leitura” pelo que, a partir de 2002, “consciente de que este Programa deveria ser preferencialmente um instrumento para a criação de novos públicos leitores através de uma política activa de combate à literacia e aos baixos níveis de leitura, o IPLB elegeu como essenciais as acções dirigidas ao público infanto-juvenil” e reforçou substancialmente as acções dirigidas a este público e aos mediadores da leitura (Alçada, Calçada, Martins, Madureira e Lorena, 2006: 84-85).

Com a integração no PNL aumentou o número de acções disponíveis e passou a contemplar bibliotecas municipais não integradas na RNBP. Embora tenham ocorrido alterações nas acções, nos tipos das acções propostas e no peso percentual na estrutura do

⁷⁶ Para aprofundar aspectos relativos ao PAPL/Programa de Itinerâncias, ou Itinerâncias Culturais, tais como historical, comparticipação nos custos e outros aspectos processuais, caracterizações detalhadas da oferta e da procura de acções e significado no conjunto das actividades das bibliotecas públicas ver Neves e Lima (2009).

Programa ao longo da sua vigência, no período 1998-2009 podem ser identificadas oito: Acção Articulada; Acção de Formação; Ateliê; Espectáculo; Comunidade de Leitores; Curso Breve de Literatura; Exposição; Outros (Neves e Lima, 2009: 52). O conjunto de indicadores do arco temporal 1998 a 2009 mostra um crescimento da procura de acções por parte das bibliotecas, de número de bibliotecas com acções e ainda o alargamento territorial da sua realização. A média de acções por biblioteca e por ano varia entre 2,4 (2008) e 3,7 (2006) (Neves e Lima, 2009: 57). Deste ponto de vista, o Programa constitui como que uma garantia de uma oferta mínima, particularmente importante para as bibliotecas com menor capacidade de realização de actividades. De facto, uma das conclusões do referido estudo Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas é que “são muitas e diversificadas as iniciativas promovidas e realizadas nas bibliotecas pública municipais em Portugal” (*idem*: 12), umas com enquadramento limitado à própria biblioteca (*idem*: 144), outras no âmbito do PAPL ou dos Concursos de Apoio a Bibliotecas Públicas da FCG (*idem*: 85-88). Contudo, de acordo com as prioridades definidas, os mais jovens são os públicos-alvo da parte mais significativa das acções – com algumas excepções, como é o caso das acções de formação – e de outros projectos de promoção da leitura.

O PAPL está, portanto, vocacionado para o desenvolvimento de actividades nas bibliotecas públicas municipais em várias áreas, com destaque para a formação de mediadores da leitura. Com um âmbito substancialmente mais alargado (que aliás incluiu desde logo o próprio PAPL), foi aprovado em 2006 o Plano Nacional de Leitura (PNL). É coordenado pelo Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura (através do organismo de tutela do sector do livro e da leitura, bem como das bibliotecas públicas) e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares⁷⁷ e tem o Alto Patrocínio do Presidente da República. Como se refere no preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Plano, a sua concretização passa por um vasto leque de medidas “destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população escolar.”⁷⁸ Ainda de acordo com a citada Resolução terá uma duração alargada, de 10 anos,

⁷⁷ Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues; Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima; Ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva (XVII GC). Note-se que o PNL conta com vários parceiros na sociedade civil. Um deles é a FCG, que tem ela própria iniciativas em curso no âmbito da promoção da leitura. Sobre as suas actividades mais recentes, em particular o Concurso Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas, que a FCG vem realizando desde 2003, ver Neves e Lima (2009).

⁷⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de Julho. Note-se, quanto ao processo de criação do PNL, que esta Resolução foi antecedida do Despacho Conjunto n.º 1081/2005, de 23 de Novembro, da Presidência do Conselho de Ministros e dos ministérios da Educação e da Cultura para a dinamização do plano e

divididos em duas fases (2006-2011 e 2011-2016). Na primeira fase a prioridade dirige-se às crianças e jovens, em particular os alunos do ensino básico e secundário. A articulação com os municípios e o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares, com o envolvimento das bibliotecas públicas, são algumas das linhas de actuação.

Embora as crianças e os jovens sejam os públicos-alvo prioritários, a actuação do PNL envolve a população adulta de diversas formas. Destacam-se aqui três: as bibliotecas públicas, os projectos direccionadas para as famílias (PNL, 2007; 2008; 2009) e, mais recentemente, um projecto específico para os adultos da Iniciativa Novas Oportunidades (PNL, 2010). A implementação do Plano inclui a realização de diversos estudos e de uma avaliação externa que produziu já 4 relatórios (Costa, Pegado e Ávila, 2008; Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009; Costa, Pegado, Ávila e Coelho: 2010), o último dos quais é uma síntese dos primeiros 5 anos do PNL (Costa, Pegado, Ávila e Coelho, 2011).

Relativamente às bibliotecas públicas, a acção do Plano passa pela DGLB e pelo já referido PAPL. No primeiro relatório de avaliação externa refere-se que, nelas, a visibilidade do Plano é menor do que nas escolas, embora desenvolvam algumas acções na continuação do que anteriormente faziam, alertando-se para a possibilidade de os financiamentos municipais para as bibliotecas públicas diminuírem por serem canalizados para outras áreas da articulação entre o Plano e os municípios (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 23-24). O envolvimento das bibliotecas públicas em projectos do PNL teve continuidade nos anos seguintes com o PAPL e outras iniciativas da DGLB, em particular comemorações de efemérides ligadas ao livro e à leitura, e com as escolas e as bibliotecas escolares, entre outras (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009: 14-15; (Costa, Pegado, Ávila e Coelho, 2010: 20). Apesar de o PNL recolher grande apoio entre os bibliotecários, estes têm feito sentir a necessidade de se vir a dar atenção à população adulta e às bibliotecas públicas, incluindo orientações quanto a actividades a realizar (Neves e Lima, 2009: 147). Assim, se o alargamento da cobertura do território com bibliotecas públicas parece ter ainda um impacto limitado na população adulta, o que decorre das orientações emanadas das políticas públicas direccionadas para os jovens, os *públicos jovens*, é espectável que venham a beneficiar das medidas em curso de criação de hábitos de leitura por parte da actual geração de alunos, parte substancial das quais lançadas no âmbito do PNL, a que acrescem as acções que envolvem, indirecta ou (já na primeira fase) directamente, a população adulta.

de um relatório dos membros indigitados no Despacho para a equipa de coordenação (Alçada, Calçada, Martins, Madureira e Lorena: 2006).

Entre as medidas que envolvem os adultos incluem-se, desde o início do Plano, a promoção da leitura em família e da oferta de livros a partir de, entre outros, centros de saúde e bibliotecas públicas (PNL, 2010: 70). O contacto com os livros por parte de crianças/alunos e dos seus pais, bem como o incentivo de práticas de leitura conjunta são algumas das componentes desta linha de acção do Plano. No primeiro ano o âmbito das acções direccionadas especificamente para os pais “foi ainda restrito” (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 24) mas nos dois anos seguintes foi substancialmente alargado com o lançamento de projectos envolvendo os centros de saúde, as escolas do pré-primário e os novos alunos do 1º ano do 1º ciclo. Se o envolvimento dos familiares tem “potencial para, indirectamente, promoverem a leitura entre aqueles que possuem poucos hábitos de leitura, parece agora oportuno apostar igualmente em estratégias especificamente direccionadas para os adultos.” (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009: 15-16). Estas acções tiveram continuidade no ano seguinte juntamente com um novo projecto, sempre mantendo o público-alvo prioritário mas envolvendo no mesmo passo adultos, desde logo os familiares, mas também profissionais de saúde e educadores/professores (Costa, Pegado, Ávila e Coelho, 2010: 20-21).

No ano lectivo 2009/2010 o PNL lançou o projecto “Novas Oportunidades a Ler +” dirigido aos adultos dos Centros Novas Oportunidades. Inclui acções várias de promoção da leitura na perspectiva da literacia e da prática cultural – leitura em família, livre e comunidades de leitores (PNL, 2010: 60-63). Dirige-se, assim, à população adulta que até então só indirectamente era visada pela acção do PNL, “mais especificamente aquela que terá menos competências e menos hábitos de leitura, por se tratar de uma população pouco escolarizada” (Costa, Pegado, Ávila e Coelho, 2010: 16).

Importa referir, por fim, a vertente de sensibilização da opinião pública para a promoção da leitura, que inclui divulgação apoiada pela RTP com o programa Sociedade Civil (RTP 2) e *spots* (na RTP), alguns destes sobre as bibliotecas públicas, para além de acções de divulgação em espaços públicos e apresentações públicas do PNL (PNL, 2010: 110-120).

A oferta: suportes de leitura e locais de aquisição

A oferta de suportes de leitura é uma das dimensões fundamentais na análise das culturas de leitura. Qual a oferta no início do século XXI em Portugal? Quais as suas características? Como evoluiu nos anos mais recentes? Para responder a estas questões tomam-se como observáveis a edição de livros, as livrarias e outros locais de aquisição de livros, a edição e circulação de jornais e revistas e ainda as bibliotecas, com ênfase para as de leitura pública.

Em termos muito gerais, pode dizer-se que a oferta existente se caracteriza pela diversidade dos suportes físicos e dos géneros disponíveis no mercado. E não apenas de livros, mas também de jornais e de revistas, em suporte papel e online. Caracteriza-se ainda por um significativo parque de bibliotecas, de que importa destacar as de leitura pública, que aliás está ainda em crescimento, como se viu.

A edição de livros

Apesar das deficiências da informação estatística (e outra) existente sobre o sector do livro em Portugal, os dados disponíveis mostram que no início do século a edição se caracteriza por uma grande diversidade de entidades editoras, comerciais e institucionais (não comerciais), incluindo autores-editores, conclusão sustentada pela fonte ISBN⁷⁹ (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 64-67; 123). Especificamente quanto às empresas cuja actividade principal é a edição de livros, o seu número, do ponto de vista do apuramento estatístico, ultrapassa as quatro centenas e tem vindo a aumentar, situando-se em 415 em 2008 (Neves e Santos, 2010: 10). Isto mesmo apesar do movimento de concentração que se vem verificando e acentuou nos anos mais recentes com o reforço de alguns dos grupos editoriais nacionais ou a operar em Portugal, que poderiam ser factor de menor diversidade da oferta de títulos, o que não parece ser o caso (*idem*: 70-77).

Do ponto de vista da edição, as fontes disponíveis – o ISBN e o Depósito Legal – mostram tendências de crescimento, embora com oscilações. Os dados do Depósito Legal (*idem*: 142-145) revelam que tem vindo a crescer significativamente uma vez que o número de registos (incluindo monografias e publicações periódicas) passou de 14.066 em 2000 para 17.015 em 2009 (Neves e Santos, 2011: 55). Isto significa que, neste último ano, foram depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal por dia, em média, 47 obras. Numa perspectiva europeia (UE 27) no período 1995-2002 o número de títulos editados nos países de mercados mais pequenos manteve-se estável, com excepção de Portugal, que cresceu, e da Suécia que, pelo contrário, regrediu (Mikkeli, 2005: 39).

Outros dois indicadores permitem confirmar a tendência antes identificada. Um deles reporta-se aos exemplares de “literatura” produzidos que passam de 7 milhões em 2000 para

⁷⁹ O ISBN, International Standard Book Number, é um sistema internacional não obrigatório cuja agência nacional portuguesa é a APEL. Ainda a propósito do ISBN ver Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira (2009: 66-68 e 150-151) e www.apel.pt. Quanto ao Depósito Legal é obrigatório e a sua gestão está a cargo da Biblioteca Nacional de Portugal. Sobre o enquadramento legal ver Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira (2009: 45) e <http://www.bnportugal.pt/>

11 milhões em 2006⁸⁰ (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 133). O outro refere-se à distribuição dos títulos catalogados na BNP por tema (*idem*: 149) e mostra, no período 2000-2008, pelo menos duas coisas: que os temas dominantes são “Língua. Linguística. Literatura” seguido de “Ciências Sociais”; e que os títulos destes temas registaram um crescimento significativo nesse período (Neves e Santos, 2011: 58).

Quanto ao livro electrónico, no plano internacional é em meados dos anos noventa que se assiste à entrada em cena de grandes empresas, não só do universo editorial, mas também da área das novas tecnologias, e que se começam a fazer previsões sobre o mercado desse formato, as quais apontam para um negócio altamente rentável (Furtado, 2003: 2). O impacto dos *e-books* ganha crescente significado à medida que aumenta a oferta de conteúdos (grátis ou a preços mais baixos do que os impressos), de que o Google Books e a Amazon são dois exemplos, que os acessos via internet se tornam mais rápidos e que cresce a oferta de hardware mais amigável, como o aparelho de leitura Kindle (da Amazon) e os “tablets”, como o iPad (da Apple). Contudo, relativamente a Portugal, e especificamente quanto à leitura neste suporte, permanecem ainda fortes lacunas de informação.

Livrarias e outros locais de aquisição de livros

O estudo sobre o sector do livro em Portugal que se vem referindo mostra igualmente a diversidade de locais de comércio de livros, assim aproximando as ofertas das procuras (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 89-102). Constatam-se a persistência das livrarias tradicionais, independentes ou integradas em cadeias (designadamente a Bertrand e a Bulhosa), isoladas ou (cada vez mais) inseridas em centros comerciais, das papelarias/livrarias, para além das grandes superfícies generalistas (super e hipermercados, El Corte Inglés), e especializadas (Fnac), das feiras do livro e ainda outros pontos de venda tão diversos como lojas de conveniência, postos de abastecimento de gasolina, postos dos CTT – Correios de Portugal e quiosques. Estes últimos são particularmente importantes pela associação entre a imprensa e a edição de livros. A este último propósito importa referir o projecto “Milfolhas” do jornal Público (2002-2004), com 101 títulos comercializados e 5,3 milhões exemplares vendidos, números que se devem em boa medida à vasta rede de quiosques, 7.000 espalhados por todo o país (Porto, 2006).

⁸⁰ Para este indicador, 2006 é o último ano disponível na fonte.

Uma aproximação à evolução recente das livrarias existentes é possível por via das empresas de comércio a retalho de livros⁸¹, embora os dados estatísticos disponíveis sejam contraditórios quanto à sua evolução, provavelmente devido a diferentes metodologias utilizadas nos apuramentos: de crescimento ligeiro de 2004 para 2007, ano em que são 688; decréscimo entre 2007 e 2008, anos em que a metodologia seguida é outra, sendo que o número de empresas neste último ano é 636 (Neves e Santos, 2010a: 17-18). É importante notar que, ainda de acordo com esta fonte, tais empresas estão fortemente concentradas nas regiões Norte (34%), Lisboa (32%) e Centro (22%), que totalizam 88% tomando como referência o ano de 2008.

Relativamente ao comércio electrónico, que inclui a venda de livros em papel e em formato electrónico, assiste-se nos anos mais recentes ao aumento dessa funcionalidade em sites de livrarias e à criação de sites especializados, num processo que está ainda numa fase de desenvolvimento mas que revela já alguma dinâmica (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 108-113).

A evolução da oferta de jornais e de revistas

Para além do livro, os dois outros suportes de referência na análise das práticas de leitura são os jornais e as revistas. Como se caracteriza e como tem evoluído a oferta destes dois suportes? Em 2009 são 750 os títulos de jornais (quadro 4.4) em circulação em Portugal (em suporte papel e/ou electrónico), ao passo que as revistas são 913 (quadro 4.5).

Os referidos valores representam evoluções diferentes face ao ano anterior, ou seja, ligeira diminuição dos jornais (menos 2), forte aumento nas revistas (mais 33). Contudo, numa perspectiva diacrónica, a principal característica reside na forte oscilação anual. O ano de 2006 é o que regista o número mais elevado de títulos de jornais, e um dos mais altos de revistas. Deste ponto de vista, como de outros que a seguir se detalham para o período 2000-2009 (títulos, edições e exemplares), o ano de realização do inquérito LP corresponde a um contexto de oferta em alta, particularmente no que se refere a jornais.

⁸¹ Note-se que uma empresa pode ter um ou mais estabelecimentos de comércio a retalho de livros.

Quadro 4.4
Jornais: indicadores por Ano (2000, 2005-2009) (*número*)

Jornais: indicadores	Ano					
	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Total (papel e/ou electrónico)	763	791	805	778	752	750
Suporte electrónico apenas	nd	22	11	16	27	36
Suporte papel e electrónico	nd	107	130	150	151	165
Em papel e papel e electrónico simultaneamente *	763	769	794	762	725	714
Gratuitos	-	163	184	209	209	206
Edições	27.720	26.757	28.169	27.467	25.740	25.039
Tiragem total	511.725,0	642.228,6	671.329,6	711.202,0	730.827,1	638.910,2
Circulação	nd	503.254,1	547.632,7	592.441,2	624.340,8	535.944,7
Dos quais, exemplares vendidos	329.686,1	288.630,4	286.210,4	274.846,1	268.283,4	251.287,8
Dos quais, exemplares distribuídos gratuitamente	nd	214.623,7	261.422,3	317.595,1	356.057,4	284.656,9

Fonte: INE, “Inquérito anual às publicações periódicas” em *Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio* (2000-2007); *Estatísticas da Cultura* (2008-2009).

Notas: em 2003 o inquérito foi reformulado; * os indicadores seguintes (edições e exemplares) reportam-se a estas publicações; nd, não disponível.

Quanto a estes últimos (de novo quadro 4.4) o número de títulos publicados regista o valor mínimo, 752, no ano de 2008, e o valor máximo, 805, em 2006. O número de jornais em papel e em papel e electrónico simultaneamente diminuiu de 763 em 2000 para 714 em 2009, sendo que 2006 é o ano que regista o valor mais elevado (794). Note-se que os jornais gratuitos registam algumas oscilações mas aumentam de 181 para 206 entre 2003 e 2009. As edições têm igualmente oscilações anuais, com o valor mais elevado situado (de novo) em 2006 (28.169) que depois tendem a baixar. Do ponto de vista dos exemplares, as tiragens totais registam um crescimento contínuo até 2008, que passam de 511,7 milhões em 2000 para 730,8 milhões em 2008 e uma forte redução em 2009, com 638,9 milhões. Movimento semelhante se observa com os exemplares em circulação⁸² que passam de 464 milhões em 2003 para 624,3 milhões em 2008 e descem para 535,9 milhões. Este último crescimento muito se deve aos exemplares distribuídos gratuitamente, que superam os exemplares vendidos a partir de 2007, mas que em 2006 significam já 48%.

Importa ter em conta que, com frequência, os jornais diários e semanários incluem revistas e, não raramente, livros, incluídos no preço de capa ou com custo reduzido.

Em comparação com outros países europeus, Portugal apresenta em 2003 uma circulação de jornais diários por cada 1.000 pessoas adultas, 66, que é o mais baixo entre um conjunto de 24 países, em que a Grécia regista 67 e, só para dar alguns exemplos, a Espanha 122

⁸² Circulação é o número de exemplares colocados no mercado e que chegam aos leitores. Resulta da soma das vendas, assinaturas e ofertas (INE, 2009b: 216).

(Cardoso, S/data: 391). Registe-se ainda os preços de capa “dos mais altos do espaço europeu”, a que se acrescenta que apenas os jornais desportivos e as revistas apresentam audiências relativamente superiores, “sendo esta em geral considerada uma das especificidades da imprensa portuguesa” (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005: 77-78).

A partir de meados da década de 90 a edição electrónica em linha associa-se à versão impressa. A origem da presença de diários portugueses na internet data de 1995 (*Público*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*), dois anos depois de experiências pioneiras nos Estados Unidos da América. Estas edições passam, nos primeiros anos do século, de meros repositórios de conteúdos da edição impressa à oferta de serviços específicos e interactivos. Em 1999 foi inaugurado o primeiro jornal de âmbito nacional exclusivamente online, o *Diário Digital* (Silva, 2006: 24-26). De facto, os grupos empresariais aproveitaram as potencialidades desta nova tecnologia para tentar alargar as suas audiências. A adesão dos utilizadores da internet a este formato foi bastante significativa, mas a fraca difusão da internet em Portugal em meados da década limitou esta área de negócio, que não constitui nem um estímulo, nem uma ameaça às publicações tradicionais (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005: 78).

Quadro 4.5

Revistas: indicadores por Ano (2000, 2005-2009) (número)

Revistas: indicadores	Ano					
	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Total (papel e /ou electrónico)	642	899	898	902	880	913
Suporte electrónico apenas	nd	10	5	14	27	35
Suporte papel e electrónico	nd	96	102	111	150	164
Em papel e papel e electrónico simultaneamente *	642	889	893	888	853	878
Gratuitas	-	248	293	311	295	294
Edições	5.026	6.067	6.396	6.212	6.012	6.007
Tiragem total	293.760,8	195.995,2	223.765,8	222.815,0	205.930,2	175.406,8
Circulação	nd	148.674,2	171.409,6	188.365,0	164.352,0	133.315,5
Dos quais, exemplares vendidos	133.320,0	114.399,2	109.848,3	119.830,8	102.102,4	97.728,2
Dos quais, exemplares distribuídos gratuitamente	nd	34.275,0	61.561,2	68.534,1	62.249,7	35.587,3

Fonte: INE, “Inquérito anual às publicações periódicas” em *Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio* (2000-2007); *Estatísticas da Cultura* (2008-2009).

Notas: em 2003 o inquérito foi reformulado; * os indicadores seguintes (edições e exemplares) reportam-se a estas publicações; nd, não disponível.

A partir de 2005, os jornais de distribuição gratuita, presentes em Portugal desde 1996 (*Jornal da Região*), conheceram um impulso muito significativo tanto na oferta de títulos como do número de exemplares distribuídos. Por exemplo, em conjunto, os diários gratuitos registaram, em 2005, uma circulação diária de mais de 250.000 exemplares, ao passo que os

cinco diários nacionais de informação geral somavam, nesse mesmo ano, uma circulação diária de 356.765. Com excepção do jornal gratuito semanal *Dica da Semana*⁸³, distribuído por todo o país, a imprensa gratuita é distribuída nos distritos de Lisboa (sobretudo), Porto e Setúbal (Cardoso e Martins, 2007: 83-85). Relativamente às revistas, o número de títulos publicados regista o valor mínimo, 642, no ano 2000, e o valor máximo, 913, em 2009 (de novo quadro 4.5). O número de revistas em papel e em papel e electrónico simultaneamente, ao contrário dos jornais, cresceu significativamente, de 642 em 2000 para 878 em 2009, sendo que 2006 é também o ano que regista o valor mais elevado (893). Quanto aos títulos gratuitos, observam-se igualmente oscilações anuais mas com um crescimento significativo de 248 em 2005 para 294 em 2009.

As edições registam o seu valor mais elevado também em 2006 (6.396), ano que marca a inversão da tendência de crescimento até aí verificada. Passando aos indicadores por exemplares, 2006 é um dos anos com o valor mais elevado de tiragem total (223,8 milhões) e marca igualmente uma inversão da tendência de crescimento até aí verificada. Os exemplares em circulação crescem até 2007 (188,4 milhões) mas iniciam no ano seguinte uma tendência de diminuição. Ao contrário dos jornais, a maioria dos exemplares em circulação são sempre pagos, embora os gratuitos venham aumentando em percentagem e signifiquem, em 2009, 36%.

Com base nos indicadores dos dois suportes é possível afirmar que a situação é semelhante: a oferta de títulos tem aumentado, mas a procura tem diminuído. De facto, tal como a maior parte dos jornais, o mesmo acontece genericamente com as revistas “femininas, de sociedade e televisão” sendo excepção a revista *TV 7 Dias*, líder do segmento televisão em 2005 (Cardoso e Martins, 2007: 12). A revista feminina *Maria*, mesmo com quebras, continua a ser a publicação com maior circulação em Portugal (257 mil exemplares por edição em 2005) (*idem*: 11).

Especificamente quanto à oferta em suporte electrónico a evolução é também semelhante, ou seja, significativo aumento dos títulos, tanto daqueles apenas em suporte electrónico como daqueles que se apresentam em ambos os suportes, que aliás registam valores muito próximos em 2009. Importa, contudo, reter que 2006 é um ano fraco seja qual for a perspectiva que se adopte, sobretudo se comparado com 2009.

⁸³ O jornal *Dica da Semana* é uma publicação da cadeia de supermercados Lidl e tem uma circulação diária superior a dois milhões de exemplares (Cardoso e Martins, 2007: 84).

Bibliotecas e bibliotecas públicas: equipamentos, utilizadores e utilizações

A evolução do parque de bibliotecas em Portugal caracteriza-se pelo crescimento em número e em qualidade (medida pelos serviços oferecidos e pelo cumprimento de requisitos internacionalmente aceites) dos vários tipos de bibliotecas, e pelo aumento dos utilizadores. O número total de bibliotecas⁸⁴ passou de 1.614 em 1995 para 1.960 em 2003, o que significa um aumento de 21%. O principal contingente, em qualquer dos anos, corresponde às bibliotecas escolares que representam cerca de metade do total. Os contingentes destas variam entre 865 em 1995 e 942 em 2003, o que significa um crescimento de 9%. Contudo, o aumento mais significativo (de 69%) refere-se às bibliotecas públicas⁸⁵. Relativamente aos utilizadores, o respectivo total, considerados todos os tipos de bibliotecas,⁸⁶ triplicou de 1995 para 2003 tendo passado de pouco mais de 4 milhões para 12,8 milhões, dos quais 43% de bibliotecas públicas.

De acordo com um levantamento realizado em 2009 são 30 os municípios de Portugal que não dispõem de qualquer biblioteca pública (Neves e Lima, 2009: 103), a que corresponde uma população estimada residente nesses concelhos de 458 mil pessoas (ou seja, apenas 4,3% da população do país)⁸⁷.

Os programas públicos de equipamentos, no caso vertente as redes de bibliotecas, desempenham um importante papel na democratização do acesso aos suportes de leitura, desde logo pela sua existência efectiva, mas também porque, uma vez que estabelecem parâmetros de funcionamento para as instituições aderentes, permitem por essa via ter, por exemplo, uma noção muito aproximada dos serviços que prestam⁸⁸. Estão em funcionamento dois programas de redes, de bibliotecas escolares e de bibliotecas públicas (Silva, 2004: 241-243). Contudo, no caso deste último programa, que importa detalhar, haverá que ter em conta

⁸⁴ O INE é a única fonte estatística para o conjunto das bibliotecas mas não acompanha a realidade actual uma vez que o inquérito está suspenso desde 2003, ano dos últimos dados disponíveis (INE, 2005: 4). Os tipos, e respectivo número, considerados pelo INE para 2003 (Portugal) são os seguintes: Escolares (942), Estabelecimentos de ensino superior (349), Públicas (323), Especializadas (333, das quais Abertas ao público 164 e Outras 169), Importantes não especializadas (12) e Nacionais (1).

⁸⁵ Biblioteca pública é uma “biblioteca dirigida ao público em geral, que presta serviço a uma comunidade Local ou Regional podendo incluir serviços de extensão, nomeadamente a hospitais, prisões, minorias étnicas ou outros grupos sociais com dificuldades de acesso ou de integração.” (www.ine.pt)

⁸⁶ Utilizador inscrito de biblioteca é “qualquer pessoa que utilize os serviços de uma biblioteca, devendo ser contada nominal e anualmente e não pelo número de vezes que procura os serviços da biblioteca” (INE, 2006).

⁸⁷ Fonte: PLBP, 2009, base de dados. Fonte dos dados da população: INE, Estimativas Anuais da População Residente, ano de referência 2008, última actualização destes dados 23 de Junho de 2009, quadro extraído em 3 de Julho de 2009 (www.ine.pt).

⁸⁸ Um dos parâmetros da RNBP é a localização central das bibliotecas. O objectivo é atribuir maior visibilidade e facilitar o acesso por parte da população. Os parâmetros quanto aos serviços ou valências de que deve dispor aproximam-na do tipo de equipamento centros culturais (Calixto, 2005: 11; Neves e Lima, 2009: 113-114).

que nem todas as bibliotecas públicas integram a Rede (Freitas, 1997: 60-61; Neves e Lima, 2009: 102) como é, aliás, o caso da Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa⁸⁹. Note-se que a FCG pôs cobro ao seu programa de bibliotecas fixas em 2002, e que parte dessas bibliotecas passaram para a tutela dos municípios (Nunes e Neves, 2005).

No que toca especificamente à Rede de Bibliotecas Escolares⁹⁰ (RBE) a progressão registada nos anos mais recentes é notável. Em fins de 2006 as bibliotecas da Rede abrangiam 1.762 escolas e em fins de 2007 eram 1.888, quando em 1997 (um ano depois de a Rede ter sido criada) eram apenas 164 (Costa, Pegado, Ávila e Coelho, 2010: 48).

Quanto à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), que tem vindo a ser concretizada desde 1987, como se referiu, em Dezembro de 2008 integram-na 261 concelhos (dos 308 existentes), dos quais 173 com bibliotecas a funcionar e outros 106 com bibliotecas em diferentes fases de instalação. Em fins de 2006 as bibliotecas da Rede já inauguradas são 154 e, em 2007, 159 (Neves e Lima, 2009: 39). Contudo, ainda quanto ao número de bibliotecas existentes, haverá que ter em conta que algumas dispõem de outros serviços que contribuem para as aproximar dos (potenciais) utilizadores do acervo documental, como biblioteca itinerante, biblioteca caixa, biblioteca de praia/piscina e de jardim, para além de pólos (ou pontos de serviço) fixos (Neves e Lima, 2009: 42; 105). Estes últimos são, no fundo, bibliotecas permanentes, embora de menor dimensão, cujo número é relevante, até porque, frequentemente, um município tem um ou mais destes pólos. Assim, em 2008, o número de pólos fixos, para as 173 bibliotecas inauguradas, é de 126 (*idem*: 44).

Dois outros indicadores permitem aferir a evolução da relação das populações com as bibliotecas da RNBP: o número de cartões de leitor e o número de pedidos de empréstimo domiciliário⁹¹.

Quanto ao cartão de leitor, em números absolutos, constata-se uma evolução anual de crescimento dos novos leitores (cartão pedido pela 1ª vez) e dos leitores que usam o seu cartão pelo menos uma vez, embora com oscilações que se podem dever ao número e à dimensão das bibliotecas observadas anualmente (quadro 4.6).

⁸⁹ A Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa integra 10 bibliotecas “municipais” (<http://blx.cm-lisboa.pt/blx>) para além de outras bibliotecas e serviços.

⁹⁰ Sobre o programa Rede de Bibliotecas Escolares, princípios orientadores e parâmetros das bibliotecas ver Veiga, Barroso, Calixto, Calçada e Gaspar (1997).

⁹¹ Como é sabido tanto o cartão de leitor como o acesso aos serviços das bibliotecas públicas, incluindo o empréstimo domiciliário, são gratuitos.

Quadro 4.6

Bibliotecas da RNBP - Cartão de leitor por Ano (1999-2009) (número e média)

Ano	Bibliotecas	Cartão de leitor			
		Pedido pela 1ª vez		Utilizado pelo menos uma vez	
		Número	Média por biblioteca	Número	Média por biblioteca
1999	62	35.103	566	148.450	262
2000	71	46.549	656	220.249	336
2001	84	45.254	539	244.742	454
2002	91	68.667	755	331.249	439
2003	101	66.594	659	333.274	505
2004	79	45.745	579	277.837	480
2005	94	58.032	617	294.202	477
2006	124	71.331	575	344.070	598
2007	136	72.473	533	442.916	831
2008	142	71.030	500	524.309	1.048
2009	145	67.850	468	265.003	566

Fonte: Neves e Santos (2011: 37), a partir de DGLB.

Notas: os dados reportam-se às bibliotecas que responderam ao inquérito anual da DGLB.

Do ponto de vista do empréstimo domiciliário constata-se que tanto os pedidos como os documentos emprestados mostram uma tendência de crescimento, ainda que se observem, de novo, oscilações anuais (quadro 4.7). O crescimento mais notório deve-se aos Outros documentos que não as Monografias, o que corresponde à diversificação dos documentos disponibilizados pelas bibliotecas (CD, DVD, etc.).

Quadro 4.7

Bibliotecas da RNBP - Empréstimo domiciliário por Ano (1999-2009) (Número)

Ano	Empréstimo domiciliário		
	Pedidos	Documentos	
		Monografias	Outros
1999	643.118	777.894	143.042
2000	876.507	1.135.919	200.510
2001	881.210	1.265.706	358.127
2002	1.244.667	1.364.602	563.601
2003	1.409.790	1.635.954	553.057
2004	1.000.635	1.167.434	462.089
2005	1.329.191	1.237.970	569.786
2006	1.211.013	1.470.998	574.436
2007	1.096.257	1.583.373	585.536
2008	1.477.971	1.636.532	672.536
2009	951.519	1.169.195	602.307

Fonte: Neves e Santos (2011: 37) a partir de DGLB.

Nota: os dados reportam-se às bibliotecas que responderam ao inquérito anual da DGLB.

Com base num estudo realizado por ocasião dos 20 anos da RNBP as autoras concluem que “os dados apurados não permitem concluir que existe uma tendência de redução do

empréstimo domiciliário, o que se verifica em outros países da União Europeia”, embora sejam também evidentes as “disparidades entre bibliotecas” da Rede no que se refere a este indicador (Oleiro e Heitor, 2010: 7). No inquérito sobre promoção da leitura nas bibliotecas públicas (e não apenas da RNBP, como se referiu, e a que responderam 170 bibliotecas públicas) chega-se a 781,4 mil inscritos com cartão de leitor, dois quais: 21% com menos de 15 anos, sendo que a situação mais comum (39% das bibliotecas, casos válidos) é as bibliotecas terem entre 20% e 40% de utilizadores inscritos com menos de 15 anos; 39% activos (recorreram ao empréstimo domiciliário pelo menos uma vez); 11% novos utilizadores (Neves e Lima, 2009: 116-117).

Capítulo 5

INQUÉRITOS QUANTITATIVOS: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DAS PRÁTICAS DE LEITURA EM PORTUGAL

Que contributos podem ser mobilizados para o estudo das práticas de leitura em Portugal? Que inquéritos extensivos quantitativos nacionais foram realizados com dados sobre a leitura?

Uma das primeiras incursões feitas em Portugal, assumida como situada na sociologia da leitura⁹², terá sido a realizada por José Manuel Tengarrinha nos anos setenta do século passado. O estudo, por inquérito extensivo aos leitores de “novelas”, teve por base uma amostra de leitores das bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (Tengarrinha, 1973). Posteriormente, num período de cerca de 20 anos (1988-2006), foram efectuados três inquéritos sociológicos. É, apesar de tudo, um número significativo à escala do país, sobretudo tratando-se do sector da cultura, e a que se podem ainda acrescentar-se outras fontes. Trata-se de uma linha de investigação empírica cujos resultados suscitam, naturalmente, várias questões e sugerem até, em algumas dimensões, novas hipóteses que poderão ser aprofundadas por via de estudos intensivos, via essa que tem mostrado resultados relevantes noutras tradições nacionais, como por exemplo a francesa.

Assim, neste capítulo dá-se conta do inventário dos estudos realizados, de âmbito nacional, à população ou segmentos da população, o qual tem por base um critério mínimo: incluírem dados sobre leitura de livros.

As práticas de leitura nos inquéritos quantitativos extensivos

De acordo com o levantamento realizado, e que abrange o arco temporal 1983-2011, os estudos extensivos à população, com dados sobre práticas de leitura, de âmbito nacional⁹³, e tendo como critérios a temática e o âmbito geográfico, podem arrumar-se em quatro grandes grupos⁹⁴: (1) específicos sobre práticas de leitura; (2) específicos sobre leitura mas

⁹² Para uma perspectiva histórica das abordagens sobre leitura e leitores no arco temporal 1926-1987 ver Melo (2004: 207-279). Note-se, contudo, que inclui estudos com diferentes enfoques disciplinares, universos, níveis de representatividade e rigor técnico do inquérito extensivo por questionário.

⁹³ Tenha-se em conta que, com excepção dos inquéritos realizados pelo INE, “nacional” significa normalmente Portugal continental.

⁹⁴ Esta arrumação segue de perto a adoptada por Robine (1980) para o caso francês.

direccionados para determinados segmentos da população; (3) direccionados para outras temáticas, mas que incluem a leitura de livros como prática cultural; (5) direccionados para outras temáticas, mas que incluem a leitura, realizados a nível internacional, incluindo, naturalmente, Portugal (ver Anexo I); (6) Consideram-se ainda outros inquéritos, regionais ou locais, sobre práticas culturais e públicos da cultura.

O inquérito mais antigo remonta a 1983, ano a partir do qual foram promovidos pelas associações profissionais do sector do livro inquéritos extensivos a um ritmo anual. Porém, estes inquéritos não parecem ter sido devidamente explorados, eventualmente devido ao distanciamento da/para com a academia. Seja como for, tendo em conta os inquéritos realizados, poder-se-á afirmar que, na falta de articulação e no distanciamento entre profissionais, tutela do sector e academia, residirá uma das principais razões para que a sociologia da leitura (na vertente dos estudos quantitativos como na dos qualitativos) não tenha logrado alcançar um desenvolvimento mais significativo em Portugal⁹⁵.

Estudos específicos sobre práticas de leitura

Os inquéritos específicos sobre leitura foram inicialmente promovidos pelas associações profissionais do sector e, posteriormente, pela tutela da cultura.

Promovidos pelas associações profissionais do sector do livro

O Estudo Hábitos de Leitura e Compra de Livros, promovido pela APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros), remonta a 1983 e é o mais antigo e regular inquérito específico à escala nacional. Realizou-se anualmente entre 1983 e 2004, com excepção de 1984 e 1998. Foram, portanto, realizados 20 inquéritos em 22 anos, comparáveis entre si (APEL, 2004)⁹⁶. Em 2005 a APEL realizou ainda um outro estudo, Hábitos de Leitura, mas

⁹⁵ Isto mesmo se conclui, aliás, no tocante à informação sobre o sector do livro (edição, comercialização e distribuição) (ver Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009). Note-se que a APEL produziu e difundiu com regularidade informação quer sobre a oferta quer sobre a procura de livros, aspectos que podem ser aprofundados em Neves (2000) e Santos, Lourenço e Martinho (2001).

⁹⁶ Estudo encomendado pela APEL à ACNielsen/Quantum Estudos de Mercado. O universo é composto pela população residente em Portugal Continental com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos. Com excepção do ano de 1983 (1.991 indivíduos), em todos os outros anos a amostra é de 2.000 indivíduos. O estudo foi conduzido através de entrevistas pessoais e directas. Os inquiridos foram seleccionados por amostragem aleatória, combinando técnicas de estratificação e de amostragem por estádios sucessivos. A estratificação da amostra foi feita segundo dois critérios combinados: região geográfica (“áreas Nielsen”) e dimensão da localidade. O número de entrevistas atribuído a cada estrato é proporcional à população aí residente. Todos os

com um método diferente e com limitações comparativas (APEL, 2005) pelo que será abordado separadamente. Em 2003, a UEP (União de Editores Portugueses), a outra associação de editores então existente⁹⁷, realizou e divulgou o estudo O Comportamento dos Consumidores do Livro em Portugal (UEP, 2003)⁹⁸.

Todos os estudos foram encomendados directamente a empresas de estudos de mercado, ou de sondagens, sem a participação da comunidade científica, junto da qual, de resto, nunca lograram ter eco significativo. Os resultados foram divulgados privilegiando quase exclusivamente os grandes números, com reduzida preocupação analítica e interpretativa. Todavia, o método de inquirição e a adequação das dimensões inquiridas, a longevidade e a comparabilidade justificam uma análise conjunta dos estudos promovidos pela APEL entre 1983 e 2004. O de 2004 merece algum detalhe dado ser o último da série.

Assim, no seu conjunto, os estudos confirmam, no essencial, as conclusões relativas às características dos leitores e das práticas de leitura da população portuguesa. Mas quanto ao volume e à evolução verificada revelam algumas diferenças relativamente aos estudos sociológicos. Os resultados são relevantes quanto à leitura de livros em quatro planos: perfis sociográficos dos leitores; taxa de leitura e tipos de leitores; taxas de compra de livros e tipos de compradores de livros; tempo semanal dedicado à leitura de livros.

Quanto aos perfis sociográficos dos leitores os estudos são coincidentes entre si e estão também de acordo com o que já se sabe a este propósito. As mulheres lêem mais livros do que os homens. A distribuição dos leitores segundo a idade mostra que a taxa de leitura de livros é superior à média nacional nos indivíduos com idades até aos 34 anos (com a percentagem máxima situada no escalão 15-19). E a taxa de compra de livros é mais elevada nos grupos etários até aos 40 anos embora a percentagem máxima se situe igualmente no grupo 15-19 anos. Quanto ao nível de instrução, os inquiridos com nível médio/superior e superior apresentam taxas de leitura e compra de livros muito acima da média. Por região, nas localidades urbanas com densidade populacional superior a 1.000 hab/km² as percentagens de leitores de livros são superiores à média nacional, particularmente nas cidades de Lisboa e Porto. E no tocante à “classe social” a percentagem de leitores de livros é superior à média

resultados foram ponderados e analisados por “áreas Nielsen”, tipo de localidade, nível socioeconómico, idade e sexo. O relatório de 2004 inclui valores das principais variáveis para o conjunto dos estudos realizados.

⁹⁷ A UEP foi criada em 1999 na sequência de uma cisão ocorrida na APEL. Foi extinta e os seus associados integrados na APEL em 2009 (Beja, 2011: 349-350).

⁹⁸ Estudo encomendado pela UEP à Marktest. O universo é delimitado pelos residentes no continente, em lares com telefones, com idade igual ou superior a 18 anos. A amostra é de 801 indivíduos. Amostra de lares a serem contactados efectuada aleatoriamente, a partir da base de telefones residenciais disponíveis no continente. A selecção dos entrevistados (um em cada lar) foi feita por quotas, tendo em consideração as variáveis sexo, idade e região do entrevistado. O trabalho de terreno decorreu em Outubro de 2003.

nacional nos níveis socioeconómicos mais elevados (AB e C1). Relativamente ao volume de leitores de livros verificam-se amplitudes anuais assinalável⁹⁹ – entre 33% em 1988 e 54% em 1997 – mas a evolução sugere um decréscimo nos anos mais recentes.

No conjunto dos 20 inquiridos em apreço a média dos que costumam ler livros é 45%. A segmentação por década permite verificar que os valores dos anos oitenta são em geral mais baixos do que os das décadas seguintes: a média, naquela década, é 40%, na de noventa 47% e nos primeiros cinco anos do século XXI é 45%.

No que se refere ao tipo de leitores, os pequenos (1-5 livros lidos anualmente, que passam de 16% para 18% no período em causa) e os médios (6-20 livros, de 11% para 18%) crescem, ao passo que diminuem os grandes leitores (mais de 20 livros por ano, de 8% para 2%).

As taxas de compra de livros apresentam igualmente oscilações anuais assinaláveis. Em 1988, 27% declaram comprar livros, contra 53% em 1992. Em 2004 são 46%. No conjunto dos anos a média é 42%. A análise da evolução dos compradores de livros por tipo mostra que cresceram os pequenos (1-5 livros anualmente, de 10% para 15%) e os médios (6-10 livros, de 12% para 15%) e diminuíram os grandes (mais de 11 livros, 15% para 10%).

Aqueles que estão a ler um livro no momento da inquirição variam entre 33% em 1991 e 58% em 2003, sensivelmente a mesma percentagem registada em 2004. O tempo semanal dedicado à leitura de livros evoluiu no sentido da sua diminuição, ou seja, tomando apenas como referência os dois escalões extremos considerados, para os anos limite, a percentagem relativa aos que lêem menos de 2 horas por semana passou de 25% em 1983 para 33% em 2004, e a correspondente aos que lêem mais de 14 horas de 7% para 3%. Note-se que o aumento das percentagens relativas aos que lêem menos tempo é concomitante com a descida acentuada da relativa a Ns/Nr que caiu de 20% para 5% no período em causa.

No estudo de 2004, 44% declara-se leitora de livros e 72% considera-se leitora de jornais ou revistas. Ainda quanto aos leitores de livros, quase metade (48%) leu o último há menos de 1 mês e a grande maioria lê por gosto (91%), livros não escolares nem técnicos (90%).

O estudo Hábitos de Leitura de 2005 (APEL, 2005) mostra um panorama muito diferente no que toca à taxa de leitura, possivelmente devido às alterações de método face aos anteriores, designadamente quanto ao universo e à selecção da amostra¹⁰⁰. Assim, dos

⁹⁹ Estas oscilações, na ausência de análises interpretativas dos dados, suscitaram a perplexidade de agentes ligados à mediação do livro, potenciada pelas expectativas colocadas na existência deste tipo de informação (ver Nunes, [1996]1998: 124-125).

¹⁰⁰ Estudo encomendado pela APEL à Multidados, Consultoria e Tratamento Estatístico de Dados. O método utilizado levanta várias dúvidas e não é directamente comparável com os anteriores. O universo deste estudo é a população com 14 e mais anos. A amostra é de 2.000 indivíduos, 1.810 do continente e 190 das ilhas. O relatório divulgado não refere a forma como foi seleccionada a amostra, a qual mostra algumas discrepâncias

indivíduos que responderam a este inquérito, 91% afirmam que costumam ler livros. Constata-se também que a maioria lê por gosto (72%). Os livros lidos são sobretudo não escolares ou técnicos (67%). São 28% os que lêem 3-5 livros por ano (é o intervalo com maior taxa de respostas). Quando o inquérito foi aplicado, em Março de 2005, 68% dos inquiridos afirmaram estar, naquele momento, a ler um livro.

Promovidos pela tutela do sector do livro e da leitura

O distanciamento da comunidade científica face aos estudos promovidos pela APEL está bem expresso no “Relatório da comissão do livro” produzido para a tutela da cultura. De acordo com os seus autores, aqueles estudos sofriam de “distorções metodológicas”¹⁰¹ que recomendavam que se promovesse:

Um estudo em profundidade dos hábitos de leitura em Portugal – Quem lê? O quê? Que livros são comprados e por quem? – estudo a confiar não a uma empresa de estudos de mercado, mas sim a um instituto de investigação científica. Com efeito, não é demais insistir em que muita ineficácia e até muitos dos efeitos perversos das intervenções estatais, neste como em tantos outros domínios, têm que ver, para começar, com um conhecimento insuficiente do terreno sobre o qual se pretende agir, independentemente da orientação política da acção (Moura, Cabral, Guedes e Furtado, 1986: 14).

Assim, ao contrário de outros países, como por exemplo a França (Horellou-Lafarge e Segré, 1996: 50-56) e Espanha (Ariño, Castelló, Hernández e Llopis, 2006; Ariño, 2010), os inquéritos promovidos pelas associações profissionais mantiveram-se, e foram mantidos, à margem, pela comunidade científica e pelos sociólogos¹⁰².

Na sequência das recomendações do referido Relatório, o primeiro inquérito sociológico, *Hábitos de Leitura em Portugal*, foi realizado em 1988 a um universo delimitado pela

relativamente à representatividade do universo considerado. Por um lado, há uma forte sobre-representação da faixa etária dos 14 aos 24 anos e, por outro lado, há uma grande sub-representação dos inquiridos com 65 ou mais anos. Também a nível das “habilitações académicas” se nota um distanciamento relativamente ao universo: os inquiridos com o 10º, 11º, e 12º ano ou com uma licenciatura representam 69% da amostra quanto no universo são 32% (em 2001). A recolha de informação foi efectuada através de entrevistas directas, utilizando um questionário estruturado com perguntas fechadas.

¹⁰¹ Note-se que a questão se situa no facto de serem encomendados directamente a empresas de sondagem, que realizavam o trabalho de terreno, o controlo metodológico e a análise dos resultados, uma vez que a situação normal hoje é que apenas o trabalho de terreno seja realizado por estas empresas, sendo o enquadramento teórico, a supervisão do processo e a análise de dados da responsabilidade de institutos de investigação.

¹⁰² Entre as conclusões do Inquérito ao Sector do Livro está justamente uma chamada de atenção para a importância de envolver, num sistema de informação sobre o livro e a leitura, a academia, as associações profissionais do sector e a tutela da cultura (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009).

população portuguesa residente no continente, nas localidades com 1.000 e mais habitantes, alfabetizada e com 15 e mais anos, universo correspondente a um contingente populacional de 3,5 milhões. Tem por base uma amostra aleatória de 2.000 indivíduos (Freitas e Santos, 1992a; 1992b; 1992c; Santos, 1992b). Visava “clarificar as principais características da população na sua relação com a leitura”, obter uma “resposta genérica à questão do balizamento social da leitura”, no fundo determinar o “estado das coisas” em matéria de leitura entre a população. Através da obtenção de respostas para questões como: Quem lê? O que lê? Com que frequência? Quantos livros possuem? Quem compra livros, e quantos? Onde se realiza o aprovisionamento de livros? Qual o lugar da leitura entre escolhas culturais? (Freitas e Santos, 1992a: 13).

Em 1990 foi realizado um outro inquérito por um centro de investigação no âmbito do estudo O Mercado do Livro em Portugal (Gaspar, Cavaco, Fonseca, Duarte, Ferreira, Seixas e Barroso, 1992: 93-141)¹⁰³. Quanto aos resultados salientam-se os seguintes. Os que gostam de ler são 91%; Por “tipo de leitura”, os gostam de ler apenas livros são 12%; os que lêem jornais e livros, 12%; revistas e livros 11%; os três suportes, 29%. Somadas todas as parcelas, os leitores de livros representam 64%. Por sexo, as mulheres lêem mais livros e revistas, os homens mais jornais. Por idade, os mais idosos preferem jornais, os mais jovens preferem revistas e livros. Os que leram algum livro no último ano são 67%. Está a ler algum livro 44%. A maioria das leituras é de literatura geral. A compra por razão de lazer representa 32%, de estudo 19%, e profissionais, 7%.

O segundo inquérito sociológico, *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, decorreu em 1995¹⁰⁴. O universo é composto pela população residente no continente, alfabetizada e com 15 e mais anos, correspondente a um contingente populacional de cerca de 6,6 milhões, substancialmente mais vasto do que o do anterior inquérito. Tem por base uma amostra de 2.506 indivíduos, representativa do universo, estratificada por região e por dimensão populacional das localidades de residência, tendo os indivíduos sido seleccionados através do método de amostragem por quotas a partir de uma matriz formada pelas variáveis sexo, idade e grau de escolaridade (Freitas, 1996; Freitas, Casanova e Alves,

¹⁰³ Encomenda da tutela da cultura através da Direcção-Geral da Acção Cultural à Fundação da Universidade de Lisboa/Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa. O universo deste estudo é a população residente no continente com 15 e mais anos, não analfabeta. A amostra é de 810 indivíduos. O trabalho de terreno decorreu em Fevereiro de 1990.

¹⁰⁴ Os dois inquéritos foram realizados por encomenda da tutela governamental do sector, o primeiro pelo então Instituto Português do Livro e da Leitura e o segundo pelo então Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, ambos no âmbito do CIES/ISCTE.

1997). O objectivo geral é “caracterizar e analisar os hábitos de leitura dos portugueses” (Freitas e outros, 1997: 17).

Em 2006/2007 foi realizado o terceiro inquérito sociológico, *A Leitura em Portugal* (LP) (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007; Neves e Lima, 2008). Importa ter em conta que, embora o método utilizado nos dois primeiros inquéritos sociológicos seja, em termos gerais, muito próximo, a diferença entre os universos inquiridos só permite comparações para a parte da população residente em localidades com mil e mais habitantes, logo correspondente a um tecido social mais urbano (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 267-268). Mas, mesmo no tocante aos inquéritos de 1995 e de 2007, haverá que ter presente que, embora mantendo a comparabilidade nas principais variáveis, várias limitações, decorrentes das alterações verificadas nos modos de aceder à leitura e das opções tomadas na construção do questionário, assinaladas ao longo do relatório do inquérito de 2007, determinam que não seja possível uma comparação sistemática. Apesar de procurar assegurar uma linha de continuidade em relação aos inquéritos sociológicos anteriores e permitir o confronto dos sucessivos resultados para algumas das questões, haveria que contemplar as evoluções entretanto ocorridas na esfera cultural e na leitura. Assim, o LP apresenta três grandes diferenças face ao inquérito de 1995, todas elas visando maior detalhe analítico: quanto aos *contextos de leitura*; quanto à *frequência de bibliotecas*; (iii) quanto às *novas tecnologias da informação e comunicação* (TIC) (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 18).

A compatibilização entre os dois requisitos a que a construção do questionário deveria corresponder (assegurar a continuidade face aos inquéritos anteriores e introduzir as alteração que a evolução entretanto ocorrida recomendava) não se mostrou tarefa fácil, tendo em conta a necessária economia entre as questões que seria de manter, as que deveriam ser actualizadas e as que se afigurou indispensável acrescentar. De facto, como se refere amiúde ao longo de *A Leitura em Portugal* a propósito de diversos indicadores, os limites à comparabilidade são vários. Devem-se às alterações em algumas das dimensões consideradas (a comparabilidade não é possível) e às introduzidas nos sistemas de opções de resposta (a comparabilidade é limitada).

Estudos específicos sobre leitura direccionados para determinados segmentos da população

Neste plano foram identificadas três referências. A primeira, *Os Jovens e a Leitura nas vésperas do Século XXI* (Magalhães e Alçada, 1993), inclui questionários aplicados a alunos

do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, a professores do 1º Ciclo, a professores da disciplina de Português do 2º e 3º Ciclos, a directores de escolas, a presidentes ou membros de conselhos directivos e ainda a responsáveis por bibliotecas escolares e pais ou encarregados de educação dos alunos inquiridos. O inquérito foi aplicado a 3.470 indivíduos e o trabalho de terreno decorreu nos anos de 1990 a 1992.

A segunda é um inquérito nacional específico, dirigido a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, promovido pela empresa de estudos de mercado Marktest e pelo Circulo de Leitores, realizado (e publicado) em 1991 (Anon, 1991).

E ainda, realizado já no âmbito do PNL, a terceira referência é o inquérito aos estudantes dos ensinos básico e secundário do continente, cujo trabalho de terreno decorreu em 2006 e 2007 (Lages, Liz, António e Correia, 2007).

Estudos sobre outras temáticas mas que incluem a leitura de livros como prática cultural

Entre as temáticas destes estudos estão as práticas culturais, a literacia, a ocupação do tempo e a educação e formação de adultos. Para além da tutela da cultura, foram promovidos pelo INE (alguns deles no quadro do Eurostat) e realizados por, ou com a participação de, institutos académicos e de investigação. Incluem questões sobre a leitura de livros, de jornais e revistas. Os universos inquiridos variam mas adoptam maioritariamente como limite inferior os 15 anos. Importa ter em conta que, com excepção dos realizados pelo INE, o âmbito espacial dos inquéritos se reduz a Portugal continental.¹⁰⁵

O primeiro é um inquérito sobre práticas culturais da população e foi realizado entre 1985 e 1988 (Gaspar, 1985-1988), por encomenda da tutela da cultura através da então Direcção-Geral da Acção Cultural. O inquérito foi realizado por região, com desfasamento temporal de 4 anos, pelo que, no fundo, se trata de 5 inquéritos em outras tantas regiões, donde resulta que os dados não são comparáveis.

Em 1994 foi realizado o Estudo Nacional de Literacia, promovido pela FCG (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996) a que se fará referência detalhada adiante (ver capítulo 6).

Apesar de nunca ter sido realizado um inquérito nacional específico às práticas culturais, o Inquérito à Ocupação do Tempo, promovido pelo INE em 1999, incluiu um módulo com

¹⁰⁵ A explicação decorre de as encomendas dos estudos serem de organismos do Governo da República os quais, no quadro da organização político-administrativa, não têm competências em matéria de cultura nas regiões autónomas.

algumas dimensões próprias dessa abordagem, designadamente leitura de livros, jornais e revistas (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001). Este Inquérito à Ocupação do Tempo é o primeiro (e até agora único) realizado em Portugal e será também tratado com detalhe no capítulo 6.

No ano seguinte, por encomenda da tutela da juventude, o Observatório Permanente da Juventude realizou um inquérito que incidiu também nas práticas culturais dos jovens portugueses com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos (Pais, Cabral, Ferreira, Ferreira e Gomes, 2003).

Merece ainda referência o inquérito realizado pelo INE no quadro do Eurostat sobre educação e formação de adultos. Neste caso o universo é constituído pela população portuguesa com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos (INE, 2009a; INE, 2009b: 37). Note-se que o trabalho de terreno decorreu em 2007, cerca de um ano após o do inquérito LP.

Estudos internacionais que incluem Portugal

São raros os estudos internacionais que incluem Portugal e com informação sobre práticas de leitura. Entre esses poucos está o IALS - International Adult Literacy Survey (OECD e Statistics Canada, 2000). Os dados deste inquérito reportam-se a 1998, o universo é composto pela população com idades situadas entre os 25 e os 64 anos e os resultados reportam-se a 20 países. Mas outros três devem ser mencionados. Incidem sobre participação/práticas culturais, foram promovidos pela União Europeia (Eurobarómetro, 2001; 2003; 2007) e o universo é constituído pela população com 15 e mais anos. Também no âmbito da UE, a partir do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA)¹⁰⁶, realizado em vários países, com dados referenciados a 2007 e reportado à população com idades situadas entre os 25 e os 64 anos, foram publicados em 2011 os resultados para a leitura de livros e jornais (Beck-Domzalska, 2011: 176-183)¹⁰⁷.

Ainda uma última referência a um exercício de comparação para o espaço ibero-americano que inclui, para além de Portugal¹⁰⁸, outros 9 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia,

¹⁰⁶ Ao contrário do Eurobarómetro, executado em cada país por uma empresa de sondagens mediante um método e amostra definido à escala europeia, este inquérito é executados pelos institutos nacionais de estatística, seguem uma metodologia comum e integram as estatísticas oficiais. O IEFA (em inglês AES – Adult Education Survey) foi realizado entre 2005 e 2008 nos países da UE, da EFTA e dos países candidatos à UE (Beck-Domzalska, 2011: 241).

¹⁰⁷ Inquéritos a cujos resultados se fará referência no capítulo 6.

¹⁰⁸ Com dados de Portugal a partir de Santos, Neves, Lima e Carvalho (2007).

Espanha, México, Peru, República Dominicana e Uruguai (Schroeder, Cifuentes, Barrero e Steenkist, 2008).

Outros inquéritos, regionais ou locais

Outros inquéritos sobre práticas culturais de determinadas populações incluem referências às práticas de leitura dos inquiridos. Após a realização do inquérito *Práticas Culturais dos Lisboetas* (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994), outros se lhe seguiram. Um deles às populações de cinco cidades, Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto (Santos, Abreu, Silva, Luvumba, Fortuna, Ferreira e Peixoto, 1999) e outro à população do Porto (Silva, Luvumba, Santos e Abreu, 2000).

Situados numa outra linha de análise, e que, por isso, não foram objecto de inventariação sistemática, haverá ainda que mencionar que o mesmo acontece com os inquéritos sociológicos aos públicos de equipamentos (que não bibliotecas), e de eventos culturais, designadamente do Festival Internacional de Teatro de Almada (Gomes, Lourenço e Neves, 2000), do Porto 2001, Capital da Europeia da Cultura (Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002) e do Festival Estoril Jazz (Lourenço e Gomes, 2005).

Capítulo 6

PRÁTICAS DE LEITURA: CONTRIBUTOS PARA SITUAR PORTUGAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Como se viu no capítulo anterior, alguns estudos realizados a nível internacional incluem dados sobre as práticas de leitura da população portuguesa, permitem identificar o lugar do país e comparar os perfis e outras características dos leitores relativamente aos de outros países.

São três as temáticas das fontes quantitativas extensivas mobilizadas neste capítulo: inquéritos à ocupação do tempo; à participação cultural ou práticas culturais; e sobre literacia. Uma vez que correspondem a diferentes métodos serão abordados em separado. Dada a especificidade dos inquéritos à ocupação do tempo começa-se por uma breve apresentação crítica deste método.

Práticas de leitura nos inquéritos à ocupação do tempo

Os inquéritos à ocupação (ou uso) do tempo (“enquête budget-temps”, “budget-time survey”) visam essencialmente constituir uma medida de descrição o mais precisa possível da utilização do tempo ao longo das 24 horas do dia. Podem incidir num dia isolado, em dois dias ou nos sete dias de uma semana. O objectivo é identificar como uma dada população utiliza as 24 horas do dia e/ou, como utiliza as 24 horas do dia ao longo de vários dias, eventualmente uma semana. Pretende-se obter respostas para questões como *o que se faz, quando e com quem, em que tempo?* Abrangem todas as possíveis actividades uma vez que a informação é obtida através de perguntas abertas para determinados períodos de tempo, codificadas *a posteriori*. Constituem uma importante fonte na análise sociológica em diversas áreas, incluindo a sociologia do tempo (Pronovost, 1996b: 79-81) e da leitura (Knulst e Kraaykamp, 1998). Entre as actividades que permitem medir, e que com alguma frequência são objecto de tratamento na fase de codificação e posterior difusão de resultados está, naturalmente, a leitura, por vezes desdobrada por suporte (livros, jornais e revistas).

São inquéritos por sondagem a uma amostra representativa da população, que incluem, naturalmente, actividades consideradas culturais, e constituem, tal como os inquéritos às

práticas culturais, outra incontornável fonte de informação, tendo a vantagem acrescida de se aproximarem das práticas efectivas. Tal como estes inquéritos, também permitem apuramentos em várias dimensões (perfis, contingentes de praticantes) mas avançam outras com quantificação do tempo gasto, de um modo que se aproxima das práticas efectivas¹⁰⁹.

Perspectiva histórica e metodologia dos inquéritos à ocupação do tempo

Nas últimas décadas inúmeros países realizaram pelo menos um destes estudos, e em vários trata-se de uma operação estatística recorrente¹¹⁰ com ritmos temporais mais ou menos regulares e mais ou menos espaçados, com intervalos de 10 ou mesmo de 5 anos, por exemplo. O primeiro estudo deste tipo foi realizado na então URSS em 1922. Embora mais recentes, noutros países estes estudos têm também uma espessura temporal assinalável: na Holanda remontam a 1955, sendo que um primeiro estudo, parcial, foi realizado em 1934-1935 (Knulst e Kraaykamp, 1998); no Japão em 1960; na Dinamarca e na Grã-Bretanha em 1961 (Pronovost, 1996b: 79-81). Entre 1998 e 2004 vários países da União Europeia realizaram inquéritos à ocupação do tempo. O Harmonised European Time Use Survey (HETUS)¹¹¹ foi concebido para facilitar as comparações entre os vários inquéritos realizados pelos institutos nacionais de estatística. No HETUS estão disponíveis dados harmonizados de oito países e de mais sete não totalmente harmonizados. Outros três países (sem contar com Portugal) realizaram inquéritos e aderiram entretanto ao HETUS (Beck-Domzalska, 2007: 149 e 184-185).

A metodologia dos inquéritos à ocupação do tempo assenta na administração directa de um questionário – o “diário” – que abrange as 24 horas diárias segmentadas por períodos de 1 hora, 15 ou 10 minutos, consoante a opção. No diário solicita-se a descrição para cada período (sempre em perguntas abertas) da *actividade principal* e, mais recentemente, também da *actividade secundária* (quando pertinente, como por exemplo ler um livro – actividade principal – e ouvir rádio – actividade secundária), *com quem estava* (sozinho ou com alguém conhecido) e o *local/meio de transporte* em que teve lugar cada actividade. As respostas são codificadas *a posteriori*, constituindo portanto a nomenclatura adoptada um aspecto determinante do método. Esta nomenclatura pode ter até 3 dígitos de codificação ou níveis de

¹⁰⁹ Não confundir inquéritos à ocupação do tempo com perguntas sobre o tempo ocupado com determinada actividade, muito comuns nos inquéritos sobre práticas.

¹¹⁰ Para uma perspectiva internacional das actividades de tempo livre e lazer, com base neste tipo de inquéritos, ver Cushman, Veal e Zuzanek (2005).

¹¹¹ O HETUS é coordenado pelo instituto de estatística sueco.

desagregação. Nos estudos harmonizados à escala da União Europeia, a que se fará referência a seguir, são 7 os grandes grupos utilizados na codificação: Trabalho e estudo; Trabalho doméstico; Dormir; Comer; Tempo livre (onde, normalmente, se inclui a leitura); Televisão e vídeo; Tempo não especificado (Beck-Domzalska, 2007: 150-153).

Os principais conceitos são a *duração média* ao longo de um dia médio (medida ao minuto) e a *taxa de participação*¹¹² (em percentagem). Um dos indicadores mais utilizados e difundidos é o perfil da ocupação do tempo ao longo de um dia médio o qual resulta da distribuição da participação nas diversas actividades consideradas ao longo de 24 horas (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001: 12; Beck-Domzalska, 2007: 150-153). Podem reportar-se a um (*duração média*) ou aos 7 dias da semana (*duração média diária*). Neste último caso ainda são possíveis apuramentos por dia útil/fim-de-semana. Embora isso dependa da nomenclatura adoptada na codificação das actividades permitem obter dados sobre a duração média e a taxa de participação com a leitura e com os diversos suportes de leitura. E, claro, permitem o cruzamento com algumas variáveis sociodemográficas e socioeconómicas.

No que respeita à leitura, alguns autores consideram que este método é preferível aos inquéritos que solicitam uma estimativa da frequência (os inquéritos às práticas), uma vez que estes tenderão a sobrestimar o comportamento actual de leitura (Knulst e Kraaykamp, 1998: 23-24). Comparativamente com aquele método, a principal vantagem é que as pessoas não podem registar mais actividades do que aquelas que o tempo disponível permite, aproximando-se, assim, das práticas efectivas. Naturalmente, a leitura é apenas uma das muitas actividades incluídas nos usos do tempo na vida quotidiana. A possibilidade de sobrestimar actividades prestigiadas como a leitura é limitada porque tal implicaria a subestimação de outras actividades consideradas triviais. A principal desvantagem apontada pelos autores é que este método é muito exigente em tempo e particularmente intrusivo na vida dos inquiridos.

Outras críticas são apontadas a este método em geral e não especificamente quanto à leitura (Pronovost, 1996b: 85-86; Grossin, 1999). As principais são de carácter teórico e metodológico. No plano teórico os críticos defendem que: os dados obtidos são essencialmente de natureza descritiva; não deixam perceber a riqueza das actividades

¹¹² A *duração média* (população que efectuou) é a duração total de uma determinada actividade sobre a população de uma categoria, que efectivamente a realizou. A *taxa de participação* é a proporção de população de uma determinada categoria, que efectivamente realizou uma determinada actividade, relativamente à população total dessa categoria. Faz ainda parte do corpo conceptual dos IOT o conceito de *duração média* (população total) que consiste na duração total de uma determinada actividade sobre a população total de uma categoria, tenha ou não realizado essa actividade (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001: 175).

quotidianas nem têm em conta aspectos fundamentais como as representações e os valores; trata-se de dados puramente estáticos, incapazes de revelar os processos sociais; os resultados reportam-se aos aspectos explícitos da realidade social (sendo que esta crítica é de sentido oposto à feita aos inquéritos às práticas e hábitos). No plano metodológico alguns dos argumentos utilizados referem-se: ao grau de fragmentação ou de refinamento esperável na colheita dos dados e nas grelhas classificatórias utilizadas; às respostas consideradas como descrições rudimentares e superficiais do desenrolar das actividades quotidianas; à imutabilidade da grelha de classificação das actividades que se mantém, no essencial, desde os anos 20 do século XX, portanto desde os primeiros estudos¹¹³. A fiabilidade dos dados recolhidos é também objecto de questionamento. Consideram os críticos que se privilegiam, entre as actividades referidas, as mais importantes psicológica ou socialmente, omitindo-se as actividades consideradas desviantes ou reprováveis e que o capital cultural do inquirido determina a selecção e a diversidade das actividades que menciona no diário individual. Ainda de acordo com este posicionamento, os dados obtidos reflectirão a conjuntura em que o trabalho de terreno decorre, o que nem sempre é tido em conta na apresentação dos resultados.

Contudo, Pronovost considera que estas críticas não são de molde a obliterar as vantagens deste tipo de instrumento, que continua a ser financiado por parte significativa dos governos dos países ocidentais, apesar da (grande) dimensão amostral requerida e dos elevados recursos materiais que tal operação normalmente exige.

Mas em que é que estas críticas afectam a utilização dos dados da leitura? Não foram (ainda) detectadas outras desvantagens para além das atrás apontadas e que, de acordo com Knulst e Kraaykamp (1998: 23-24) não parecem ter impacto relevante nos resultados. Note-se que estes últimos incluem o restrito grupo dos autores que vêm reflectindo sobre a utilização deste instrumento na análise específica das actividades de leitura, ancorados na tradição holandesa, particularmente rica na realização destes inquéritos.

Cultura de leitura e classe de leitores: uma aproximação com inquéritos à ocupação do tempo

Estão disponíveis dados sobre a leitura provenientes deste tipo de fonte em relatórios de vários países, os quais têm sido utilizados em estudos comparativos. Um destes estudos (Southerton, Warde, Cheng e Olsen, 2007) é particularmente relevante do ponto de vista da

¹¹³ Note-se que as actividades são codificadas *a posteriori*.

presente tese. Baseia-se em inquéritos à ocupação do tempo realizados desde os anos setenta em cinco países (Holanda, Noruega, França, Reino Unido e EUA). Algumas conclusões reportam-se ao decréscimo da leitura (medido de acordo com o tempo destinado à sua prática) na maioria dos países em análise. Esse decréscimo é particularmente visível nas revistas e jornais, tanto ao nível da duração como da taxa de participação. Contudo, os materiais impressos são altamente estimados, sendo que o tempo gasto e a percentagem de pessoas que lêem livros está em ascensão, o que pode ser explicado pela emergência de uma *reading class* no sentido de Wendy Griswold: a designada *book reading class* é menos estratificada do que os leitores de revistas e de jornais (em que é nítida a polarização entre leitores “casual” e “heavy”); a leitura de livros aumenta (tanto na duração como nas taxas de participação) naqueles países em que os valores eram (na década de setenta) baixos, e diminui naqueles países em que era alta; notam-se sinais de emergência de uma *reading class* em alguns dos cinco países; as mulheres estão mais comprometidas com a leitura de livros, os homens com a leitura de revistas e de jornais¹¹⁴.

Estudos na Europa: uma perspectiva comparada dos resultados sobre leitura de livros

O que dizem os estudos realizados nos vários países no tocante à leitura em geral, e à leitura de livros em particular¹¹⁵? A partir dos resultados disponíveis sobre o uso do tempo com leitura de livros e com outras leituras (duração média e taxa de participação total e por sexo) é possível chegar a algumas conclusões relevantes.

Do ponto de vista da *duração média* diária no conjunto dos 15 países cujos dados estão disponíveis¹¹⁶, a leitura de livros ocupa entre 0:01¹¹⁷ (França) e 0:16 (Estónia). Outras leituras ocupam entre 0:10 (Bulgária) e 0:34 (Finlândia). Isto para o total dos inquiridos. A repartição por sexo confirma os resultados da generalidade dos estudos, ou seja, na leitura de livros as mulheres registam valores mais elevados, o mesmo não se passando com outras leituras (incluindo, possivelmente, jornais). Em todos os países a duração média diária da leitura de livros é superior para as mulheres, com excepção de Espanha (0:04 para ambos os sexos). Na maioria dos países a outra leitura é superior nos homens, com excepção da Noruega (0:26

¹¹⁴ São duas as categorias analíticas: “livros” e “revistas e jornais” pelo que esta conclusão não permite confirmar ou infirmar o resultado geralmente verificado – os homens lêem mais jornais, as mulheres mais revistas.

¹¹⁵ As amostras variam entre 5.786 (Lituânia) e 38.149 (Itália). Para além destes dois países, os restantes 13 cujos dados estão disponíveis são: Bélgica, Bulgária, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Letónia, Noruega, Polónia, Eslovénia, Suécia e Reino Unido.

¹¹⁶ <https://www.testh2.scb.se/tus/tus/default.htm>, acedida em 8/04/08, portal oficial do HETUS.

¹¹⁷ Segue-se a regra (h:min) na notação das durações médias.

contra 0:28 das mulheres), da França e da Suécia, países em que os valores são iguais para os dois sexos, respectivamente 0:22 e 0:21.

Relativamente à *taxa de participação*, para o total dos inquiridos por país, a leitura de livros varia entre 2% em França e 20% na Estónia. A taxa de outras leituras varia entre 18% em Espanha e 63% na Finlândia. A taxa de participação dos homens, na leitura de livros, varia entre 1% em França e 16% na Estónia, e na categoria outras leituras entre 21% em Espanha e 62% na Finlândia. Quanto às mulheres a leitura de livros varia entre 2% em França e 23% na Estónia e as outras leituras entre 16% em Espanha e 65% na Finlândia.

Portugal: ocupação do tempo e leitura

Note-se que Portugal não é referido entre os países da União Europeia que realizaram um estudo deste tipo, harmonizado ou não (Beck-Domzalska, 2007: 149 e 184-185), mas foi de facto realizado e os seus resultados publicados (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001). O trabalho de campo do *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*¹¹⁸ (IOT 1999) decorreu entre 1 de Outubro e 15 de Dezembro, com uma amostra representativa da população portuguesa com 6 e mais anos composta por 10.013 indivíduos, dos quais 8.389 com 15 e mais anos (Lopes e Coelho, 2002)¹¹⁹. O Diário prevê segmentos de 10 minutos. A recolha, análise e difusão dos resultados foi segmentada por idades: 6-14 e 15 e mais anos. Apenas este último grupo de idades foi objecto de uma análise detalhada, ficando a análise do primeiro grupo limitada a um *Destaque do INE* (Lopes e Coelho, 2002b) e a uma comunicação num encontro¹²⁰ (Lopes e Coelho, 2002).

Estão disponíveis dados descritivos com (i) a *duração média diária e taxa de participação* (por dia da semana), (ii) a *duração média (dia médio)* e (iii) a taxa de participação para a leitura numa forma geral e para a leitura de livros, jornais e revistas. As categorias são, portanto, mais específicas. Estão também disponíveis os perfis da leitura e da leitura de jornais – dia médio (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001: 115-120).

Quanto à leitura (em qualquer suporte), numa *perspectiva semanal*, é ao sábado que a duração média é mais elevada (1:16), a terça-feira a que regista a duração menos elevada

¹¹⁸ A mesma operação estatística incluiu um módulo sobre práticas culturais e actividades socioculturais, o único deste tipo realizado no país à escala *nacional*, e cujos dados para a população com 15 e mais anos foram divulgados noutras publicações para além da acima referida (Gomes, 2001; Neves, 2001).

¹¹⁹ Lopes e Coelho (2002) referem uma amostra de 8.133 indivíduos, dos quais 1.106 com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos e 7.027 com 15 e mais anos.

¹²⁰ Comunicação apresentada na conferência da IATUR (International Association for Time Use Research) que decorreu em Lisboa em 2002.

(0:52). Quanto à taxa de participação, o dia que regista a mais elevada é a quinta-feira (18%) e a mais baixa é a quarta-feira (14%). Passando à leitura de jornais, do ponto de vista da duração média, é o sábado que regista a mais elevada (1:05), a quarta-feira a mais baixa (0:45). Quanto à distribuição da taxa de participação ao longo da semana, a quinta-feira e o sábado registam o valor máximo (10%), a terça-feira o mínimo (7%). No que se reporta à leitura de revistas, do ponto de vista da duração média é o domingo que regista a mais significativa (1:02), a terça-feira a menos significativa (0:33). Quanto à taxa de participação o sábado regista o valor máximo (17%), o domingo e a segunda-feira idêntico valor mínimo (12%). E quanto à leitura de livros, relativamente à duração média é o domingo que regista a mais elevada, (1:15), a terça-feira a mais baixa (00:49). No que toca à taxa de participação, a quarta-feira regista o valor máximo (5%), a sexta-feira o valor mínimo (2%). Estes dois valores polares balizam movimentos contínuos, embora de sentido oposto. Com efeito, entre sexta e terça-feira o número de leitores cresce; de terça para sexta-feira decresce.

Relativamente aos *perfis da leitura* (todos os suportes) e *da leitura de jornais, num dia médio*. Comparando os valores da leitura com os da leitura de jornais ficam patentes duas conclusões: o peso decisivo destes últimos por volta do período do almoço, altura em que se regista o valor máximo, mais precisamente por volta das 11h40min (11%); e o contraste após o horário normal da refeição da noite, uma vez que a leitura de jornais é menos acentuada e decresce rapidamente, ao contrário da leitura globalmente considerada, que mantém níveis sempre mais elevados. Estes dados sugerem que este é o período do dia privilegiado para a leitura de revistas e de livros, ambas, como se viu, práticas claramente feminizadas.

É, assim, notório que os períodos de leitura de jornais e de livros/revistas ao longo do dia não coincidem. É também de referir que aos diferentes suportes correspondem ritmos de leitura distintos ao longo da semana.

O IOT 1999 inclui ainda dados com a duração média (população total, população que efectuou e, para algumas variáveis, a taxa de participação para leitura, leitura de jornais, leitura de revistas e leitura de livros)¹²¹ segundo diversas variáveis de caracterização (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001: 37-60). Faz-se de seguida uma síntese dos dados disponíveis por *duração média (população que efectuou)* e por *taxa de participação* (quando disponível).

¹²¹ Está também disponível o Indicador tempo total e por sexo (total da amostra). Este indicador dá as médias nacionais, mas aqui importa apenas o tempo que usam na leitura por suporte da população que participa.

- Para *dia médio*. No total, a leitura¹²² significa 1:03, a leitura de jornais 0:56, a de revistas 0:49 e a leitura de livros 1:14. Curiosamente, tanto para a leitura em geral como para cada um dos suportes considerados separadamente, são os homens que registam durações médias mais elevadas. Esta regularidade verifica-se na generalidade dos indicadores. Contudo, observados do ponto de vista da taxa de participação, os valores totais são, na leitura 15,7%, nos jornais 8,8%, nas revistas 3,7%^{#123} e nos livros 3,8%[#]. Assim, a hierarquia por suporte altera-se (com os jornais, não os livros, no posto cimeiro), ou seja, *a leitura de livros ocupa mais tempo, a de jornais mais indivíduos*. Por sexo, as mulheres têm taxas superiores nos livros e nas revistas, os homens nos jornais, sendo que é certamente este último valor que determina a taxa mais elevada registada na leitura em geral. Note-se que estes dados são consistentes com os resultados dos inquéritos sociológicos aos hábitos e práticas de leitura.
- Apenas para *dia útil*. Os tempos são sempre mais baixos. No total, a leitura significa 0:58, a de jornais 0:49, a de revistas 0:41 e a de livros 1:02. Os homens registam durações médias sempre superiores às das mulheres. Do ponto de vista da taxa de participação as percentagens são muito próximas das por dia médio. Os valores totais são na leitura 15,6%, nos jornais 8,3%, nas revistas 3,7% e nos livros 3,9%. Por sexo elas têm taxas superiores nos livros e nas revistas, eles nos jornais.
- Apenas a *população empregada, dia médio*. No total, os valores são semelhantes aos dos dias úteis, e ligeiramente mais elevados por suporte. Assim, leitura, 0:58, leitura de jornais 0:45, de revistas 0:55 e de livros 1:05. De novo se verifica que os homens registam sempre durações médias superiores às das mulheres. Do ponto de vista da taxa de participação, os valores totais são para a leitura 16,4%, para os jornais 8,8%, para as revistas 4,0% e para os livros 4,1%. Por sexo repete-se a constatação antes feita: há mais homens a ler jornais e mais mulheres a ler livros e revistas.
- Apenas *população empregada, dia útil*. No total, leitura 0:49, jornais 0:38, revistas 0:45 e livros 0:51. Os homens registam de novo durações médias superiores às das mulheres. Do ponto de vista da taxa de participação, os valores totais são leitura 16,2%, jornais 8,4%, revistas 4,1%[#] e livros 4,0%[#]. Há lacunas nos dados por sexo mas os disponíveis parecem confirmar a tendência geral: eles lêem mais jornais, elas mais revistas e livros.

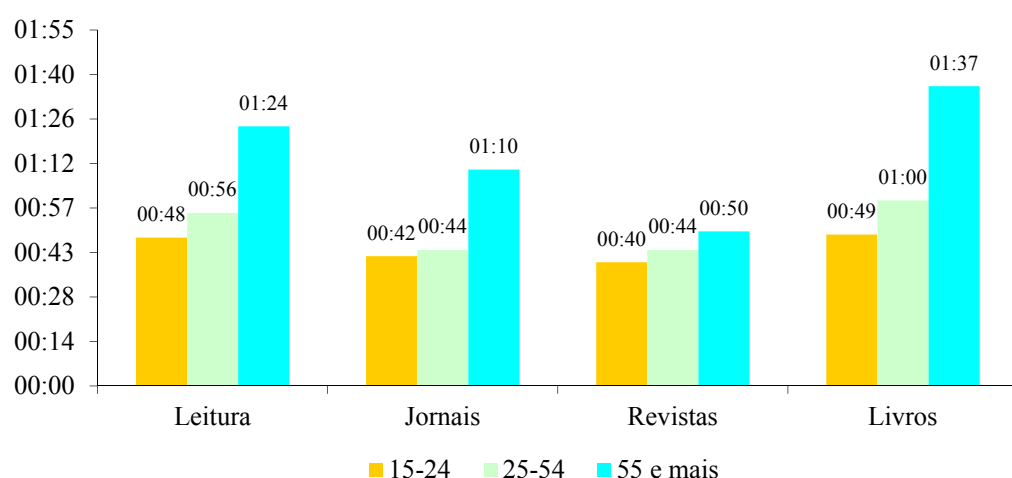
¹²² Note-se que o facto de a duração da leitura de livros ser superior à de leitura decorre do conceito utilizado, *duração média (população que efectuou)*.

¹²³ Nota da fonte: O símbolo # significa que “a utilização destas estimativas deve ser realizada com cuidado. O respectivo coeficiente de variação situa-se entre 15% e 25%”.

- Por *grupo etário, dia médio*. A ventilação pela idade mostra uma relação directa para a leitura em geral e para cada suporte individualmente considerado: quanto mais idosos maior a duração média. Esta relação é particularmente notória nos livros. A duração média do grupo com 55 ou mais anos é sempre superior à dos mais novos. São também os livros que apresentam gradações mais significativas ao longo dos grupos de idade, ao passo que os jornais são sobretudo lidos pelos mais idosos (figura 6.1).

Figura 6.1

Duração média da leitura por Suporte e por Idade (Portugal, 1999) (duração média num dia médio) (h:min)

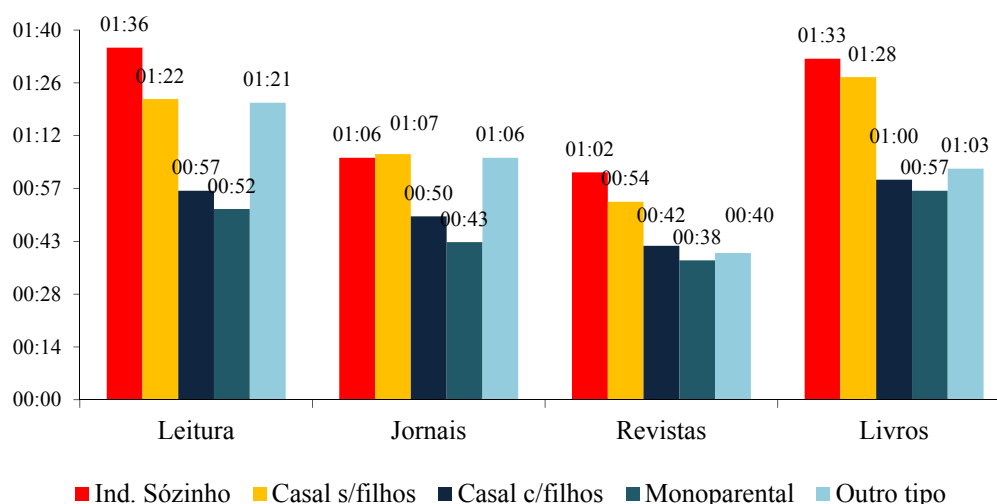


Fonte: elaboração própria a partir de Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro (2001).

- Por *estado matrimonial, dia médio*. Os solteiros registam durações médias sempre inferiores às dos demais estados matrimoniais considerados. Os viúvos destacam-se na duração média da leitura de livros, o que aliás está em consonância com a ventilação pela idade a que se fez anteriormente referência.
- Por *tipologia de família, dia médio*. Os indivíduos sozinhos têm sempre durações médias superiores, com excepção dos jornais, em que são ligeiramente suplantados por casal sem filhos (figura 6.2).

Figura 6.2

Duração média da leitura por Suporte e por Tipologia de família (Portugal, 1999) (duração média num dia médio) (h:min)



Fonte: elaboração própria a partir de Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro (2001).

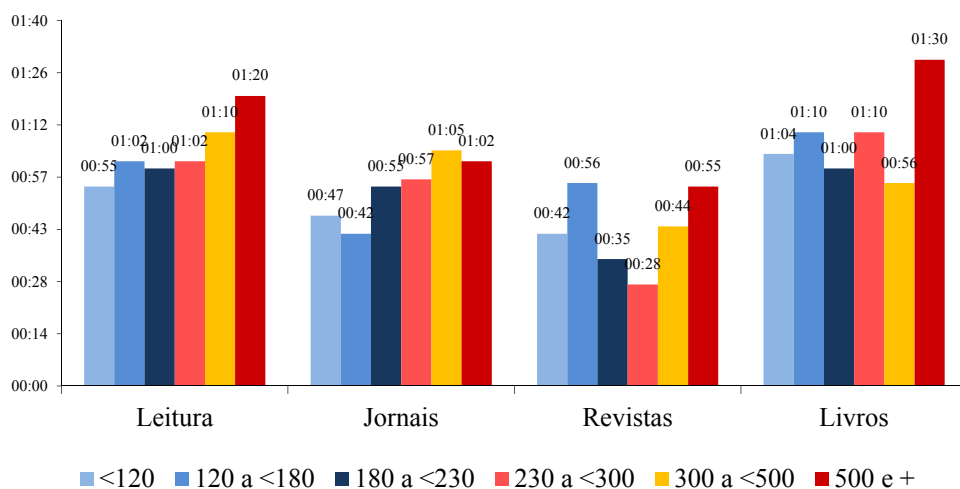
- Por escalões de *rendimento líquido mensal da família*. A leitura de livros apresenta sempre a duração média mais elevada em todos os escalões de rendimento líquido mensal da família, com excepção do escalão 300 a <500 mil escudos¹²⁴, em que esse lugar é ocupado pelos jornais. De uma forma geral conclui-se que quanto mais elevado o rendimento, maior a duração média da leitura. Mas por suporte não é possível estabelecer qualquer relação (figura 6.3).

Que conclusões se podem extrair do conjunto dos indicadores mobilizados? Na análise por sexo – cujos resultados são os mais contrastantes com os dos inquéritos às práticas – confirma-se, do ponto de vista da taxa de participação, que os homens lêem predominantemente jornais, as mulheres livros e revistas. Na perspectiva da duração média, eles gastam mais tempo a ler, incluindo quando se considera a segmentação por suporte. Pode assim concluir-se que *as mulheres que lêem são mais mas lêem durante menos tempo (em média) do que eles*. De certo modo pode dizer-se o mesmo quando se tem em conta a idade: *são menos os idosos (55 e mais anos) que lêem, mas estes lêem durante mais tempo do que os demais grupos etários*.

¹²⁴ Mantém-se a unidade monetária utilizada na publicação, em 10³ escudos.

Figura 6.3

Duração média da leitura por Suporte e por Rendimento líquido mensal da família (Portugal, 1999)
(duração média num dia médio) (h:min)



Fonte: elaboração própria a partir de Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro (2001).
Nota: escalões em mil escudos.

Portugal: ocupação do tempo e leitura de livros na população com 6 a 14 anos

Esta fonte possibilita uma abordagem do contacto precoce com a leitura decorrente dos processos de socialização a que se fará referência adiante. Assim, passa-se a uma síntese dos resultados sobre leitura e leitura de livros da população portuguesa com idades situadas entre os 6 e os 14 anos. Deste ponto de vista evidenciam-se algumas diferenças tanto por Idade como por Sexo.

Tendo em conta a duração média (população que efectuou), quanto à leitura, a diferença é mais acentuada entre sexos (0:38 dos rapazes contra 1:02 das raparigas) do que entre os escalões de idade (0:50 dos 6-9 anos contra 0:57 dos 10-14 anos). Ou seja, as raparigas lêem mais do que os rapazes, tendência que se reforça à medida que avançam na idade. Embora menos acentuadamente verifica-se um movimento inverso nos rapazes (quadro 6.1).

Quadro 6.1

Duração média da leitura na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999) (h:min)

Idade	Sexo		Total
	Rapazes	Raparigas	
6-9	0:30	1:17	0:50
10-14	0:26	1:42	0:57
Total	0:38	1:02	0:49

Fonte: Lopes e Coelho (2002a: 12).

A leitura de livros mantém a orientação referida quanto à leitura mas apresenta alguma especificidade. As raparigas lêem mais em qualquer dos escalões porém o tempo dedicado à leitura diminui substancialmente do escalão 6-9 anos (1:42) para o dos 10-14 anos (0:42), ao passo que nos rapazes se dá o movimento inverso (0:26 para 0:36) (quadro 6.2).

Quadro 6.2

Duração média num dia médio da leitura de livros na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999) (h:min)

Idade	Sexo		Total
	Rapazes	Raparigas	
6-9	0:26	1:42	0:57
10-14	0:36	0:42	0:40
<i>Total</i>	<i>0:32</i>	<i>1:10</i>	<i>0:47</i>

Fonte: Lopes e Coelho (2002a: 12).

Quadro 6.3

Leitura na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999) (percentagem)

Idade	Sexo		Total
	Rapazes	Raparigas	
6-9	12,4	7,7	9,9
10-14	11,2	11,3	11,2
<i>Total</i>	<i>11,6</i>	<i>9,7</i>	<i>10,7</i>

Fonte: Lopes e Coelho (2002a: 12).

Na óptica da taxa de participação da leitura verifica-se que a percentagem de rapazes é superior (no total e no escalão dos mais jovens, 6-9 anos) (quadro 6.3). Pode dizer-se que eles são mais a ler, mas lêem menos tempo, ao passo que elas são menos, mas lêem mais tempo? Sim, no escalão mais jovem, porque no escalão 10-14 anos as raparigas situam-se ao mesmo nível (11%).

Quanto à leitura de livros, como se pode ver no quadro 6.4, os rapazes apresentam valores mais elevados do que as raparigas, embora a percentagem diminua no escalão 10-14 anos, e as percentagens crescem ligeiramente dos mais novos para os mais velhos (à custa do movimento cruzado constituído pelo crescimento das raparigas e do decréscimo dos rapazes).

Quadro 6.4

Leitura de livros na população com 6-14 anos por Sexo (Portugal, 1999) (percentagem)

Idade	Sexo		Total
	Rapazes	Raparigas	
6-9	8,8	5,3	6,9
10-14	8,0	6,2	7,2
<i>Total</i>	<i>8,3</i>	<i>5,8</i>	<i>7,1</i>

Fonte: Lopes e Coelho (2002a: 12).

Em síntese, os dados observados não correspondem inteiramente aos resultados esperados uma vez que, se por um lado confirmam, quanto ao tempo gasto, que as raparigas lêem mais, por outro lado contrariam a ideia de que as percentagens das leitoras seriam superiores às dos leitores¹²⁵. Mostram, em qualquer caso, a aproximação dos valores dos sexos no escalão 10-14 anos, eventualmente devido às exigências da socialização secundária.

A fonte que tem vindo a ser utilizada (Lopes e Coelho, 2002a) permite ainda uma comparação entre os segmentos populacionais com 6 a 14 anos e com mais de 15 anos. Embora limite este último aos que têm crianças a comparação avança alguns dados relevantes. Assim, no tempo total, os adultos lêem ligeiramente durante mais tempo do que as crianças (0:51 contra 0:49). A excepção é a leitura de jornais. Os dados dos dois segmentos apresentam algumas outras diferenças, tanto internas como entre si: entre o grupo 6-14 anos, os rapazes lêem durante mais tempo tanto revistas como jornais, mas importa realçar os elevados valores das raparigas na leitura e na leitura de livros; entre os adultos com crianças, os homens lêem sempre durante mais tempo do que as mulheres, seja qual for o suporte (quadro 6.5). O que parece, de novo, colocar em questão a conclusão geral dos estudos sobre a leitura segundo a qual, como se vem referindo, a proporção de mulheres que lêem é superior à dos homens, excepto quanto aos jornais.

Quadro 6.5

Duração média da leitura por Suporte, por Idade e por Sexo (Portugal, 1999) (*h:mim*)

Idade	Sexo	Leitura	Suporte		
			Jornais	Revistas	Livros
Crianças (6-14)	Rapazes	0:38	0:53	0:43	0:32
	Raparigas	1:02	0:31	0:41	1:10
	<i>Total</i>	<i>0:49</i>	<i>0:46</i>	<i>0:42</i>	<i>0:47</i>
Adultos (com crianças na família)	Homens	0:56	0:47	0:48	1:08
	Mulheres	0:45	0:33	0:40	0:50
	<i>Total</i>	<i>0:51</i>	<i>0:43</i>	<i>0:42</i>	<i>0:58</i>

Fonte: Lopes e Coelho (2002a: 27).

Na comparação entre os dois segmentos, quanto aos valores totais não se detecta qualquer regularidade: num suporte a duração média entre as crianças é superior (jornais), na leitura e na leitura de livros inferior e na leitura de revistas igual. Quando à duração média da leitura

¹²⁵ Nas instruções do Diário Individual (tanto para o grupo 6-14 como para o de 15 e mais anos) pede-se que “registre o que está a ler”. Esta informação foi recolhida mas não divulgada pelo INE. Outra informação eventualmente apurada, mas igualmente não disponível, refere-se ao lugar da leitura relativamente às outras actividades ao longo do dia, embora os baixos valores daquela tornem a análise problemática, e ainda com quem está quando lê e onde lê.

resultante do cruzamento da Idade com o Sexo, os homens lêem mais do que os rapazes e as raparigas lêem mais do que as mulheres, com excepção da leitura de jornais.

Quanto à taxa de participação, no que se refere às crianças, nota-se uma clivagem muito nítida entre a leitura e a leitura de livros, por um lado, e a de revistas e de jornais, por outro (quadro 6.6). Em qualquer caso, as taxas de leitura são superiores entre os rapazes.

Relativamente aos adultos com crianças na família, a clivagem manifesta-se sobretudo entre a leitura e os jornais, por um lado, e as revistas e os livros, por outro. Os homens destacam-se na leitura e na leitura de jornais, as mulheres nas revistas, ao passo que a leitura de livros apresenta valores muito próximos.

Quadro 6.6
Leitura por Suporte, por Idade e por Sexo (Portugal, 1999) (*percentagem*)

Idade	Sexo	Leitura	Suporte		
			Jornais	Revistas	Livros
Crianças (6-14)	Rapazes	11,6	1,3	1,8	8,3
	Raparigas	9,7	0,6	1,2	5,8
	<i>Total</i>	<i>10,7</i>	<i>0,9</i>	<i>1,5</i>	<i>7,1</i>
Adultos (com crianças na família)	Homens	14,1	9,4	2,1	2,5
	Mulheres	11,1	3,2	4,7	2,6
	<i>Total</i>	<i>12,4</i>	<i>6,1</i>	<i>3,5</i>	<i>2,5</i>

Fonte: Lopes e Coelho (2002a: 27).

Em conclusão, esta fonte permite acrescentar informação relevante sobre as práticas de leitura que os inquiridos às práticas e hábitos de leitura não disponibilizam. Assim, quanto à *taxa de participação* – o indicador que mais se aproxima dos utilizados nos inquiridos aos hábitos e práticas – os resultados estão em linha com estes, designadamente no que se refere ao sexo e à idade. Quanto à *duração média* parece existir alguma discrepância, designadamente quanto à leitura por sexo.

Portugal no contexto da UE: leitura de livros e visita a bibliotecas públicas

A inclusão de questões sobre leitura de livros e visita a bibliotecas públicas em inquiridos à participação cultural das populações dos países da UE permite situar o lugar de Portugal quanto a essas duas práticas. A realização dos inquiridos decorre da tomada de consciência das mudanças impulsionadas pelo alargamento da *sociedade da informação* conjuntamente com o crescente reconhecimento da importância da cultura e da necessidade de conhecer a relação entre a cultura e os desenvolvimentos social e económico (Beck-Domzalska, 2007). A

conclusão geral é que estão associadas, associação que se verifica igualmente para as duas práticas em questão.

Quanto a Portugal, e em síntese, o que, sem surpresa, se retira dos inquéritos é que está distante da média tanto na leitura de livros (seja qual for o contexto) como na visita a bibliotecas públicas. Mas há que referir que, apesar de tudo, o desnível não é tão vincado no caso desta última prática. Aliás não existe homologia na hierarquia dos países nas duas práticas, embora dois deles se destaquem em ambas. Como se poderá ver detalhadamente adiante, os países com os valores mais elevados na leitura de livros são a Suécia (87%), a Holanda (84%) e a Dinamarca (83%); na visita a bibliotecas públicas os 3 países com as taxas mais elevadas são a Finlândia (72%), a Suécia (70%) e a Dinamarca (68%).

Leitura de livros por motivo (2001)

A comparação dos valores com a média de 14 países¹²⁶ mostra que, em 2001, Portugal está muito abaixo na taxa de leitores (33% contra 58%) e é mesmo o país que mais se distancia da média (Eurobarómetro 56.0, 2001: 15). Este inquérito detalha quatro motivos de leitura de livros, o que permite constatar diferenças assinaláveis tanto nas médias dos vários motivos como, sobretudo, nas diferenças de Portugal face à média. Assim, Portugal regista desvios negativos nos quatro motivos considerados mas, ao passo que no tocante à leitura educativa não obrigatória o desvio é mínimo (-0,5%), quando se trata da leitura de lazer (referenciada como outro motivo sem ser escola/trabalho) a diferença sobe para -29% (quadro 6.7).

Quadro 6.7

Livros lidos por Motivo (Portugal e UE-14, 2001) (*percentagem*)

Motivo	Portugal	Média UE (14)	Desvio de Portugal face à média da EU (14)
Trabalho	4,2	10,7	-6,5
Educativa (obrigatória)	8,1	12,7	-4,6
Educativa (não obrigatória)	14,0	14,5	-0,5
Outro motivo sem ser escola/trabalho	15,4	44,8	-29,4
<i>Não leu livros</i>	<i>67,3</i>	<i>42,1</i>	<i>25,2</i>

Fonte: Eurobarómetro 56.0 (2001: 15).

Notas: motivo de leitura de livros é uma pergunta de resposta múltipla; período de referência últimos 12 meses; população com 15 e mais anos.

¹²⁶ Os 14 países incluídos neste estudo são: Bélgica, Dinamarca, Alemanha (Occidental e Oriental), Grécia, Espanha, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia e Reino Unido.

Tomando por referência a média dos 13 países em análise (12 Países Candidatos¹²⁷ à adesão à UE e a Turquia) o cenário ameniza-se em dois motivos mas agrava-se significativamente na leitura educativa não obrigatória (-3%) e mantém-se o sentido negativo dos desvios (quadro 6.8).

Quadro 6.8

Livros lidos por Motivo (Portugal 2001 e PC-13, 2003) (*percentagem*)

Motivo	Portugal	Média PC (13)	Desvio de Portugal face à média PC (13)
Trabalho	4,2	9	-3
Educativa (obrigatória)	8,1	14	-6
Educativa (não obrigatória)	14,0	17	-3
Outro motivo sem ser escola/trabalho	15,4	38	-23
<i>Não leu livros</i>	<i>67,3</i>	<i>47</i>	<i>20</i>

Fontes: Eurobarómetro (2001: 15; 2003: 89).

Notas: motivo de leitura de livros é uma pergunta de resposta múltipla; período de referência últimos 12 meses; valores do desvio foram arredondados; população com 15 e mais anos.

Através da análise comparada da distribuição por número de livros lidos por motivo¹²⁸ verifica-se que Portugal apenas regista diferenças positivas nos escalões mais baixos, o que significa uma generalizada sobrerrepresentação dos pequenos leitores ou, noutra perspectiva, uma generalizada subrepresentação de médios e grandes leitores (quadro 6.9). Isso é particularmente visível na leitura por outros motivos sem ser escolares ou de trabalho.

A comparação de Portugal com o conjunto dos países abrangidos pelo estudo de 2001, quanto à leitura de livros, mostra que: Por motivos de trabalho, apenas a Bélgica tem valor mais baixo (3,6%); Por motivos educativos (leitura obrigatória), Portugal tem o valor mais baixo, Bélgica com valor muito próximo (8,2% contra os 8,1% de Portugal); Por motivos educativos (leitura não obrigatória), vários países têm valores abaixo de Portugal (14%), designadamente Espanha, Luxemburgo, Grécia e Holanda; quanto a motivos sem ser para escola/trabalho, Portugal regista claramente o valor mais baixo (15%), contra 23% da Bélgica, o valor mais próximo; e quanto a não ler livros, Portugal destaca-se claramente pelo valor mais elevado (67%), uma vez que a Bélgica – o país com o valor mais próximo – tem 58%.

¹²⁷ Os 12 países candidatos (PC) são os seguintes: Bulgária, Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia.

¹²⁸ Não é possível replicar a análise comparativa para o conjunto dos Países Candidatos (PC) à adesão à UE porque os dados são apresentados de modo não comparável: para UE (14) restringem-se aos que declaram ler livros ao passo que para PC (13) incluem os que declaram não ler nenhum livro.

Quadro 6.9

Número de livros lidos por Motivo (Portugal e UE-14, 2001) (percentagem)

Número de livros lidos por motivo	Portugal	Média UE (14)	Desvio de Portugal face à média
Trabalho			
1 – 3	57,3	47,7	9,6
4 – 7	27,2	25,6	1,6
8 – 12	8,1	11,2	-3,1
13 ou + livros	2,7	12,1	-9,4
Não sabe	4,7	3,3	1,4
Educativo (leitura obrigatória)			
1 – 3	47,9	31,4	16,5
4 – 7	38,9	33,9	5,0
8 – 12	8,4	16,8	-8,4
13 ou + livros	3,2	12,4	-9,2
Não sabe	1,5	5,5	-4,0
Educativo (leitura não obrigatória)			
1 – 3	60,2	36,6	23,6
4 – 7	30	28,3	1,7
8 – 12	3,4	14,8	-11,4
13 ou + livros	3,7	14,0	-10,3
Não sabe	2,7	6,3	-3,6
Outros motivos sem ser escola/trabalho			
1 – 3	68,5	33,3	35,2
4 – 7	15,8	25,3	-9,5
8 – 12	8,1	15,9	-7,8
13 ou +	6,6	19,6	-13,0
Não sabe	-	5,9	-

Fonte: Eurobarómetro 56.0 (2001:16-19).

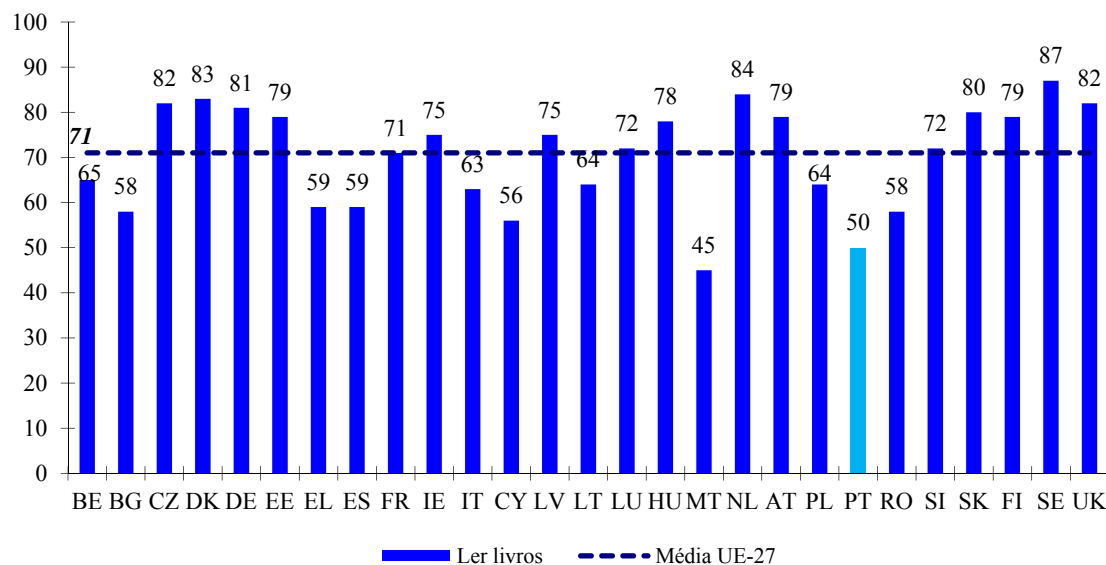
Notas: período de referência últimos 12 meses; população com 15 e mais anos.

Leitura de livros (2007)

A posição de Portugal em 2001, situado significativamente abaixo da média, como se viu, mantém-se no estudo de 2007, já com a UE a 27 países (Eurobarómetro 278, 2007). Neste estudo Portugal regista 50% no indicador Leu pelo menos um livro¹²⁹ nos últimos 12 meses quando a média dos 27 países é 71%. É um dos que mais se distancia da média, logo a seguir a Malta, com o valor mais baixo (45%) (figura 6.4).

¹²⁹ Neste estudo a questão é de ordem geral sem qualquer restrição de contexto (de lazer ou outro).

Figura 6.4
Leitura de livros por País (UE-27, 2007) (percentagem)

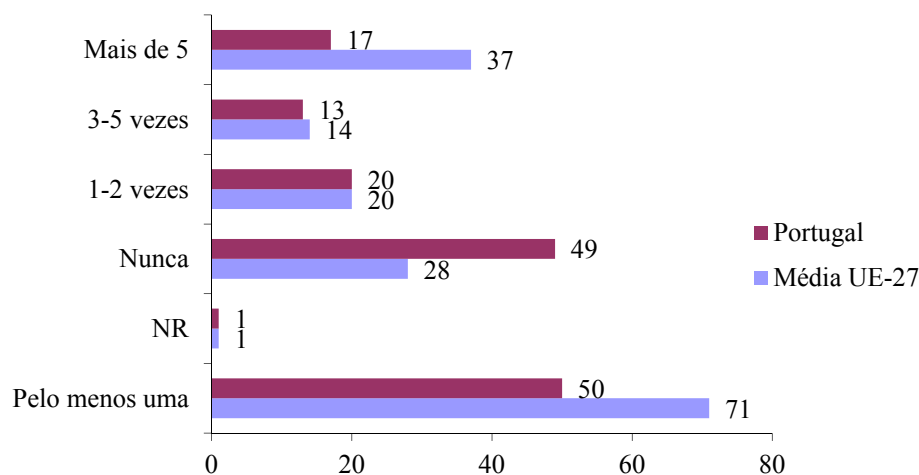


Fonte: Eurobarómetro 278 (2007).

Notas: as percentagens resultam da resposta “sim” à pergunta Leu pelo menos um livro nos últimos 12 meses; população com 15 e mais anos.

Passando à comparação de Portugal com a média da EU-27, em 2007, quanto ao número de livros lidos, verifica-se que apenas a acompanha nos escalões intermédios (1-2 e 3-5 vezes) destacando-se tanto pelas elevadas percentagens dos que não lêem como pelas baixas dos grandes leitores (figura 6.5).

Figura 6.5
Número de vezes que leu livros nos últimos 12 meses (Portugal e UE-27, 2007) (percentagem)



Fonte: Eurobarómetro 278 (2007).

Notas: percentagens resultam da pergunta Quantas vezes, nos últimos 12 meses, leu um livro?; população com 15 e mais anos.

Um outro contributo provém da segunda edição do *pocketbook* do Eurostat dedicado às estatísticas culturais. Inclui dados relevantes sobre a leitura nos países da UE, incluindo Portugal, com segmentação por sexo, por nível educacional e por número de livros lidos e cujo ano de referência é também 2007 (Beck-Domzalska, 2011: 176-179)¹³⁰. Quanto à segmentação por sexo, para além de confirmar a dominância feminina, comum a todos os países observados, confirma igualmente as baixas percentagens, para ambos os sexos, registadas em Portugal, aliás as mais baixas.

A análise por nível educacional mostra que a posição de Portugal varia. De facto, se é verdade que em média o país regista o valor mais baixo (pouco mais que 40%), como se pode observar pela figura 6.6 os que têm nível educacional baixo mostram uma percentagem apesar de tudo superior a alguns outros países (Bulgária, Grécia) e semelhante à da Itália, e aqueles que têm nível alto situam-se acima de vários outros países, tal como, aliás, o mesmo se passa com aqueles que têm o nível médio¹³¹. Do ponto de vista nacional, duas outras ilações se podem tirar: por um lado, verifica-se que são os que têm o nível educacional baixo que estão a influenciar a média; por outro lado, à grande diferença entre os que têm níveis baixo e médio corresponde uma significativa proximidade (ainda que relativa) entre estes últimos e os que têm nível alto.

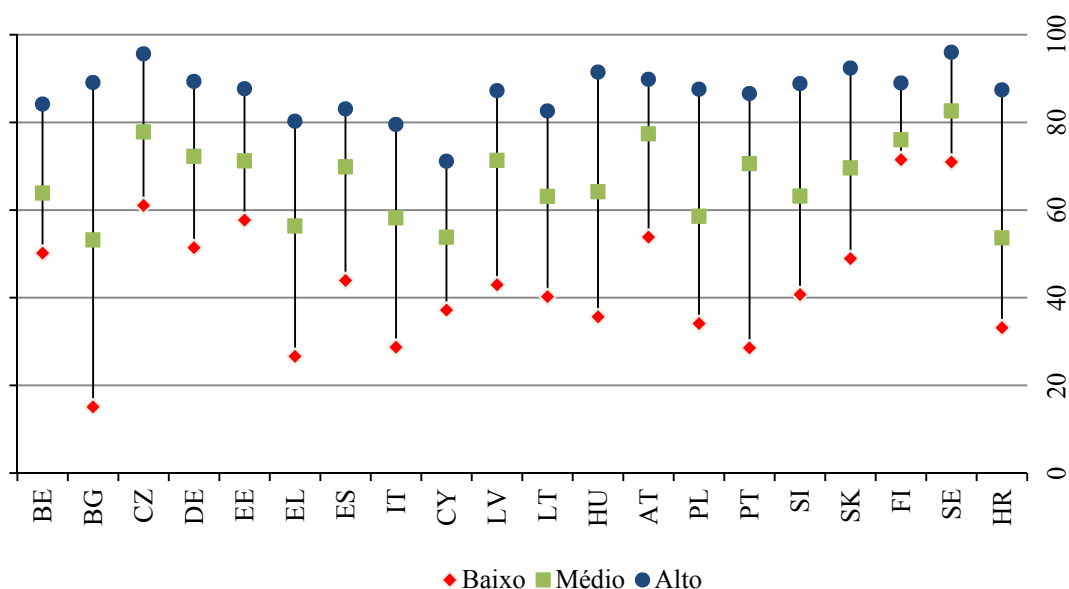
No indicador relativo à intensidade (número médio de livros lidos nos últimos 12 meses) Portugal volta a apresentar resultados esperados: por um lado, é o país que regista a percentagem mais elevada daqueles que declararam ter lido entre 1 e 3 livros e, por outro lado, aquele em que a percentagem de leitores de mais de 12 livros é mais baixa (*idem*: 178). Ainda no que toca a estes últimos, quando ventilados segundo o nível educacional, se em todos os níveis os valores são (os mais) baixos, nos que têm um nível educacional alto, os grandes leitores (aqui considerados os que leram mais do que 12 livros nos últimos 12 meses) são, comparativamente, poucos em termos percentuais (*idem*: 179). Mas haverá que notar igualmente que a restrição à população com 25-64 anos é desfavorável uma vez que deixa de fora um contingente com taxas de leitores mais elevadas.

¹³⁰ Como anteriormente referido, a fonte primária dos dados sobre leitura de livros é o Adult Education Survey, do Eurostat, o ano de referência é 2007 e a população situa-se no intervalo 25-64 anos. Abrange apenas 20 países (ver figura 6.6). Reporta-se à leitura de livros como actividade de lazer.

¹³¹ Veja-se a proximidade de resultados na relação entre competências de literacia (pontuações médias em prosa) segundo a escolaridade, 1998 (Ávila, 2007: 34-35) e os aqui apresentados.

Figura 6.6

Pessoas que leram pelo menos um livro nos últimos 12 meses por Nível educacional e por País (2007)
(percentagem)



Fonte: a partir de Beck-Domzalska (2011: 177) com base em Eurostat, EAS.

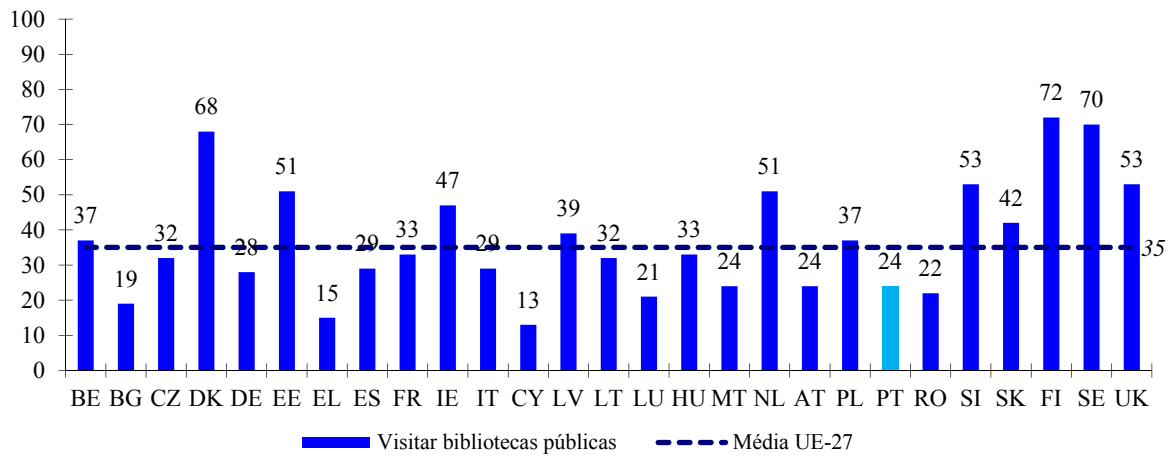
Notas: Baixo, níveis ISCED 1 e 2; Médio, níveis ISCED 3 e 4; Alto, níveis ISCED 5 e 6; população com 25-64 anos.

Visita a bibliotecas públicas (2007)

Relativamente à visita a bibliotecas públicas (dados referentes a 2007), a percentagem de Portugal é 24% para uma média de 35% da UE-27¹³² (Eurobarómetro 278, 2007). Apesar deste desnível de 11 pontos percentuais, ao contrário dos resultados sobre a leitura de livros, são vários os países cujas percentagens são mais baixas do que a portuguesa, designadamente: Chipre (13%), Grécia (15%), Bulgária (19%) são os casos mais evidentes, mas também Luxemburgo e Roménia têm valores mais baixos. E Malta e Áustria apresentam valores similares (figura 6.7).

¹³² Num estudo com uma síntese de resultados de estudos nacionais com comparações (*aproximadas*, com algumas limitações) sobre o livro e a leitura entre países do espaço ibero-americano, Portugal regista igualmente um dos valores mais baixos no tocante à frequência de bibliotecas “públicas” (Espanha, 82%, Uruguai, 75%, México 72%, República Dominicana, 34%; Portugal, 12%; Peru, 9%) (Schroeder, Cifuentes, Barrero e Steenkist, 2008: 246). Note-se que este relatório inclui já dados do inquérito A Leitura em Portugal, embora para os restantes estudos nem sempre seja possível determinar como foram apurados os dados apresentados.

Figura 6.7

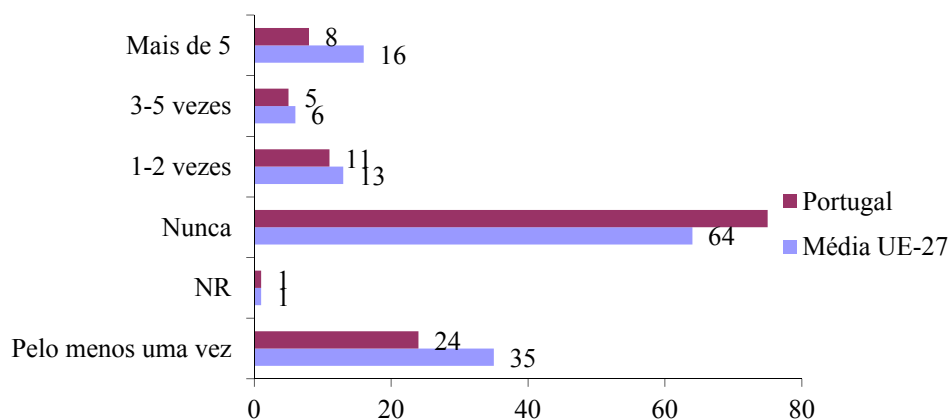
Visita a bibliotecas públicas por País (UE-27, 2007) (percentagem)

Fonte: Eurobarómetro 278 (2007).

Notas: as percentagens resultam da resposta “sim” à pergunta Visitou pelo menos uma biblioteca pública nos últimos 12 meses; população com 15 e mais anos.

No que toca ao número de visitas a bibliotecas públicas, embora com desníveis menos acentuados do que na leitura de livros, a realidade é que se repete a subrepresentação dos grandes frequentadores (figura 6.8). Esta última constatação está em linha com a conclusão do estudo Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas realizado em 2009 no que se refere à fraca capacidade de atracção de potenciais grandes leitores (Neves e Lima, 2009: 173-176).

Figura 6.8

Número de visitas a bibliotecas públicas (Portugal e UE-27, 2007) (percentagem)

Fonte: Eurobarómetro 278 (2007).

Notas: as percentagens resultam da pergunta “quantas visitas realizou a bibliotecas públicas nos últimos 12 meses”; população com 15 e mais anos.

Literacia, leitura como competência e práticas de leitura

Outros contributos relevantes para a análise extensiva das práticas de leitura da população adulta portuguesa, embora apenas referenciados ao fim do século XX, advêm dos estudos sobre literacia¹³³, tanto numa perspectiva nacional (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996; Ávila, 2007; 2008) como internacional (OECD e Statistics Canada, 2000). Estes estudos incidem em três domínios de competências: prosa¹³⁴, documental e quantitativa. Incluem questões sobre práticas culturais, incluindo leitura de livros e de jornais ou revistas, com uma abordagem próxima da sociológica¹³⁵. Contudo, apesar dos aspectos comuns é importante referir de novo que literacia e práticas de leitura correspondem a diferentes abordagens (Neves, 2010: 179).

No Estudo Nacional de Literacia (ENL) entende-se por literacia “as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana. Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de *uso* corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal)” (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996: 4). No International Adults Literacy Survey (IALS), a literacia é definida como uma capacidade particular e um modo de comportamento, “the ability to understand and employ printed information in daily activities, at home, at work and in the community – to achieve one’s goals, and to develop one’s knowledge and potential” (OECD e Statistics Canada, 2000: x). Ou, mais simplesmente, a literacia reporta-se “às capacidades de processar informação escrita na vida quotidiana” (Costa e Ávila, 1998: 131).

Os primeiros estudos extensivos de avaliação das competências de literacia da população adulta foram realizados nos Estados Unidos da América no início da década de 70 e no Canadá em meados da década de 80 e permitiram confirmar a ideia de que muitos adultos, apesar dos vários anos de escolaridade, demonstram sérias dificuldades em utilizar na vida quotidiana materiais impressos e outros suportes de informação escrita (Costa e Ávila, 1998: 130; Ávila, 2008: 85-89). Os estudos realizados nos EUA culminaram com a publicação do National Adult Literacy Survey (Kirsch, Jungblut, Jenkins e Kolstad, 1993), “primeira

¹³³ Sobre a importância nas sociedades da informação e do conhecimento da leitura, dos suportes de leitura e da literacia ver Costa, Pegado e Ávila (2008: 9-12).

¹³⁴ A literacia em prosa (a que mais se aproxima das práticas culturais de leitura) inclui conhecimentos e capacidades para compreender e utilizar informações de textos, incluindo editoriais, notícias, brochuras e manuais de instruções (OECD e Statistics Canada, 2000: x).

¹³⁵ No questionário utilizado (IALS) explicita-se que as questões sobre a leitura (de livros; de jornais e revistas) reportam-se à vida quotidiana excluindo trabalho ou escola, restrição que as situa como práticas culturais. A escala é a seguinte: diariamente, semanalmente, mensalmente, algumas vezes por ano e nunca (<http://www.statcan.gc.ca>).

pesquisa em que o conceito de literacia é entendido como um contínuo de competências” e não como uma capacidade dicotómica que os indivíduos têm ou não têm (Gomes, Ávila, Sebastião e Costa, 2002: 2; Ávila, 2007: 24-27). De facto, estes estudos generalizaram uma perspectiva que recusa classificações dicotómicas tais como alfabetizados e analfabetos, escolarizados e não escolarizados (Costa e Ávila, 1998: 127; Ávila, 2008: 86), os “literate” e os “illiterates” (OECD e Statistics Canada, 2000: x)

Perfil de literacia da população portuguesa

No conjunto, os resultados para Portugal (ENL 1994 e IALS 1998¹³⁶) revelam um perfil de literacia da população caracterizado pela concentração acentuada nos níveis mais baixos (Gomes, Ávila, Sebastião e Costa, 2002: 8-10; Ávila, 2008: 160). No ENL (população dos 15 aos 64 anos), numa escala de zero (correspondente à total incapacidade para resolver qualquer das tarefas de leitura, escrita e cálculo propostas) a quatro (correspondente à resolução das tarefas de maior complexidade e que implica competências que envolvem a integração de informação múltipla em textos mais longos e densos do que os dos níveis precedentes), 10% situa-se no nível zero; no nível um, 37%; no nível dois, 32%; no nível três, 13%; e no nível quatro, 8% (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996: 121).

O IALS (população dos 25 aos 64 anos, numa escala que varia entre o nível 1, mais baixo, e 4/5, mais alto) revela para Portugal um perfil de competências de literacia “preocupante mas não surpreendente, tendo em conta os atrasos históricos no processo de escolarização do país” (Gomes, Ávila, Sebastião e Costa, 2002: 10) e que, aliás não se distancia significativamente do que resulta do ENL (*idem*: 8). De um ponto de vista comparativo, neste estudo Portugal regista o segundo valor mais baixo, nos três domínios, logo a seguir ao Chile, nos níveis 3 e 4/5, com exclusão da literacia documental (valores de Portugal e Polónia 22,9%) (Ávila, 2007: 29; 2008: 168), sendo que Portugal se singulariza por ter uma das mais baixas distribuições de literacia e por apresentar um dos maiores níveis de desigualdades internas (Ávila, 2007: 31).

Uma nota para referir que, entre as cinco conclusões que emergem para Portugal quanto ao impacto económico da literacia, uma é particularmente pertinente na identificação das características da cultura de leitura portuguesa:

¹³⁶ Para uma perspectiva detalhada dos aspectos metodológicos e comparabilidade do ENL e do IALS ver Gomes, Ávila, Sebastião e Costa (2002) e Ávila (2007: 24-25; 2008: 128-163).

na maioria dos países, as diferenças entre os valores médios de literacia são importantes no plano individual uma vez que valores mais elevados traduzem-se em melhor acesso à educação, emprego mais estável, melhores salários, melhor saúde e em níveis mais elevados de participação social. A este respeito, Portugal é atípico, porque os valores de literacia têm pouco impacto no sucesso individual no mercado de trabalho, salvo ao nível mais elevado de literacia – um fenómeno que se presume decorrer do baixo nível geral de competências de literacia e da baixa intensidade em literacia da maioria dos empregos no país (Dataangel Policy Research Incorporated, 2009: 9-10).

Estudos de literacia e práticas de leitura em Portugal

Os estudos de literacia contemplam, como atrás referido, questões sobre práticas de leitura (excluindo escolares ou profissionais), designadamente de livros, por um lado, e de jornais ou revistas, por outro. Assim, os dados do ENL mostram valores muito baixos de leitura declarada de livros (69% nunca ou raramente lêem livros), de revistas (49%) e de jornais (41% declaram não ter hábito de ler jornais). Revelam ainda que, de um modo geral, quanto mais elevado o nível de literacia maior tende a ser a frequência declarada de leitura dos três suportes (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996: 41-44; Costa e Ávila, 1998: 142).

Patrícia Ávila, que explorou a base de dados do IALS Portugal, confirma a associação entre a literacia e a escolaridade como as principais dimensões explicativas das “práticas culturais quotidianas”, nas quais se incluem ouvir música, ler jornais ou revistas (as duas mais frequentes), ler livros (com uma frequência mais ocasional) e também a visita a bibliotecas públicas (a menos frequente), mas apresentam variações significativas consoante o sexo e a idade. Especificamente para a leitura de livros e de jornais ou revistas, quanto ao sexo, a leitura de livros é mais intensa no caso das mulheres, ao passo que a leitura de jornais e revistas “tenderá” a ser mais intensa nos homens, ressalvando porém, quanto a este último aspecto, que o facto de o indicador combinar os dois suportes não permite perceber as diferenças por sexo que outros estudos evidenciam. E, relativamente à idade, a autora considera que “são abusivas, e mesmo erradas, as interpretações de que a leitura constituiria uma prática cada vez mais ausente do universo cultural e da vida quotidiana dos jovens” (Ávila, 2008: 217-219).

Os estudos mostram também uma associação clara da literacia (e da leitura de livros e de periódicos) com as condições sociais de existência dos portugueses, seja do ponto de vista das classes sociais (Costa e Ávila, 1998: 141), seja do ponto de vista da profissão e da condição

perante o trabalho. De acordo com Patrícia Ávila (dados IALS) os níveis mais elevados de literacia (e de leitura de periódicos ou livros de modo regular) surgem, no *espaço social da literacia*, associados às profissões mais qualificadas (em particular profissionais intelectuais e científicos) e aos estudantes, e os mais baixos (e a ausência de leitura de periódicos ou de livros) aos reformados, domésticas e trabalhadores não qualificados (Ávila, 2007: 37; 2007/2008: 308; 2008: 227-228). Embora a relação entre escolaridade e literacia não seja nem unidireccional nem de simples sobreposição, a reduzida escolarização média da população adulta portuguesa é o principal factor explicativo dos resultados obtidos (Costa e Ávila, 1998: 140; OECD e Statistics Canada, 2000; Ávila, 2007: 32; 2008: 175).

O IALS mostra ainda, quanto à leitura de livros e numa perspectiva comparativa que, no conjunto dos 20 países considerados, Portugal regista o valor mais baixo, 23%, quando a Bélgica (Flandres) regista 44% e a média dos 20 países é de 63% (OECD e Statistics Canada, 2000: 159). Os dados mostram ainda uma relação positiva entre as pontuações médias da literacia e as da prática diária de leitura de livros (*idem*: 49).

Capítulo 7

LEITURAS, LEITORES, SUPORTES E REPRESENTAÇÕES: TIPOS E PERFIS

Nos três capítulos anteriores traçou-se o contexto em que têm lugar as práticas de leitura, ou seja, abordou-se o quadro geral da cultura de leitura em Portugal, sintetizaram-se os dados disponíveis e procurou-se identificar o lugar de Portugal numa perspectiva transnacional. Entra-se neste capítulo num outro plano de análise, o da caracterização das práticas de leitura da população portuguesa, análise em que o inquérito A Leitura em Portugal (LP) constitui a principal fonte. Como antes se referiu detalhadamente, mas cujas características mais relevantes importa retomar aqui, o inquérito tem por base uma amostra de 2.552 indivíduos, representativa da população portuguesa residente no continente, alfabetizada, com 15 e mais anos, e cujo trabalho de campo decorreu entre Novembro de 2006 e Janeiro de 2007.

Entre as grandes tendências que se vêm constatando no plano internacional nas últimas décadas estão o declínio da leitura (em percentagem da população leitora) e dos grandes leitores (em número de livros lidos). Disso são exemplo países como a França (livros, jornais e revistas) (Donnat, 1998: 169) e, especificamente quanto à leitura de livros, a Holanda e os EUA¹³⁷ (Knulst e Kraaykamp, 1997; Knulst e Broek, 2003; Coulangeon, 2005; Griswold, McDonnell e Wright, 2005). Viu-se já que essa tendência vem suscitando inúmeras análises explicativas. A primeira questão que se coloca, portanto, pode ser formulada desta maneira: como evoluiu a cultura de leitura portuguesa tomando como referência os níveis de leitura dos três suportes? E que explicações se poderão adiantar para essa evolução? A segunda pode ser assim formulada: como evoluiu o tipo dos grandes leitores, eventualmente a classe de leitores?

A resposta a estas questões recomenda o recurso a inquéritos quantitativos extensivos à população, comparáveis entre si, realizados em diferentes momentos. Nos países acima referidos as análises são sustentadas em vários estudos que abrangem espessuras temporais consideráveis. Como se viu já, também em Portugal estão disponíveis três estudos específicos sobre a leitura. Dispõe-se assim de uma espessura temporal de 12, ou até de 19 anos, para alguns dos indicadores, designadamente os de maior generalidade. Em todo o caso, é possível

¹³⁷ Nos EUA o relatório mais recente mostra que a referida tendência se inverteu em razão dos programas de promoção da leitura desenvolvidos no país (NEA, 2009).

traçar a evolução de alguns atributos da cultura de leitura e da classe de leitores na transição do século XX para o século XXI.

Por via desses estudos pode afirmar-se que os principais traços são a diminuição dos não-leitores e o crescimento dos leitores de cada um dos três suportes considerados, com destaque para os dos jornais (conclusão que contrasta com a tendência verificada a nível internacional), bem como a diminuição dos grandes leitores (conclusão que está em linha com a tendência geralmente verificada nos países ocidentais).

Leitores e suportes: evolução, tipos e significado no contexto internacional

Um dos indicadores que permite sustentar a primeira conclusão é, desde logo, o dos *leitores por suporte*¹³⁸ que mostra evoluções percentuais positivas de 1995 para 2007: um forte acréscimo de 14 pontos percentuais nos leitores de jornais e outros, mais modestos, de sensivelmente 3 pontos percentuais nas revistas e nos livros (quadro 7.1). Em 2007, os jornais são, destacadamente, o suporte com mais leitores (83%¹³⁹), a que se seguem as revistas (73%) e, a alguma distância, os livros (57%). Relativamente ao inquérito de 1988¹⁴⁰ a hierarquia dos suportes habitualmente lidos é análoga à que se evidencia no estudo de 2007, embora com percentagens mais baixas¹⁴¹.

Outro dado de grande relevância é a diminuição em quase 8 pontos percentuais da categoria Não-leitores: 5% no estudo mais recente contra 12% em 1995¹⁴². Refira-se ainda que, no inquérito de 1988, esta categoria significa 15% (Freitas e Santos, 1992a: 15).

¹³⁸ Lembra-se que os dados dos leitores por suporte correspondem àqueles inquiridos que responderam *ler habitualmente pelo menos um género* de cada um deles. A leitura de livros inclui o género “escolares e profissionais” (inquérito de 1995) e os géneros “escolares” e “científicos e técnicos” (inquérito de 2007) e a de revistas os géneros “científicas” e “profissionais/técnicas” (1995) e “científicas ou técnicas” (2007 pelo que não coincidem exactamente com a noção de prática cultural. Adiante-se que, no inquérito de 2007, se se excluir os casos que mencionam apenas os referidos géneros, os leitores de livros baixam de 56,9% para 53,7% e os de revistas de 73,0% para 72,4%.

¹³⁹ De modo a facilitar a leitura, as percentagens serão apresentadas, no texto, arredondadas à unidade, salvo casos em que a casa decimal é relevante, como em comparações em valores relativos muito baixos.

¹⁴⁰ O qual se reporta, como se referiu já (ver capítulo 5), a um tecido social mais urbano. Sobre este tópico ver Freitas, Casanova e Alves, capítulo “5. Breve incursão comparativa: leitores e leituras em 1988 e 1995” (1997: 267-275).

¹⁴¹ Leitores de jornais 68%, de revistas 61% e de livros 54% (Freitas e Santos, 1992a: 28, 44 e 48). O método de construção deste indicador é similar nos três inquéritos.

¹⁴² Note-se que a categoria Não-leitor se aplica àqueles inquiridos que não referiram ler habitualmente qualquer dos géneros de livros, jornais e revistas. Mas, se ser leitor não é necessariamente sinónimo de ser leitor de livros (Santos, 1992), ser Não-leitor não significa necessariamente que não leia nada. Repare-se que apenas 0,5% dos 4,7% classificados como Não-leitores se reporta aos que não assinalaram pelo menos uma das 11 opções de leituras presentes no dia-a-dia (ver Q26 do questionário em Anexo) ou, dito de outro modo, apenas 0,5% da amostra declara não ler nenhum dos suportes nem qualquer das outras possíveis leituras (fonte: LP 2007, base de

Quadro 7.1
Leitores por Suporte e por Ano (1995 e 2007) (percentagem)

Suporte	Ano	
	1995	2007
Livros	53,4	56,9
Jornais	69,4	83,0
Revistas	69,2	73,0
Não-leitores	12,4	4,7
<i>Bases</i>	2.506	2.552

Fonte: LP (Santos; Neves, Lima e Carvalho, 2007: 47).

Pode, então, afirmar-se que a evolução foi de sentido positivo. Esta evolução deve-se a vários factores, dos quais, com grande probabilidade, o sistema de ensino será um dos principais. Note-se que as políticas de promoção da leitura só ganharam uma dimensão nacional significativa em 2006 com o lançamento do PNL, portanto ainda sem impacto nos resultados do inquérito.

E como se explica no referido contexto internacional de recuo da leitura? Uma explicação reside no facto de que os níveis em Portugal eram (e continuam) baixos, seja qual for o indicador utilizado. Salvo no caso dos jornais, o valor registado actualmente está ainda muito abaixo, por exemplo, dos valores registados em França anos atrás. Com efeito, os leitores de livros representavam, em 1997, 74% da população francesa – valor que significa, ainda assim, uma diminuição de um ponto percentual relativamente a 1989 – e os de jornais 73% – o que traduz um recuo de 6 pontos percentuais (Donnat, 1998: 169). Outro exemplo: referindo-se a países como o Reino Unido, Estados Unidos e Holanda, Hendon e outros autores referem que, em meados da década de oitenta do século passado, em geral apenas metade da população lê um livro por prazer (Hendon, Rees e Verdaasdonk, 1987). Por outras palavras, a constatação da evolução positiva, da ascensão da leitura em Portugal, deve ter em conta os baixos valores relativos que o país regista.

Esta é, portanto – respondendo à segunda questão atrás formulada – uma explicação possível para o crescimento da leitura em Portugal: os baixos patamares em que se situa¹⁴³, os quais tenderão a melhorar por força da recomposição social da população portuguesa em curso, em particular no que toca aos avanços da qualificação escolar e profissional verificada nas décadas mais recentes¹⁴⁴.

dados). De todo o modo, será, talvez, relevante do ponto de vista analítico apurar os níveis dessas outras leituras na totalidade da amostra.

¹⁴³ O que está de acordo com as conclusões de Southerton, Warde, Cheng e Olsen (2007: 25).

¹⁴⁴ Efeitos que parecem compensar os de sentido inverso, induzidos por outras formas de ocupação do tempo de lazer como o audiovisual e, em particular, a televisão.

Tipos de leitura e de leitores de livros

Passando à análise da evolução no plano nacional por Tipologia de leitura¹⁴⁵ verifica-se que a maioria dos leitores corresponde em 2007 ao tipo de leitura Parcelar. Mas tanto este como o tipo Cumulativa cresceram face a 1995 à custa da diminuição dos Não-leitores. A leitura Cumulativa passa de 39% para 41% e, mais significativamente, a leitura Parcelar cresce de 49% para 55% (quadro 7.2). Acrescente-se que esta evolução está em linha com a verificada em 1995 relativamente a 1988 (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 269).

*Quadro 7.2***Leitores por Tipologia de leitura e por Ano (1995 e 2007) (percentagem)**

Tipologia de leitura	Ano	
	1995	2007
Cumulativa	38,7	40,7
Parcelar	48,8	54,5
<i>Revistas e livros</i>	7,3	6,4
<i>Jornais e livros</i>	4,9	7,7
<i>Jornais e revistas</i>	14,8	22,1
<i>Só livros</i>	2,5	2,1
<i>Só revistas</i>	8,4	3,8
<i>Só jornais</i>	10,9	12,5
Não-leitores	12,4	4,7
<i>Bases</i>	2.506	2.552

Nota: leitura *cumulativa* dos três suportes (livros, jornais e revistas); Leitura *parcelar* de pelo menos um deles.

Fonte: LP (Santos; Neves, Lima e Carvalho, 2007: 49).

Observando em pormenor as combinatórias subjacentes ao tipo Parcelar constata-se que o crescimento se deve sobretudo ao forte incremento dos leitores de jornais e revistas.

Quanto aos leitores de livros, tomando como exemplo o caso francês, a evolução verificada aponta para uma diminuição dos grandes leitores e concomitante aumento dos pequenos leitores (Donnat, 1998: 169). Uma interpretação de carácter metodológico é que se deve (também) ao alargamento dos géneros considerados nos inquéritos sociológicos. De acordo com esta perspectiva, os pequenos leitores seriam os não-leitores dos inquéritos anteriores uma vez que os géneros que liam não eram considerados (Robine, 2001a).

¹⁴⁵ Retoma-se aqui a Tipologia de leitura utilizada no inquérito de 1995 por motivo de comparabilidade. Nos restantes capítulos o tipo Parcelar (54,5%) é desagregado em dois: Só um dos impressos-padrão (18,3% da amostra, em que o peso mais relevante é o daqueles que lêem apenas jornais) e Parcelar (36,2%, em que o peso mais relevante advém dos leitores de jornais e de revistas).

Assim, alguns autores que estudaram mais detalhadamente este tipo de leitores salientam que o crescimento dos pequenos leitores se deve não à diminuição dos grandes leitores mas sim dos não-leitores e concluem que a interpretação negativista do aumento dos “fracos leitores”¹⁴⁶ – essa seria uma das evidências que provariam que se lê menos – deve ser revista a esta nova luz uma vez que a amplificação de uma leitura “fraca” em quantidade deve antes ser tomada como sinónimo de alargamento e não de fragilização da leitura (Bahloul, 1990: 14; Poulain, 2004: 33).

Parece ser essa a conclusão a que se chega também quanto a Portugal¹⁴⁷. Como se pode verificar pelo quadro 7.3 é visível a quebra dos Não-leitores de livros (51% para 45%) e uma quebra ligeira dos Grandes leitores (de 2,7% para 2,3%) e, pelo contrário, acréscimos dos Pequenos (de 34% para 37%) e dos Médios leitores (13% para 15%).

Quadro 7.3

Leitores de livros por Tipo e Não-leitores de livros por Ano (1995 e 2007) (percentagem em coluna)

Tipo	Ano	
	1995	2007
Pequenos	33,7	37,4
Médios	13,2	15,0
Grandes	2,7	2,3
Não-leitores de livros	50,5	45,3
<i>Bases</i>	2.312	2.428

Notas: as bases excluem aqueles que leram o último livro há mais de 1 ano e os que só lêem livros escolares/profissionais e ainda os que não responderam à questão do número de livros lidos (57 e apenas no inquérito de 2007); Pequenos = 1-5 livros; Médios = 6-20 livros; Grandes = + de 20 livros.

Fontes: Freitas, Casanova e Alves (1997: 127) e LP, 2007, base de dados.

Note-se que a Tipologia de leitores de livros é construída a partir da pergunta “quantos livros leu ao longo de um ano”, indicador “eminente complexo” (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 32) tendo em conta que se situa entre representações e comportamentos, como se viu no capítulo 3.

Analisando com maior detalhe os dados de 2007 conclui-se que os escalões mais baixos congregam a maioria dos leitores de livros. Mais de metade (56%) situa-se no escalão 2 a 5

¹⁴⁶ Por “fracos leitores” são aqui considerados aqueles que declaram ler até 9 livros/ano.

¹⁴⁷ Segue-se o método quantitativo de construção dos tipos de leitores de livros adoptado por Freitas, Casanova e Alves (1997: 128). Deve, porém, ter-se em conta que as percentagens constantes de Santos, Neves, Lima e Carvalho (2007: 51) não são directamente comparáveis. De facto, o contingente de 1995 corresponde aos que “lêem habitualmente livros e que declaram ter exercido essa prática no decurso do ano anterior” (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 126-127) ou, mais precisamente, aos que declaram uma das opções situadas entre “está neste momento a ler algum livro” (sem ser escolar ou profissional) e leu o último livro “há cerca de um ano”, ao passo que o de 2007 corresponde aos que responderam “ler mais frequentemente pelo menos um género de livros”. O método foi adaptado para tornar os dados comparáveis, embora apenas neste tópico, e para o referido efeito.

livros. Somados aos 13% do escalão 1 livro representam 69% dos leitores. São os Pequenos leitores. Entre 6 e 10 livros situam-se 19% e entre 11 e 20, 8%, valores que, somados, representam 27%, os Médios leitores. O patamar mais elevado considerado no inquérito, 20 e mais livros, é referido por 4%, que correspondem aos Grandes leitores. Tendo em conta apenas os contingentes dos leitores de livros, verifica-se, quanto ao tipo, uma evolução de 1995¹⁴⁸ para 2007 caracterizada por uma ligeira descida dos Grandes leitores compensada pelo crescimento dos Pequenos e Médios leitores (quadro 7.4). Note-se que a referida evolução é consistente com a evidenciada na comparação entre os dados de 1988 e os de 1995, embora aí se verifique igualmente uma sensível diminuição dos Médios leitores (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 270).

Quadro 7.4

Leitores de livros por Tipo e por Ano (1995 e 2007) (percentagem em coluna)

Tipologia de leitores de livros	Ano	
	1995	2007
Pequenos	68,0	68,3
Médios	26,6	27,4
Grandes	5,4	4,3
<i>Bases</i>	<i>1.145</i>	<i>1.328</i>

Notas: i) estão a ler ou leram o último livro há menos de um ano; (ii) exclui aqueles que apenas lêem livros escolares/profissionais; (iii) Exclui não-respostas (2007); (iv) Pequenos = 1-5 livros; Médios = 6-20 livros; Grandes = + de 20 livros.

Fontes: a partir de Freitas, Casanova e Alves (1997: 127-128) e LP, 2007, base de dados.

Pode, assim, concluir-se que, seja qual for o ponto de vista, a cultura de leitura em Portugal registou nas últimas décadas uma evolução positiva com um aumento dos níveis de leitura, em particular de jornais e, especificamente quanto à leitura de livros, um crescimento dos Pequenos leitores. O que se poderá explicar pela evolução estrutural da sociedade portuguesa e pelos baixos níveis anteriormente registados. Pode ainda concluir-se que a classe de leitores (de acordo com a perspectiva dos Grandes leitores, neste caso os que declaram ler habitualmente mais de 20 livros durante um ano) registou uma diminuição sensível. Paraphrasing Dumontier, Singly e Thélot (1990), poder-se-ia dizer também que *Portugal lê mais mas os portugueses lêem menos*.

¹⁴⁸ Relativamente a 1995 as percentagens foram determinadas a partir dos números absolutos que constam da fonte (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 128).

Suportes e perfis de leitores

Importa identificar, quanto a cada suporte, o perfil social predominante dos respectivos leitores. Serão coincidentes, ou pelo contrário, apresentarão especificidades? Importa também reter os perfis dos leitores tanto na perspectiva da Tipologia de leitura como na dos tipos de leitores de livros, em 2007 e de um ponto de vista diacrónico.

Os perfis dos leitores dos três suportes apresentam, como se pode verificar pelo quadro 7.5, diferenças sensíveis¹⁴⁹. Assim, no tocante aos leitores de *livros*, o perfil é acentuadamente feminizado (64% das mulheres inquiridas afirmam ler livros contra 49% dos homens), juvenilizado (verifica-se uma relação inversa entre a leitura de livros e a idade), escolarizado (evidencia-se aqui, pelo contrário, uma relação directa entre a prática e o grau de escolaridade, sendo que ela está presente em 89% daqueles que completaram o grau médio ou superior contra 37% daqueles que completaram, no máximo, o 2º Ciclo do Ensino Básico), como se esperaria, um perfil em que os estudantes se destacam (88% contra 47% nos Outros não activos) e, entre os que exerceram ou exercem uma profissão, os PTE registam o maior contingente (85% quando nos EE é de 59%).

Quanto aos leitores de *jornais*, o perfil é, pelo contrário, vincadamente masculino (91% dos homens inquiridos lê jornais contra 76% das mulheres), sensivelmente mais idoso – não existe uma relação directa entre a prática e a idade – com níveis de escolarização básicos e secundários, sendo que, quanto à Condição perante o trabalho, é entre os Activos que a percentagem é mais elevada (85% contra 77% entre os Estudantes) e, do ponto de vista da categoria socioprofissional, EDL e PTE registam os valores mais elevados, e próximos (90% e 88%, respectivamente), mas a categoria O têm um valor não muito distante (85%).

E relativamente às *revistas*, o perfil aproxima-se do dos leitores de livros. É acentuadamente feminino (83% das mulheres lê revistas contra 62% dos homens¹⁵⁰), relativamente juvenilizado (a relação entre a prática e a idade é também inversa, embora a amplitude entre os dois escalões extremos seja menos acentuada do que nos livros), com níveis de escolaridade relativamente baixos e mais frequente entre os Estudantes (85% contra

¹⁴⁹ De acordo com Rebelo e outros (2008: 67-71), os perfis de leitores de jornais e revistas seguem, em traços gerais (variáveis utilizadas: género, idade, anos de escolaridade), os aqui descritos, bem como o dos leitores de livros, embora neste caso com uma excepção significativa: os valores segundo o sexo são muito próximos (40,2% dos homens contra 40,4% das mulheres).

¹⁵⁰ As diferenças entre as práticas de leitura de homens e mulheres estão bem patentes em duas entrevistas transcritas no capítulo “Inscrição da leitura no quotidiano” (Brasão e Kumar, 2006) a um barbeiro e a uma empregada de balcão (se classificados segundo a categoria socioprofissional ambos EE se forem trabalhadores por conta de outrem, ou EDL se trabalharem por conta própria), ele leitor de jornais (desportivos, é possível adiantar), ela de revistas.

64% dos Outros não activos). Destaca-se de novo a categoria PTE (81%), ainda que a percentagem de EE esteja relativamente próxima (77%).

Quadro 7.5

Leitores por Suporte, Sexo, Idade, Grau de escolaridade, Condição perante o trabalho e Categoria socioprofissional (percentagem)

	Suporte			Número
	Livros	Jornais	Revistas	
Total	56,9	83,0	73,0	2.552
Sexo				
Feminino	64,3	75,6	82,7	1.335
Masculino	48,8	91,2	62,4	1.217
Idade				
15-24	73,8	79,1	84,9	465
25-34	67,2	86,0	80,6	500
35-54	54,0	86,7	74,6	902
Mais de 55 anos	41,8	78,7	57,2	685
Grau de escolaridade				
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	37,4	79,4	62,7	1.194
3º Ciclo do Ensino Básico	65,0	86,0	82,9	457
Ensino Secundário	74,0	86,6	81,9	626
Ensino Médio ou Superior	89,1	85,8	80,7	275
Condição perante o trabalho				
Activos	55,6	84,6	74,4	1.667
Estudantes	87,5	77,0	84,5	265
Outros não activos	47,3	81,3	64,2	620
Categoria socioprofissional *				
EDL	51,1	89,8	72,2	352
PTE	84,5	88,1	80,6	252
TI	41,0	82,0	65,6	61
O	34,4	84,9	57,8	588
EE	59,2	80,2	77,3	907

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$)¹⁵¹; * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (85% dos casos em análise).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

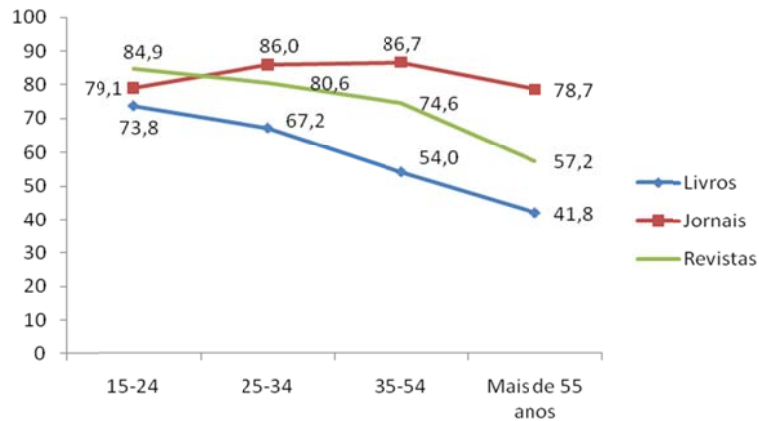
Fonte: LP (Santos; Neves, Lima e Carvalho, 2007: 54).

Isolando e representando graficamente a variável Idade tornam-se mais visíveis as diferentes relações com cada suporte (figura 7.1). Assim, o padrão nos livros e revistas é similar – decréscimo evidente à medida que a idade avança – ao passo que no dos jornais se

¹⁵¹ Adota-se nos cruzamentos o nível de significância $p < 0,05$ do qui-quadrado (Bryman e Cramer, 1992[1990]: 200-205), ainda que por norma seja mais baixo ($p < 0,01$).

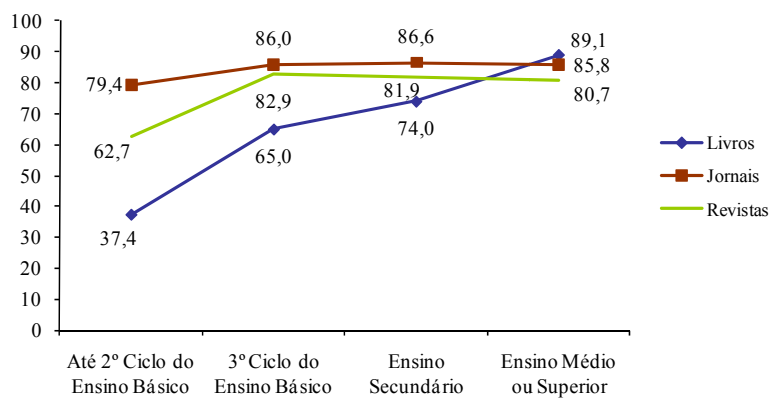
destacam as percentagens mais elevadas nos dois grupos de idade que vão dos 25 aos 54 anos. Ficam também patentes as crescentes diferenças percentuais à medida que a idade avança.

Figura 7.1
Leitores por Suporte e por Idade (percentagem)



Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).
Fonte: LP (Santos; Neves, Lima e Carvalho, 2007: 54).

Figura 7.2
Leitores por Suporte e por Grau de escolaridade (percentagem)



Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).
Fonte: LP (Santos; Neves, Lima e Carvalho, 2007: 54).

O mesmo exercício, agora com a variável Grau de escolaridade, evidencia igualmente diferentes comportamentos (figura 7.2). Assim, ao passo que a percentagem de leitores de livros aumenta muito significativamente com o Grau de escolaridade (a amplitude é de 52 pontos percentuais), os leitores de jornais e revistas mostram níveis mais elevados entre os que têm graus intermédios e decrescem, embora num patamar elevado, quando se trata

daqueles que têm o Ensino Médio ou Superior¹⁵². E evidencia-se a convergência das percentagens dos suportes à medida que aumenta a qualificação escolar.

Perfis sociais predominantes dos leitores

Uma outra perspectiva poderá contribuir para clarificar um pouco mais as características dos leitores tendo em conta os vários suportes. E também quais as características daqueles que não lêem nenhum. Para tal toma-se como variável de base a Tipologia de leitura (quadro 7.6).

Quadro 7.6

Tipologia de leitura por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Situação perante o trabalho e Categoria socioprofissional (percentagem em linha)

	Tipologia de leitura				Número
	Não-leitores	Só um impresso – padrão	Parcelar	Cumulativa	
Total	4,7	18,3	36,2	40,7	2.552
Sexo					
Feminino	4,8	13,4	36,3	45,5	1.335
Masculino	4,7	23,7	36,2	35,4	1.217
Grau de escolaridade					
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	8,9	27,0	39,9	24,3	1.194
3º Ciclo do Ensino Básico	0,7	11,4	41,4	46,6	457
Ensino Secundário	1,3	10,4	32,9	55,4	626
Ensino Médio ou Superior	1,5	10,2	19,6	68,7	275
Idade					
15-24	1,7	11,8	33,3	53,1	465
25-34	1,4	12,2	37,6	48,8	500
35-54	3,9	17,4	38,2	40,5	902
Mais de 55 anos	10,4	28,3	34,6	26,7	685
Condição perante trabalho					
Activos	4,1	17,9	37,0	40,9	1.667
Estudantes	0,8	9,4	29,8	60,0	265
Outros não activos	8,1	23,1	36,9	31,9	620
Categoria socioprofissional *					
EDL	4,0	17,3	40,3	38,4	352
PTE	1,6	9,9	22,2	66,3	252
TI	6,6	29,5	32,8	31,1	61
O	7,5	30,1	40,3	22,1	588
EE	5,2	15,0	37,8	42,0	907

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$); * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (85% dos casos em análise).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

¹⁵² Esta constatação quanto aos leitores de jornais (menor percentagem no grau mais elevado do que nos intermédios) está em linha com os dados do Eurostat e Portugal é mesmo o único país dos 18 considerados em que tal acontece (Beck-Domzalska, 2011: 183).

Quanto ao Sexo, as clivagens situam-se nos que lêem só um impresso-padrão, em que os homens se destacam, e na leitura cumulativa em que, pelo contrário, são as mulheres que mais se evidenciam. Relativamente ao Grau de escolaridade importa talvez fazer três breves notas. Os graduados Até ao 2º Ciclo do Ensino Básico estão sobrerrepresentados nos tipos Não-leitores e Só um impresso-padrão; essa constatação estende-se aos que têm o 3º Ciclo do Ensino Básico no tipo Parcelar; e regista-se uma relação directa no tocante à leitura Cumulativa que passa de 24%, do grau mais baixo, para 69% no grau mais elevado.

A ventilação pela Idade mostra distribuições de sentido inverso relativamente às verificadas quanto ao Grau de escolaridade. Os mais velhos estão sobrerrepresentados nos tipos Não-leitores e Um só impresso-padrão; os escalões 25-34 e 35-54 anos são os mais pesados percentualmente no tipo Parcelar; e quanto mais idosos menor a percentagem de leitores do tipo Cumulativa (de 53% no escalão 15-24 baixam para quase metade, 27% no escalão mais de 55 anos).

Quanto à Condição perante o trabalho, os Estudantes apresentam percentagens significativamente mais baixas em todos os tipos excluindo o mais exigente, em que registam 60% contra 41% dos activos e 32% dos não activos. E quanto à Categoria socioprofissional, os resultados são contrastantes, sendo que a categoria EDL revela maior incidência no tipo Parcelar, PTE destaca-se claramente no tipo de leitura Cumulativa, TI e O nos tipos Não-leitores e Só um impresso-padrão, com O a registar um valor igual a EDL no tipo Parcelar; e finalmente, EE regista valores significativos nos tipos Parcelar e Cumulativa.

Assim, e em síntese, a discriminação por Sexo mostra a predominância das mulheres nos livros e nas revistas em contraste com a predominância masculina nos jornais. Identifica-se o efeito conjugado da escolaridade com a idade, efeito que de certo modo explica o facto de os Estudantes serem, em elevada percentagem, leitores cumulativos. Por outro lado, a conjugação da predominância feminina, juvenilidade e qualificação escolar contribui para explicar o facto de os PTE se destacarem também nesse mesmo tipo de leitura.

Tipos de leitores de livros e perfis sociais predominantes

Importa, também aqui, identificar o perfil social predominante de cada um dos tipos de leitores de livros (quadro 7.7).

Quadro 7.7

Tipologia de leitores de livros por Grau de escolaridade, Idade, Situação perante o trabalho e Categoria socioprofissional (percentagem em linha)

	Tipologia de leitores de livros			Número
	Pequenos	Médios	Grandes	
Total	69,2	26,5	4,3	1.395
Sexo				
Feminino	69,6	25,6	4,7	823
Masculino	68,7	27,8	3,5	572
Grau de escolaridade				
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	84,9	13,4	1,7	418
3º Ciclo do Ensino Básico	69,4	26,8	3,9	284
Ensino Secundário	65,8	29,6	4,6	453
Ensino médio ou Superior	48,3	43,3	8,3	240
Idade				
15-24	54,8	38,3	6,9	418
25-34	67,8	27,0	5,2	284
35-54	74,2	23,5	2,3	453
Mais de 55 anos	80,6	16,3	3,0	240
Condição perante trabalho				
Activos	73,1	23,5	3,4	893
Estudantes	44,7	46,5	8,8	226
Outros não activos	76,8	19,9	3,3	276
Categoria socioprofissional *				
EDL	74,6	21,9	3,6	169
PTE	58,6	35,7	5,7	210
TI	84,0	16,0	0,0	25
O	83,2	14,7	2,1	191
EE	75,3	21,6	3,1	515

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$): * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (1.110 casos, 80% dos casos em análise).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

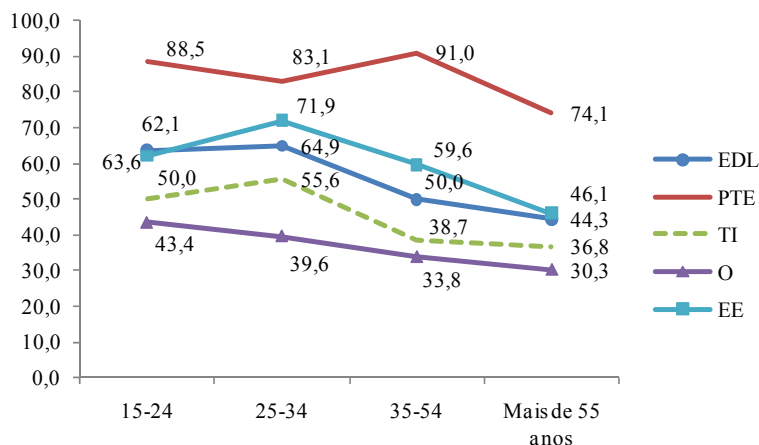
O cruzamento por Sexo mostra diferenças muito ténues, embora as mulheres registem valores ligeiramente mais elevados nos Pequenos e Grandes leitores de livros e os homens apresentem um valor sensivelmente mais elevado do que as mulheres nos Médios leitores. A análise segundo o Grau de escolaridade mostra claramente dois tipos de relações: inversa nos Pequenos leitores (quanto mais elevado o grau de escolaridade menor a percentagem de Pequenos leitores) e directa nos Médios e Grandes (quanto mais elevado o grau de escolaridade mais elevada a percentagem de leitores). Relativamente à Idade também os dois tipos de relações se evidenciam, embora com sentidos diferentes: quanto mais idosos, mais elevadas são as percentagens de Pequenos leitores; quanto mais baixa a idade mais elevadas as percentagens de Médios e Grandes leitores. No tocante à Condição perante o trabalho, entre os Activos e, em particular, entre os Outros não activos predominam os Pequenos

leitores de livros (73% e 77%, respectivamente, contra 45% dos Estudantes), ao passo que os Estudantes se destacam como Médios e Grandes leitores. E quanto à Categoria socioprofissional, os Pequenos leitores apresentam diferenças assinaláveis (entre 59% nos PTE e 84% nos TI). Os PTE estão claramente sobrerrepresentados tanto nos Médios como nos Grandes leitores de livros.

Tendo em conta outros estudos nacionais, os resultados a que se chegou são, para os três suportes, consistentes com os resultados obtidos no inquérito de 1995 (Freitas, Casanova e Alves, 1997). São também consistentes com os do *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*, em particular no que se refere à predominância por sexo (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001) embora com a diferença de que o perfil dos leitores de jornais é mais jovem no inquérito de 2007. No plano internacional, são também consistentes com os apurados na generalidade dos inquéritos sociológicos (Donnat, 1998; Salgado, 2000; Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 129).

Figura 7.3

Leitores de livros por Categoria socioprofissional e por Idade (percentagem)



Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

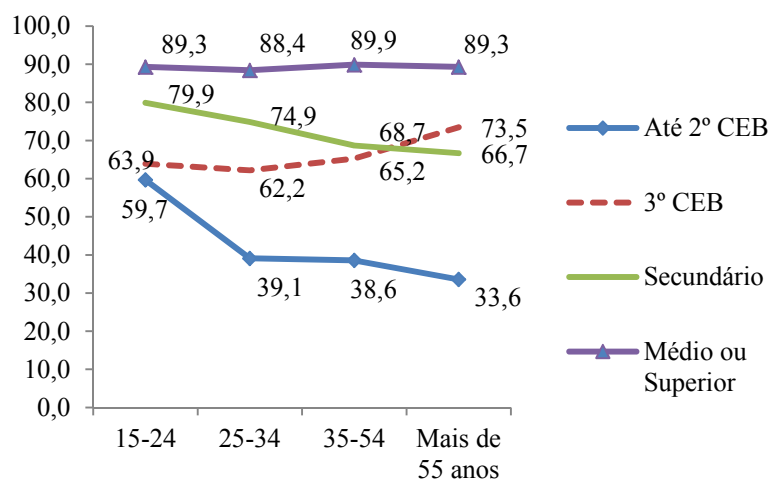
Uma outra abordagem restrita aos leitores de livros, tomando a Categoria socioprofissional e a Idade em conjunto, permite detectar igualmente comportamentos distintos (figura 7.3). De facto, os níveis de leitura, em cada categoria, variam apreciavelmente com a idade. Essa diferenciação é particularmente visível na passagem do escalão dos 15-24 anos para o dos 25-34 anos. Nas categorias EE, TI e mesmo EDL, verifica-se um acréscimo, ao passo que na categoria PTE (num nível mais elevado) e O (num nível mais baixo) o movimento é inverso. Por outro lado, os valores mais elevados nas categorias EE, EDL e TI recaem no escalão 25-

34, ao passo que na categoria O é no escalão mais jovem (15-24) e na categoria PTE no escalão 35-54 anos.

A análise segundo o Grau de escolaridade e a Idade mostra, desde logo, que aqueles que têm o grau Médio ou Superior não registam oscilações significativas de percentagens de leitores, que se situam em torno dos 89% (figura 7.4). Por outro lado, os detentores de graus Até 2º CEB e Secundário registam descidas significativas mostrando uma influência positiva grande por parte da escola quanto à leitura de livros. Curiosamente verifica-se a tendência inversa entre aqueles que têm o 3º CEB, eventualmente por este corresponder ao antigo 5º ano do liceu, um patamar porventura mais importante para os grupos de idade em questão.

Figura 7.4

Leitores de livros por Grau de escolaridade e por Idade (percentagem)



Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Em suma, os perfis sociais dos leitores apresentam diferenças significativas, seja do ponto de vista do número de suportes de leitura, seja do ponto de vista do número de livros lidos. As principais regularidades evidenciam assim que os perfis correspondentes à leitura Cumulativa e aos Grandes leitores de livros são feminizados, mais escolarizados e jovens e, entre aqueles que exercem ou exerceram uma profissão, os PTE destacam-se com nitidez.

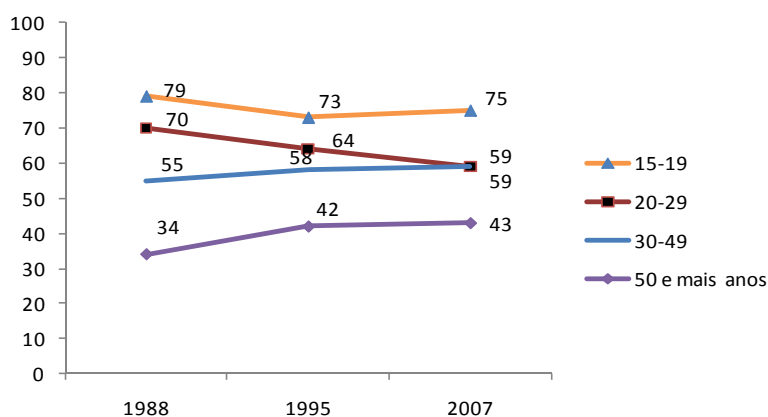
Leitores de livros e tipos de leitura numa perspectiva diacrónica

Uma análise diacrónica da leitura de livros por Sexo, mostra que, no inquérito de 1988, a percentagem de leitores entre os homens é (ainda) superior à verificada entre as mulheres (56% contra 51%), diferença explicada por um nível médio de escolaridade mais elevado

(Freitas e Santos, 1992a: 30-33), valores que, a partir do inquérito de 1995, se invertem¹⁵³ e ficam em linha com os resultados dos estudos realizados na generalidade dos países ocidentais. Isolando a variável Idade no que toca especificamente à leitura de livros, os resultados dos três inquéritos sociológicos sugerem uma quebra entre os leitores mais jovens (dos 15 aos 19 anos e, de modo acentuado, nos que têm entre 20 e 29 anos) e, pelo contrário, o aumento nos situados na faixa que agrega aqueles que têm entre 30 e 49 anos e, em particular, entre aqueles que têm 50 e mais anos (figura 7.5).

Figura 7.5

Leitores de livros por Idade (1988, 1995 e 2007) (percentagem)



Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo (2007) ($p < 0,05$).

Fontes: Freitas, Casanova e Alves (1997: 271) para 1988 e para 1995; LP, 2007, base de dados para 2007.

A comparação dos resultados dos três inquéritos sociológicos, no que toca ao tipo de leitura segundo a Idade, patente no quadro 7.8, dá conta de duas realidades contrastantes: por um lado uma paulatina e clara diminuição dos Não-leitores entre os dois escalões mais idosos (por exemplo, no escalão 50 e mais anos essa percentagem baixa de 28% em 1988 para 23% em 1995 e para 9% em 2007), concomitante com o movimento inverso, embora menos acentuado, dos tipos Parcelares e Cumulativos; por outro lado evoluções irregulares nos escalões dos mais jovens, em particular recuos não esperados de 1988 para 1995, e não recuperados em 2007 (Parcelares, 15-19 anos; Cumulativos, 20-29 anos), ou crescimentos nos dois primeiros estudos que não se no de 2007 (Cumulativos, 15-19 anos). No seu conjunto, estes dados parecem sustentar impactos positivos, em particular da escolarização, nos mais velhos, mas também confirmam algum recuo da leitura, em particular a mais exigente em

¹⁵³ Base: leitores (habituais) de livros, 55% mulheres contra 52% homens (Freitas, Casanova e Alves, 1995: 116).

número de suportes, entre os mais jovens, movimentos para os quais a explicação poderá residir nos diferentes contingentes amostrais.

Quadro 7.8

Tipos de leitores por Idade (1988, 1995 e 2007) (*percentagem em coluna*)

Tipos de leitores	1988				1995				2007			
	15-19	20-29	30-49	50 e +	15-19	20-29	30-49	50 e +	15-19	20-29	30-49	50 e +
Não-leitores	1	4	12	28	3	6	8	23	1	2	3	9
Parcelares	52	39	46	45	48	44	47	50	51	46	52	63
Cumulativos	47	57	42	27	49	50	45	27	48	52	45	28

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos (2007) ($p < 0,05$).

Fontes: Freitas, Casanova e Alves (1997: 271) para 1988 e 1995; LP, 2007, base de dados, para 2007.

Leitura e leitores entre a população activa: Profissão e Categoria socioprofissional

Voltando ao inquérito LP, a análise da leitura de livros segundo a Profissão¹⁵⁴ mostra que são os grupos Especialistas e Técnicos os que registam os valores mais elevados (89% e 82%, respectivamente). Pelo contrário, com 16%, o grupo Agricultores destaca-se pelo baixo valor. Com valores acima dos 50% importa ainda destacar os seguintes grupos: Pessoal administrativo, Pessoal dos serviços e Quadros superiores (quadro 7.9).

Quadro 7.9

Leitura de livros por Profissão (*percentagem em linha*)

Profissão	Não lê livros	Lê livros	Total	Número
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	49,6	50,4	100,0	409
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	11,1	88,9	100,0	90
Técnicos e profissionais de nível intermédio	18,0	82,0	100,0	161
Pessoal administrativo e similares	29,2	70,8	100,0	277
Pessoal dos serviços e vendedores	43,0	57,0	100,0	374
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	84,5	15,5	100,0	58
Operários, artífices e trabalhadores similares	64,0	36,0	100,0	420
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	58,1	41,9	100,0	86
Trabalhadores não qualificados	52,8	47,2	100,0	286

Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

O cruzamento da Tipologia de leitura com a Profissão confirma, no essencial, o que anteriormente se disse no tocante à leitura de livros. Os grupos Especialistas e Técnicos

¹⁵⁴ Grandes grupos da CNP 94 – Classificação Nacional das Profissões Versão 1994 (IEFP/MESS, 1994).

profissionais destacam-se na leitura Cumulativa (73% e 62%), ao passo que o grupo das profissões da agricultura e pescas registam os valores mais baixos, menos de 2%. Como seria de esperar o desnível é, pois, enorme (quadro 7.10).

Quadro 7.10

Tipologia de leitura por Profissão (percentagem em linha)

Profissão	Tipologia de leitura				Total	Número
	Não-leitores	Só um dos impressos - padrão	Parcelar	Cumulativa		
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	4,2	18,8	39,1	37,9	100,0	409
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	3,3	6,7	16,7	73,3	100,0	90
Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,6	11,8	25,5	62,1	100,0	161
Pessoal administrativo e similares	2,9	11,2	35,7	50,2	100,0	276
Pessoal dos serviços e vendedores	4,0	17,6	36,1	42,2	100,0	374
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	15,5	50,0	32,8	1,7	100,0	58
Operários, artífices e trabalhadores similares	6,4	26,4	42,6	24,5	100,0	420
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	4,7	33,7	34,9	26,7	100,0	86
Trabalhadores não qualificados	10,1	17,1	42,0	30,8	100,0	286
<i>Total</i>	<i>4,7</i>	<i>18,3</i>	<i>36,2</i>	<i>40,7</i>	<i>100,0</i>	<i>2.160</i>

Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Passando a uma análise da Categoria socioprofissional segundo a Tipologia de leitura destaca-se desde logo os PTE no tipo Cumulativa, única categoria que regista aqui uma percentagem superior a metade da amostra (66%) (ver atrás quadro 7.6). A categoria com o valor mais próximo, e mais elevado nesse tipo de leitura (42%) é EE. Nas outras três categorias os valores mais significativos situam-se no tipo de leitura Parcelar.

A análise da estrutura socioprofissional de cada tipo de leitura pode ser adequada (Mann, 1987) para responder à questão: quais as categorias que mais contribuem para cada tipo de leitura? As categorias O e EE são as principais contribuintes para os vários tipos, com excepção de Cumulativa, em que O é substituída por PTE (quadro 7.11).

Quadro 7.11

Tipologia de leitura por Categoria socioprofissional (percentagem em coluna)

n = 2.160

Categoria socioprofissional	Tipologia de leitura				Total
	Não leitores	Só um dos impressos - padrão	Parcelar	Cumulativa	
EDL	12,4	14,6	17,8	16,2	16,3
PTE	3,5	6,0	7,0	20,1	11,7
TI	3,5	4,3	2,5	2,3	2,8
O	38,9	42,4	29,7	15,6	27,2
EE	41,7	32,7	43,0	45,8	42,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

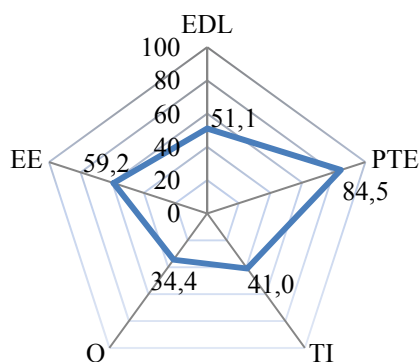
Fonte: LP, 2007, base de dados.

Especificamente quanto aos que lêem livros destacam-se as categorias PTE (85%) e, secundariamente, EE (59%) (figura 7.6). A categoria EDL regista ainda um valor relevante (51%) ao passo que nas duas outras predominam os que não lêem livros (O com 34% e TI com 41%).

Figura 7.6

Leitores de livros por Categoria socioprofissional (percentagem)

n = 2.160



Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

É, deste modo, notória a clivagem entre PTE e as demais categorias, sendo que é possível identificar uma hierarquia nestas últimas: EE, EDL, TI e O, posições que a referida figura bem ilustra.

A análise do contingente dos que lêem livros, evidenciando agora a sua estrutura socioprofissional, destaca de novo a categoria EE como a que mais contribui para esse contingente, sendo que o contributo da categoria O se situa apenas um ponto percentual abaixo de PTE, como se pode verificar pelo quadro 7.12.

Quadro 7.12

Leitura de livros por Categoria socioprofissional (percentagem em coluna)

n = 2.160

Categoria socioprofissional	Não lê livros	Lê livros	Total
EDL	17,1	15,6	16,3
PTE	3,9	18,4	11,7
TI	3,6	2,2	2,8
O	38,5	17,5	27,2
EE	36,9	46,4	42,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

A principal distinção não estará, assim, na leitura ou não de livros, mas sim na intensidade da leitura. O cruzamento com a Tipologia de leitores de livros mostra que, embora nas várias categorias a grande maioria dos indivíduos sejam Pequenos leitores, os valores mais elevados nos Médios e Grandes leitores situam-se, com nitidez, na categoria PTE (36% e 6%, respectivamente), bem acima da média da amostra (27% e 4%, respectivamente) (ver atrás quadro 7.7).

A inversão do sentido do cruzamento das duas variáveis, de modo a identificar a estrutura socioprofissional de cada tipo de leitor de livros, permite responder com clareza à questão antes suscitada. Deste ponto de vista destacam-se novamente EE e PTE, sendo que esta última categoria é a que regista a diferença mais significativa quando se passa dos Pequenos para os Grandes leitores (quadro 7.13).

Quadro 7.13

Tipologia de leitores de livros por Categoria socioprofissional (percentagem em coluna)

n = 1.110

Categoria socioprofissional	Tipologia de leitores de livros			Total
	Pequenos	Médios	Grandes	
EDL	15,4	14,5	15,8	15,2
PTE	15,1	29,4	31,6	18,9
TI	2,6	1,6	-	2,3
O	19,5	11,0	10,5	17,2
EE	47,5	43,5	42,1	46,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Confirma-se assim, no essencial, que a categoria mais qualificada (PTE) tem índices de leitura mais elevados, seguida de EE, ao passo que O (categoria na qual se inclui, note-se, Agricultores independentes e Assalariados agrícolas) é a categoria mais distante da leitura. Constata-se, por outro lado, que há leitores (seja qual for o tipo considerado) em todas as categorias socioprofissionais, mas que a que mais contribui para os contingentes totais é EE.

Representações sobre a leitura

Outra dimensão relevante para a compreensão de uma dada cultura de leitura é a dos posicionamentos da população, as suas representações, face à leitura. No fundo pretende-se saber até ponto a leitura é valorizada, tanto em geral como relativamente a alguns domínios específicos.

Um contributo encontra-se num estudo na União Europeia sobre a percepção relativamente à cultura e aos valores culturais, realizado em Março e Maio de 2006¹⁵⁵, o qual destaca, quanto à leitura, que:

it is clear that it is a valued cultural activity and that people potentially feel guilty if they do not read or if they read very rarely [...] “The perceived dominant trend is that of a relative decline and a loss of “literary culture” among young people, which is naturally

¹⁵⁵ Estudo realizado com base no método dos grupos de discussão. Foram seleccionados dois grupos em cada país, com diferentes qualificações escolares e inserções socioprofissionais, por exemplo profissões liberais, quadros dirigentes, gestores de nível intermédio, normalmente com nível universitário; empregados, comerciantes, empregados de escritório, operários, maioritariamente com nível secundário. Ambos os grupos incluem mulheres e homens com idades compreendidas entre os 20 e os 55 anos (Optem, 2006: 3).

lamented by older interviewees. The attraction of the Internet and audio-visual media in general is identified as one of the main causes, accompanied by school curricula that devote less time to it. (Optem, 2006: 21)

Vários inquéritos realizados em Portugal incluem opiniões sobre a evolução da leitura detalhando os motivos que sustentam quer as opiniões de sentido positivo quer negativo, bem como a autoavaliação das práticas actuais de leitura.

Uma primeira fonte é o barómetro de opinião pública, um dos instrumentos da avaliação do PNL, de que foram já realizados dois, em 2007¹⁵⁶ (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 54-57) e em 2009 (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009: 102).

O barómetro de 2007 mostra que o referido contexto é francamente favorável, ou seja “os portugueses reconhecem, de forma consensual, a importância da leitura nas sociedades actuais” (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 54). De facto, face à pergunta “na sua opinião, que importância tem a leitura, nos dias de hoje, para a vida das pessoas?” para 95% dos inquiridos ela é, em geral, importante ou muito importante. Nos oito domínios considerados as percentagens correspondentes variam pouco, situando-se entre 98% (“Ensino e formação”) e 92% (“Usar a internet”). Num domínio com interesse específico para a presente tese, “Compreender a literatura e as artes”, o valor é 95%.

Como evoluíram as opiniões de 2007 para 2009 segundo este barómetro? A opinião sobre a importância da leitura, em geral, manteve-se (95%), mas baixou ligeiramente em todos os domínios. O decréscimo varia entre um (“Ensino e formação”) e seis pontos percentuais (“A vida do dia-a-dia”). O domínio “Compreender a literatura e as artes” baixou dos referidos 95% para 91%. Do todo o modo, como se pode depreender, os níveis de aceitação mantêm-se muito elevados.

Posições sobre a evolução da leitura na sociedade portuguesa

Outro ponto de vista relevante é o das opiniões sobre a evolução da leitura em Portugal nos últimos 10 anos. Neste aspecto as opiniões dividem-se de um modo bastante equilibrado. São 44% os que consideram que hoje se lê mais, mas os que consideram o contrário estão muito próximos (41%), ao passo que 16% consideram que se lê o mesmo (quadro 7.14).

¹⁵⁶ O trabalho de terreno do primeiro barómetro de opinião pública teve lugar em Junho de 2007, portanto poucos meses depois do trabalho de terreno do inquérito LP. O barómetro é um inquérito por questionário aplicado a amostras representativas da população residente no continente, com 15 e mais anos, mas, ao contrário do LP, não exclui a população analfabeta.

Quadro 7.14

Opinião sobre se hoje se lê mais, menos ou o mesmo por Idade, Grau de escolaridade, Condição perante o trabalho e Tipologia de leitura (percentagem em linha)

	Opinião			Número
	Lê-se mais	Lê-se menos	Lê-se o mesmo	
Total	43,6	40,9	15,5	2.176
Idade				
15-24	33,6	53,4	13,0	393
25-34	39,4	45,8	14,8	439
35-54	46,1	36,8	17,0	787
Mais de 55 anos	50,4	33,8	15,8	557
Grau de escolaridade				
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	49,7	32,5	17,8	973
3º Ciclo do Ensino Básico	40,2	48,6	11,3	391
Ensino Secundário	36,4	48,8	14,8	561
Ensino Médio ou Superior	41,4	43,4	15,1	251
Condição perante o trabalho				
Activos	43,4	39,8	16,7	1.434
Estudantes	36,4	52,4	11,1	225
Outros não activos	47,2	38,7	14,1	517
Tipologia de leitura				
Não-leitores	42,7	21,3	36,0	75
Só um dos impressos – padrão	44,2	36,8	19,0	378
Parcelar	44,2	40,8	15,0	769
Cumulativa	43,0	44,0	13,0	954

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$)

Base: respostas válidas.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 174).

Estes dados globais apresentam diferenças consoante algumas das características sociais dos indivíduos¹⁵⁷. A Idade evidencia uma clivagem nas opiniões formuladas: quanto mais idosos mais são aqueles que consideram que se lê mais, e, naturalmente, quanto mais jovens mais predomina a opinião contrária. O nível de qualificação escolar mostra também diferenças. A opinião de sentido positivo é mais vincada entre os menos escolarizados (exemplo: 50% dos que têm Até ao 2º CEB contra 36% dos que têm o Ensino Secundário), ao passo que os que possuem Ensino Médio ou Superior são os mais influentes do ponto de vista contrário, ou seja, que se lê menos hoje do que há 10 anos atrás. Do ponto de vista da Condição perante o trabalho, os Estudantes são o grupo que apresenta a menor percentagem de inquiridos que consideram que se lê mais do que há uma década (36%). Mais de metade crê que se lê menos (52%). O cruzamento com a Tipologia de leitura revela percentagens semelhantes no que se refere à opinião de que se lê menos (em torno dos 44%), mas o mesmo não acontece relativamente às outras duas opiniões consideradas. Assim, quanto mais

¹⁵⁷ Note-se que as variáveis Sexo e Categoria socioprofissional não são estatisticamente significativas nesta análise.

exigente o tipo de leitura, mais elevadas as percentagens dos que consideram que se lê menos (21% dos Não-leitores contra 44% dos leitores cumulativos). No tocante à opinião de que se lê o mesmo a associação é de sentido inverso: entre os Não-leitores são 36%, nos leitores cumulativos 13%.

Poderá, assim, concluir-se que as opiniões sobre a evolução da leitura nos últimos 10 anos são marcadas pela idade, qualificação escolar e níveis de leitura, sendo que é entre os mais jovens e com níveis mais elevados de leitura que predominam as opiniões negativas. Note-se, quanto à escolaridade, que se regista alguma proximidade percentual nas posições positiva e negativa, sendo que nesta última os graus mais escolarizados são, apesar de tudo, preponderantes. Se se tiver em conta o peso dos mais jovens nesta posição, pode talvez avançar-se com uma interpretação deste resultado pelo facto de o ponto de comparação remoto se situar ainda na frequência do sistema de ensino com níveis de leitura mais exigentes.

Os aspectos relativos à percepção da evolução da leitura em Portugal nos últimos 10 anos são também abordados no barómetro do PNL. No de 2007, embora a estrutura percentual seja a mesma, alarga-se o valor correspondente aos que consideram que tem vindo a aumentar, que são agora a maioria (54%), sobretudo no que concerne à leitura associada às novas tecnologias, ao passo que 38% considera que se manteve e 8% que diminuiu (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 55 e 164). Porém, no barómetro de 2009 a estrutura altera-se: não só aqueles que consideram que a leitura tem vindo a aumentar recuam para 39% como, por outro lado, ganham peso os que pensam que se manteve (44%) – que é já a opinião maioritária – e os que consideram que diminuiu (17%) (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009: 103 e 202).

Como interpretar esta evolução? Os dados disponíveis não permitem obter uma resposta satisfatória. Contudo, note-se que, independentemente desta evolução, que acentua uma avaliação pessimista, os dois inquéritos referenciados a 2007 apresentam resultados não contraditórios, antes pelo contrário, como se viu.

No estudo Optem, a opinião dominante sobre a leitura de livros no conjunto dos países da UE é, ao contrário de Portugal, de um relativo declínio.

The perceived dominant trend is that of a relative decline and a loss of “literary culture” among young people, which is naturally lamented by older interviewees. The attraction of the Internet and audio-visual media in general is identified as one of the main causes, accompanied by school curricula that devote less time to it. (Optem, 2006: 21)

Voltando ao inquérito LP, importa ainda detalhar os motivos apontados por aqueles que consideram que se lê mais (44%) e por aqueles que manifestam a posição oposta (41%). Quanto aos primeiros, todos os considerados merecem elevados níveis de concordância, sempre superiores a 58% (figura 7.7). Será talvez de destacar as duas que registam os níveis mais elevados, até por que se reportam a diferentes dimensões: uma tem a ver com a divulgação dos livros e dos autores nos jornais, televisão e rádio (89%) e a outra à elevação dos níveis gerais de escolaridade da população (86%). E importa também destacar a que é considerada relativamente menos importante, Mais bibliotecas e mais apelativas, cuja percentagem se fica pelos 58%.

Figura 7.7

Razão porque se lê mais (percentagem)
n = 949



Nota: pergunta destinada aos que consideram que se lê mais. Percentagens correspondem a Sim.
Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 175).

A análise em componentes principais das justificações para se ler mais permite dar conta de três agrupamentos significativos de respostas (quadro 7.15). De um lado estão as que apontam para a existência de *mais estímulos* hoje em dia do que há uma década atrás, a qual associa, importa destacar, estímulos escolares e familiares. Depois, as relativas à *maior formação e melhor divulgação/apresentação dos livros*. As razões que se prendem com a existência de *mais infraestruturas/equipamentos* formam o terceiro grupo.

Quadro 7.15

Razões apontadas para se ler mais (análise em componentes principais)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Mais estímulos			
Há mais estímulos para a leitura por parte da escola	,876	,115	,064
Há mais estímulos para a leitura por parte da família	,875	-,032	,102
Maior formação e melhor divulgação/apresentação dos livros			
Maior número de pessoas com boa formação escolar	,367	,716	-,234
Maior divulgação dos livros e dos autores nos jornais, televisão e rádio	-,072	,660	,303
Apresentação dos livros mais atraente	-,024	,652	,293
Mais infraestruturas/equipamentos			
Mais bibliotecas e mais apelativas	,100	,042	,816
Maior utilização das novas tecnologias	,059	,285	,676

Nota: percentagem de variância explicada = 65%.

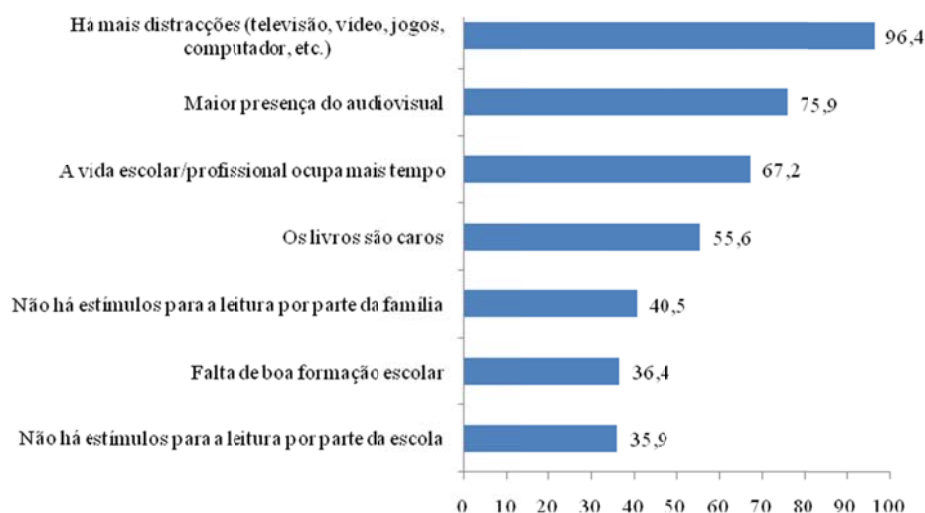
Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 176).

Quanto às possíveis razões para se ler menos¹⁵⁸ do que há uma década, há uma com que quase todos (96%) se identificam: Há mais distrações (televisão, vídeo, jogos, computador, etc.), razão em que se reúnem, portanto, audiovisual e novas tecnologias (figura 7.8).

Figura 7.8

Razão porque se lê menos (percentagem)

n = 889



Nota: pergunta destinada aos que consideram que se lê menos. Percentagens correspondem a Sim.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 174).

A alguma distância situa-se a Maior presença do audiovisual (76%). Por outro lado, será igualmente relevante ter em conta que algumas das justificações mais valorizadas por aqueles

¹⁵⁸ No IOT 1999, entre as razões de não leitura frequente de livros, o preço não ser acessível é residual (3%) – como de resto para os jornais (4%) e revistas (7%) – face a outras opções de resposta, em particular não ter muito tempo disponível (24%) e não ter interesse (22%) (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001: 116).

que defendem que se lê mais sejam as que aqui apresentam as percentagens de concordância mais baixas: Não há estímulos para a leitura por parte da família (41%); Falta de boa formação escolar e Não há estímulos para a leitura por parte da escola (ambas com 36%).

O quadro 7.16 apresenta os resultados de uma outra análise em componentes principais. Observa-se a existência de três grupos de razões explicativas para se ler menos hoje em dia: as que se prendem com a *falta de estímulos/formação*, as que estão relacionadas com *outras ocupações* e, por último, o *preço dos livros*.

Quadro 7.16

Razões apontadas para ler menos (análise em componentes principais)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Falta de estímulos/formação			
Não há estímulos para a leitura por parte da escola	,882	,085	,139
Não há estímulos para a leitura por parte da família	,831	,032	,237
Falta de boa formação escolar	,776	,233	-,090
Outras ocupações			
A vida escolar/profissional ocupa mais tempo	,117	,736	,070
Há mais distrações (televisão, vídeo, jogos, computador, etc.)	,007	,728	,337
Maior presença do audiovisual	,284	,612	-,411
Preço dos livros			
Os livros são caros	,235	,173	,804

Nota: percentagem de variância explicada = 68%.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 177).

Autoavaliação das práticas de leitura

A autoavaliação das práticas da leitura permite identificar e hierarquizar as circunstâncias associadas aos períodos em que se lê mais ou se lê menos, aos períodos correspondentes a alterações significativas nos hábitos de leitura. E permite ainda saber até que ponto os níveis de leitura são afectados, positiva ou negativamente, ao longo dos ciclos de vida.

O quadro 7.17 sintetiza as respostas obtidas. Uma vez que foi utilizado o mesmo sistema de classificação das respostas (abertas), esta opção permite comparar a presença dos argumentos e os seus pesos relativos. Uma primeira conclusão é que grande parte dos inquiridos (43%) refere que ao longo da vida não houve períodos em que lesse mais. Por sua vez, quanto ao período em que leram menos, representam 47% os que referem nunca ter

passado por essa situação. Adiante-se ainda que, no conjunto, 42% refere que não se registou qualquer alteração, para mais ou para menos¹⁵⁹.

Quadro 7.17

Circunstâncias associadas aos períodos da vida em que leu mais e aos em que leu menos (percentagem)

Circunstâncias	Período em que leu mais *	Período em que leu menos **
Isso nunca lhe aconteceu	42,9	46,5
Andar na escola/Estudar	19,0	–
Férias, mais tempo	9,4	–
Falta de tempo	–	5,1
Diferentes situações ligadas à idade	5,6	5,6
Diferentes situações ligadas ao trabalho	2,5	14,7
Diferentes situações ligadas à família	2,4	5,4
Outras circunstâncias	7,6	10,4
Não sabe/Não responde	12,8	15,5

Bases: * pergunta aberta, 2.615 circunstâncias evocadas por 2.552 inquiridos; ** Pergunta aberta, 2.634 circunstâncias evocadas por 2.552 inquiridos.

Nota: os dados aqui apresentados resultam de uma codificação *a posteriori*.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Uma outra conclusão é que uma parte dos argumentos serve para justificar tanto menores níveis de leitura como períodos de leitura mais intensa. Entre as (três) exceções importa destacar Andar na escola/Estudar, argumento apenas associado, e com elevado peso, ao período em que leu mais. Este resultado permite talvez relativizar as opiniões que defendem que a escola não favorece a leitura. Mais detalhadamente, quanto ao período em que leu mais, são 19% os que o associam a Andar na escola/estudar; 9% os que referem ser nas Férias a altura em que lêem mais; os restantes disseminam-se por Outras circunstâncias. Aqueles que apontam circunstâncias da vida em que a leitura foi menos intensa referem sobretudo questões relacionadas com o trabalho (15%). E de novo um considerável contingente (10%) que se distribui por Outras circunstâncias.

Note-se ainda que Diferentes situações ligadas ao trabalho e Diferentes situações ligadas à família são sobretudo motivos de menos leitura, de acordo com a autoavaliação dos inquiridos. Acrescente-se que um mesmo motivo (ex: amamentar uma criança) pode justificar comportamentos diferentes.

¹⁵⁹ A posição “isso nunca lhe aconteceu” segue a distribuição percentual da Tipologia de leitores de livros, com valores ligeiramente superiores entre os Médios e Grandes leitores de livros. Quanto à Tipologia de leitura tal posição manifesta-se em particular entre os Não-leitores e os leitores de Apenas um impresso-padrão.

Capítulo 8

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO PARA A LEITURA E ATITUDES, OPINIÕES E PRÁTICAS DOS PAIS QUANTO ÀS LEITURAS DOS FILHOS

Uma cultura de leitura depende dos actuais mas também dos potenciais futuros leitores. Como argumenta Griswold “once such a [reading] culture exists, young people are socialized into it. The ability to read a novel becomes one of their life skills and one of their pleasures as well” (Griswold, 2000: 103).

Os processos de socialização dividem-se em duas (Giddens, 2007[2001]: 26-29) ou três fases (Abercrombie, Hill e Turner, 2000[1984]: 329). A socialização primária remete para a família, a secundária para agentes como a escola, os grupos de pares, instituições, meios de comunicação e, eventualmente, locais de trabalho, e a terciária para a idade adulta (papéis como ser empregado, pai, etc.). Particularmente útil na abordagem do impacto dos processos de socialização (primária) nos hábitos de leitura é a noção de *outros significativos* com cujos papéis a criança se vai identificando (mãe, pai, irmãos) (Abercrombie, Hill e Turner, 2000[1984]: 315). Na transmissão dos saberes (dimensão *cognitiva* da socialização) e dos comportamentos (dimensão *normativa*) intervêm uma grande pluralidade de instâncias, designadamente a família e a escola, por vezes concorrentes entre si, mas que também são levadas a actuar concertadamente (Javeau, 1998: 168).

Nas sociedades ocidentais, o contacto com a leitura, nos seus diversos suportes, é parte integrante dos processos de socialização, ou seja, de interiorização do social, de incorporação de disposições, o *habitus* (Bourdieu: 1989: 61), de aprendizagem e formação da personalidade, de adaptação aos requisitos da sociedade em que se vive. É a fase de transmissão de culturas entre gerações, em particular durante a socialização primária, mais duradoura e acrítica, em que intervêm sobretudo os pais e outros familiares, sem esquecer os educadores.

Do ponto de vista do incentivo precoce, realizado durante a infância, da formação do gosto pela leitura, a família e a escola desempenham, cada uma a seu modo, um papel decisivo (Kraaykamp, 2003; Tavan, 2003). Ou seja, a *socialização para a leitura* desempenha um papel fundamental nas culturas de leitura.

Wendy Griswold identifica três factores principais: pelo menos um livro que conquiste o interesse na escola; um familiar que “acelere” a leitura; iniciativas de âmbito escolar ou religioso de incentivo à leitura (2000: 115). Os hábitos de leitura resultam de um processo longo – “ler começa cedo” (Griswold, 2008: 48) – de aquisição de competências no binómio escrita/leitura, o qual remete para o sistema de ensino, e também de incorporação de disposições favoráveis à criação de hábitos de uso dessas competências, à formação do gosto, o qual remete para a família. Os prazeres da ficção não estão apenas na presença física do texto mas são também uma competência aprendida (Griswold, 2000: 309).

Helena Bomeny, de acordo com estudos encomendados pela UNESCO, elenca os factores determinantes no estabelecimento do hábito de leitura (de livros) nos quais se inclui a socialização: “a) ter nascido numa família de leitores; b) ter passado a juventude num sistema escolar preocupado com o estabelecimento do hábito de leitura; c) o preço do livro; d) o acesso ao livro; e e) o valor simbólico que a população atribui ao livro” (Bomeny, 2009: 18).

Por via da socialização aprende-se o modo de vida da sociedade em que se vive, também no que toca à leitura. Esse é o principal canal de transmissão da cultura de leitura através do tempo e das gerações. Mas não se trata de uma espécie de “programação cultural” em que a criança absorve passivamente as influências com que contacta (Giddens, 2007[2001]): 26). Como esclarece Hans-Heino Ewers, as políticas de promoção da leitura nas sociedades democráticas são, elas próprias, democráticas, reconhecendo assim o princípio da autodeterminação dos jovens com idades a partir dos 6 anos nas escolhas das suas leituras (Ewers, 2007: 4).

Da *socialização para a leitura aos hábitos e práticas de leitura* é, então, o resultado de uma imbricação de processos que envolvem, muito em particular, as instituições familiar e escolar. No tocante à família, são vários os factores que condicionam a formação das práticas/hábitos de leitura: diferentes contextos socioeconómicos, formações escolares/capitais escolares familiares e inserções profissionais, bem como as representações sobre a leitura e, logo, os diferentes modos de favorecer (ou não) o contacto dos filhos com a leitura.

Nem sempre é possível fazer uma distinção entre o plano da leitura por gosto, realizada no período de lazer, e o plano da leitura realizada no contexto da formação escolar uma vez que as leituras recomendadas na escola também incluem literatura, e não apenas como leitura obrigatória (Mauger, 2004; Ariño, 2010) como, aliás, se referiu já. E a família é também crescentemente chamada a contribuir para a leitura escolar. Aliás, o hábito de os pais lerem

para os filhos tem impactos positivos não só na formação de hábitos de leitura como também nos resultados escolares (Griswold, 2000: 308-309).

Neste capítulo tratam-se aspectos de socialização primária e secundária com reflexos na formação de hábitos de leitura. Inclui-se um tópico final em que se procura identificar processos de reprodução da socialização primária percebida pelos inquiridos quando crianças com aquela que é posta em prática relativamente aos filhos. Serão analisadas várias dimensões da socialização¹⁶⁰: *contacto das crianças com os livros e a leitura*, em contexto familiar e com outras crianças, em contexto não escolar. Depois procura-se situar *a idade de aprendizagem da leitura* e sua evolução face a 1995. Outro aspecto refere-se aos incentivos à leitura na infância por parte de *outros significativos* incluindo, mais especificamente, os modos de incentivo à leitura. Um outro é a quantidade de *livros existentes em casa dos familiares*, e não apenas dos pais, entendendo-se o contacto e o interesse pelo contacto com os livros no conjunto dos familiares significativos. Importa tentar identificar quais as razões associadas ao *gosto pela leitura na infância* ou, mais precisamente, as representações sobre as razões associadas ao gosto pela leitura e as razões associadas à sua ausência. Outro aspecto remete para a eventual existência de um *livro fundador* do gosto pela leitura – ou, talvez mais apropriadamente, das práticas de leitura de livros – e seu significado geracional. Finalmente aborda-se a *evolução do gosto pela leitura entre a infância e a actualidade*, no sentido de identificar as avaliações feitas pelos inquiridos e de quantificar e traçar os perfis das relações de gosto existentes entre os dois momentos.

Contactos com os livros e a leitura na infância

O contacto com os livros na infância é muito importante, designadamente os realizados em família e na inter-relação com outras crianças (Griswold, 2000: 103). Em que medida os resultados do inquérito LP reflectem a existência dessas contactos, e com que frequência? E, talvez mais importante, qual a sua influência nas práticas de leitura quando adultos?

Quanto à existência dos contactos, entre as quatro modalidades consideradas no inquérito, aquela que mais se faz notar (ou que os inquiridos mais recordam) é Via os pais ou familiares

¹⁶⁰ Esta abordagem implica questionar os inquiridos sobre as suas representações quanto ao contacto directo e indirecto com a leitura e com os suportes de leitura, em particular livros, na infância (mais ou menos longínqua consoante a idade actual) e está, naturalmente, condicionada pelo efeito de memória de longo prazo no qual intervêm aspectos como o tempo decorrido, a relevância do acontecimento e a quantidade de acontecimentos semelhantes ocorridos e a sensação agradável ou positiva (Foddy, 1996[1993]: 104-106).

a ler (68%). No polo oposto situa-se a troca de livros com outras crianças (43%)¹⁶¹. São também, respectivamente, a mais e a menos frequente (quadro 8.1). A influência das relações com outras crianças está de facto presente, mas a um nível significativamente menor do que a socialização familiar.

Quadro 8.1

Frequência do contacto com a leitura na infância através de familiares e de outras crianças (percentagem em linha)

Contacto com a leitura na infância	Frequência				Número
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Via os pais ou familiares a ler	11,5	33,7	23,0	31,7	2.504
Pais ou familiares liam-lhe	7,6	29,5	19,4	43,5	2.498
Pais ou familiares davam-lhe livros ilustrados	10,5	30,5	17,0	41,9	2.503
Trocava livros com outras crianças	3,8	18,7	20,5	57,0	2.496

Base: inquiridos que aprenderam a ler antes dos 14 anos excluindo não-respostas.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Considerando as práticas actuais segundo a Tipologia de leitura e a Tipologia de leitores de livros verificam-se resultados contrastantes. Quanto à primeira tipologia confirma-se uma relação já identificada: a relação directa de sentido positivo entre o número de suportes e a mais elevada regularidade da oferta e, inversamente, uma relação directa de sentido negativo na sua ausência, que se verifica nos quatro indicadores considerados. O quadro 8.2 reporta-se ao cruzamento com Davam-lhe livros ilustrados, talvez o mais exemplificativo da regularidade verificada no conjunto dos indicadores.

Quadro 8.2

Contacto com a leitura na infância através dos pais ou familiares (Davam-lhe livros ilustrados) por Tipologia de leitura (percentagem em linha)

Tipologia de leitura	Davam-lhe livros ilustrados				Total	Número
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca		
Não-leitores	-	9,9	9,0	81,1	100,0	111
Só um dos impressos - padrão	2,9	16,4	14,9	65,9	100,0	451
Parcelar	5,9	29,4	19,4	45,3	100,0	908
Cumulativa	19,1	39,9	16,7	24,3	100,0	1.033
<i>Total</i>	<i>10,5</i>	<i>30,5</i>	<i>17,0</i>	<i>41,9</i>	<i>100,0</i>	<i>2.503</i>

Nota: qui-quadrado significativo em todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Base: respostas válidas ao factor Pais ou familiares davam-lhe livros ilustrados (ver quadro 8.1).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

¹⁶¹ Tal como em Pais, Nunes, Duarte e Mendes (1994: 206) a ventilação pelo sexo não apresenta diferenças significativas quanto à existência ou não das práticas. Contudo, quanto à intensidade, revela uma constante nas quatro modalidades: as mulheres consideram, mais do que os homens, ter tido contactos mais regulares com a leitura. Sobre outros aspectos da indução pré-escolar da leitura pela família, segundo a idade, a escolaridade dos pais e do próprio, o habitat e o status social ver *idem* (206-209).

Quanto à Tipologia de leitores de livros importa ter em conta três resultados: a referida relação apenas se verifica no indicador Ver os pais ou familiares a ler (quadro 8.3); os restantes parecem ser pouco influentes nos contactos mais regulares, ou seja, os Médios e Grandes leitores registam valores percentuais próximos na frequência Muitas vezes; mas reflectem-se na ausência da prática, o que quer dizer que os Pequenos leitores registam, invariavelmente, as percentagens mais significativas na ausência de contactos (Nunca).

Quadro 8.3

Contacto com a leitura na infância através dos pais e familiares (“via-os a ler”) por Tipologia de leitores de livros (percentagem em linha)

Tipologia de leitores de livros	Via os pais ou familiares a ler				Total	Número
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca		
Pequenos	13,3	41,0	21,6	24,0	100,0	961
Médios	23,2	44,8	19,4	12,6	100,0	366
Grandes	32,8	41,4	15,5	10,3	100,0	58
<i>Total</i>	<i>16,8</i>	<i>42,0</i>	<i>20,8</i>	<i>20,4</i>	<i>100,0</i>	<i>1.385</i>

Nota: qui-quadrado significativo em todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Base: leitores de livros por tipo e com respostas válidas ao factor “via os seus pais ou familiares a ler”.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Parece portanto confirma-se que, no quadro familiar, o indicador mais influente na formação dos futuros leitores é Ver pais ou familiares a ler.

No que se refere à inter-relação com outras crianças o que se verifica é similar à intervenção dos pais: quanto à Tipologia de leitura de livros a troca de livros com outras crianças é referida por 49% dos Pequenos leitores contra 64% e 63% dos Médios e Grandes leitores, respectivamente. Do ponto de vista da Tipologia de leitura verifica-se uma relação directa positiva, ou seja, quanto mais elevado é o nível de cumulatividade mais elevada é a percentagem daqueles que trocavam livros em crianças (20% dos Não-leitores costumava trocar livros contra 57% dos leitores cumulativos).

Idade de aprendizagem da leitura e práticas de leitura dos adultos

Ainda que não determine os níveis da prática quanto adultos, a idade em que ocorre a aprendizagem da leitura é tida como um dos principais factores condicionantes. A conclusão geral a que se chega nesta matéria é que quanto mais precoce é essa aprendizagem mais provável é a prática da leitura enquanto adultos. Justifica-se, assim, a crescente precocidade

das idades dos grupos-alvo prioritários constatada nas políticas de promoção da leitura nos países da OCDE (Neves, Lima e Borges, 2008).

A idade da aprendizagem depende largamente da família, do capital cultural familiar, mas, nas sociedades ocidentais, é ao sistema de ensino que cabe a principal responsabilidade. Deste ponto de vista, a escolaridade obrigatória e a sua frequência são determinantes. Sem esquecer, naturalmente, o ensino pré-escolar.

Em Portugal, os dados dos inquéritos sociológicos de 1995 e 2007 mostram uma evolução notável no sentido da precocidade da aprendizagem. De facto, ao passo que em 1995, 40% aprenderam a ler até aos 6 anos – idade “normal” de entrada no 1º ciclo do ensino básico e, até há alguns anos, a idade modal com que se “entrava na escola” –, no inquérito de 2007 são 55%. Neste cerca de 80% da amostra refere ter começado a aprender a ler com 6 ou 7 anos (contra 77% no de 1995) e em 10% dos casos a aprendizagem da leitura inicia-se mesmo antes dessa idade (contra 8% em 1995) (Santos, Neves, Lima e Carvalho (2007: 57). Assim, não só tem vindo a decrescer a idade em que se inicia o contacto com a leitura como também têm vindo a diminuir os casos em que a aprendizagem se faz depois dos 10 anos. Resultados que reflectem o aumento da cobertura do primeiro ciclo escolar (obrigatório) e do ensino pré-escolar. Não é apenas a aprendizagem da leitura que importa, mas também a sua precocidade. De preferência antes mesmo do 1º ciclo do ensino básico, ou seja, dos 6 anos de idade¹⁶².

O cruzamento da Idade de aprendizagem da leitura com a Idade actual do inquirido reflecte claramente o alargamento da escolarização entre a população portuguesa. No grupo de inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 constata-se, por um lado, que a maioria aprendeu a ler com 6 anos (59%) e, por outro, que nenhum aprendeu com 10 e mais anos (quadro 8.4). Já nos inquiridos com Mais de 55 anos cerca de metade refere ter aprendido a ler com 7 anos (53%) e 9% aprenderam com 10 e mais anos.

Se se cruzar a Idade de aprendizagem da leitura com o Grau de escolaridade actual do inquirido, observa-se que a percentagem de inquiridos que aprendeu a ler com idades entre os 3 e os 5 anos aumenta com o Grau de escolaridade. Pelo contrário, quanto menor a escolaridade maiores as percentagens de inquiridos que aprenderam a ler com 10 e mais anos.

¹⁶² Isto não quer dizer que se trate de aprendizagem fora da escola, em contexto familiar. Pode estar-se aqui perante um efeito de geração dado que a generalização do ensino pré-escolar é relativamente recente.

Quadro 8.4

Idade de aprendizagem da leitura por Idade, Grau de escolaridade e Tipologia de leitura (percentagem em linha)

	Idade de aprendizagem da leitura					Número
	3 aos 5 anos	6 anos	7 anos	8 ou 9 anos	10 ou mais anos	
Total	9,8	44,8	34,8	7,8	2,7	2.552
Idade						
15-24	22,8	58,7	16,6	1,9	0,0	465
25-34	12,6	64,6	19,0	3,0	0,8	500
35-54	6,3	46,0	39,4	7,5	0,8	902
Mais de 55 anos	3,6	19,4	52,7	15,6	8,6	685
Grau de escolaridade						
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	3,9	33,2	45,6	12,1	5,3	1.194
3º Ciclo do Ensino Básico	10,3	56,5	28,9	3,9	0,4	457
Ensino Secundário	16,8	53,0	24,9	4,8	0,5	626
Ensino Médio ou Superior	19,3	57,1	20,4	2,5	0,7	275
Tipologia de leitura						
Não-leitores	2,5	20,7	37,2	24,0	15,7	121
Só um dos impressos – padrão	4,9	34,5	45,2	10,5	4,9	467
Parcelar	7,9	47,0	35,6	7,8	1,7	925
Cumulativa	14,6	50,3	29,2	4,7	1,2	1.039

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para os dois cruzamentos ($p < 0,05$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho: 2007: 58).

Tendo presentes os problemas estruturais da sociedade portuguesa no que toca ao sistema de ensino, mas também as evoluções recentes, anteriormente referidas, a questão que se coloca é a de procurar entender até que ponto a aprendizagem das competências de leitura e o incentivo precoces contribuem para explicar as práticas dos adultos. Uma das formas de responder a essa questão é por via da Tipologia de leitura. Deste ponto de vista, parece poder concluir-se que tudo, ou quase tudo, se joga até aos 7 anos ou, dito de outra forma, esta é a idade charneira que explica, a montante, níveis mais elevados de práticas de leitura, a jusante níveis mais baixos e mesmo os resultados dos Não-leitores. Repare-se que 94% dos leitores cumulativos aprenderam a ler até essa idade contra 60% dos Não-leitores.

Outra forma de abordar esta questão é o recurso à Tipologia de leitores de livros (quadro 8.5). E também deste ponto de vista se pode concluir que quanto mais precoce a aprendizagem mais elevadas as percentagens correspondentes aos tipos que lêem mais livros.

Quadro 8.5

Idade de aprendizagem da leitura por Tipologia de leitura de livros (percentagem em linha)

Tipologia de leitores de livros	Idade de aprendizagem da leitura		Total	Número
	Até aos 6 anos	Depois dos 7 anos		
Pequenos	57,8	42,2	100,0	966
Médios	77,3	22,7	100,0	370
Grandes	81,4	18,6	100,0	59
<i>Total</i>	<i>63,9</i>	<i>36,1</i>	<i>100,0</i>	<i>1.395</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$) após agregação dos escalões da variável Idade de aprendizagem da leitura.

Base: leitores de livros por tipo.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Incentivo à leitura na infância e práticas de leitura dos adultos

Outro aspecto refere-se ao incentivo à leitura na infância, assinalado por 60% dos que aprenderam a ler até aos 14 anos (quadro 8.6). O peso daqueles que foram incentivados é tanto mais significativo quanto mais elevado é o grau de escolaridade e tanto menor quanto a idade avança. Como se reflecte tal incentivo nos níveis de leitura? O reflexo é claramente positivo, uma vez que, em qualquer das duas tipologias, quanto mais exigente o tipo mais elevada a percentagem dos que foram incentivados.

Quadro 8.6

Incentivo à leitura quando criança por Tipologia de leitura e por Tipologia de leitores de livros (percentagem em linha)

	Incentivo à leitura			Total	Número
	Sim	Não	Ns-Nr		
Tipologia de leitura					
Não-leitores	18,8	77,7	3,6	100,0	112
Só um dos impressos - padrão	45,7	52,1	2,2	100,0	453
Parcelar	56,9	41,4	1,6	100,0	917
Cumulativa	74,9	24,4	,7	100,0	1.037
<i>Total</i>	<i>60,6</i>	<i>38,0</i>	<i>1,4</i>	<i>100,0</i>	<i>* 2.519</i>
Tipologia de leitores de livros					
Pequenos	69,9	29,3	,7	100,0	965
Médios	78,9	20,3	,8	100,0	370
Grandes	81,4	16,9	1,7	100,0	59
<i>Total</i>	<i>72,8</i>	<i>26,4</i>	<i>,8</i>	<i>100,0</i>	<i>**1.394</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para os dois cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: * Aprenderam a ler antes dos 14 anos; ** Aprenderam a ler entre os 3 e os 14 anos e foram tipificados como leitores de livros.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Modalidades de socialização para a leitura, tipos de incentivo e práticas de leitura dos adultos

De quem partiu o incentivo? É no núcleo familiar, com ligeiro ascendente da mãe (69%) relativamente ao pai (62%), que se situa o principal *locus* de incentivo, referido, no conjunto das opções de resposta consideradas, por 89%. A larga distância surgem as referências aos Professores (36%), mas é a inter-relação com os amigos que ocupa um lugar marginal nos incentivos percebidos (3%) (Santos, Neves, Lima e Carvalho: 2007: 63).

Tendo presente a forte associação entre a escolaridade dos pais e o contacto dos filhos com o impresso (Griswold, McDonnell e Wright, 2005: 130), será que tal se confirma no inquérito? Será que a escolaridade da mãe e do pai diferenciam comportamentos de incentivo à leitura dos filhos, ou, posto de outra maneira, sendo uma variável determinante nas práticas de leitura quando adultos, será igualmente importante do ponto de vista do incentivo à leitura dos filhos? Como se verá as respostas parecem ser ambas positivas. Uma dificuldade prática da análise deriva de não ser possível saber, com rigor, se os progenitores já teriam, por alturas da meninice dos filhos, o grau referido no inquérito. Mas, assumindo que tal acontecia, ou pelo menos que o percurso escolar estaria já adiantado, e apurado o grau de escolaridade dos pais daqueles que foram incentivados a ler quando crianças, identificam-se três linhas conclusivas que permitem sustentar a resposta dada acima (quadro 8.7): i) a inexistência de grau de ensino completo está relacionada com baixos níveis de incentivos, por parte dos pais como das mães; ii) as percentagens de mães que incentivaram os filhos a ler são sempre superiores às dos pais seja qual o grau considerado, ainda que pouco significativas em alguns graus); iii) tendencialmente, quanto mais elevado o grau de escolaridade, mais elevadas as percentagens dos que incentivaram os filhos a ler.

Quadro 8.7

Grau de escolaridade da Mãe e do Pai dos que foram incentivados à leitura quando criança (percentagem)

Grau de escolaridade	Mãe	Pai
Sem grau de ensino completo	15,1	12,5
Ensino básico - 1º ciclo	42,9	35,6
Ensino básico - 2º ciclo	65,0	64,8
Ensino básico - 3º ciclo	74,0	65,6
Ensino secundário	72,1	66,1
Ensino médio ou superior	83,6	80,1

Exemplo de leitura: 15,1% das mães Sem grau de ensino completo incentivaram o inquirido a ler contra 12,5% dos pais.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Uma questão, entre outras, poderá permanecer: será que o incentivo por parte do pai ou da mãe tem reflexos significativos, e diferenciados, nos níveis de práticas de leitura dos filhos e das filhas? Aqui a resposta parece ser negativa. De facto não se vislumbram diferenças assinaláveis no cruzamento do sexo do progenitor, referido como tendo incentivado a leitura, com as tipologias de leitura e de leitores de livros utilizando a variável sexo do inquirido como variável de controlo.

A estrutura percentual das respostas sobre o incentivo à leitura, enquanto criança, centra-se nos familiares e nos professores. A pergunta em causa é de resposta múltipla, pelo que a análise pode não se esgotar no peso de cada um deles isoladamente. Assim, do cruzamento dos agentes intervenientes nos vários incentivos resultaram *quatro modalidades de socialização para a leitura*: no quadro familiar (*só familiares*), no quadro do sistema de ensino (*só professores*), por *ambos*, ou por *outros*¹⁶³. A modalidade *só por familiares* é claramente a dominante com 63%. Estes familiares podem ser o pai, a mãe e/ou outros, como anteriormente se viu. Segue-se a modalidade *ambos*, mas a larga distância, com 25%. Com um peso substancialmente menor situa-se *só professores* (11%). E a modalidade *outros* é meramente residual (abaixo de 1%). É ainda de salientar que 99% dos inquiridos aqui considerados refere familiares e/ou professores (Santos, Neves, Lima e Carvalho: 2007: 64).

A relevância do aprofundamento do papel da família e dos professores aconselha a construção de uma nova variável, a Tipologia de incentivo à leitura em criança, a partir de duas variáveis, uma preexistente (professores) e outra derivada (pai, mãe ou outros familiares). Os resultados, que constam do quadro 8.8, reforçam a ideia da importância conjugada de familiares e professores, ou da família e da escola, na formação de hábitos e práticas de leitura, e confirmam igualmente que, isoladamente, os familiares são significativamente mais relevantes do que os professores.

Como se terão repercutido os incentivos percebidos (ou a sua ausência) nas práticas de leitura? O cruzamento daquela tipologia com a Tipologia de leitura mostra que existe uma relação directa positiva entre elas, sendo que a grande diferença assenta nos Não-leitores. De facto estes, quando incentivados, foram-no em maior percentagem *só por familiares* (17%) relativamente aos que foram incentivados por *familiares e professores* ou *só professores* (1% em qualquer destes casos) Mas pode dizer-se também que um em cada quatro leitores cumulativos considera que não foi incentivado nem em casa nem na escola o que, de certo modo, relativizar a sua importância.

¹⁶³ A modalidade Outros inclui amigos e outras pessoas.

Quadro 8.8

Tipologia de incentivo à leitura em criança por Tipologia de leitura e por Tipologia de leitores de livros
(percentagem em linha)

	Tipologia de incentivo da leitura em criança				Total	Número
	Familiares e Professores	Só familiares	Só professores	Nenhum		
Tipologia de leitura						
Não-leitores	,9	17,0	,9	81,3	100,0	112
Só um dos impressos - padrão	6,8	31,8	6,8	54,5	100,0	453
Parcelar	12,9	36,3	7,5	43,3	100,0	917
Cumulativa	23,0	45,1	6,0	25,9	100,0	1.037
<i>Total</i>	<i>15,4</i>	<i>38,3</i>	<i>6,5</i>	<i>39,9</i>	<i>100,0</i>	<i>* 2.519</i>
Tipologia de leitores de livros						
Pequenos	18,5	43,5	7,2	30,8	100,0	965
Médios	27,6	45,7	5,1	21,6	100,0	370
Grandes	32,2	42,4	5,1	20,3	100,0	59
<i>Total</i>	<i>21,5</i>	<i>44,0</i>	<i>6,5</i>	<i>27,9</i>	<i>100,0</i>	<i>** 1.394</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para ambos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Base: * Aprenderam a ler antes dos 14 anos; ** Aprenderam a ler entre os 3 e os 14 anos e foram tipificados como leitores de livros.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

O cruzamento com a Tipologia de leitores de livros introduz um dado novo: a relevância do tipo *familiares e professores*, com relação directa e positiva – quanto mais exigente o tipo mais elevada a percentagem daqueles que referiram ambos os incentivos. Confirma-se, assim, a importância de ambas as instituições (família e ensino), em particular para os níveis mais elevados quer em termos da cumulatividade dos suportes quer do número de livros lidos. Os estímulos de familiares são os mais importantes percentualmente mas não têm um peso específico particular nos Grandes leitores de livros.

Modos de incentivo à leitura

O que entender por incentivo à leitura, de que modo se concretiza? No inquérito explicitam-se seis modos (quadro 8.9). Destes destacam-se quatro, todos com percentagens situadas entre os 66% e os 76%, dos quais três remetem para exercícios de oralidade em torno do livro e da leitura e um para a oferta de livros. Os dois restantes referem-se à frequência de locais de aprovisionamento de livros (e outros suportes) e registam valores mais modestos, em torno dos 17%.

Quadro 8.9

Modos de incentivo à leitura em criança (percentagem em linha)

n = 1.527

Modos de incentivo	Incentivo			Total
	Sim	Não	Ns/Nr	
Pedindo-lhe para ler em voz alta	76,1	22,4	1,5	100,0
Oferecendo-lhe livros	70,2	28,9	0,9	100,0
Lendo-lhe livros	67,8	31,2	0,9	100,0
Falando-lhe de livros e de leituras	65,8	33,1	1,0	100,0
Levando-o(a) a bibliotecas	17,3	80,9	1,8	100,0
Levando-o(a) a livrarias	17,2	80,8	2,0	100,0

Base: aprenderam a ler entre os 3 e os 14 anos e foram incentivados a ler.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho: 2007: 67).

Poder-se-á falar de diferenciação entre incentivos preferenciais por parte dos familiares ou por parte dos professores? Essas diferenças existem embora não sejam muito cavadas (quadro 8.10). O pedido de leitura em voz alta é sobretudo associado aos professores, bem como a ida a bibliotecas; a oferta de livros à mãe; e conversas sobre livros e leituras a outros familiares.

Quadro 8.10

Modos de incentivo à leitura em criança por Familiares ou Professores (percentagem do número de casos)

Modos de incentivo	Familiares			Professores
	Pai	Mãe	Outros	
Pedindo-lhe para ler em voz alta	74,0	77,0	76,7	84,8
Oferecendo-lhe livros	77,7	79,3	76,7	67,3
Lendo-lhe livros	72,2	72,5	73,1	70,2
Falando-lhe de livros e de leituras	66,1	66,4	67,8	62,3
Levando-o(a) a bibliotecas	19,9	18,5	19,9	20,5
Levando-o(a) a livrarias	20,2	20,7	24,9	18,1
<i>Bases</i>	<i>942</i>	<i>1059</i>	<i>301</i>	<i>551</i>

Fonte: LP, 2007, base de dados.

As respostas à opção Outros incentivos – quais, ainda que estatisticamente pouco significativas (1,4%, 36 casos) permitem a sua identificação. A diversidade de modos referidos é grande, uns mais benevolentes (chamadas de atenção, recomendações) outros mais drásticos (obrigar, bater, internar num colégio, motivo de chantagem para a brincadeira). Em termos quantitativos, o que mais se destaca é o incentivo em forma de alerta quanto à importância da leitura (e da escrita) para o futuro, com 10 casos. Duas ilustrações: “aconselharam-me pois seria importante no futuro”; “alertando para a necessidade de ler/escrever”.

Livros existentes em casa e incentivos à leitura

A quantidade de livros existentes em casa dos pais e de outros familiares é mais um factor significativo na socialização primária para a leitura. A maioria dos inquiridos confirma a sua existência (cerca de 84%). Em termos de quantidade, a dominante situa-se em alguns ou poucos (66%) (quadro 8.11).

Será relevante apurar qual a relação entre a quantidade de livros e os incentivos à leitura. O cruzamento das duas variáveis mostra, sem surpresa, que quanto maior a quantidade mais elevadas as percentagens daqueles que referem terem sido incentivados a ler: 87% com muitos livros foram incentivados contra 28% com nenhum livro. Ou seja, o incentivo à leitura não está dependente da existência de livros em casa, mas se tal ocorrer, e em quantidade, isso contribuirá para níveis de práticas de leitura mais exigentes nas idades mais avançadas? O cruzamento com a Tipologia de leitura e com a Tipologia de leitores de livros confirma que quanto maior o número de livros em casa mais elevadas as percentagens de leituras, cumulativas e de Grandes leitores de livros.

Quadro 8.11

Quantidade de livros existentes em casa (*percentagem em coluna*)

Quantidade de livros	Percentagem	Número
Muitos	17,4	445
Alguns	32,7	834
Poucos	33,5	856
Nenhum	15,6	398
Ns-Nr	0,7	19
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>2.552</i>

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Embora os incentivos conjugados de familiares e professores se relacionem directamente com a (maior) quantidade de livros, a família tem sempre um peso muito significativo, ao passo que os professores isoladamente são tanto mais importantes quanto menor é o número de livros (quadro 8.12).

Quadro 8.12

Tipologia de incentivos à leitura por Quantidade de livros existentes em casa (percentagem em linha)

Quantidade de livros	Tipologia incentivos leitura				Total
	Familiares e Professores	Só família	Só professores	Nenhum	
Muitos	29,4	54,2	3,1	13,3	100,0
Alguns	21,4	50,9	5,3	22,4	100,0
Poucos	7,8	28,6	8,9	54,8	100,0
Nenhum	3,4	15,1	8,0	73,5	100,0
<i>Total</i>	<i>15,5</i>	<i>38,5</i>	<i>6,5</i>	<i>39,4</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Base: 2.500, exclui não-respostas (19 casos).

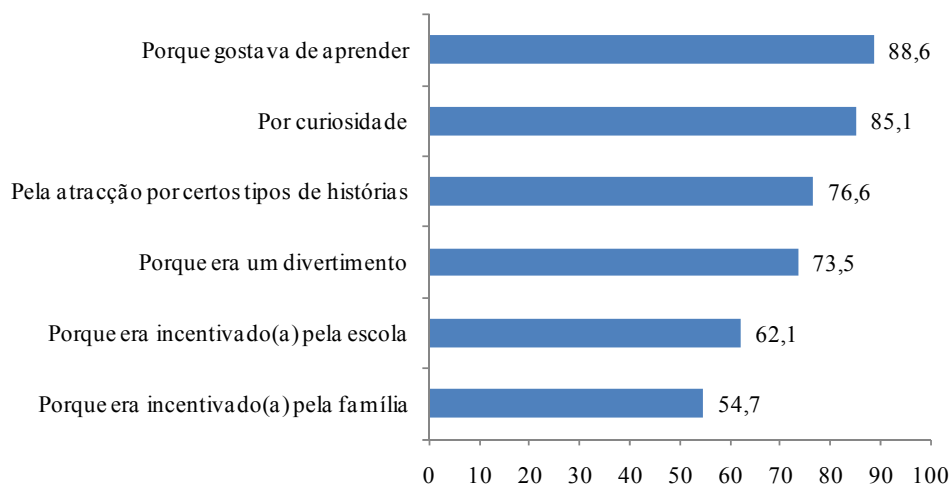
Fonte: LP, 2007, base de dados.

Leitura na infância: razões para gostar e para não gostar

Dos que aprenderam a ler antes dos 14 anos, 65% afirmam que gostavam de ler em criança¹⁶⁴. Um outro aspecto a ter em conta é a diferença entre rapazes e raparigas, sendo que o gosto pela leitura na infância é claramente superior entre elas (74% contra 55% dos rapazes).

Figura 8.1

Razões associadas ao gosto pela leitura (percentagem)



Base: gostavam de ler em criança ($n = 1.637$).

Notas: (i) percentagens reportam-se à resposta Sim; (ii) 14 inquiridos referiram Outros motivos em opção de resposta aberta os quais se reportam, em geral, à imitação de familiares próximos (sobretudo irmãos).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 71).

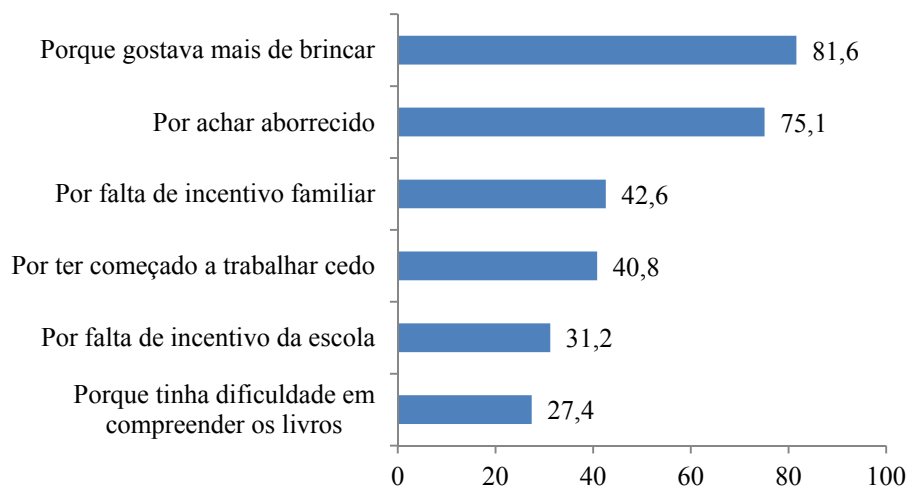
¹⁶⁴ Note-se que, relativamente ao inquérito de 1995, parece verificar-se uma quebra significativa uma vez que era 77% (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 94).

Os inquiridos que gostavam de ler em criança apontam como razões mais importantes o prazer de aprender (89%) e a curiosidade (85%) (figura 8.1). Das outras razões propostas, os incentivos pela escola e pela família surgem nos últimos lugares, referidos por 62% e 55%, respectivamente. Destacam-se, pois, as razões hedonistas em detrimento das “exteriores”. Adiante-se que as diversas razões não apresentam diferenças por Sexo com exclusão do incentivo pela escola, mais referido pelas raparigas (65%) do que pelos rapazes (59%).

Por sua vez, os que declaram que não gostavam de ler em criança (35%) atribuem esse distanciamento à preferência por brincar (82%) e por acharem a leitura aborrecida (75%) (figura 8.2). Refira-se ainda os pesos relativamente baixos registados pela falta de incentivo da escola e pela dificuldade em compreender os livros (31% e 27%, respectivamente), mas, em todo o caso, significativo tendo em conta que são referidos por um em cada três inquiridos que não gostava de ler em criança.

Figura 8.2

Razões associadas a não gostar de ler (percentagem)



Base: não gostavam de ler em criança (n = 882).

Nota: percentagens reportam-se à resposta Sim.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

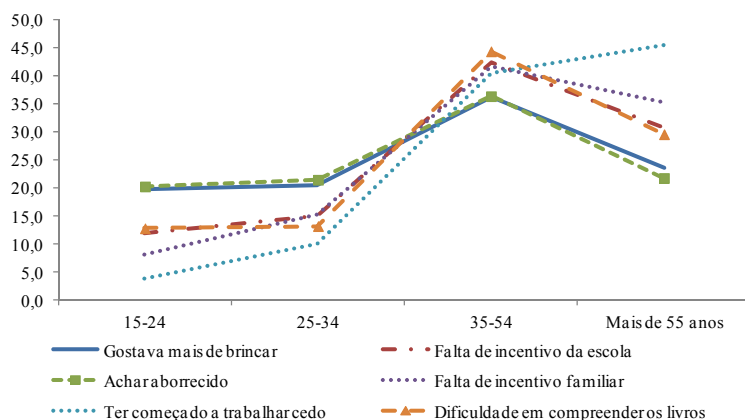
Adiante-se que, entre as outras razões (opção de resposta aberta), referem-se motivos de doença, não saber ler, ter outras preferências (“fazer desporto”), motivos económicos (“não havia dinheiro para livros”; “não havia livros, só os escolares”) e familiares (“tinha que tomar conta dos irmãos”).

Embora as distribuições percentuais sigam um padrão comum, as razões apontadas apresentam algumas diferenças consoante a Idade (figura 8.3). O único desvio significativo ao padrão situa-se na razão Ter começado a trabalhar cedo, claramente mais pesada no escalão

Mais de 55 anos, escalão em que a outra razão mais volumosa é Falta de incentivo familiar. Nos mais jovens as razões mais expressivas são outras: Gostava mais de brincar e Achar aborrecido.

Figura 8.3

Razões associadas a não gostar de ler por Idade (percentagem)



Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Base: não gostavam de ler em criança ($n = 882$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

O cruzamento das várias razões por Sexo apenas regista diferenças discriminantes, estatisticamente significativas, em duas: Gostava mais de brincar (84% nos homens contra 77% nas mulheres) e Falta de incentivo familiar (48% nas mulheres contra 39% nos homens).

Livro fundador do gosto pela leitura: diferentes gerações, diferentes obras

A adolescência permanece um período importante para a criação de hábitos de leitura. Esta é uma das conclusões de um estudo realizado em França pela revista *Lire* referido por Horellou-Lafarge (2005: 41), que indica que 4 em cada 10 pessoas encontraram o *livro fundador* nesse período. Com base nesta conclusão e na hipótese de que o despertar do gosto pela leitura (de livros) pode ser associado a um livro ou, de uma forma mais lata e operativa, a uma obra, uma série, ou um autor, retoma-se aquela noção de *livro fundador*, considerando-se por tal o livro recordado como particularmente importante e como estando associado ao despertar do gosto pela leitura de livros. Como refere Lahire (2003: 125), vários factores podem concorrer para que os livros sejam (mais) *memoráveis* do que outros impressos, e uns livros – aqueles que correspondem a leitura *escolhida*, pessoal – mais do que outros livros.

Um primeiro dado é que, entre aqueles que gostavam de ler em criança, 55% indicam pelo menos um dos aspectos considerados¹⁶⁵ – deste modo sustentando positivamente a hipótese formulada – 16% responderam que nenhum livro lhes despertou o gosto pela leitura e 30% não responderam (quadro 8.13), valor que chama a atenção, entre outros aspectos, para o efeito de memória associado à resposta, mas que pode também, pelo menos como hipótese, remeter para a não existência de livro fundador. A distribuição por Sexo mostra diferenças sensíveis, ou seja, as mulheres são mais afirmativas (58% contra 50%) e, pelo contrário, os homens têm um peso mais elevado de não-respostas (35% contra 26%). A abordagem segundo a Tipologia de leitura mostra uma relação positiva com o crescimento gradual dos valores percentuais nos tipos mais exigentes. Uma relação com o mesmo sentido se verifica quando se analisa a existência de um livro fundador segundo a Tipologia de leitura de livros.

Quadro 8.13

Existência de livro fundador do gosto pela leitura por Sexo, Tipologia de leitura e Tipologia de leitura de livros (percentagem em linha)

	Livro fundador			Número
	Com referência a livro fundador	Nenhum	Ns/Nr	
Total	54,9	15,6	29,5	1.637
Sexo				
Feminino	58,6	15,6	25,8	975
Masculino	49,5	15,6	34,9	662
Tipologia de leitura				
Não-leitores	25,9	25,9	48,1	27
Só um dos impressos – padrão	37,0	27,0	36,0	211
Parcelar	48,3	18,5	33,2	572
Cumulativa	65,1	10,3	24,7	827
Tipologia de leitores de livros *				
Pequenos	58,6	13,3	28,1	744
Médios	72,5	8,5	19,0	316
Grandes	85,2	1,9	13,0	54

Nota: qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: inquiridos que aprenderam a ler entre os 3 e os 14 anos e que gostavam de ler em criança; * 1.114.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 76); LP, 2007, base de dados para Tipologia de leitores de livros.

Quanto à idade atribuída à leitura do livro fundador há dois aspectos que merecem ser apurados. Por um lado, verificar-se-á o mesmo efeito de concentração na adolescência

¹⁶⁵ A partir de pergunta de resposta aberta em que se solicita o nome do autor e do título e/ou da série/colecção (ver Q9 do questionário em Anexo).

observado em França? E, por outro, verificar-se-á uma coincidência entre a entrada no sistema de ensino¹⁶⁶ (a fase inicial de aprendizagem da leitura) e a descoberta do livro fundador?

Quanto ao primeiro aspecto, o contacto parece dar-se mais cedo. Aliás, as idades decisivas deste ponto de vista situam-se entre os 8 e os 14 anos, intervalo a que correspondem 67% dos indivíduos considerados¹⁶⁷. Relativamente ao segundo, não parece ser o caso uma vez que mais de metade (53%) daqueles que indicam o livro que lhes marcou o gosto pela leitura leu-o com 10 e mais anos. Note-se que, apesar de ser uma pergunta que, como se notou já, faz um forte apelo à memória, a percentagem de não-respostas é relativamente baixa (6%), o que sugere que se trata de um acontecimento realmente marcante e merecedor de atenção por parte dos *outros significativos* dos processos de socialização. Só cerca de 13% refere que essa leitura aconteceu pelos 6 ou 7 anos. Ou seja, o período de aprendizagem (enquanto criança) e aquele em que se dá a descoberta do gosto pela leitura de livros são descoincidentes, sendo este mais tardio, ou seja, vários depois de treino de leitura numa fase que pode ser considerada de pré-adolescente¹⁶⁸.

Uma vez que se trata de uma pergunta aberta, a classificação posterior das respostas permite identificar quais os títulos referidos pelos inquiridos (quadro 8.14). Estes reportam-se sobretudo a livros infanto-juvenis, mas também a clássicos da literatura portuguesa. Se se considerar a idade actual dos inquiridos, observa-se uma clara segmentação: nos que têm Até 54 anos há títulos (de colecções) que, invariavelmente, se mantêm como os mais referidos (*Anita* de Gilbert Delahaye e Marcel Marlier, *Os Cinco* de Enid Blyton e *Uma Aventura* de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães); no grupo de idades 35-54, para além destes títulos são ainda referidas algumas das obras obrigatórias/recomendadas pelo sistema de ensino, designadamente *O Meu Pé de Laranja Lima* de José Mauro de Vasconcelos e *Os Lusíadas* de Luís de Camões; por fim, os títulos mais referidos pelos inquiridos com mais de 55 anos são totalmente distintos e reportam-se à literatura portuguesa recomendada na escola: *Amor de Perdição*, *As Pupilas do Senhor Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis; *História de Portugal* (sem autor), a *Cartilha Maternal* de João de Deus e *A Rosa do Adro* de Manuel Maria Rodrigues.

¹⁶⁶ Sistema de ensino cujas idades são: “Educação pré-escolar, subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 e a idade de ingresso no ensino básico” (6 anos), “no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação”; Ensino básico com 3 ciclos de 4, 2 e 3 anos, respectivamente, que se inicia cerca da idade de 6 anos. É universal, obrigatório e gratuito (GEPE, 2008: 17-18).

¹⁶⁷ Fonte: LP, 2007, base de dados. A base das percentagens é: Gostavam de ler em criança e indicaram um livro importante para o despertar do gosto pela leitura (n = 899). É uma pergunta aberta.

¹⁶⁸ Ainda quanto à idade atribuída à leitura do livro fundador refira-se que não são visíveis diferenças significativas do ponto de vista do Sexo.

Quadro 8.14

Títulos (livro fundador do gosto pela leitura) **mais referidos por Idade dos inquiridos**

Idade dos inquiridos			
15-24	25-34	35-54	Mais de 55 anos
Anita	Anita	Anita	–
Os Cinco	Os Cinco	Os Cinco	–
Uma Aventura	Uma Aventura	Uma Aventura	–
O Principezinho	O Principezinho	–	–
A Lua de Joana	–	–	–
O Capuchinho Vermelho	–	O Capuchinho Vermelho	–
–	Tio Patinhas	–	–
–	Os Filhos da Droga	–	–
–	–	O meu Pé de Laranja Lima	–
–	–	Os Lusíadas	–
–	–	–	Amor de Perdição
–	–	–	História de Portugal
–	–	–	As Pupilas do Senhor Reitor
–	–	–	A Morgadinha dos Canaviais
–	–	–	Cartilha Maternal
–	–	–	A Rosa do Adro

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 74).

Evidencia-se assim, para além da clivagem geracional balizada pelos 55 anos de idade, uma outra regularidade, que decorre do impacto do sistema de ensino por via das obras referidas que, em geral, integram os *curricula* escolares.

Uma classificação *a posteriori* a partir dos títulos referidos pelos inquiridos¹⁶⁹ que gostavam de ler em criança e que referem um livro que foi importante para o despertar do seu gosto pela leitura mostra que os Livros infantis/juvenis têm um peso muito significativo (metade das respostas obtidas) o que, aliás, não surpreende, dado que, em princípio, é uma fase inicial da leitura que está em causa. Embora a uma grande distância, vêm em segundo lugar os Romances (18%), ao passo que os livros escolares são citados por 8% (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 77).

Evolução do gosto pela leitura entre a infância e a actualidade: leitores persistentes, resgatados, desistentes e por recuperar

Até aqui o objectivo principal foi identificar aspectos potencialmente favorecedores da criação de hábitos de leitura em geral, de livros em particular. O ponto de vista agora

¹⁶⁹ A grelha tem por base a classificação de géneros adoptada na Q20 do Questionário (em Anexo).

adoptado é o da evolução do gosto pela leitura, se bem que mantendo uma outra linha de análise, a de detectar as possíveis relações com os níveis de leitura actuais e as clivagens por Sexo. Para a grande maioria dos que gostavam de ler em criança (89%) esse gosto mantém-se na actualidade. As razões para continuar a gostar de ler têm fraca dispersão percentual e baixos valores: Aprender/cultivar-se (37%), Gosto/prazer (32%), Passatempo/distracção (30%) e Manter-se informado/actualizado (22%) (quadro 8.15).

Quadro 8.15

Razões para continuar a gostar de ler (percentagem)

Razões para continuar a gostar	Percentagem
Aprender/cultivar-se	37,0
Gosto/prazer	32,4
Passatempo/distracção	29,8
Manter-se informado/actualizado	21,9
Curiosidade/interesse	10,6
Outras	10,4
Não sabe/nenhuma razão em particular	0,4

Base: 2.086 razões evocadas por 1.464 inquiridos que gostavam e continuam a gostar de ler.

Nota: pergunta aberta com codificação *a posteriori*.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 79).

Em concreto, entre as respostas agregadas na razão Aprender/cultivar-se, talvez a mais heterogénea, incluem-se afirmações que ilustram os seus vários sentidos: mais próximas do senso comum como “o saber não ocupa lugar”, mas também outras ligadas à aquisição de conhecimentos mais culturais (“boa forma de se cultivar”; “por cultura geral”) e de aprendizagem formal (“útil para estudar”) ou informal (“para aprender”; “para saber um pouco mais”; “lendo estou sempre a instruir-me”; “è sempre bom aprender mais coisas”), e também profissionais (“questões profissionais e valorização profissional”; “razões profissionais”; “o trabalho obriga”) e específicos, práticos “para aprofundar conhecimento na área da informática”) (Fonte: LP, 2007, base de dados).

Nas razões identificadas para deixar de gostar de ler (que se reportam a 11% dos que gostavam de ler em criança) destacam-se claramente Desinteresse (51%) e Falta de tempo (48%) (quadro 8.16). Contudo, importa ter presente que o contingente em causa é muito baixo.

Quadro 8.16

Razões para ter deixado de gostar de ler (percentagem)

Razões para ter deixado	Percentagem
Desinteresse	51,4
Falta de tempo	48,0
Saúde	15,0
Prefere outras coisas	13,9
Outras	9,2
Não sabe	0,6

Base: 239 razões evocadas por 173 inquiridos que gostavam mas deixaram de gostar de ler.

Nota: pergunta aberta com codificação *a posteriori*.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 79).

As razões ligadas com a actividade profissional são referidas amiúde, para justificar tanto o Desinteresse como a Falta de tempo: “comecei a trabalhar cedo”; “teve que deixar a escola para ir trabalhar e não concluiu a 4ª classe”; “começou a trabalhar ainda jovem”; “comecei a trabalhar muito cedo e a leitura ficou para segundo plano”; “a vida profissional não permite”; “perdeu o hábito depois de ter começado a trabalhar” (Fonte: LP, 2007, base de dados).

E como evoluiu o gosto pela leitura para aqueles que *não gostavam* de ler em criança? Representam 62% os que continuam a não gostar de ler, mas importará também destacar os 38% que passaram a gostar.

Quadro 8.17

Razões para continuar a não gostar de ler (percentagem)

Razões para continuar a não gostar de ler	Percentagem
Desinteresse/falta de vontade/de paciência	34,7
Acha aborrecido	26,1
Falta de tempo	26,1
Falta de hábito	10,9
Prefere outras coisas	8,6
Não gosta/Nunca gostou	8,3
Outras	12,1
Não sabe/Nenhuma razão em particular	1,9

Base: 731 razões evocadas por 568 inquiridos que não gostavam e continuam a não gostar de ler.

Nota: pergunta aberta com codificação *a posteriori*.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 81).

Entre as razões apontadas por aqueles que continuam a não gostar de ler salienta-se Desinteresse/falta de vontade/de paciência (35%), achar a leitura aborrecida e a Falta de tempo (ambas com 26%) (quadro 8.17).

Entre as respostas classificadas como Prefere outras coisas será de interesse nomear algumas das razões. Remetem para a oralidade (“gostei sempre mais de ouvir do que ler”), para outras ocupações de lazer de modo geral (“porque tenho outros hobbies”; “tem outros passatempos”), ou ainda para aspectos muito específicas, como a televisão (“temos a televisão que hoje em dia nos passa muita informação”) ou de carácter religioso (“como agora e Jeová só lê a bíblia”), ou ainda desportivo (“gosto mais de fazer desporto”) (Fonte: LP, 2007, base de dados).

Quanto às razões referidas pelos *que passaram a gostar de ler*, evidencia-se o desejo de se manter informado/actualizado (40%) e a vontade de aprender/de se cultivar (32%) (quadro 8.18).

Quadro 8.18

Razões para ter passado a gostar de ler (percentagem)

Razões para passar a ter gostado de ler	Percentagem
Para se manter informado/actualizado	40,1
Para aprender/cultivar-se	32,0
Por prazer/gosto/interesse/curiosidade	23,1
Para passar o tempo/distrair-se	21,6
Outras	10,1

Base: 441 razões evocadas por 347 inquiridos que não gostavam mas passaram a gostar de ler.

Nota: pergunta aberta com codificação *a posteriori*.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 71).

Observando pormenorizadamente as respostas identificam-se algumas que ajudam a entender quais as razões classificadas como Por prazer/gosto/interesse/curiosidade. Em alguns casos reporta-se ao gosto genérico pela leitura de jornais ou determinadas revistas (“gosta de ler revistas da natureza”) mas noutros, mais frequentes, tem a ver com determinados livros, designadamente por parte de Pequenos leitores (“encontrei o livro certo”; “encontrou livros interessantes”; “li um livro que gostei”; “porque já entende melhor os livros”; “interesse por certos autores”). Livros que são enquadrados em determinado contexto (“porque é divertido ler os livros da escola”) ou temática (“agora ando interessada no estudo das religiões”; “livros de História de Portugal e universal”) (Fonte: LP, 2007, base de dados).

Os resultados atrás referidos sobre o gosto pela leitura na infância e na actualidade são susceptíveis de dar lugar a um outro nível de análise sobre a evolução do gosto pela leitura (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 82).

Quadro 8.19

Perfis de Tipos da evolução do gosto pela leitura

Tipos	Perfis
Persistentes (58,1%)	É claramente feminizado (61% de mulheres contra 39% de homens), e segue os valores totais quanto à Idade. Embora, em termos de Grau de escolaridade, os que têm Até 2º Ciclo do Ensino Básico estejam mais representados (39%), há que sublinhar que o seu peso é bastante inferior ao registado nos grupos dos leitores <i>por recuperar</i> (65%) e no dos <i>desistentes</i> (57%). Pelo contrário, os que têm Ensino Médio ou Superior (15%) estão aqui mais representados do que em qualquer dos outros perfis de leitores. Quanto à Categoria socioprofissional, são os Empregados executantes os mais representados (46%), com percentagens superiores às que mostram nos leitores <i>por recuperar</i> (35%) e nos <i>resgatados</i> (36%). Mas os PTE têm neste grupo o valor mais elevado (15%). Em termos de Capital escolar familiar, os inquiridos com capital Recente têm aqui o seu peso percentual mais elevado (11%), bem como os com capital Consolidado (3%).
Por recuperar (21,8%)	São sobretudo do Sexo Masculino (62% contra 38%) e mais idosos (66% com mais de 35 anos). Uma grande maioria (65%) tem Até 2º Ciclo do Ensino Básico e apenas 3% tem Ensino Médio ou Superior. São sobretudo Activos (72%) e, quanto à Categoria socioprofissional destaca-se o peso dos Operários (37%) e dos Empregados executantes (35%). Os inquiridos com Capital escolar familiar Precário apresentam aqui uma percentagem elevadíssima: 94%. Pelo contrário, os que têm capital Consolidado apresentam aqui um valor nulo.
Resgatados (13,2%)	São maioritariamente homens (59%). O grupo de Idade que mais se destaca é o dos 35-54 anos (40% contra 36% do total). Têm Até 2º Ciclo do Ensino Básico (40%), mas os com Ensino Médio ou Superior têm um peso relativo importante: 11%. São sobretudo Operários (31%) e Empregados executantes (36%). A categoria PTE regista um valor relativamente elevado (12%). Os inquiridos com Capital escolar familiar Precário representam 86% dos leitores <i>resgatados</i> e os com capital Recente mostram, também, uma percentagem relativamente elevada (9%).
Desistentes (6,9%)	Encontram-se também mais homens do que mulheres, mas em percentagens mais equilibradas do que nos outros perfis de leitores: 54% de homens contra 46% de mulheres. O peso entre os mais idosos é bastante acentuado (62% com mais de 35 anos), mas menos do que no tipo <i>por recuperar</i> . Os inquiridos com o Grau de escolaridade Até 2º Ciclo do Ensino Básico representam mais de metade (57%) dos leitores <i>desistentes</i> , enquanto os que têm Ensino Médio ou Superior apresentam uma percentagem de apenas 4%. Quanto à Categoria socioprofissional, os Empregados executantes têm aqui a sua percentagem mais elevada (45%), enquanto para os Empresários, dirigentes e profissionais liberais este é o perfil em que menos estão representados (11%). Relativamente ao Capital escolar familiar, os inquiridos com capital Precário revelam aqui a percentagem mais elevada relativamente a todos os outros perfis (95%). Os que têm capital Recente não chegam a representar 1% dos leitores <i>desistentes</i> .

Bases: Inquiridos que aprenderam a ler antes dos 14 anos (2.519); Categoria socioprofissional, 85% dos casos em análise; Capital escolar familiar 89% dos casos em análise.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho: 2007: 84).

Assim, a *tipologia de evolução do gosto pela leitura* resulta justamente do cruzamento dos indicadores de gosto pela leitura na infância e na actualidade e identifica quatro tipos. Os que gostavam de ler em criança e continuam a gostar na actualidade são aqui designados por *persistentes*. Estão em maioria, representam 58% dos inquiridos que aprenderam a ler antes

dos 14 anos. Os que não gostavam de ler em criança e que na actualidade continuam a não gostar designam-se *por recuperar* (22%). Quanto aos que em criança não gostavam de ler, mas que na actualidade passaram a gostar designam-se *resgatados* (13%). Por último, e com menor peso (7%), estão os que gostavam de ler em criança mas deixaram entretanto de gostar, denominados *desistentes*.

O cruzamento desta tipologia com as variáveis Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional e Capital escolar familiar permite dar conta de alguns aspectos relevantes. Como se caracteriza, então, cada um dos tipos? No quadro 8.19 sintetizam-se os respectivos perfis.

Os pais e as leituras dos filhos: atitudes, opiniões e práticas

Foi já destacado o papel da socialização na formação dos hábitos de leitura, crucial para o fortalecimento da cultura de leitura. Processos de socialização mais ricos em estímulos ou incentivos ao contacto com a leitura e os vários suportes, designadamente livros, são susceptíveis de contribuir para as práticas de leitura quando adultos. Os estímulos em causa podem ser feitos de diversas formas ao longo da infância, ocorrerem em casa e, ou, na escola, com familiares e, ou, professores e colegas, amigos. Adopta-se agora o ponto de vista dos inquiridos-pais para procurar identificar as suas atitudes, opiniões e práticas quanto aos estímulos à leitura por parte dos filhos nos contextos familiar e escolar. Um aspecto particularmente relevante é o da eventual reprodução de atitudes. Assim, até que ponto os incentivos recebidos, ou não, pelo inquirido quando criança, ou como tal percebidos, serão reproduzidos quando pais relativamente aos filhos? É esta a questão a que se procura responder na parte final deste capítulo.

A subamostra dos pais de filhos menores: características

Neste ponto toma-se como base da análise uma subamostra do inquérito LP constituída por 732 pais de filhos menores de 18 anos¹⁷⁰. Importa referir que apresenta algumas diferenças relativamente à amostra (quadro 8.20).

¹⁷⁰ Relembre-se que se trata de uma segmentação da amostra do LP e não de uma amostra representativa do universo dos pais. São 1.610 os inquiridos com filhos, mas apenas 732 com filhos menores de 18 anos. Uma vez que, no inquérito LP, se visava inquirir os pais e, ou, encarregados de educação de filhos menores de 18 anos, o conjunto de questões correspondentes à dimensão dos estímulos à leitura restringe-se aos inquiridos que cumpriam esses requisitos (737). Na presente abordagem toma-se como base os referidos 732.

Quadro 8.20

Subamostra e Amostra por Sexo, Idade, Estado civil, Grau de escolaridade, Condição perante o trabalho e Categoria socioprofissional (percentagem em coluna)

	Subamostra	Amostra
<i>Bases</i>	732	2.552
Sexo		
Feminino	58,1	52,3
Masculino	41,9	47,7
Idade		
Menos de 25	5,3	18,2
25-34	30,6	19,6
35-44	45,8	19,5
44-54	15,2	15,9
Mais de 55	3,1	26,8
Estado civil		
Solteiro	4,4	30,3
Casado	77,9	52,5
União de facto	9,4	5,0
Viúvo	1,2	7,3
Divorciado/separado	7,1	4,9
Grau de escolaridade		
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	37,8	46,8
3º Ciclo do Ensino Básico	24,2	17,9
Ensino Secundário	26,9	24,5
Ensino Médio ou Superior	11,1	10,8
Condição perante o trabalho		
Activos	87,2	65,3
Não activos	12,8	34,7
Categoria socioprofissional		
EDL	19,7	16,3
PTE	12,8	11,7
TI	2,8	2,8
O	22,4	27,2
EE	42,4	42,0

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Acentua-se desde logo a sobrerepresentação feminina (58% contra 52% na amostra). A condição de pais justifica a sobrerepresentação nos escalões etários intermédios (25-34 e 35-44 anos, sobretudo este último), bem como, pelo contrário, a subrepresentação de solteiros (menos de 5% contra 30% da amostra) e a concomitante sobrerepresentação de casados (78% contra 53%). Com um peso percentual igualmente superior à amostra estão os inquiridos em situação laboral activa (87% contra 65% da amostra). Como seria de esperar, também quanto à escolaridade se detectam níveis mais elevados por parte dos inquiridos incluídos na subamostra (designadamente 38% com graus de escolaridade iguais ou inferiores ao 2º Ciclo do Ensino básico, contra 47% na amostra). Quanto à Categoria socioprofissional as diferenças

não são significativas, sendo a mais visível a ligeira sobrerrepresentação de EDL (o desnível mais notório, de cerca de 3 pontos percentuais) e de PTE, à custa de O.

Um dado que importa reter é que os valores da subamostra sugerem que o perfil dos pais é mais favorável às práticas de leitura do que o da amostra. De facto, analisados os contingentes de leitores por suporte, isso é visível nos de revistas (80% contra 73% da totalidade da amostra), mas é igualmente patente quer nos leitores de jornais (86% contra 83%) quer nos de livros (60% contra 57%). O mesmo se passa quando se tem em conta a Tipologia de leitura uma vez que diminui a percentagem de Não-leitores (2,3% contra 4,7% da amostra) e cresce a do tipo de leitura Cumulativa (44% contra 41% da amostra). Já quanto à leitura de livros tal não se verifica uma vez que os Pequenos leitores se acentuam (73% contra 69% da amostra) e diminuem os Grandes leitores (2,9% contra 4,3% da amostra).

Para além das características dos pais importa ter também em conta as dos filhos, as quais são marcadas, naturalmente, pela diversidade de situações quanto ao número, à idade e à situação escolar. O número de filhos varia entre 1 e 9. O leque de idades vai dos zero aos dezassete anos e a escolaridade varia entre aqueles que não frequentam qualquer grau de ensino até aos que frequentam o ensino secundário. Quanto ao Sexo a tónica é de equilíbrio.

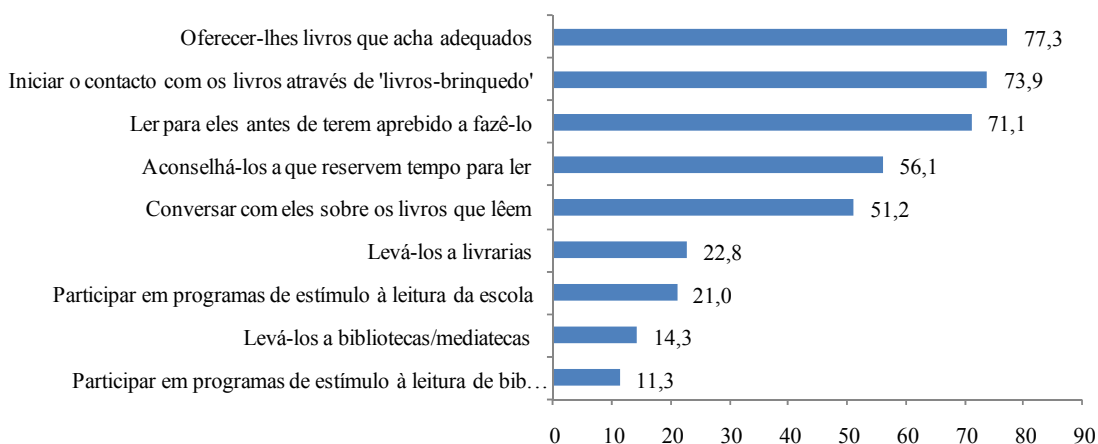
Estímulos familiares às práticas de leitura na infância

Passando à análise das iniciativas dos pais no sentido de estimular as práticas de leitura dos filhos quando crianças os valores percentuais sugerem uma diferenciação em três grupos (figura 8.4): as de *elevada adesão*, em que se incluem a oferta de livros adequados (77%), a iniciação do contacto com os livros através dos ‘livros-brinquedo’ (74%) e a leitura de livros antes que os filhos tenham aprendido a fazê-lo (71%); as de *adesão intermédia*, que agregam as opções de resposta Aconselhá-los a que reservem tempo para ler (56%) e Conversar com eles sobre os livros que lêem (51%); e as de *baixa adesão*, grupo em que se inclui Levá-los a livrarias (23%), Participar em programas de estímulo à leitura promovidos pela escola (21%), levá-los a bibliotecas/mediatecas (14%) e participar em programas de estímulo à leitura promovidos por bibliotecas públicas (11%). Estas últimas são iniciativas que implicam a deslocação a bibliotecas, equipamentos que registam também baixa frequência, o que talvez ajude a entender os valores registados.

Figura 8.4

Iniciativas dos pais para estimular a leitura dos filhos quando crianças (percentagem)

n = 732



Fonte: LP, 2007, base de dados.

Os resultados estão em linha com as conclusões de um inquérito realizado no início dos anos noventa em Portugal em que se refere que “os pais revelam interesse pelo conteúdo dos livros, pois não só procuram comprar obras de qualidade como dialogam sobre o assunto com os filhos” (Magalhães e Alçada, 1993: 107).

Uma análise em componentes principais revela a existência de duas associações das respostas, classificadas como *externalistas* e *intimistas* (quadro 8.21).

Quadro 8.21

Iniciativas de estímulo a práticas de leitura de filhos (análise em componentes principais)

	Factor 1	Factor 2
Externalistas		
Participar em programas de estímulo à leitura promovidos por bibliotecas públicas	,781	,022
Levá-los a bibliotecas/mediatecas	,730	,035
Participar em programas de estímulo à leitura promovidos pela escola	,730	,167
Levá-los a livrarias	,630	,186
Intimistas		
Oferecer-lhes livros que acha adequados	,118	,778
Ler para eles antes de terem aprendido a fazê-lo	,108	,765
Iniciar o contacto com os livros através de 'livros-brinquedo'	-,002	,723
Conversar com eles sobre os livros que lêem	,495	,527
Aconselhá-los a que reservem tempo para ler	,441	,507

Nota: Percentagem de variância explicada = 54%.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

A primeira implica necessariamente a intervenção de outros agentes e agrupa as iniciativas realizadas fora do contexto doméstico. Estas iniciativas compreendem a participação em

programas de estímulo à leitura promovidos quer pelas bibliotecas públicas quer pelas escolas, a visita a bibliotecas/mediatecas e ainda a visita a livrarias. Do conjunto de *iniciativas intimistas* por parte dos pais fazem parte a oferta de livros adequados, a leitura de livros antes que os filhos tenham aprendido a fazê-lo, a iniciação do contacto com os livros através dos ‘livros-brinquedo’, conversar com eles sobre os livros que lêem e o aconselhamento a que reservem tempo para ler.

Incentivo à realização de outras actividades culturais e educativas dos filhos

Contudo, importa saber que outras actividades os pais incentivam, as quais podem ser vistas como complementares às realizadas em contexto escolar. É destas actividades que a figura 8.5 dá conta.

Figura 8.5

Incentivo dos pais à prática de outras actividades por parte dos filhos (percentagem)
n = 732



Fonte: LP, 2007, base de dados.

Entre as opções de resposta consideradas no inquérito, a única referida por mais de metade da subamostra é Actividade física e desportiva (55%), registando as demais valores consideravelmente mais baixos que oscilam entre 9% e 38%. Repare-se que, à excepção de Expressão musical (referida por 28% dos inquiridos), os incentivos às práticas de expressão artística são os menos referidos e variam entre e 9% (Ateliers artísticos) e 17% (Dança e expressão corporal).

A análise em componentes principais revela três aglomerados de respostas relativas às actividades incentivadas pelos pais (quadro 8.22). No primeiro grupo estão associados incentivos a actividades de *expressão artística*; no segundo grupo, o mais heterogéneo, incentivos a *práticas culturais e desportivas*, que inclui expressão musical e actividade física, para além de saídas culturais; e no terceiro agrupam-se actividades relacionadas com o *estudo e a aprendizagem*.

Quadro 8.22

Incentivo dos pais à prática de outras actividades por parte dos filhos (análise em componentes principais)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Expressão artística			
Ateliers artísticos	,797	,109	,200
Ateliers pedagógicos/educativos	,709	,196	,173
Dança e expressão corporal	,699	,215	,076
Expressão dramática	,682	,269	,153
Artes plásticas	,677	,266	,165
Práticas culturais e desportivas			
Assistência a espectáculos, concertos, etc.	,269	,732	,107
Expressão musical	,355	,726	-,014
Actividade física e desportiva	,033	,638	,444
Visitas a museus ou exposições	,275	,631	,248
Estudo e aprendizagem			
Estudo acompanhado/explicações	,326	,036	,831
Aprendizagem de línguas	,156	,365	,710

Nota: percentagem de variância explicada = 62%; terceiro factor com valor próprio = 0,91.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Orientação das leituras dos filhos

Perto de metade dos progenitores (42%) afirma orientar as leituras dos seus filhos. Esta afirmação é mais nítida nas mães (50% contra 31% dos pais), entre aqueles cujas idades se situam entre os 25 e os 54 anos (44%), entre aqueles que possuem o 3º Ciclo do Ensino Básico (50%) ou o Ensino Médio ou Superior (46%) e regista o valor mais elevado na Categoria socioprofissional PTE (50% contra 25% dos TI e 33% dos O, para citar apenas os valores mais contrastantes)¹⁷¹.

Quanto aos motivos porque o fazem, todos os explicitados recolhem elevados níveis de resposta positiva, parte significativa deles em torno ou mesmo acima dos 90% (figura 8.6). Mais especificamente, o desenvolvimento da imaginação e da criatividade é o mais referido (93%) ao passo que a familiarização com bons autores é, a larga distância dos demais, o

¹⁷¹ Todos os cruzamentos com qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

menos evocado (60%). Todos os restantes motivos foram mencionados por mais de 80% daqueles que declaram orientar as leituras dos filhos.

Figura 8.6
Motivos para a orientação das leituras dos filhos (percentagem)



Nota: pergunta destinada apenas aos que orientam as leituras dos seus filhos (n = 305).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

A escola e a promoção da leitura junto dos filhos

Outro contexto decisivo na promoção da leitura é o escolar. Solicitada a opinião dos pais sobre um conjunto de possíveis acções de promoção da leitura nesse contexto, todos eles merecem níveis de adesão muito elevados o que confirma a importância atribuída à leitura e à sua promoção, tome esta a forma que tomar (quadro 8.23). Ainda assim, refira-se que o incentivo à leitura de livros adequados à idade dos alunos é a mais valorizada (94% consideram-na muito importante ou importante). Note-se que a adequação à idade é um aspecto já anteriormente frisado: a oferta de livros adequados é o meio a que os pais mais recorrem no sentido de estimular a leitura dos filhos (77%, ver atrás figura 8.4). Mas, voltando ao contexto escolar, retenha-se ainda a importância atribuída à dedicação de mais tempo lectivo à literatura (são igualmente 94% os que a consideram muito importante ou importante)¹⁷². Apesar de a promoção de sites na internet sobre a leitura apresentar, destacadamente, os valores mais elevados para Pouco importante e Nada importante, não deixa de ser significativo que mais de metade dos inquiridos a considerem Importante, o que indicia uma considerável abertura e reconhecimento do papel das TIC na promoção da leitura.

¹⁷² Ainda a propósito do tempo lectivo dedicado à leitura, refira-se que Verboord e Rees (2003: 285-288) defendem que o nível de leitura alcançado beneficia do número de horas de educação literária.

Quadro 8.23

Opiniões sobre acções a promover pela escola no sentido de estimular a leitura dos filhos (percentagem em linha)

n = 732

Opiniões	Grau de importância					Total
	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Ns/Nr	
Incentivar a leitura de livros adequados à idade dos alunos	47,8	46,3	1,1	1,0	3,8	100,0
Dedicar mais tempo lectivo à literatura	42,8	50,8	1,8	0,7	4,0	100,0
Promover actividades lúdicas à volta de livros e autores	38,3	54,6	2,0	0,5	4,5	100,0
Promover as actividades das bibliotecas escolares	37,6	54,4	3,0	1,0	4,1	100,0
Realizar feiras de livros	34,4	53,4	6,6	1,2	4,4	100,0
Incentivar o intercâmbio de livros entre alunos	34,3	52,6	7,7	1,5	4,0	100,0
Realizar iniciativas conjuntas com as bibliotecas públicas	30,9	56,6	6,6	1,0	5,1	100,0
Promover concursos, jogos e prémios sobre a leitura	29,5	55,6	7,4	1,4	6,1	100,0
Promover clubes de leitura	26,2	57,2	8,5	1,1	7,0	100,0
Promover sites na internet sobre a leitura em geral	21,9	54,2	12,8	2,9	8,2	100,0

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Percepção dos pais quanto à frequência de bibliotecas por parte dos filhos e aos estímulos destas à leitura

Como se viu antes no capítulo 4, tanto as bibliotecas públicas municipais como as bibliotecas escolares vêm registando evoluções muito positivas, quer em quantidade quer em qualidade, no que toca à disseminação pelo território nacional. Importa, portanto, ter uma noção da avaliação que os pais fazem da frequência destes equipamentos pelos seus filhos, tendo como pressuposto que têm uma noção suficientemente aproximada dessa frequência, em particular os de idades mais tenras.

Um primeiro dado refere-se às percentagens de não-respostas que se situam entre os 13% (biblioteca municipal) e os 15% (biblioteca escolar), percentagens que traduzem, porventura, a dificuldade de alguns pais em acompanhar as actividades dos filhos, sobretudo no tocante às bibliotecas escolares em que a sua intervenção é menos necessária. De resto, a frequência destas bibliotecas é, naturalmente, superior à de bibliotecas municipais, não só em termos de realização como de intensidade, o que se justifica uma vez que, para além do seu maior número e proximidade estão claramente associadas ao sistema de ensino que parte substancial dos filhos está a frequentar (quadro 8.24). São 37% os inquiridos que afirmam que os seus filhos Nunca frequentam Bibliotecas escolares, ao passo que a não frequência das Bibliotecas municipais se situa num valor bastante mais elevado (51%). São 44% os que referem que

frequenta muitas ou algumas vezes as primeiras, ao passo que são menos de metade (23%) os inquiridos correspondentes no que se refere às bibliotecas municipais.

Quadro 8.24

Frequência dos filhos por Tipo de biblioteca (*percentagem em linha*)

n = 732

Tipo de biblioteca	Frequência das bibliotecas					Total
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Escolar	10,9	32,8	5,1	36,5	14,7	100,0
Municipal	3,3	19,8	12,8	50,7	13,4	100,0

Fonte: LP, 2007, base de dados.

No sentido de entender se a frequência destes dois tipos de bibliotecas se processa de forma cumulativa ou isolada procedeu-se a um aprofundamento da análise com a criação de uma nova variável a partir da dicotomização das duas previamente existentes¹⁷³. Os resultados obtidos permitem concluir que, sempre de acordo com os pais, as situações mais comuns são a frequência cumulativa dos dois tipos de bibliotecas (40%) ou de nenhuma (41%). É baixa a percentagem daqueles que apenas frequentam bibliotecas escolares (17%) e ainda mais reduzida a dos que frequentam apenas bibliotecas municipais (2%)¹⁷⁴.

Quanto às razões da não frequência, a idade (precoce) dos filhos é (entre os Outros motivos) o mais apontado quanto às bibliotecas escolares¹⁷⁵ (41%) (quadro 8.25). A Inexistência de bibliotecas por perto determina mais a não frequência de Bibliotecas municipais (25%) do que a não frequência de Bibliotecas escolares (16%), o que, aliás, está de acordo com a maior disseminação territorial e a proximidade das bibliotecas escolares.

¹⁷³ Ou seja, Frequenta ainda que raramente e Nunca frequenta. Exclui não-respostas.

¹⁷⁴ Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$). Exclui não-respostas (n= 622). Fonte: LP, 2007, base de dados.

¹⁷⁵ O argumento da precocidade da idade dos filhos, sugerindo que a frequência das bibliotecas não se lhes adequa, encontra alguma justificação quanto às bibliotecas escolares (exemplos de respostas a Outros motivos: “porque é bebé”; “criança não sabe ler tem só 3 anos”; “porque o filho só tem 4 anos”; “não tem idade para frequentar bibliotecas”; “por agora não acho necessário”) uma vez que – tendo em conta a RBE - cobriam no final de 2008 cerca de 70% da população escolar (cerca de 1 milhão de alunos) através da existência de uma biblioteca na própria escola ou usufruindo do serviço de biblioteca de outra escola do agrupamento. No 1º ciclo abrangiam 36% dos alunos, no secundário 93% e, no 2º e 3º ciclo, 100% (Costa, Pegado, Ávila e Coelho, 2010: 49). Deve, no entanto lembrar-se que a tendência é justamente para a precocidade do contacto com as bibliotecas, tanto do ponto de vista dos equipamentos (por exemplo com o alargamento da RBE no pré-escolar) como da promoção da leitura junto de crianças de tenra idade, e mesmo bebês, em que as bibliotecas públicas são um importante instrumento.

Quadro 8.25

Razões de não frequência de Bibliotecas escolares e de Bibliotecas municipais por parte dos filhos
(percentagem)

Razões de não frequência	Bibliotecas	
	Escolar	Municipal
Tem outras maneiras de aceder a livros	31,1	36,4
Prioridade a outras actividades	23,6	26,7
Falta de tempo	20,2	25,3
Inexistência de bibliotecas por perto	16,5	25,3
Desinteresse	15,4	18,6
Falta de articulação entre actividades lectivas e a biblioteca	13,9	18,3
Falta de iniciativas atraentes por parte da biblioteca	11,6	16,4
Horários pouco flexíveis da biblioteca	11,6	14,8
Outros motivos	42,4	20,6
<i>Filhos muito novos</i>	40,5	19,3
<i>Restantes motivos</i>	1,9	1,3
<i>Bases</i>	267	371

Notas: i) Pergunta de resposta múltipla destinada aos inquiridos que responderam que os filhos nunca frequentam cada um dos tipos de bibliotecas; ii) As percentagens referem-se às respostas Sim; iii) “Outros motivos” resultam de codificação *a posteriori* de pergunta aberta; iv) “Restantes motivos” incluem, quanto às bibliotecas escolares, a inexistência de biblioteca na escola e, quanto às municipais, que chega ir à escolar.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Avaliação sobre os estímulos para a leitura dos filhos por parte das bibliotecas

O quadro 8.26 refere-se ao grau de importância que os pais atribuem a possíveis formas de estímulo à leitura por parte das bibliotecas. Também nesta dimensão os resultados mostram que os inquiridos conferem um elevado grau de importância a todos os estímulos considerados uma vez que a soma das opiniões Muito importante e Importante ascende, no mínimo, a 85% das respostas. Ainda assim, é possível destacar três estímulos mais valorizados: Ter uma selecção de livros adequada à idade que 56% dos inquiridos consideram Muito importante – repare-se que, mais uma vez, sobressai o argumento da adequação à idade (ver atrás figura 8.4 e quadro 8.23), Satisfazer o interesse e a curiosidade pessoais (55%) e Oferecer condições para desenvolver projectos escolares (51%).

Quadro 8.26

Importância atribuída a Estímulos à leitura dos filhos por parte das bibliotecas (percentagem em linha)

n = 640

Estímulos	Importância atribuída					Total
	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Ns/Nr	
Ter uma selecção de livros adequada à idade	55,9	39,2	1,3	0,6	3,0	100,0
Satisfazer o interesse e a curiosidade pessoais	54,7	40,9	0,5	0,8	3,1	100,0
Oferecer condições para desenvolver projectos escolares	51,1	43,9	0,9	0,8	3,3	100,0
Oferecer um ambiente atractivo	46,1	48,9	1,3	0,6	3,1	100,0
Associar a leitura a outras actividades culturais (teatro, conto, etc.)	41,3	52,3	2,5	0,8	3,3	100,0
Dar apoio à realização dos trabalhos de casa	41,1	44,5	5,5	1,4	4,5	100,0
Possibilitar o empréstimo domiciliário de livros, CDs, vídeos, etc.	40,9	48,8	4,8	1,9	3,6	100,0
Possibilitar o acesso a vários suportes multimédia (internet, CD, etc.)	36,1	52,2	6,4	0,9	4,4	100,0
Promover actividades com escritores	29,8	55,0	8,4	1,8	5,0	100,0

Base: respostas Muitas ou Algumas vezes na pergunta sobre a frequência de ida a bibliotecas escolares ou municipais.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Num grupo intermédio de formas de estímulo estão o ambiente atractivo das bibliotecas¹⁷⁶, a associação da leitura a outras práticas culturais, o apoio à realização dos trabalhos de casa e o empréstimo domiciliário. Repare-se ainda que, no conjunto dos estímulos considerados, aqueles que estão mais ligados às TIC – designadamente a possibilidade de acesso a suportes multimédia (internet, CD, etc.) – são relativamente pouco valorizados como formas de promoção da leitura. O mesmo acontece com actividades que promovam o contacto com escritores.

A análise em componentes principais revela a existência de dois aglomerados de respostas (quadro 8.27). Do primeiro grupo – que agrega formas *lúdicas e culturais* de incentivo à leitura por parte das bibliotecas – faz parte o acesso a livros e a outros suportes de leitura; as diversas iniciativas de animação e promoção da leitura; a selecção de livros adequados à idade e ainda o ambiente atractivo das bibliotecas. No segundo grupo, a agregação de respostas reflecte formas *instrumentais* de uso da biblioteca que integram apoios a actividades escolares.

¹⁷⁶ Para o caso das bibliotecas escolares, o ambiente apelativo e a adequação aos graus de ensino dos equipamentos escolares em que estão instaladas são características importantes que estudos recentes confirmam. Cita-se, a título de exemplo, as recomendações a este propósito feitas num relatório australiano (Wollcott Research Pty Ltd, 2001: 31-32).

Quadro 8.27

Formas de incentivo à leitura por parte das bibliotecas (análise em componentes principais)

	Factor 1	Factor 2
Lúdicas e culturais		
Possibilitar o acesso a vários suportes multimédia (internet, CD, etc.)	,790	,242
Possibilitar o empréstimo domiciliário de livros, CDs, vídeos, etc.	,786	,151
Associar a leitura a outras actividades culturais (teatro, conto, etc.)	,744	,244
Oferecer um ambiente atractivo	,738	,386
Ter uma selecção de livros adequada à idade	,677	,432
Satisfazer o interesse e a curiosidade pessoais	,600	,581
Promover actividades com escritores	,525	,475
Instrumentais (apoio à escola)		
Dar apoio à realização dos trabalhos de casa	,126	,905
Oferecer condições para desenvolver projectos escolares	,438	,783

Nota: percentagem de variância explicada = 68%; segundo factor com valor próprio = 0,86.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Entre os incentivos recebidos em criança e as práticas relativamente aos filhos: reprodução, iniciação, inexistência e não reprodução

Uma outra perspectiva relevante decorre do confronto entre os incentivos para a leitura recebidos na infância e os que desenvolve (ou fomenta) com os seus filhos, ou seja, poder-se-á falar de reprodução de práticas de incentivo? A resposta a esta questão far-se-á tendo em conta a leitura para as crianças por via do cruzamento da variável [em criança] Os seus pais ou familiares costumavam ler para si com a variável Ler para eles [filhos] antes de terem aprendido a fazê-lo¹⁷⁷. Observa-se, assim, uma relação directa: quanto mais intenso foi o incentivo à leitura no passado, mais frequentemente ele se verifica quando os inquiridos assumem a qualidade de pais.

As quatro relações¹⁷⁸ identificadas são: reprodução do incentivo recebido em criança relativamente aos filhos (*reprodução*); não reprodução do incentivo recebido em criança (*não reprodução*); incentivo aos filhos apesar de não ter recebido esse incentivo em criança (*iniciação*); ausência de incentivos, recebidos em criança ou para com os filhos (*inexistência*). A situação mais frequente é a Reprodução da prática de leitura para as crianças (45%). Pode concluir-se também que uma parte significativa daqueles que não foram ouvintes privilegiados das leituras na sua socialização primária assume actividades de leitura

¹⁷⁷ Respectivamente itens Q2_2 (escala) e Q62_2 (dicotómica) do questionário (em Anexo).

¹⁷⁸ Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$); Exclui não-respostas ($n = 716$). Fonte: LP, 2007, base de dados.

direccionadas para os filhos (26%). A Inexistência de incentivos e a Não reprodução registam valores muito próximos (15% e 14%, respectivamente).

Identificar os grupos sociais mais próximos de cada tipo de relação, em particular dos que configuram ausência de práticas de incentivo, pode contribuir para a definição de políticas públicas. Importa, portanto, identificar quais as características sociais associadas a cada um dos tipos de relações (quadro 8.28).

Quadro 8.28

Tipos de relação entre incentivos recebidos em criança e incentivos aos filhos por Sexo, Idade, Grau de escolaridade, Categoria socioprofissional e Tipologia de leitura (percentagem em linha)

	Tipos de relação entre incentivos recebidos em criança e incentivos aos filhos				Número
	Reprodução	Iniciação	Não reprodução	Inexistência	
Total	44,8	26,3	13,5	15,4	716
Sexo					
Feminino	49,0	29,1	9,9	12,0	416
Masculino	39,0	22,3	18,7	20,0	300
Idade					
15-24	43,2	13,5	29,7	13,5	37
25-34	52,3	22,0	17,9	7,8	218
35-54	41,8	28,8	10,0	19,4	438
Mais de 55 anos	34,8	39,1	13,0	13,0	23
Grau de escolaridade					
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	22,3	34,8	14,3	28,6	273
3º Ciclo do Ensino Básico	54,1	23,3	15,1	7,6	172
Ensino Secundário	57,6	21,5	13,1	7,9	191
Ensino Médio ou Superior	71,3	15,0	8,8	5,0	80
Categoria socioprofissional *					
EDL	50,7	22,4	13,4	13,4	134
PTE	69,0	14,9	12,6	3,4	87
TI	22,2	27,8	11,1	38,9	18
O	28,3	29,6	18,4	23,7	152
EE	47,0	28,3	11,3	13,4	283
Tipologia de leitura					
Não-leitores	23,5	5,9	5,9	64,7	17
Só um dos impressos - padrão	28,3	34,3	12,1	25,3	99
Parcelar	36,8	30,0	14,3	18,9	280
Cumulativa	58,1	21,6	13,8	6,6	320

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$); * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (674 casos, 94% dos casos em análise).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Constata-se que as mulheres se destacam claramente nos tipos Reprodução e Iniciação, ao passo que, pelo contrário, os homens são predominantes nos restantes dois tipos, Não reprodução e Inexistência. Quanto à Idade, pode apontar-se o escalão 25-34 anos como aquele em que a Reprodução tem mais peso (52%), ao mesmo tempo que os dois mais idosos se destacam quanto a Iniciação, sendo ainda de destacar que os mais jovens, pelo contrário, têm pesos muito significativos de Não reprodução, o que não deixa de ser significativo de algum abandono, justamente por parte dos jovens, de uma prática que possivelmente os marcou. Relativamente ao Grau de escolaridade, para além da confirmação das relações directas já conhecidas (positiva quanto à Reprodução, em particular) refira-se ainda o peso daqueles que têm até ao 2º CEB no tipo Inexistência (29%), assim se dando conta da reprodução, *mas agora da ausência de incentivos*. Quanto à Categoria socioprofissional, PTE destaca-se, sem surpresa, na Reprodução dos incentivos, ao passo que O é a categoria que mostra uma distribuição mais equilibrada uma vez que regista valores muito significativos nos restantes três tipos: Iniciação (30%), Não reprodução (18%) e Inexistência (24%), para além de 28% no tipo Reprodução.

Finalmente constata-se também, quanto à Tipologia de leitura, que a Reprodução dos incentivos está directamente relacionada com a exigência da leitura em número de suportes, verificando-se uma relação de sentido inverso no tipo Inexistência de incentivos.

Pode, portanto, dizer-se que se está perante a reprodução das desigualdades face á leitura.

Capítulo 9

LEITURA DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS

Viu-se já a existência, em certos países, de um contexto de diminuição do interesse e da prática de leitura (sobretudo) de livros. Contudo, tal diminuição repercute-se mais em certos géneros de livros do que noutros. Quais aqueles géneros em que mais se repercute? E em Portugal? Neste capítulo detalham-se as práticas de leitura dos três suportes de referência quanto aos géneros e aos locais de leitura. Trata-se ainda especificamente a leitura de livros segundo o contexto (lazer, escolar e profissional).

Leitura de livros*Géneros de livros: uma nota metodológica*

As questões acima colocadas têm subjacentes outras, prévias, de carácter metodológico: O que são géneros? Que géneros são considerados? Qual a relevância da abordagem por género? Os géneros permitem diferenciar leituras e leitores. Os sociólogos procuram incluir géneros suficientemente diversificados nos inquéritos de modo a dar conta das diferenças. Os sistemas de géneros não correspondem a conceitos *etic* mas sim *emic*, não são definidos à partida, inspiram-se nos termos normalmente utilizados assim procurando facilitar a sua identificação pelos inquiridos.

A abordagem da questão dos géneros de livros tem-se mostrado relevante – todos os inquéritos sobre leitura os incluem – mas apresenta várias dificuldades (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994: 209-216; Freitas, Casanova e Alves, 1997: 131-132). A primeira é que são vários os critérios usados na construção dos sistemas de opção de resposta que estão na base dos indicadores de preferências de géneros, assim dificultando a comparabilidade. Um dos aspectos que, de um ponto de vista diacrónico, mais contribui para as referidas dificuldades é que se vêm esbatendo as fronteiras entre géneros “maiores” e “menores”, entre “boas” e “más” leituras (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 32-33). Disso são exemplos a banda desenhada e o policial, só recentemente considerados.

Alguns inquéritos incluem mais géneros, outros menos. O modelo francês dos inquéritos às práticas culturais, por exemplo, inclui vários, mais precisamente quinze categorias (ou, melhor, opções de resposta, uma vez que alguns géneros são agregados numa mesma opção), para além de dez tipos de romances dirigidos aos leitores deste género (Donnat, 2009: 250-251). No SPPA (Estados Unidos), considera-se, nos inquéritos posteriores a 1992, sob a designação “literatura” três géneros: peças de teatro; poesia e romances ou contos (“plays; poetry; novels or short stories”) (Bradshaw e Nichols, 2004b: 21), e a mais comum questão genérica sobre a leitura de livros, excluindo os requeridos para o trabalho e a escola (Bradshaw e Nichols, 2004a: 64).

A opção tomada no inquérito LP foi diversificar os géneros considerados, tal como nos inquéritos anteriores, portugueses e franceses, não só sobre leitura mas também sobre práticas culturais (Donnat, 1994; 1998; Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994). Assim, a escolha dos géneros decorre dos resultados de inquéritos sociológicos e neles está subjacente a hierarquia e a heterogeneidade das preferências.

Os géneros são categorias, pretendem classificar as obras. Falando apenas dos livros, existem vários sistemas de classificação, designadamente os utilizados por profissionais da biblioteconomia e da edição e comercialização de livros de vários países, alguns muito detalhados e até em permanente actualização (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 55). Nos inquéritos sociológicos os sistemas de opções de respostas variam ao longo do tempo e de inquérito para inquérito. Em todo o caso, ao questionar sobre os géneros pretende-se reflectir, simultaneamente, o alargamento e diversificação (ou não) tanto da oferta como da procura, dar conta da democratização (ou não) da produção e dos consumos, correndo embora o risco da subjectividade das interpretações dos inquiridos sobre os conteúdos de cada género dificultar a medição da leitura “legítima” (a literatura, em particular os clássicos)¹⁷⁹. A consulta da parte relativa aos géneros incluída em vários questionários mostra com suficiente evidência que os utilizados, pese embora a recomendação para que sejam dadas “indicações precisas e explícitas sobre cada uma das categorias utilizadas” (Donnat, Freitas e Frank, 2001: 32-33) reproduzem as categorias énicas mais comumente utilizadas numa dada sociedade, presumivelmente de modo a que sejam suficientemente representativas da diversidade de escolhas possíveis.

De acordo com Wendy Griswold, a abordagem sociológica dos livros/materiais de leitura por género reflecte a estratificação social (Griswold, 2000: 117; Griswold, 2001: 4). A

¹⁷⁹ No inquérito às práticas culturais dos franceses utiliza-se uma questão com nomes de autores, mais concretamente treze (Donnat, 2009: 251).

diversidade de géneros está relacionada com o alargamento da cultura de leitura, não o seu fechamento como algumas interpretações comuns sugerem. Como já antes se referiu, mas importa talvez relembrar, numa dada cultura de leitura, “reading for entertainment takes place at most social levels, with reading materials stratified from belles lettres to comics and fotonovelas for the semi-literate” (Griswold, 2001: 4).

Contudo, tal não significa que não seja necessária mais pesquisa sobre os comportamentos de leitura com incidência nas maneiras como os materiais de leitura são classificados (Rees e Vipond, 2003: 152).

A introdução dos géneros na análise multivariada é muito relevante para a identificação dos tipos de relações com a leitura (Donnat, 1994; Stern, 2011). O alargamento dos géneros explicitados como opções de resposta nos questionários foi determinante na quantificação e identificação dos leitores, designadamente porque parte significativa dos inquiridos antes classificados como *não-leitores* passaram a ser considerados como *fracos leitores* (Robine, 2001a)¹⁸⁰.

De certo modo esta discussão poderia estender-se aos dois outros suportes. Considera-se que a utilização de leques mais ou menos alargados de géneros (ou categorias, ou tipos) de jornais e de revistas visa identificar segmentações de leitores. Assim, neste capítulo apresentam-se resultados quanto às preferências e aos tipos de preferências, bem como aos respectivos perfis por suportes e por géneros.

São três as clivagens sugeridas pela análise. A primeira é entre leitores do suporte em causa e não-leitores; a clivagem decorre de quais são os géneros, de cada suporte, mais e menos lidos; e a terceira clivagem tem a ver com a tipificação dos leitores de acordo com o conjunto de géneros que referiu ler mais frequentemente. Pretende-se não tanto detectar as leituras legítimas, eruditas, cultivadas, informadas, letradas, ou, pelo contrário, as populares¹⁸¹, mas sim a (eventual) diversidade das configurações das leituras, partindo da hipótese de que grande parte dos leitores é-o de vários géneros de livros, de jornais ou de revistas. Importa ainda ter em conta, especificamente quanto ao inquérito LP, que algumas opções de resposta agregam dois ou mais géneros supostamente afins. Para além disso incluem-se dois relativos à leitura escolar e profissional – as opções Livros escolares e Livros científicos e técnicos – e portanto algo distantes da noção de leitura como *prática cultural*. E

¹⁸⁰ O que também pode ser lido como uma “espécie de ‘democratização às avessas’ em que os acessos se abrem para os mais cultivados e, em vez de uma dessacralização da grande cultura se opera uma consagração de obras da ‘pequena leitura’” (Freitas e Santos, 1992a: 78). Esta é, no fundo, a tese de Richard A. Peterson e outros autores sobre os gostos culturais omnívoros (Peterson e Kern, 1996).

¹⁸¹ A propósito das leituras “populares”, de (pequenos) leitores, numa perspectiva qualitativa, ver Brasão e Kumar (2006).

haverá ainda que ter presente que a fronteira entre os diversos contextos de leitura é cada vez mais ténue (Ariño, 2010). Estuda-se na escola com base em livros escolares mas também se lêem obras literárias recomendadas, e o mesmo se passa em casa (no conhecido regime TPC, Trabalho Para Casa). Entre os adultos, activos, incentiva-se a formação profissional, contínua, parte substancial dela feita em casa, a qual também não dispensa as leituras, o que leva Horellou-Lafarge e Segré a referir que o tempo de lazer é, por vezes, *devorado* pelo trabalho (2003: 87-88).

Feita esta nota entra-se agora na análise da leitura a partir dos géneros referidos a qual evidencia, desde logo, e como seria de esperar, diferentes pesos percentuais, permitindo hierarquizar as preferências dos leitores (quadro 9.1).

Quadro 9.1

Leitura por Género de livro, por Idade e por Sexo (médias e percentagem)

n = 2.552

Género de livro	Total (%)	Idade (média)	Sexo (percentagem em linha)		
			Feminino	Masculino	Diferença
Romances de amor	18,1	39,2	82,5	17,5	64,9
Romances de grandes autores contemporâneos	17,4	41,0	64,8	35,2	29,6
Policiais/espionagem/ficção científica	17,2	35,9	43,2	56,8	-13,6
Livros científicos e técnicos	13,5	36,5	40,3	59,7	-19,4
Romances históricos	11,8	43,5	62,8	37,2	25,6
Livros de culinária/decoração/jardinagem/bricolage	10,6	42,6	84,5	15,5	69,0
Livros escolares	8,1	25,0	53,4	46,6	6,8
Banda desenhada	7,2	30,2	38,9	61,1	-22,2
Ensaio políticos, filosóficos ou religiosos	7,0	51,5	62,9	37,1	25,8
Livros de viagens/explorações/reportagens	6,4	35,9	45,4	54,6	-9,2
Enciclopédias/dicionários	5,7	40,8	49,7	50,3	-,7
Livros de poesia	5,1	40,0	69,5	30,5	38,9
Livros infantis/juvenis	3,2	32,9	86,4	13,6	72,8
Livros de arte/fotografia	2,1	36,3	56,6	43,4	13,2
<i>Não lê livros</i>	<i>43,1</i>				

Notas: pergunta limitada ao máximo de três respostas/géneros que lê mais frequentemente; qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos (Sexo) ($p < 0,05$); percentagens por Sexo reportam-se aos que assinalaram cada um dos géneros.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Contudo, ainda que a amplitude percentual seja relativamente elevada (varia entre 2% e 18%), importa salientar que não há propriamente nenhum que se destaque claramente dos

demais¹⁸². Assim, entre os mais referidos situam-se os Romances de amor (18%), os Romances de grandes autores contemporâneos e os Policiais/espionagem/ficção científica (ambos representam 17% da amostra). Entre os géneros menos referidos estão os Livros de poesia¹⁸³ (5%), os Livros infantis/juvenis (3%) e os Livros de arte/fotografia (2%).

Observada segundo a média, as idades dos leitores apresentam diferenças assinaláveis consoante o género. Variam entre os 25 anos nos Livros escolares¹⁸⁴ e os 52 anos nos Ensaios políticos, filosóficos ou religiosos. A organização das médias por grupos de dez anos evidencia talvez mais claramente as diferenças (quadro 9.2).

Quadro 9.2

Género de livro por Grupo de médias de idades

Grupo de médias de idade	Género
25-29	Escolares Banda desenhada
30-39	Infantis/Juvenis Viagens/explorações/reportagens Policiais/espionagem/ficção científica Científicos e técnicos Arte/fotografia Romances de amor
40-49	Romances de grandes autores contemporâneos Romances históricos Poesia Enciclopédias/dicionários Culinária/Decoração
Mais de 50 anos	Ensaios políticos, filosóficos ou religiosos

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Uma abordagem similar segundo o Sexo¹⁸⁵ evidencia, talvez de forma ainda mais vincada, as diferentes ancoragens dos géneros considerados (quadro 9.3). Em alguns a dominância é claramente feminina (Livros infantis/juvenis; Livros de culinária/decoração/

¹⁸² Quanto aos géneros considerados nas opções de resposta importa destacar o desdobramento de “romance” em três de acordo com a conclusão de que a principal segmentação é entre “romance” e outros géneros (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 132) e as conclusões de Donnat (1994: 288) reflectidas em Santos, Neves, Lima e Carvalho (2007: 102:103). Também no estudo sobre práticas culturais dos lisboetas as preferências pelo “romance” (30%) diferenciam-se com clareza do segundo género mais referido, “policiais/espionagem” (24%) (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994: 210). Note-se que, no conjunto dos três géneros (critério: assinalou pelo menos um deles), as respostas significam 35% da amostra contra 14% de “livros técnicos e científicos”. Estes resultados recomendam a inclusão de opções de respostas mais detalhadas relativas a “romance”, o que foi feito no LP.

¹⁸³ Sobre os não-públicos, ou não-leitores, de poesia contemporânea ver Vogels (2004).

¹⁸⁴ As médias das idades registadas em Livros escolares (25,0), bem como em Livros infantis/juvenis (32,9) poderão reflectir, por um lado, os apoios nos deveres escolares por parte de familiares e, por outro, as leituras para os mais pequenos. Serão, assim, mais leituras *para* os mais novos e menos *dos* mais novos, pelo menos dos que são pais, como sugerem os seguintes resultados: 88% dos 32 casos de pais que assinalaram Livros escolares costumam ler os manuais escolares muitas ou algumas vezes; 90% dos 51 casos de pais que assinalaram Livros infantis/juvenis leram para os filhos antes de estes aprenderem a fazê-lo (Fonte: LP, 2007, base de dados).

¹⁸⁵ Na abordagem por Sexo o critério seguido é a dominância em termos percentuais.

jardinagem/bricolage; Romances de amor), noutros ela é (embora menos) claramente masculina (em particular Banda desenhada¹⁸⁶) e apenas num género (Enciclopédias/dicionários), a distribuição é equilibrada. Estas segmentações estão de acordo com os resultados de outros estudos, realizados tanto em Portugal (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994: 211) como em França (Donnat, 1994) e Espanha (Ariño, 2010), em particular no que se refere aos géneros Romances de amor (predominantemente feminino) e Policiais/espionagem/ficção (predominantemente masculino).

Quadro 9.3

Género de livro por Sexo

Sexo	Género
Feminino	Infantis/Juvenis Culinária/Decoração Ensaio políticos, filosóficos ou religiosos Romances de amor Poesia Romances de grandes autores contemporâneos Romances históricos Arte/fotografia Escolares
Masculino	Banda desenhada Científicos e técnicos Policiais/espionagem/ficção científica Viagens/explorações/reportagens
Equilíbrio	Enciclopédias/dicionários

Notas: Género correspondente a Equilíbrio com diferenças entre sexos menor do que 1%; o género é classificado como dominante por Sexo quando regista o valor percentual mais elevado em cada cruzamento.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Utilizando o mesmo modo de apuramento, agora segundo a Categoria socioprofissional, constata-se que, na maioria dos géneros, os valores percentuais mais elevados recaem nos PTE. Apenas dois deles registam preferências mais elevadas por parte dos EE (quadro 9.4).

¹⁸⁶ Sobre banda desenhada ver o perfil dos visitantes do Festival Internacional de Banda Desenhada, o qual coincide com o dos leitores aqui identificado: jovem e jovem adulto (média de idades de 31 anos), predominantemente masculino e mais escolarizado (Santos, Dona e Cardoso, 2006: 23).

Quadro 9.4

Género de livro por Categoria socioprofissional

Categoria socioprofissional	Género
EDL	-
PTE	Enciclopédias/dicionários (15,1%) Ensaio políticos, filosóficos ou religiosos (13,9%) Científicos e técnicos (44,0%) Arte/fotografia (4,8%) Viagens/explorações/reportagens (11,9%) Escolares (9,1%) Infantis/Juvenis (5,6%) Policiais/espionagem/ficção científica (2,8%) Romances de grandes autores contemporâneos (28,2%) Romances históricos (17,5%)
TI	-
O	-
EE	Culinária/Decoração (15,1%) Romances de amor (22,8%)

Notas: não significativo, uma vez que a diferença entre categorias se situa abaixo de 3% - Banda desenhada; Poesia; O género é classificado como dominante quando regista o valor percentual mais elevado em cada cruzamento e este é estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

O cruzamento dos géneros referidos pela Tipologia de leitores de livros permite identificar aqueles que mais se destacam em cada tipo (quadro 9.5). As combinatórias não deixam de ser reveladoras (significativas ou não estatisticamente), sendo de destacar que o género Científicos e técnicos domina entre os Grandes leitores.

Quadro 9.5

Género de livro por Tipo de leitor de livros

Tipo de leitor de livros	Género de livro <i>(qui-quadrado significativo)</i>	Género de livro <i>(qui-quadrado não significativo)</i>
Grandes	Científicos e técnicos Arte/fotografia Romances históricos ($p < 0,06$)	Ensaio políticos, filosóficos ou religiosos Poesia Viagens/explorações/reportagens
Médios	Escolares Banda desenhada Policiais/espionagem/ficção científica	Infantis/Juvenis Romances de amor Romances de grandes autores contemporâneos
Pequenos	Culinária/Decoração/Jardinagem/Bricolage	

Nota: não significativo, diferença abaixo de 1%: Enciclopédias/dicionários; qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Especificidade e cumulatividade dos géneros lidos

Num outro plano, refira-se ainda que a hierarquia atrás referida não significa exclusividade de géneros preferidos, muito pelo contrário. De facto a maioria dos leitores (79%) declara ler dois ou mais géneros. Antes de observar com maior detalhe a *cumulatividade* (ou leitura extensiva) importará analisar a *especificidade*. Utiliza-se para tal como medida o *peso*

específico o qual se refere à percentagem daqueles que mencionaram apenas o género em causa. Deste modo, constata-se que é nos Romances de amor que o valor é mais elevado, mesmo assim apenas de 4%. Seguem-se os Livros científicos e técnicos e os Policiais/espionagem/Ficção científica (ambos com 3%), os Romances de grandes autores contemporâneos, Ensaios políticos, filosóficos ou religiosos, Livros escolares e Romances históricos (todos com um peso específico de 2%).

Estes valores evidenciam portanto baixos níveis de leitores especializados. Mas que géneros se lêem cumulativamente? Uma análise estatística multivariada¹⁸⁷ permite avançar uma resposta. Na análise realizada retiveram-se cinco grupos ou perfis-tipo de acordo com os géneros de livros que declaram ler habitualmente (quadro 9.6).

O grupo *romance* (29%) evidencia-se pela leitura de Romances de amor; o grupo designado por *ficção* (22%) por uma forte incidência na leitura de livros Policiais/espionagem/ficção científica; o grupo *escolares e práticos* (19%) caracteriza-se essencialmente pela leitura de Romances históricos, Livros escolares, Livros de viagens/explorações/reportagens e Livros de culinária/decoração/jardinagem/bricolagem e demarca-se ainda dos demais pela leitura de Livros infantis/juvenis; o grupo *técnicos* (18%) demarca-se principalmente pela leitura de Livros científicos e técnicos; finalmente, o grupo designado por *vária* (13%) caracteriza-se pela leitura de vários géneros com destaque para Romances de grandes autores contemporâneos e pela leitura de Ensaios políticos, filosóficos e religiosos, sendo que marca ainda presença assinalável neste grupo a leitura de obras de consulta como dicionários e enciclopédias.

Como se viu anteriormente, o perfil dos leitores de livros é socialmente vincado: feminizado, juvenilizado e qualificado no tocante à escolaridade e à categoria socioprofissional. O cruzamento com as variáveis sociográficas permite detectar segmentações naquele perfil social predominante de acordo com os géneros de livros habitualmente lidos. A abordagem por Tipologia de leitores de livros é muito significativa: os Pequenos incidem sobretudo no tipo *vária*, os Médios no tipo *ficção* e os Grandes no tipo *técnicos*. Porém, note-se como aspecto mais saliente, tendo em conta a noção de classe de leitores, que este último tipo se destaca como o mais qualificado tanto em termos escolares como da actividade socioprofissional, com sobrerepresentação do tipo de leitura Cumulativa (para além dos Grandes leitores) e em que os homens são dominantes.

¹⁸⁷ K-means cluster.

Quadro 9.6

Perfis de Tipos de leitores de livros de acordo com os géneros lidos mais frequentemente

Tipos	Perfis
Romance (29,0%)	Sobrerrepresentação feminina acentuada (84%). Especial incidência de indivíduos com baixos níveis de escolaridade (Até 2º Ciclo do Ensino Básico e 3º Ciclo do Ensino Básico). Quanto à Idade evidencia-se o escalão 35-54 anos (36% contra 34% do total). São sobretudo indivíduos Activos. Atendendo à Categoria socioprofissional, sobressaem os EE (57% contra 46% do total) e, no que respeita à Tipologia de leitura, estão ligeiramente sobrerrepresentados neste grupo os leitores parcelares (26% contra 25% do total). De acordo com a Tipologia de leitores de livros os Pequenos e Médios leitores registam valores ligeiramente mais elevados tendo em conta os totais, à custa do baixo valor dos Grandes (2,5% contra 4,2% do total).
Ficção (21,6%)	Sobrerrepresentação dos homens (67%). Atendendo ao Grau de escolaridade, ganham especial relevância os indivíduos com Ensino Secundário (40% contra 32% do total considerado). Destaca-se a juvenildade (29% tem entre 15-24 anos, contra 24% do total) e, conseqüentemente, uma sobrerrepresentação da condição de Estudante (20% contra 16% do total). Porém, para além dos EE (40%) O (25%) é a que se evidencia pela sobrerrepresentação face ao total. Atendendo à Tipologia de leitura, e apesar da larga maioria que representam os leitores dos três suportes (leitura Cumulativa, 73%), destaca-se o peso significativo dos leitores parcelares (26%). E quanto à Tipologia de leitores de livros o dado que mais se destaca é a percentagem do tipo Médios, com 30% (contra 27% do total).
Escolares e práticos (18,7%)	Maioritariamente constituído por mulheres (57%). Comparativamente com o grupo Ficção este é menos escolarizado. É também um grupo mais jovem (31% tem entre 15-24 anos, contra 24% do total). Atendendo à Condição perante o trabalho mais uma vez se evidenciam os Estudantes (24%, contra 16% do total) mas (também) os Outros não activos (21% contra 20% do total). Quanto à Categoria socioprofissional, evidenciam-se EE e O. Considerando a Tipologia de leitura, é de destacar o peso significativo dos leitores parcelares (27%). De acordo com a Tipologia de leitores de livros tanto os Pequenos como os Grandes estão aqui sobrerrepresentados
Técnicos (17,9%)	Constituído maioritariamente por homens (55%). É ainda o grupo mais escolarizado – 36% detêm o grau de Ensino Médio ou Superior, contra 17% do total. Quanto à Idade, o escalão com maior peso é o dos jovens activos 25-34 anos (30% contra 23% do total). Atendendo à Condição perante o trabalho, evidenciam-se os indivíduos Activos e, considerando a Categoria socioprofissional, salienta-se a categoria EDL (20% contra 16% do total), mas sobretudo a categoria PTE (38% contra 18% do total). Na Tipologia de leitura, é de salientar o peso significativo dos leitores dos três suportes (leitura Cumulativa, 76%). E, de acordo com Tipologia de leitores de livros, os Grandes registam aqui o valor mais elevado que quase dobra a percentagem total (8,3% contra 4,2%).
Vária (12,8%)	Sobrerrepresentação do Sexo Feminino (69%). Sobressaem os indivíduos com formação Até 2º Ciclo Ensino Básico (46% contra 31% do total) e os com Ensino Médio ou Superior (16%). Relativamente à Idade, é de destacar o peso dos indivíduos com mais de 55 anos (37% contra 20% do total). Conseqüentemente é também significativa a Condição perante o trabalho de Outros não activos (33% contra 20% do total). Porém, sobressaem neste grupo categorias socioprofissionais como EE (51%), O (18%) e TI (6%). Considerando a Tipologia de leitura, é de destacar a sobrerrepresentação neste grupo dos que só lêem um impresso padrão – neste caso o livro (8% contra 4% do total). No que concerne à Tipologia de leitores de livros destacam-se claramente os Pequenos que registam a percentagem que mais se desvia, para mais, face ao total (76% contra 69%).

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: leitores de livros ($n = 1.452$), excepto Categoria socioprofissional restrita aos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (86% dos casos em análise) e Tipologia de leitores de livros ($n = 1.395$).

Fonte: a partir de LP, (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 104-105), excepto cruzamento com Tipologia de leitura de livros, LP, 2007, base de dados.

Este dado constitui mais um contributo para que se considere a leitura por razões profissionais, e não apenas a leitura lúdica, entre as práticas características da classe de leitores.

Leitura de livros e nacionalidade dos autores

O apuramento dos níveis de leitura¹⁸⁸ pela nacionalidade dos autores e pela língua em que estão acessíveis mostra que a preferência geral vai para os autores portugueses em língua portuguesa (96%) (quadro 9.7).

*Quadro 9.7***Leitura de livros por Autores e língua** (percentagem em linha)

Autores e língua	Leitura de livros			Total
	Sim	Nunca	Ns/Nr	
Portugueses	95,6	2,8	1,6	100,0
Estrangeiros traduzidos para a língua portuguesa	87,7	10,4	2,0	100,0
Estrangeiros em língua estrangeira	20,9	78,2	0,8	100,0

Base: leitores de livros (n = 1.452).

Notas: i) pergunta destinada aos que lêem livros; ii) Sim inclui Muitas vezes, Algumas vezes e Raramente.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Contudo, o aspecto central é a disponibilidade na língua materna uma vez que também a leitura de autores estrangeiros traduzidos para português está largamente difundida (88%)¹⁸⁹. Ainda assim, deve notar-se que um em cada cinco declara ler livros de autores estrangeiros em língua estrangeira. Estes leitores apresentam sensivelmente as mesmas características dos leitores de livros em português: mais jovens, predominantemente mulheres e com especial incidência nos PTE.

Leitura de livros: escolar, profissional e de lazer

Como se viu já, os contextos, ou razões de leitura, são vários. Têm sido utilizadas três categorias analíticas: lazer, escolar e profissional. Relembre-se que o primeiro refere-se à leitura como ocupação de tempos livres; o segundo às leituras realizadas no quadro da frequência dos vários níveis de ensino; e o terceiro às leituras realizadas no âmbito dos desempenhos profissionais. As fronteiras nem sempre são claras e as implicações que advêm de diferentes interpretações das questões também não são de fácil apreensão. Apesar disso é

¹⁸⁸ Trata-se aqui da leitura de livros.

¹⁸⁹ Esta constatação parece contrastar com o que se verifica noutros países. Um indício nesse sentido é que na Holanda, por exemplo, desde o fim dos anos oitenta que se gasta mais dinheiro em literatura traduzida do que em autores literários holandeses (Rees e Vipond, 2003: 152). Numa outra perspectiva, e de acordo com os dados da BNP (Depósito Legal), a grande maioria dos títulos depositados é de língua portuguesa original (exemplo: 71% em 2007) (Neves e Santos, 2010b: 78).

analiticamente relevante comparar os posicionamentos dos inquiridos a este propósito. A razão ligada à escola foi desdobrada em leitura obrigatória e não obrigatória¹⁹⁰.

Qual a relação hierárquica entre elas na sociedade portuguesa? O quadro 9.8 mostra as respostas obtidas quanto aos livros lidos no período de referência (12 meses). Numa primeira abordagem verifica-se que a leitura (de pelo menos um livro) sem ser para a escola/trabalho é a única maioritária (87%) destacando-se claramente face às restantes uma vez que estas oscilam entre 23% e 30%. Note-se ainda a significativa diferença entre leitura educativa não obrigatória e obrigatória, com vantagem para aquela (30% contra 23%). *Confirma-se assim que a leitura de livros é sobretudo uma prática cultural.* A distribuição pelos escalões de livros lidos atesta igualmente, por outro lado, que os leitores situados no escalão mais baixo (1-3 livros) são maioritários, embora a leitura sem ser para a escola/trabalho mostre um rasto assinalável nos demais escalões.

Quadro 9.8

Número de livros lidos por razões de leitura (percentagem em linha)

Razões de leitura de livros	Número de livros lidos							Total
	Nenhum	Pelo menos 1	1-3	4-7	8-12	13 ou mais	Ns/Nr	
Outras razões sem ser para a escola/trabalho	11,4	86,5	54,5	22,8	5,5	3,7	2,1	100,0
Educativas (leitura não obrigatória)	67,6	30,1	19,6	7,0	2,3	1,2	2,3	100,0
Educativas (leitura obrigatória)	74,9	23,1	12,1	7,8	2,1	1,1	2,1	100,0
Profissionais	75,6	22,8	14,9	5,0	1,9	1,0	1,6	100,0

Base: leitores de livros (n = 1.452).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 107).

Embora, em rigor, a leitura de livros em contexto educativo não seja exclusiva daqueles cuja condição é serem estudantes¹⁹¹ a especificidade desta condição ajuda com certeza a explicar uma parte significativa dos valores referidos. Considerando a disjunção das duas razões (obrigatória *ou* não obrigatória) o valor global da leitura de livros em contexto educativo sobe para 37%.

Importará ter em conta a relação com a frequência escolar ou de cursos de formação pelo que haverá que detalhar os resultados obtidos nestas duas questões quanto aos estudantes (quadro 9.9). A leitura obrigatória (pelo menos um livro) é referida por 84% dos estudantes,

¹⁹⁰ A questão aqui analisada segue de perto a formulada no Eurobarómetro 56.0 (2001). As comparações foram analisadas em capítulo anterior. De momento refira-se apenas que os valores de realização são, em termos de estrutura percentual, similares às da média europeia, e em termos de valores ligeiramente superiores àquela média nas várias razões consideradas.

¹⁹¹ Está-se a pensar naqueles que não são *apenas* estudantes, como os trabalhadores-estudantes, nos próprios professores, ou ainda de pais e outros encarregados de educação no acompanhamento das actividades escolares.

ao passo que a leitura não obrigatória regista uma percentagem substancialmente menor, 60%. Consequentemente, as percentagens por número de livros lidos são sempre superiores quando se trata de leitura obrigatória.

Quadro 9.9

Número de livros lidos (estudantes) **por razões educativas** (percentagem em linha)

Razões educativas da leitura	Número de livros lidos					Total	Número
	Nenhum	1-3	4-7	8-12	13 ou mais		
Não obrigatória	39,9	36,0	15,4	6,6	2,2	100,0	228
Obrigatória	15,6	41,3	30,7	8,9	3,6	100,0	225

Base: estudantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

A leitura por razões profissionais segue, quanto à sua distribuição por Sexo, Idade e Categoria socioprofissional, os resultados já verificados noutras dimensões: leitura predominantemente masculina, com maior incidência entre os activos mais jovens (entendam-se por tal os que têm idades situadas entre os 25 e os 44 anos) e com maior destaque entre os PTE.

Em síntese pode dizer-se que, de acordo com este indicador, se confirma que a razão mais generalizada para a leitura de livros é a leitura de lazer. Constata-se que, seja qual for a razão para a leitura, os que declararam ler entre 1 e 3 livros constituem os contingentes mais significativos. A razão educativa significa, apesar de tudo, um contributo não despreciando para a leitura, em particular no tocante às leituras recomendadas, não obrigatórias. A leitura profissional é a menos significativa, ainda assim prática de 1 em cada 5 leitores. Porém, nestas duas razões é possivelmente mais marcada a explicação pela situação perante o trabalho. Isto embora a leitura educativa não se esgote nos motivos escolares e as profissionais nos motivos ligados ao emprego.

Leitura de livros por prazer e por motivos profissionais: uma perspectiva da classe de leitores

E qual a relação entre as razões profissionais e de lazer? Serão cumulativas ou mutuamente exclusivas? De acordo com o quadro 9.10 para a maioria (69%) é exclusiva, confirmando-se

assim, de novo, que a principal razão da leitura de livros é o lazer. Mas revela ainda que um em cada cinco leitores lê pelas duas razões¹⁹².

Quadro 9.10

Leitura de livros por Outras razões sem ser escola/trabalho e por Razões profissionais (percentagem e número)

		Outras razões sem ser escola/trabalho	
		Não	Sim
Razões profissionais	Não	7,8 (110)	68,7 (970)
	Sim	3,9 (55)	19,6 (277)

Base: leitores de livros de pelo menos uma das razões em análise (n = 1.412).

Notas: (i) o período de referência é “últimos 12 meses”; (ii) Não = Nenhum; Sim = Pelo menos um.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Considerando que o contingente situado na intersecção das duas razões se aproxima da noção de classe de leitores proposta por Wendy Griswold (os indivíduos que lêem “routinely” para o trabalho e por entretenimento) torna-se relevante aprofundar a sua composição socioprofissional. Haverá também que depurar essa categoria de modo a aproximá-la do que entende por “routinely”. A opção tomada distingue os que lêem entre 1 e 3 e os que lêem mais de 4 livros nos 12 meses de referência¹⁹³ (quadro 9.11).

Quadro 9.11

Razões de leitura por Categoria socioprofissional (percentagem em coluna)

Razões de leitura	Categoria socioprofissional					Total
	EDL	PTE	TI	O	EE	
Nenhuma	8,0	4,3	8,0	5,2	5,8	5,8
Só lazer	62,9	40,9	72,0	82,0	76,3	68,5
Só profissional	6,9	7,7	4,0	5,2	2,3	4,5
Ambas	22,3	47,1	16,0	7,7	15,6	21,1
<i>Dos quais...</i>						
<i>Pequenos</i>	18,3	37,0	8,0	6,7	13,5	17,3
<i>Grandes</i>	4,0	10,1	8,0	1,0	2,1	3,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo (p < 0,05).

Base: casos classificados quanto à Categoria socioprofissional (n = 1.122).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

¹⁹² O que significa que 11% da amostra leu pelo menos um livro nos últimos 12 meses pelas duas razões.

¹⁹³ Ainda que este patamar esteja muito distante do que possa ser considerado como “routinely” – como antes se assinalou, a autora também assimila a classe de leitores aos leitores “avid” (mais de 50 livros por ano), ou, pelo menos, “frequent” (12-49) – a opção tomada aproxima-se da noção de Griswold e permite a realização de cruzamentos estatisticamente significativos. Tenha-se em conta que se está a operar com duas razões de leitura em simultâneo, o que poderá significar que se lida com aqueles que lêem pelo menos 8 livros anualmente.

Uma primeira conclusão é que a categoria PTE se evidencia por ser a única com uma distribuição bimodal, ou seja, com um peso significativo não só na leitura Só lazer (41%) mas sobretudo em Ambas (47%). A segunda conclusão é que o peso estatístico da noção de classe de leitores, aqui operacionalizada, é inferior a 4%

Qual o perfil social predominante deste último contingente, talvez o que mais se aproxima da noção de classe de leitores? A habitual predominância feminina esbate-se face ao crescimento da percentagem dos homens, o que se compreende uma vez que se está a operar com os livros profissionais, género que os homens lêem mais (52% *versus* 48%); situam-se principalmente nas idades activas (25-54 anos); com Ensino Médio ou Superior; e com especial incidência nos PTE. São predominantemente Médios e Grandes leitores de livros, com leitura Cumulativa. Mas importa salientar que o perfil social predominante desta categoria de leitores (*a classe de leitores portuguesa?*) distingue-se substancialmente dos demais perfis quanto ao Sexo, uma vez que nas restantes variáveis o que se verifica é um aumento percentual das categorias por norma (já) mais volumosas.

Leitura de livros como prática cultural: quando leu o último e como os escolhe

Perto de um em cada três leitores leu o último livro (excluindo escolares ou profissionais) Há menos de 1 mês (29%), ou seja, pode considerar-se que está a ler no momento do inquérito. Esse é o principal contingente no conjunto das opções propostas. Somadas, as duas opções que se reportam a um mês (a outra é Há cerca de um mês) abarcam quase metade (48%) dos leitores de livros. De resto assinala-se que 26% leram Há 2/3 meses e que 1,5% declaram só ler livros de estudo ou profissionais (Santos, Neves, Lima e Santos, 2007: 109).

Como se esperaria, a maioria dos Grandes leitores leu o último livro há menos de 1 mês, o mesmo acontecendo com quase metade dos Médios leitores (quadro 9.12). Pelo contrário, a maioria dos Pequenos leitores leram o último livro há mais de um mês.

São vários os factores que podem determinar a escolha dos livros sem serem escolares ou profissionais. Desde os ligados às redes de sociabilidade (familiares, amigos, colegas), ao campo literário e às obras (críticas, programas na televisão, prémios atribuídos ao autor ou à obra, nome do autor, indicação do livreiro), aos aspectos informativos ou mesmo à publicidade (catálogos, capa, título ou índice), passando pelo gosto pessoal. A importância atribuída a cada factor apresenta uma grande amplitude de valores. A partir da figura 9.1 é possível identificar quatro níveis.

Quadro 9.12

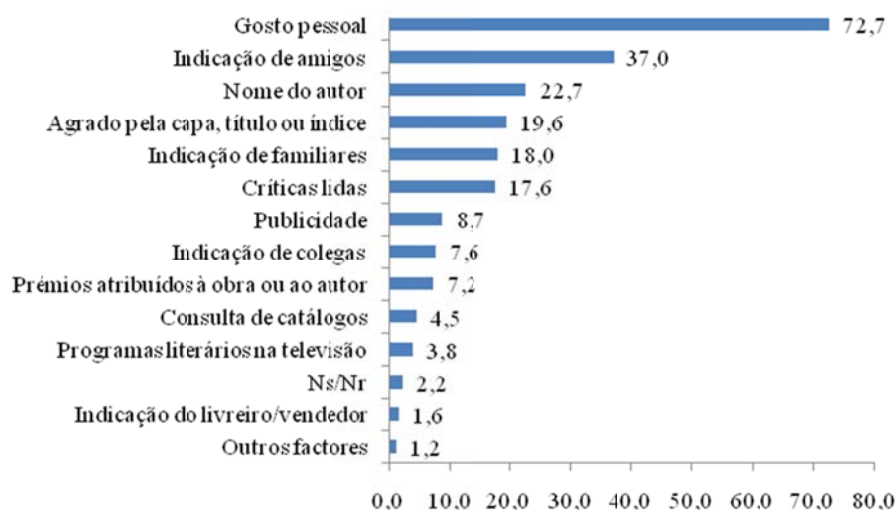
Leitura do último livro (sem ser escolar ou profissional) **por Tipologia de leitores de livros** (percentagem em coluna)

Leitura do último livro	Tipologia de leitores de livros			Total
	Pequenos	Médios	Grandes	
Há menos de 1 mês	19,9	46,8	86,4	29,8
Há cerca de 1 mês	15,9	27,8	5,1	18,6
Há mais tempo	64,2	25,4	8,5	51,6
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
<i>Bases</i>	<i>966</i>	<i>370</i>	<i>59</i>	<i>1.395</i>

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Figura 9.1

Factores mais importantes na escolha dos livros que lê (percentagem)



Base: leitores de livros (n = 1.452).

Notas: pergunta destinada aos que lêem livros e limitada ao máximo de três respostas; fora das necessidades escolares ou profissionais.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 113).

O factor a que os leitores atribuem mais importância na escolha dos livros é, destacadamente, o Gosto pessoal (73%)¹⁹⁴. Num segundo nível, embora a grande distância, surge Indicação de amigos (37%). No terceiro nível incluem-se quatro factores separados por uma diferença de 5 pontos percentuais, nos quais sobressai ligeiramente Nome do autor (23%). No quarto nível, a Publicidade é o mais referido (9%) e o menos referido é Indicação

¹⁹⁴ Sobre as motivações que sustentam os hábitos de leitura, note-se a “acentuada percepção de que a leitura é uma leitura eminentemente lúdica” dado que 71% indicam o gosto pela leitura como o facto que mais influencia a existência do hábito de ler (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994: 199).

do livreiro/vendedor (2%). Estes valores parecem estar de acordo com as conclusões de Van Rees e Vermunt (1996) que sugerem que a leitura se desenvolve através da experiência satisfatória com o trabalho do autor, não com o impacto dos “book reviews”.

O que revelam as variáveis independentes relativamente aos factores em causa? A análise por Sexo mostra que as mulheres registam valores superiores aos dos homens na generalidade dos factores considerados. Entre aqueles em que os diferenciais são mais elevados estão Indicação de amigos (25% contra 17%), Gosto pessoal (47% contra 35%) e Nome do autor (15% contra 11%). Da análise por Grau de escolaridade verifica-se que quanto mais elevado, maior a importância atribuída a cada factor. Esta relação é mais visível em factores como Indicação de amigos, Críticas lidas, Gosto pessoal, Prémios atribuídos à obra ou ao autor, Agrado pela capa, título ou índice e Nome do autor. O cruzamento com a Idade mostra uma clivagem entre aqueles que têm até 34 anos e os mais velhos uma vez que os primeiros registam, por norma, valores mais elevados do que os segundos. Não admira, portanto, que em vários factores se registre uma relação indirecta com a Idade – quanto mais idosos menor a importância atribuída. Estão nestas condições factores como Indicação de amigos, Críticas lidas, Gosto pessoal e Agrado pela capa, título ou índice. Do ponto de vista da Categoria socioprofissional, nota-se a maior permeabilidade à generalidade dos factores por parte dos PTE, tanto nos associados às relações de sociabilidade (por exemplo Indicação de amigos), como noutros mais próximos do campo literário (Críticas lidas, Nome do autor e Prémios atribuídos à obra ou ao autor), e também no factor Publicidade.

Quanto ao tipo de leitores de livros, verifica-se que as hierarquias dos factores não diferem substancialmente, mas importa assinalar algumas diferenças que aproximam factores “legítimos” e níveis mais elevados de leitura. Assim, o peso do factor Críticas lidas é substancialmente mais elevado entre os Médios e Grandes leitores do que entre os Pequenos leitores. Os Grandes leitores são claramente mais sensíveis aos Programas literários na televisão, ao passo que entre os Pequenos e Médios a Publicidade é um factor com algum significado, o qual, por sua vez, não tem qualquer repercussão entre os Grandes. E a Indicação de familiares é um factor mais relevante entre os Pequenos do que entre os dois outros tipos de leitores.

A leitura de jornais

Quanto à leitura de jornais, é uma prática declarada de 83% da amostra¹⁹⁵. Este valor significa um significativo crescimento de 14 pontos percentuais relativamente ao inquérito de 1995. Analisa-se seguidamente a leitura e a distribuição dos leitores por tipo de jornal e por secção.

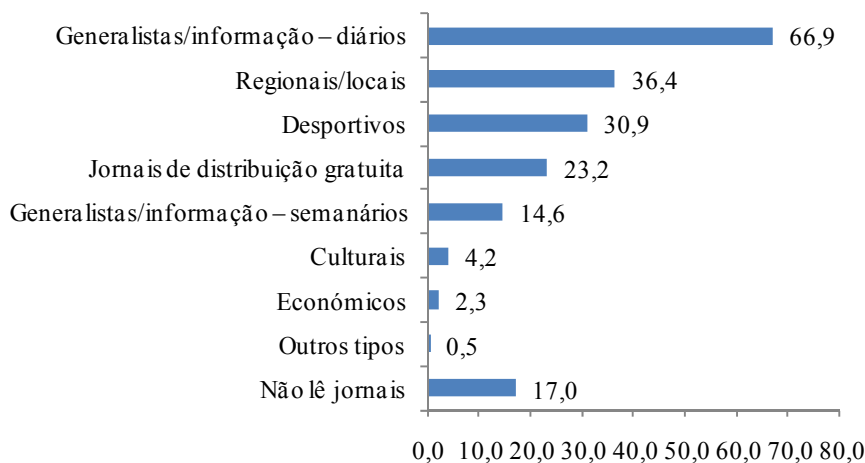
Leituras e leitores de jornais por tipo

Entre os tipos de jornais mais referidos avultam os Generalistas/informação – diários (com 67%), ao passo que, pelo contrário, os Culturais e os Económicos se destacam por serem claramente minoritários (4% e 2%, respectivamente) (figura 9.2). Saliente-se ainda o impacto dos Jornais de distribuição gratuita, lidos habitualmente por 23% dos inquiridos.

Figura 9.2

Tipos de jornais lidos habitualmente (percentagem)

n = 2.552



Nota: pergunta de resposta múltipla.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 87).

Uma outra perspectiva analítica é a do *peso específico* de cada género de jornal. Tal como para os livros, fornece a percentagem dos leitores que referem exclusivamente o género em

¹⁹⁵ Percentagem próxima da registada num estudo transnacional (87%) para uma amostra menos jovem (25-74 anos). O único país com uma percentagem mais baixa é a Itália (31%) (Beck-Domzalska, 2011: 180).

causa. Neste suporte representa 33% do total de leitores, portanto significativamente superior ao dos livros (21%).

É nos jornais Generalistas/informação – diários que se encontra o valor mais elevado: os que lêem exclusivamente este tipo de jornais representam 21% do total de leitores de jornais. Seguem-se, a larga distância, os Jornais desportivos com 4% e os Jornais de distribuição gratuita com menos de 2%¹⁹⁶. O peso específico dos que lêem apenas jornais Culturais é irrelevante e os que lêem apenas jornais Económicos é nulo.

Contudo, como se depreende, a leitura de jornais é frequentemente cumulativa. Quais então as combinatórias dominantes das leituras dos vários tipos? Uma análise estatística multivariada¹⁹⁷ permite responder a esta questão. Os inquiridos foram assim classificados em cinco perfis-tipo (quadro 9.13).

O grupo *quotidianos gerais* (44%) caracteriza-se essencialmente pela leitura de jornais diários, mas também pela leitura dos jornais desportivos e dos de distribuição gratuita, diferenciando-se ainda pela não leitura de semanários; o grupo dos *desportivos quotidianos* (14%) evidencia-se, tal como o anterior, pela leitura de jornais diários e, sobretudo, pela leitura de jornais desportivos e regionais/locais; *locais quotidianos* (22%) compreende apenas a leitura de jornais regionais/locais e de alguma imprensa diária generalista; *cumulativos* (10%), evidencia-se neste grupo a leitura de vários géneros de jornais, sobretudo semanários, diários e regionais/locais; finalmente, no grupo dos leitores de jornais *desportivos não quotidianos* (10%) destaca-se a leitura de jornais desportivos e de semanários.

Os perfis sociais predominantes dos diferentes tipos apresentam algumas diferenças. De acordo com a Tipologia de leitores de livros, consta-se que os Pequenos se destacam em especial nos grupos *locais quotidianos* (em que predominam as mulheres) e nos *desportivos quotidianos* (em que, pelo contrário, predominam os homens). Os Médios, tal como os Grandes, por seu turno, destacam-se nos *cumulativos*.

Estes resultados sugerem que a principal diferença é a que coloca, de um lado, os Pequenos e, do outro, os Médios e os Grandes leitores, uma vez que entre estes dois últimos as diferenças são de contingentes, não de comportamento leitor. Por outro lado, não deixa de ser significativa a proximidade entre os (Médios e) Grandes leitores e o tipo *cumulativo*, proximidade que parece confirmar que os diferentes suportes escritos (livros, jornais e

¹⁹⁶ Lembre-se que em 1995 não existiam ainda jornais gratuitos, pelo menos com as características dos actualmente conhecidos. Note-se que o acréscimo de 14 pontos percentuais na percentagem de leitores de jornais face a 1995 apenas em (muito pequena) pode ser explicado *em exclusivo* por este tipo de jornais.

¹⁹⁷ K-means cluster.

revistas) não são propriamente concorrentes entre si, a leitura é uma *prática global* como sugerem Dumontier, Singly e Thélot (1990: 73).

Quadro 9.13

Perfis de Tipos de leitores de jornais

Tipos	Perfis
Quotidianos gerais (43,9%)	Ligeira sobrerepresentação do sexo Masculino (54% contra 46% do total de leitores de jornais) e predominância de graus de escolaridade baixos (47% dos indivíduos que compõem este grupo têm Até 2º Ciclo do Ensino Básico, contra 45% do total). Quanto à Idade, detecta-se uma ligeira subrepresentação de inquiridos com Mais de 55 anos (24% contra 25% do total). Este grupo é constituído sobretudo por Activos (68%) e, de acordo com a Categoria socioprofissional, essencialmente por EE (43%) e O (31%). Relativamente à Tipologia de leitura destaca-se a percentagem de leitores parcelares (42%) e à Tipologia de leitores de livros manifesta-se uma ligeira sobrerepresentação dos Pequenos (72% contra 69% do total).
Locais quotidianos (22,4%)	Sobrerepresentação das mulheres (76%) e, atendendo ao Grau de escolaridade, uma especial incidência na formação Até ao 2º Ciclo do Ensino Básico (54% contra 45% do total). Sobressaem ainda idades superiores a 35 anos (73% contra 62% do total). Relativamente à Condição perante o trabalho sobressaem os Não activos (30% contra 24% do total) e, quanto à Categoria socioprofissional, é na dos EDL, e também na dos EE que os indivíduos que compõem este grupo mais se evidenciam. Na Tipologia de leitura evidencia-se o tipo Cumulativa (51%). Na Tipologia de leitores de livros destaca-se o tipo Pequenos, que regista o valor mais elevado (75% contra 69% do total).
Desportivos quotidianos (13,9%)	Fortemente masculinizado (90% contra 52% do total). Também aqui predominam baixos níveis de escolaridade (48% tem Até 2º Ciclo do Ensino Básico), porém estão sobrerepresentadas as idades acima dos 55 anos (28%). Quanto à Condição perante o trabalho, os indivíduos que compõem este grupo são sobretudo Activos (68%) e a Categoria socioprofissional predominante é O (38% contra 28% do total). Tanto na Tipologia de leitura como na Tipologia de leitores de livros os tipos menos exigentes estão sobrerepresentados, mais nesta (74% contra 69%) do que naquela (16% contra 15% do total).
Cumulativos (10,1%)	Sobrerepresentação do sexo Feminino (67%), embora menos vincada que no grupo anterior. Porém, este é claramente o grupo mais escolarizado (33% têm o grau Ensino Médio ou Superior, contra 11% do total). Relativamente à Idade, e embora o peso percentual das faixas etárias acompanhe o total, é possível detectar uma ligeira sobrerepresentação do escalão 25-34 anos (36% contra 37% do total). Quanto à condição perante o trabalho observa-se uma incidência em Outros não Activos (27% contra 24% do total). É na categoria PTE que os indivíduos que compõem este grupo mais se evidenciam (29% contra 12% do total). Importa ainda referir que neste grupo a percentagem do tipo de leitura Cumulativa alcança os 83%. Esta conclusão sai reforçada quando se trata da Tipologia de leitores de livros, em que se evidenciam os Médios (40% contra 27% do total) e sobretudo os Grandes, uma vez que o valor aqui verificado é o mais elevado (8% contra 4% do total).
Desportivos não quotidianos (9,8%)	Claramente masculinizado (77%), embora não tanto como o grupo <i>desportivos quotidianos</i> (90%, como se viu). Mas detectam-se outras diferenças entre estes dois grupos: o dos <i>desportivos não quotidianos</i> é mais jovem e mais escolarizado. E atendendo à Condição perante o trabalho, sobressaem de forma vincada os Estudantes (24%, contra 9% dos <i>desportivos quotidianos</i>). Porém, quando Activos, é nas categorias PTE e TI que os indivíduos que compõem este grupo mais se evidenciam, ao passo que, como se viu, no grupo anterior essa predominância recai nos Operários. Na Tipologia de leitura tanto o tipo Só um dos impressos – padrão como a leitura Cumulativa apresentam percentagens acima da média. Mas, pelo contrário, no que respeita à Tipologia de leitores de livros, apenas os Médios estão sobrerepresentados (33% contra 27% da média).

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: leitores de jornais ($n = 2.119$) excepto Categoria socioprofissional restrita aos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (86% dos casos em análise) e Tipologia de leitores de livros ($n = 1.187$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 89-90), excepto Tipologia de leitores de livros, LP, 2007, base de dados.

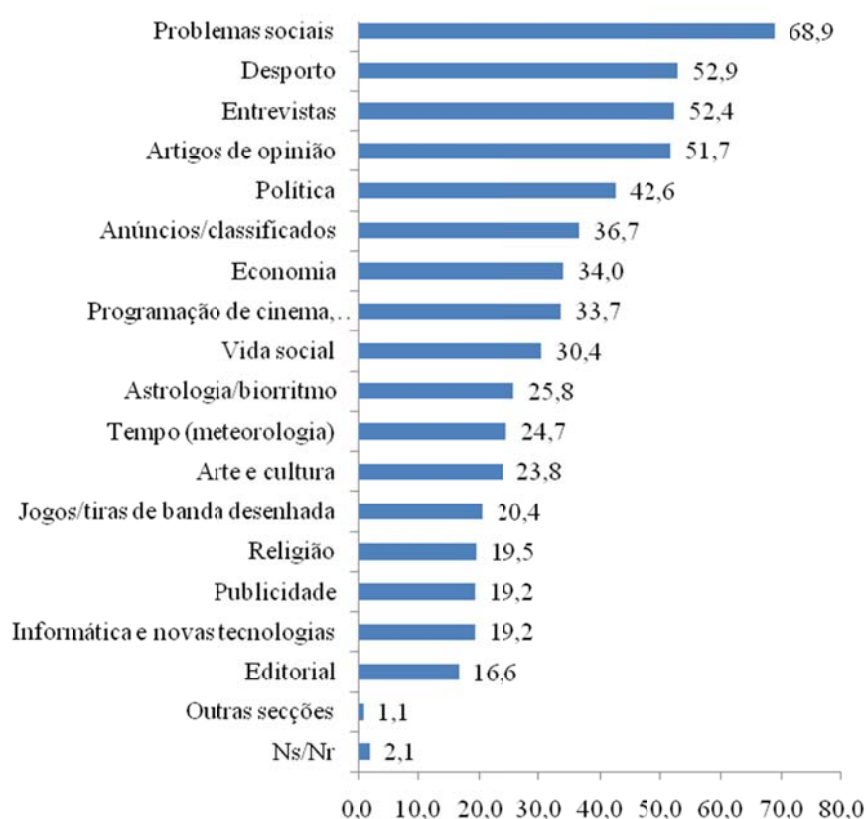
Leitura de jornais por secções

Quanto às secções habitualmente lidas, a mais referida, com 69%, é Problemas sociais (figura 9.3). Seguem-se (com valores acima dos 50%) a de Desporto (53%), a de Entrevistas e a de Artigos de opinião (ambas com 52%). A secção Arte e cultura é referida por 24% dos que lêem jornais. A menos lida é a secção Editorial (17%).

Figura 9.3

Secções de jornais lidas habitualmente (percentagem)

n = 2.119



Nota: pergunta de resposta múltipla.

Base: leitores de jornais (n = 2.119).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 92).

A leitura de revistas

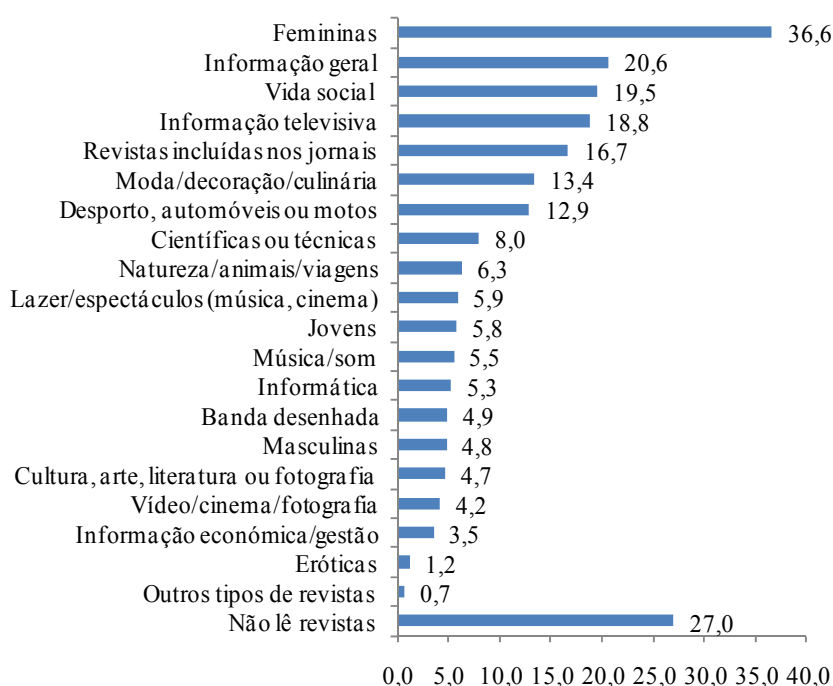
Relativamente à *leitura de revistas*, 73% do total da amostra declara ler pelo menos um tipo, valor que significa um crescimento de 4 pontos percentuais relativamente a 1995. Por tipo, os mais lidos são as Femininas (37% do total de inquiridos), as de Informação geral (21%) e as de Vida social (20%) (figura 9.4). Entre as habitualmente menos lidas estão as de

Informação económica/gestão e as de Vídeo/cinema/fotografia (ambas com 4%) e as Eróticas (1%). São 32% os que lêem um único tipo de revista, o que evidencia, de novo, a cumulatividade da leitura dos vários tipos. Esta percentagem está próxima da dos jornais (33%, recorde-se) e ambas algo distantes da dos livros (21%).

Figura 9.4

Tipos de revistas lidos habitualmente (percentagem)

n = 2.552



Nota: pergunta de resposta múltipla.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 92).

Também quanto a este suporte será útil referir o *peso específico* de cada tipo. O mais elevado é o das revistas Femininas (12%). Seguem-se as Revistas incluídas nos jornais (com 5%), as de Informação geral (4%), as de Vida social e as de Desporto, automóveis e motos (ambas com 3%). O peso dos que apenas lêem revistas Eróticas é nulo e o dos que só lêem revistas de Banda desenhada ou de Lazer/espectáculos (música, cinema) não chega a representar 1% do total de leitores deste suporte.

De acordo com os perfis sociais predominantes a principal característica dos leitores de revistas é que são... leitoras. Contudo esse perfil merece alguma análise tendo em conta os diferentes tipos de revistas. Assim também para este suporte se procurou identificar

segmentações que permitissem traçar perfis mais finos¹⁹⁸ tendo-se isolado três grupos ou perfis-tipo.

Quadro 9.14

Perfis de Tipos de leitores de revistas

Tipos	Perfis
Feminino (46,4%)	Sobrerrepresentação das mulheres (84% contra 52% do total). Quanto ao Grau de escolaridade, sobressai o 3º Ciclo de Ensino Básico (20% contra 18%) e quanto à Idade evidencia-se o escalão 35-54 anos (39% contra 35%). Atendendo à Categoria socioprofissional sobressaem os EE (56% contra 42%). Do ponto de vista da Tipologia de leitores destacam-se Só um dos impressos-padrão (o valor que mais se destaca, para mais, relativamente ao total, 7% contra 5%) e Parcelar (44% contra 39% da média) e, quanto à Tipologia de leitores de livros, o registo mantêm-se: o tipo Pequenos destaca-se com clareza (78% contra 69%).
Generalista (45,3%)	Sobrerrepresentação dos homens (66% contra 48% do total) e com particular incidência nos inquiridos com fracas qualificações escolares (51% têm Até 2º Ciclo do Ensino Básico, contra 47% do total) e idades mais avançadas (os com Mais de 55 anos representam 32% contra 27%). Atendendo à Condição perante o trabalho, são significativos os indivíduos em situação profissional não activa (26% contra 24%). Porém, quando activos, assiste-se a uma sobrerrepresentação dos O (33%) e uma subrepresentação dos EE (35%). A distribuição segundo a Tipologia de leitura regista uma ligeira sobredeterminação na leitura Cumulativa (57% contra 56%), e, segundo a Tipologia de leitores de livros o que mais se destaca é que segue a média sem desvios assinaláveis.
Cumulativo (8,3%)	A diferenciação quanto ao Sexo não é tão pronunciada. É claramente o grupo mais escolarizado: 29% detém o Ensino Médio ou Superior. É ainda o grupo mais jovem uma vez que 52% tem entre 15 e 34 anos (representam 38% no total). No que diz respeito à Condição perante o trabalho, detecta-se uma particular incidência nos Estudantes (18% contra 10% do total) e em indivíduos em situação activa (68%). Relativamente à Categoria socioprofissional, observa-se uma sobrerrepresentação dos PTE (27%) e EDL (20%). É neste grupo que o tipo de leitura Cumulativa tem maior expressão (93%), sendo que é também neste grupo que os tipos de leitores mais exigentes (Médios e Grandes) estão sobrerrepresentados.

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: leitores de revistas ($n = 1.863$), excepto Categoria socioprofissional restrita aos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (83% dos casos em análise) e Tipologia de leitores de livros ($n = 1.161$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 96-97), excepto Tipologia de leitores de livros, LP, 2007, base de dados.

Quanto às características do grupo *feminino* (46%) evidencia-se uma forte incidência nas revistas Femininas e (menos forte) nas revistas de Informação televisiva, Vida social e Moda/decoração/culinária. No grupo aqui designado por *generalista* (45%) a leitura distribui-se por um conjunto relativamente alargado de revistas com particular incidência nas de Informação geral, de Informação televisiva, Vida social e também Revistas incluídas em jornais. Contrastando com os anteriores, o grupo *cumulativo* (8%) evidencia claramente uma leitura de vários tipos de revistas, sobretudo as de Informação geral, as incluídas em jornais, as de Lazer/espectáculos e as de Natureza/animais/viagens. O cruzamento com as variáveis sociográficas (ver quadro 9.14) permite aprofundar a caracterização destes grupos, relativizando assim o perfil geral antes identificado.

¹⁹⁸ K-means cluster.

Note-se ainda que o cruzamento com a Tipologia de leitores de livros mostra que os Pequenos se destacam no tipo *generalista* e os Médios e Grandes no tipo *cumulativo*, ou seja, verifica-se (*de novo*) uma certa proximidade entre estes dois tipos.

Locais de leitura de livros, jornais e revistas

Nas sociedades ocidentais generalizam-se as condições que mais influem na possibilidade de ler em múltiplos locais (Griswold, 2008: 53). De facto, embora o espaço doméstico, privado, seja o espaço por excelência, o que reúne mais e melhores condições para a prática da leitura (sensação de segurança, espaço, sossego e iluminação, bibliotecas domésticas, para citar apenas algumas das mais determinantes), também outros espaços públicos, para além das bibliotecas, como os transportes colectivos e ainda locais semi-públicos (como os cafés, restaurantes e similares) são propícios à leitura (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 104). Wendy Griswold enumera os locais de leitura *no espaço doméstico*, especificando que, nos EUA, metade dos leitores de livros lê-os na cama, à noite (Griswold, 2000: 106-107). Descreve igualmente as condições favoráveis a tal prática nos espaços públicos e privados a partir da situação de um país em que essas condições são (no mínimo) escassas, como a Nigéria (Griswold, 2000: 101-102), comparação iluminadora para quem, de há tanto viver num contexto propício à leitura nos mais diversos espaços, é tentado a considerar tal prática como normal, independentemente das respectivas condições.

Em Portugal, como noutros países, é comum ver pessoas a ler nos mais diversos locais – praças, jardins, praias, cafés, restaurantes, transportes públicos, etc. Mas qual o seu significado estatístico? E como se distribuem pelos três suportes? O inquérito LP inclui uma pergunta (de resposta múltipla) com oito opções de resposta comuns aos três suportes de leitura que permite responder às questões colocadas. Embora sem detalhar muito os locais possíveis¹⁹⁹, os resultados evidenciam diferenças assinaláveis consoante o suporte²⁰⁰. De facto, embora a casa seja claramente o local privilegiado na leitura de livros²⁰¹ (96%), o

¹⁹⁹ Não são considerados, por exemplo consultórios médicos e outros locais de espera como os cabeleireiros, os serviços da administração com atendimento ao público, etc., nem se esmiúçam os locais no espaço doméstico, como a cama, a sala, a casa de banho, escritório, jardim, etc. Será, talvez, adequada a sua inclusão em futuros inquéritos na medida em que revelam outras relações com a leitura.

²⁰⁰ Diferenças que se estendem, naturalmente, às características sociais dos leitores. Refira-se apenas alguns dos principais traços: O (e homens) destacam-se pela leitura de jornais nos cafés e restaurantes ao passo que EE (e mulheres) se destacam nas leituras nos transportes e EDL no local de trabalho (mulheres nos livros e revistas, sem diferenças de relevo nos jornais) (fonte: LP, 2007, base de dados).

²⁰¹ Ver Ariño (2010: 48) para o caso espanhol, em que a casa se situa igualmente a níveis muito elevados como lugar preferido para a leitura, na ordem dos 91%, o que aliás se mantém desde 1998.

mesmo não se passa com os outros dois suportes (quadro 9.15). Ainda quanto à leitura de livros, os locais que registam os valores menos baixos são a escola (10%) e o local de emprego/trabalho (8%) e ainda as bibliotecas, mediatecas ou arquivos (7%).

Quadro 9.15

Locais de leitura por Suporte (*percentagem das bases*)

Locais de leitura	Suporte		
	Livros	Jornais	Revistas
Em casa	96,3	61,3	82,0
Na escola	9,5	1,5	2,9
No local de emprego/trabalho	8,4	22,7	20,8
Em bibliotecas, mediatecas ou arquivos	6,5	1,1	1,1
Nos transportes públicos	5,3	8,4	8,1
No café ou restaurante	4,3	61,9	29,1
Em casa de familiares	2,3	4,7	6,1
Em casa de amigos/colegas	1,4	3,9	7,2
<i>Bases</i>	<i>1.452</i>	<i>2.119</i>	<i>1.863</i>

Bases: leitores por suporte.

Nota: pergunta de resposta múltipla.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 116).

Já quanto à leitura de jornais, No café ou restaurante (62%) supera ligeiramente a opção Em casa (61%) e, embora a grande distância, refira-se ainda que o Local de emprego/trabalho tem, apesar de tudo, um peso significativo (23%). Entre as respostas mais expressivas na leitura de revistas voltam a evidenciar-se a casa como local preponderante (82%) seguida, a larga distância, de No café ou restaurante (29%) e No local de emprego/trabalho (21%). As Bibliotecas, mediatecas ou arquivos e a Escola são os locais menos referidos tanto para a leitura de jornais como de revistas registando ambos um valor residual de 1%.

Assim, do ponto de vista dos locais de leitura, a de livros evidencia-se pela elevada concentração num único, o doméstico, a leitura de jornais é a mais desconcentrada, realizada em locais públicos e semi-públicos, ocupando a leitura de revistas uma posição intermédia no que respeita à estrutura percentual dos locais, ainda que mais próxima da dos livros. Pelo que, embora os locais em que a leitura de livros tem lugar sejam muito diversos, o espaço doméstico é, também em Portugal²⁰², em termos de peso estatístico, destacadamente o preferido. É também um local pelo qual concorrem as várias leituras. Não apenas da leitura como prática cultural, de lazer, mas também as relacionadas com a escola e, mais genericamente, com o estudo e com as inserções profissionais.

²⁰² Num estudo sobre a Bélgica o valor correspondente é 80% (Bouillin-Dartevelle, Thoveron e Noël, 1991: 195).

Capítulo 10

MEIOS DE ACESSO AOS LIVROS E FREQUÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O acesso aos livros é uma dimensão fundamental da cultura de leitura. O acesso aos livros em texto impresso pode ser feito através de várias formas, as mais comuns das quais são a aquisição (directa ou indirecta, por via de oferta) que dá lugar a bibliotecas domésticas, e outras formas como por exemplo o empréstimo por conhecidos e familiares e a leitura (consulta) ou empréstimo domiciliário de bibliotecas. Neste capítulo analisa-se a aquisição de livros, as bibliotecas domésticas e os outros modos de acesso ao livro impresso, e o acesso aos livros por via da frequência das bibliotecas.

Livros: aquisição e locais

Tratam-se agora vários aspectos relacionados com a aquisição de livros – quantidade, locais de compra e frequência – incluindo a compra online e para oferta. Quanto ao primeiro aspecto, mais de metade dos inquiridos não comprou qualquer livro, sem ser escolar ou profissional, no último ano (quadro 10.1). Os compradores de livros são sobretudo Pequenos (32%), sendo que apenas em pequena percentagem (5%) são Grandes.

O cruzamento com as variáveis sociográficas mostra que as características dos que não compraram nenhum e dos compradores dos vários escalões diferem significativamente (quadro 10.2). Os que declaram *não ter adquirido livros* são sobretudo homens (62%)²⁰³. É visível uma relação inversa quanto ao Grau de escolaridade: quanto maior é a formação escolar menor a percentagem dos que não compram livros sem serem escolares ou profissionais. Detecta-se ainda uma relação directa com a Idade, ou seja, quanto mais avançada maior a percentagem dos que não compram livros. São sobretudo os Outros não activos que não compram livros (66%). Do ponto de vista da Categoria socioprofissional,

²⁰³ Por conseguinte a compra de livros é mais comum entre as mulheres do que entre os homens – tal como, aliás, a compra de livros para oferecer, como se verá mais adiante – conclusão que coincide com a verificada em Espanha, mas ao passo que neste país ela se verifica apenas recentemente (inquérito 2006-2007) – em anos anteriores regista-se a situação inversa, ou seja, a compra de livros era uma prática masculina (Ariño, 2010: 72-73) – em Portugal, pelo contrário, esta era uma prática feminizada já no inquérito de 1995 (76% das mulheres contra 59% dos homens) (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 156).

evidenciam-se as categorias O (75%) e TI (61%). Atendendo ao Capital escolar familiar, é no tipo Precário que têm maior incidência (60%).

Quadro 10.1

Número de livros comprados (excluindo escolares ou profissionais) (*percentagem em coluna*)

Número de livros comprados	Percentagem	Comprador	Percentagem
1 a 5	32,0	Pequeno	33,2
6 a 10	8,0	Médio	8,3
11 a 15	2,5	Grande	5,1
16 a 20	,9		
21 a 30	,7		
Mais de 30	,7		
Nenhum	51,4		53,4
Ns-Nr	3,7		-
<i>Total</i>	<i>100,0</i>		<i>100,0</i>
<i>Bases</i>	<i>2.552</i>		<i>2.458</i>

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Nota: período de referência é “último ano”.

E como se caracterizam os que compram livros? Quanto ao Sexo, não só há mais mulheres compradoras como elas compram mais livros. Por Grau de escolaridade, aqueles que têm o Ensino Secundário destacam-se entre os Pequenos compradores, ao passo que os situados no Ensino Médio ou Superior têm um peso mais elevado tanto nos Médios como nos Grandes compradores. Quanto à Idade destaque-se as percentagens de Médios compradores nos grupos 15-24 e 25-34 anos, o que pode justificar a importância relativa que os Estudantes detêm. Por Categoria socioprofissional os PTE têm os pesos mais elevados nas várias categorias de compradores, com destaque para os Grandes (quase o dobro dos EDL). Relativamente ao Capital escolar familiar, aqueles com capital Consolidado destacam-se claramente nas categorias Médio e Grande comprador. Atendendo à Tipologia de leitura, os que cabem no tipo Cumulativa são maioritariamente Pequenos compradores (54%), mas têm, como de resto se esperaria, pesos *relativamente elevados* quer entre os Médios (14%), quer entre os Grandes compradores (9%). E, de acordo com a Tipologia de leitores de livros, verifica-se que os Pequenos compradores são também Pequenos leitores, e o mesmo se pode dizer dos Grandes leitores e compradores, mas a dispersão dos Grandes leitores é mais acentuada do que a dos Pequenos.

Quadro 10.2

Compradores de livros por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional, Capital escolar familiar, Tipologia de leitura e Tipologia de leitores de livros

(percentagem em linha)

	Compradores de livros				<i>Número</i>
	Nenhum	Pequeno (1 a 5)	Médio (6 a 10)	Grande (Mais de 11)	
Total	53,4	33,2	8,3	5,1	2.458
Sexo					
Feminino	45,7	37,5	10,4	6,4	1.283
Masculino	61,9	28,5	6,0	3,7	1.175
Grau de escolaridade					
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	72,7	21,7	3,5	2,2	1.156
3º Ciclo do Ensino Básico	48,3	38,5	9,3	3,9	439
Ensino Secundário	34,9	46,0	12,1	7,0	596
Ensino Médio ou Superior	19,9	45,7	19,1	15,4	267
Idade					
15-24	42,4	41,5	10,2	5,9	443
25-34	43,0	38,6	11,9	6,5	479
35-54	50,8	34,0	9,1	6,1	868
Mais de 55 anos	71,6	22,8	3,4	2,2	668
Condição perante o trabalho					
Activos	51,5	34,1	8,8	5,6	1.612
Estudantes	35,7	44,2	12,9	7,2	249
Outros não activos	66,0	26,1	5,0	2,8	597
Categoria socioprofissional *					
EDL	58,2	26,3	8,7	6,9	335
PTE	26,3	46,2	15,4	12,1	247
TI	60,7	36,1	1,6	1,6	61
O	74,2	20,4	2,6	2,8	573
EE	48,4	37,9	9,5	4,1	870
Capital escolar familiar **					
Consolidado	10,0	44,0	26,0	20,0	50
Recente	23,9	46,6	16,5	13,1	176
Precário	59,2	30,5	6,6	3,7	1.919
Tipologia de leitura					
Não-leitores	94,2	5,0	0,8	-	120
Só um dos impressos - padrão	86,0	9,6	3,1	1,3	458
Parcelar	64,9	26,0	5,4	3,7	882
Cumulativa	23,4	53,8	14,1	8,6	998
Tipologia de leitores de livros***					
Pequenos	29,7	58,2	8,5	3,6	928
Médios	16,8	40,7	28,8	13,7	351
Grandes	15,3	18,6	16,9	49,2	59

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).Bases: exclui não-respostas; * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (85% dos casos em análise); ** Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos a quem foi possível determinar o Capital escolar familiar (87% dos casos em análise); *** Com base nos leitores de livros reclassificados quanto à compra de livros ($n = 1.338$).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fontes: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 141); LP, 2007, base de dados (Tipologia de leitores de livros).

Importa ainda para dar conta da evolução verificada de 1995 para 2007²⁰⁴ a qual se caracteriza pelo forte crescimento dos Pequenos (de 46% para 71%), e concomitante quebra dos Médios (46% para 25%) e dos Grandes compradores (8% para 3%).

Locais e frequência de compra de livros

As Livrarias – situadas ou não em centros comerciais – são os principais e mais frequentes locais de compra de livros²⁰⁵ (excluindo escolares ou profissionais) (quadro 10.3). Os Super/hipermercados, as Feiras do livro e os Quiosques/tabacarias mostram valores intermédios, ao passo que as restantes três opções de resposta se destacam pela raridade e mesmo ausência de utilização.

Quadro 10.3

Frequência de compra de livros (excluindo escolares ou profissionais) **por local** (percentagem em linha)

Local de compra de livros	Frequência de compra de livros					Total
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Livrarias em centros comerciais	17,5	38,2	23,5	20,7	0,2	100,0
Outras livrarias	15,5	49,5	20,3	14,5	0,2	100,0
Super/hipermercado	6,6	31,4	26,2	35,5	0,3	100,0
Feiras do livro	3,3	21,9	26,7	47,9	0,2	100,0
Quiosque/tabacaria	3,1	14,1	25,5	57,2	0,1	100,0
Através de algum clube do livro	4,7	7,2	11,4	76,4	0,3	100,0
Por encomenda postal/correspondência	2,6	7,1	13,5	74,8	1,9	100,0
Alfarrabista/livros em segunda mão	0,9	4,0	10,6	84,4	0,2	100,0

Base: pergunta destinada aos que compraram livros no último ano (n = 1.145).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 142).

²⁰⁴ Embora a comparação aqui feita seja directa, uma vez que os escalões foram compatibilizados – Pequenos compradores (1 a 5); Médios (6 a 20); e Grandes (mais de 20) – e os critérios das bases numéricas também sejam idênticas (compradores de livros no último ano, excluindo escolares e profissionais) (fontes: Freitas, Casanova e Alves, 1997: 165 e LP, 2007, base de dados), diferem dos adoptados no resto da análise.

²⁰⁵ A este propósito refiram-se alguns dados das despesas das famílias portuguesas com Livros, jornais e outros impressos (2000 e 2005-06) e com Livros (2005-06) a partir do Inquérito às Despesas Familiares do INE, analisadas em Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira (2009: 173-177). As despesas anuais médias por agregado familiar com Livros, jornais e outros impressos representa 1% da despesa total anual em 2000 e em 2005-06 mas em termos absolutos o crescimento é claro uma vez que passa de €137 para €168. Os dados de 2005-06 permitem a análise detalhada das despesas com Livros segundo três variáveis de base. É, assim, possível concluir que os agregados com crianças ou jovens (possivelmente devido aos livros escolares) dependentes gastam significativamente mais do que aqueles em que tal não acontece (0,7% contra 0,3%), que é nos grupos etários dos 30-44 e 45-64 anos que a percentagem das despesas médias com livros é mais elevada (0,7% e 0,6%, contra 0,2% dos grupos mais jovem e mais idoso) e, finalmente, que é visível uma relação directa das despesas com o nível de escolaridade do indivíduo de referência no agregado. Deste ponto de vista destaca-se claramente o nível superior (0,8% da despesa anual média), mesmo relativamente aos agregados em que o nível é secundário e pós-secundário (0,5%), desigualdade mais evidente quanto se observam os valores absolutos (€262 contra €122).

A análise em componentes principais evidencia três associações das respostas relativas aos locais de compra de livros: *de deambulação*, *'imateriais'* e *oportunos* (quadro 10.4).

Quadro 10.4

Locais de compra de livros (excluindo escolares ou profissionais) (*análise em componentes principais*)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
De deambulação			
Feiras do livro	,803	,134	,147
Alfarrabista/livros em segunda mão	,644	,403	-,039
Livrarias em centros comerciais	,591	-,253	,230
'Imateriais'			
Por encomenda postal/correspondência	,085	,752	-,035
Através de algum clube do livro	,010	,749	,150
Oportunos			
Quiosque/tabacaria	,035	,186	,776
Super/hipermercado	,110	,033	,690
Outras livrarias	,297	-,237	,439

Nota: percentagem de variância explicada = 54%; terceiro factor com valor próprio = 0,96.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 143).

Numa perspectiva diacrónica, relativamente a 1995 o dado mais saliente é que as Livrarias continuam a ser, destacadamente, o principal local de aprovisionamento²⁰⁶. Outro dado é que, na generalidade das opções em análise, a percentagem daqueles que declara que nunca comprou livros nos vários locais considerados baixou. As únicas excepções são a compra por encomenda postal/correspondência, em que a opção de resposta Nunca baixou de 57% em 1995 para 75% em 2007, e a compra em Livrarias, em que Nunca representa 14% em 1995, sendo que em 2007 é de 15% no caso das Outras livrarias e de 21% no caso das Livrarias em centros comerciais. Consta-se ainda uma evolução positiva das compras nas Feiras do livro e nos Super/hipermercados fruto de uma evolução na oferta nestes locais. De 1995 para 2007, a percentagem de inquiridos que Nunca compra livros em Feiras do livro baixou de 68% para 48%, a dos que Nunca compram livros em Super/hipermercados de 74% para 36%²⁰⁷ (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 158).

²⁰⁶ Haverá que ter em conta a importância das livraria/papelarias em Portugal e o facto de nenhum dos inquiridos as considerar. A inclusão de uma opção de resposta desse teor poderia ser reveladora.

²⁰⁷ O que significará que, deste ponto de vista, são válidas as considerações subjacentes à lei do preço fixado livro (Santos e Gomes, 2000: 53), pelo menos quanto ao significado dos supermercados entre os locais de aquisição de livros.

Compra de livros para oferecer

O valor simbólico atribuído ao livro pode também ser aferido pelo significado que lhe é atribuído como prenda, ou seja, por quem o oferece e por quem o recebe. E de facto é seguramente um objecto dos mais valorizados enquanto tal, designadamente em datas especiais, em particular no Natal²⁰⁸.

Entre os inquiridos que compraram livros para oferecer no último ano, somam 55% os que o fazem com alguma ou muita regularidade (quadro 10.5).

Ventilando as resposta por Sexo observa-se que as mulheres compram livros para oferecer mais frequentemente do que os homens. Quanto à escolaridade, observa-se uma relação directa com a Frequência de compra de livros para oferecer. Em termos etários, as diferenças não são muito acentuadas, embora se note que os inquiridos do escalão 35-54 anos são os que mais frequentemente compram livros para oferecer (60% fazem-no Muitas ou Algumas vezes), enquanto os que têm Mais de 55 anos são os que menos frequentemente o fazem (57% das respostas incidem em Raramente e Nunca). Os PTE são, em termos de Categoria socioprofissional, os que mais frequentemente compram livros para oferecer (71% Muitas e Algumas vezes), enquanto os O são os que menos o fazem (34%). Presencia-se, também, uma relação directa entre o Capital escolar familiar e a Frequência de compra de livros para oferecer. Quanto mais consistente o Capital escolar familiar, maiores as taxas de resposta que recaem em Muitas vezes e Algumas vezes. No entanto, é de notar que a percentagem de inquiridos com capital Recente que compra livros para oferecer Muitas vezes é superior à daqueles com capital Consolidado (15% contra 7%).

De 1995 para 2007 verifica-se um aumento significativo daqueles que compram com maior regularidade livros para oferecer (muitas ou algumas vezes): de 37% para 55% (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 167).

²⁰⁸ Uma *aproximação* à aquisição de livros pode ser obtida pelo Índice de Volume de Negócios do Comércio a Retalho pela categoria “Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos”. O Índice regista regularmente (acompanhando o Total, de resto) um crescimento muito significativo em Dezembro. Por exemplo, em 2007, passa de 97 em Novembro para 144 em Dezembro. Ver Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira (2009: 172).

Quadro 10.5

Frequência de compra de livros para oferecer por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Categoria socioprofissional e Capital escolar familiar (percentagem em linha)

	Compra de livros para oferecer				Número
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Total	7,7	47,6	29,4	15,3	1.127
Sexo					
Feminino	9,6	51,5	27,0	11,9	688
Masculino	4,8	41,7	33,0	20,5	439
Grau de escolaridade					
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	4,8	37,4	32,9	24,9	313
3º Ciclo do Ensino Básico	5,4	42,5	35,7	16,3	221
Ensino Secundário	8,1	50,9	28,1	12,9	381
Ensino Médio ou Superior	13,7	62,3	19,8	4,2	212
Idade					
15-24	7,7	46,8	29,4	16,1	248
25-34	4,8	53,2	29,7	12,3	269
35-54	10,2	49,6	27,4	12,8	423
Mais de 55 anos	6,4	36,4	33,2	24,1	187
Categoria socioprofissional *					
EDL	11,6	54,3	21,0	13,0	138
PTE	11,8	59,6	21,9	6,7	178
TI	8,3	50,0	29,2	12,5	24
O	2,8	31,7	31,7	33,8	145
EE	6,8	44,8	36,0	12,4	444
Capital escolar familiar **					
Consolidado	7,0	74,4	14,0	4,7	43
Recente	14,9	61,2	20,1	3,7	134
Precário	6,4	43,8	32,7	17,1	771

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$); * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (82% dos casos em análise); ** Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos a quem foi possível determinar o Capital escolar familiar (84% dos casos em análise).

Base: inquiridos que compraram livros no último ano. Excluem-se as não-respostas.

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 146).

Compra de livros pela internet

Os valores relativos à compra de livros pela internet mostram que este canal (na transição de 2006 para 2007 ainda com uma oferta reduzida em Portugal) através de sites portugueses

(Nunca significa 94%) ou estrangeiros (Nunca passa para 95%)²⁰⁹ é também pouco utilizado (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 144). Estes baixos valores estão em linha com os da compra de livros, revistas ou material de aprendizagem, mas que têm vindo a crescer: 7% e 9% em Portugal contra uma média de 18% nos países da UE em 2006 e 2009 (Beck-Domzalska, 2011: 191).

No estudo *A Sociedade em Rede em Portugal* (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005: 165) os inquiridos que referem utilizar a internet para comprar livros ou CDs ascendem a 12% do total de utilizadores da internet. A discrepância entre esta percentagem e a dos que, no inquérito LP, compram livros através da internet (seja qual for a frequência) *parece* apontar para uma maior importância da compra de CDs através da internet, mas haverá que ter em conta que, entre aqueles, não está incluído o contingente, porventura significativo, correspondente à compra de livros escolares ou profissionais.

Bibliotecas domésticas

A existência de livros em casa é outro indicador de proximidade com o suporte e uma das dimensões da socialização para a leitura. Parte substancial dos livros adquiridos engrossa as bibliotecas domésticas, pessoais e familiares. Como se viu já o espaço doméstico é o lugar por excelência de leitura de livros.

Na sociedade portuguesa os livros são um bem largamente difundido. Do lado da oferta o mercado do livro tem vindo a crescer, ao mesmo tempo que se vêm multiplicando as estratégias de promoção da imprensa por via da associação com a venda a baixo custo ou mesmo oferta de livros (Neves, Santos, Lima, Vaz e Cameira, 2009: 103-105). Não se estranha, portanto, que, em maior ou menor quantidade, a generalidade dos inquiridos (92%) possuía livros em casa. Esta percentagem marca uma evolução positiva relativamente a 1995, ano em que era 85% (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 146-147).

²⁰⁹ Deve ter-se em conta que, apesar de na formulação da questão se referir a compra de livros “de qualquer género”, ela restringe-se de facto ao contingente dos que compraram livros “sem serem escolares ou profissionais, no último ano”, pelo que os valores apurados podem pecar por defeito.

Quadro 10.6

Existência de livros em casa por Sexo, Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho e Categoria socioprofissional (percentagem em linha)

n = 2.552

	Livros em casa		Número
	Sim	Não	
Total	92,1	7,9	2.552
Sexo			
Feminino	94,4	5,6	1.335
Masculino	89,6	10,4	1.217
Grau de escolaridade			
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	85,4	14,6	1.194
3º Ciclo do Ensino Básico	97,8	2,2	457
Ensino Secundário	97,6	2,4	626
Ensino Médio ou Superior	99,3	0,7	275
Idade			
15-24	98,3	1,7	465
25-34	96,8	3,2	500
35-54	93,0	7,0	902
Mais de 55 anos	83,4	16,6	685
Condição perante o trabalho			
Activos	92,7	7,3	1.667
Estudantes	100,0	-	265
Outros não activos	87,1	12,9	620
Categoria socioprofissional *			
EDL	95,2	4,8	352
PTE	98,8	1,2	252
TI	85,2	14,8	61
O	83,2	16,8	588
EE	93,3	6,7	907

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (85% dos casos em análise).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 136).

Quanto às características daqueles que têm livros em casa, se a análise por Sexo mostra diferenças pouco significativas, ainda que reafirmando a dominância feminina (94% contra 90% nos homens), já a análise segundo as demais variáveis confirma de modo claro as conclusões anteriormente observadas no que toca à juvenilidade e qualificação escolar e profissional (quadro 10.6). Em termos de Idade, os que têm Mais de 55 anos apresentam os valores mais baixos de posse de livros em casa: 83%. No lado oposto estão os inquiridos que têm entre 15 e 24 anos, com 98%. Uma vez mais observa-se uma relação directa com a variável Grau de escolaridade: quanto mais elevada esta é, mais elevadas são as percentagens de respostas afirmativas relativamente à existência de livros em casa. Assim, enquanto nos inquiridos com formação Até 2º Ciclo do Ensino Básico são 85% aqueles que têm livros, no

caso dos inquiridos com Ensino Médio ou Superior são 99%. Os Estudantes registam 100%, o que não espanta, uma vez que se estão a considerar todos os livros, incluindo escolares. Relativamente à Categoria socioprofissional, os TI e os O apresentam as taxas (relativamente) mais baixas de posse de livros: ainda assim, 85% e 83%, respectivamente.

Livros em casa: lazer, estudo e profissionais, género e número

A existência de livros em casa pode ser perspectivada de vários pontos de vista, tanto em termos qualitativos como quantitativos, pelo que é indispensável aprofundar este aspecto. Assim, uma primeira abordagem destina-se a tentar distinguir, segundo a percepção do inquirido, livros de lazer e livros de estudo ou profissionais. A existência de uns e de outros é a opção que regista a percentagem mais elevada (60%) (quadro 10.7). De notar que são apenas 9% os que têm em casa Sobretudo livros de estudo ou profissionais.

O cruzamento do tipo de livros existentes em casa com as variáveis sociográficas permite aferir alguns aspectos relevantes, sobretudo quanto às características daqueles que referem ter tanto uns como outros. Em primeiro lugar, verifica-se uma relação directa entre o Grau de escolaridade. Assim, enquanto a maioria (75%) dos que têm Ensino Médio ou Superior refere ter Tanto de uns como de outros, no caso dos que têm formação Até 2º Ciclo do Ensino Básico essa percentagem é de 50%. Em termos etários, observa-se que quanto mais novos, mais elevadas são as percentagens relativas à posse equilibrada de ambos os tipos de livros. Ascendem a 73% os inquiridos com idades entre os 15 e 24 anos que referem ter livros Tanto de uns como de outros, enquanto no grupo dos que têm Mais de 55 anos não chegam a representar metade dos inquiridos (45%). Quanto à Condição perante o trabalho sobressaem os Estudantes, enquanto os que os que têm Sobretudo livros de lazer representam apenas 5%. Na análise por Categoria socioprofissional destacam-se, por um lado, os valores relativos à posse de Tanto de uns como de outros pelos PTE (71%)²¹⁰ e dos O no que toca à opção Sobretudo livros de lazer (42%) e, por outro, a baixa percentagem referente aos EDL que têm Sobretudo livros de estudo ou profissionais (8%).

²¹⁰ Resultado que está de acordo com as razões de leitura da categoria PTE, como ficou patente atrás no quadro 11.9.

Quadro 10.7

Tipo de livros que tem em casa por Grau de escolaridade, Idade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional e Capital escolar familiar (percentagem em linha)

	Tipo de livros que tem em casa			Número
	Sobretudo livros de estudo ou profissionais	Sobretudo livros de lazer	Tanto de uns como de outros	
Total	8,9	31,1	60,0	2.302
Grau de escolaridade				
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	10,6	39,4	50,0	986
3º Ciclo do Ensino Básico	8,3	27,0	64,6	444
Ensino Secundário	5,3	28,3	66,4	604
Ensino Médio ou Superior	11,6	13,8	74,6	268
Idade				
15-24	8,8	18,1	73,0	452
25-34	10,0	28,9	61,1	478
35-54	10,6	27,0	62,4	830
Mais de 55 anos	5,4	50,2	44,5	542
Condição perante o trabalho				
Activos	9,9	31,1	59,0	1516
Estudantes	8,4	5,0	86,6	262
Outros não activos	6,3	44,1	49,6	524
Categoria socioprofissional *				
EDL	7,5	29,6	62,9	321
PTE	11,0	18,0	71,0	245
TI	9,6	40,4	50,0	52
O	10,7	42,0	47,3	476
EE	7,5	36,0	56,6	831
Capital escolar familiar **				
Consolidado	9,8	7,8	82,4	51
Recente	9,7	18,2	72,2	176
Precário	9,0	36,9	54,1	1760

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: inquiridos que declaram ter livros em casa. Exclui não-respostas ($n = 2.302$); * Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito aqueles inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (84% do número de casos em análise); ** Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos a quem foi possível determinar o Capital escolar familiar (86% dos casos em análise).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 136).

Do ponto de vista do Capital escolar familiar, observa-se uma relação entre o nível do capital e a percentagem de inquiridos que dizem ter livros Tanto de uns como de outros: representam 54% dos que têm capital Precário e 83% dos que têm capital Consolidado.

Numa outra abordagem pretende-se apurar informação sobre os livros existentes em casa por género numa dupla perspectiva: ter ou não e quais os que possui em maior quantidade.

Uma primeira conclusão a se chega é que, seja qual for a perspectiva adoptada, os três principais géneros coincidem: Enciclopédias/dicionários, Livros escolares e Livros de culinária/decoração/jardinagem/bricolage (quadro 10.8). Do mesmo modo, Livros de viagens/explorações/reportagens e Livros de arte/fotografia são os menos referidos.

Quadro 10.8

Géneros de livros que tem em casa e que possui em maior quantidade (percentagem)

Géneros de livros	... tem em casa*	... possui em maior quantidade**
Enciclopédias/dicionários	81,5	36,2
Livros escolares	63,5	34,0
Livros de culinária/decoração/jardinagem/bricolage	60,6	22,7
Romances de amor	53,3	20,0
Romances de grandes autores contemporâneos	50,0	19,6
Banda desenhada	46,7	12,6
Policiais/espionagem/ficção científica	43,6	16,0
Romances históricos	43,5	11,5
Livros científicos e técnicos	42,6	15,7
Livros infantis/juvenis	40,5	11,7
Livros de poesia	36,9	6,3
Ensaio políticos, filosóficos ou religiosos	32,8	9,3
Livros de viagens/explorações/reportagens	26,8	4,6
Livros de arte/fotografia	15,8	1,8
Ns/Nr	1,5	6,2

Notas: i) perguntas destinadas aos que têm livros em casa (n = 2.351); ii) * pergunta de resposta múltipla; iii) ** pergunta limitada ao máximo de 3 respostas.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 137).

Em comparação com 1995 os géneros de livros que os inquiridos mais referem ter em casa apresentam algumas alterações quer em termos das respectivas percentagens quer em termos de hierarquia: escolares e enciclopédias/dicionários (estes registam agora valores substancialmente mais altos: de 57% passaram para 82%), seguidos de perto por romances, e só depois surgem os de culinária/decoração/jardinagem/bricolage. Esta alteração na hierarquia é parcialmente justificada porque o género “romances” foi desagregado em 2007. Embora não tão evidente, o referido aumento percentual ocorre em todos os restantes géneros de livros considerados nos dois estudos.

Quanto aos géneros que os inquiridos possuem em maior quantidade são, em 1995, os livros escolares, os romances e as enciclopédias/dicionários (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 148), pelo que também aqui se deram algumas alterações.

Uma terceira abordagem refere-se ao número de livros existentes em casa, excluindo livros escolares, segundo vários escalões. Entre aqueles que afirmam que têm livros (que são, recorde-se, 92% da amostra), a maioria (54%) refere ter até 50 livros. Os dois escalões seguintes registam ainda percentagens significativas – entre 51 e 100 livros com 22% e entre 101 e 500 com 16%²¹¹. Com mais de 500 livros apuram-se 2,5%. Deste modo, o número redondo 500 livros configura o patamar a partir do qual as bibliotecas domésticas são muito raras (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 138).

Em comparação com o inquérito de 1995, a percentagem daqueles que têm Até 20 livros em casa mantém-se sensivelmente a mesma. E a dos que possuem entre 20 e 100 livros sobe à custa dos que possuem mais de 500 livros (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 150) pelo que a principal conclusão a tirar é que aumentaram entretanto de modo significativo as bibliotecas domésticas de média dimensão.

Outros meios de acesso a livros para além da compra e da existência em casa

Para além da compra e da existência em casa, outros meios de acesso aos livros – incluindo partes de livros ou artigos – são, naturalmente, utilizados. O empréstimo privado e público, as fotocópias e os downloads pela internet serão dos mais comuns. Quanto à utilização dos meios em causa, independentemente da frequência, pedir livros emprestados é o mais referido com 42% (quadro 10.9). A requisição de livros em bibliotecas e as fotocópias de livros profissionais ou escolares têm valores muito próximos (15% e 16%, respectivamente), ao passo que o recurso a fotocópias de outros livros e o download são mais raros, com 11% e 8%, respectivamente.

Do ponto de vista da frequência, Algumas vezes é a resposta modal, com excepção de fotocopiar outros livros e de fazer download, meios utilizados mais raramente. Ou seja, a nova relação com os livros que Pronovost (1996a: 33) identifica com base no empréstimo domiciliário das bibliotecas – menos objecto de colecção e de posse e mais de empréstimo – não parece ter grande reflexo em Portugal. Neste mesmo sentido apontam Kovac e Sebart (2006) quando relacionam compra de livros e empréstimo domiciliário das bibliotecas públicas nos países da UE, uma vez que Portugal regista um dos mais baixos valores de

²¹¹ Note-se que neste indicador há resultados que mostram valores substancialmente mais elevados em 2007: 28% da população com 25-64 anos tem mais de 100 livros em casa (Beck-Domzalska, 2011: 180). Esta fonte fornece uma perspectiva comparativa da posição de Portugal quanto ao número de livros em casa (escalões: 0-25, 26-100, mais de 100). Deste ponto de vista, refira-se apenas que Itália, Grécia e Croácia registam taxas mais elevadas do que Portugal no escalão 0-25 livros.

empréstimos *per capita* por ano (0,3 contra 13,4 da Dinamarca, máximo, com a Grécia no valor mais baixo, 0,2), o qual contrasta vivamente com as vendas de livros *per capita* (4,7 contra 7,9 da Bélgica, valor máximo, com a Holanda no valor mínimo 2,5).

Quadro 10.9

Frequência com que costuma utilizar meios de acesso a livros, partes de livros ou artigos (*percentagem em linha*)

n = 2.552

Meios de acesso	Frequência de utilização					Total
	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Pede livros emprestados	4,6	20,5	17,0	57,8	0,1	100,0
Requisita livros em bibliotecas	1,9	8,9	4,4	84,7	0,1	100,0
Faz fotocópias de livros profissionais ou escolares	2,0	8,1	6,0	83,8	0,1	100,0
Faz fotocópias de outros livros	0,3	3,6	7,2	88,7	0,1	100,0
Faz download dos respectivos ficheiros na internet	0,9	2,6	4,2	92,2	0,1	100,0

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 147).

De todo o modo, quais as características dos que pedem livros emprestados? Trata-se de uma prática mais comum entre as mulheres, entre os mais jovens (opção Nunca regista 34% nos que têm entre 15 e 24 anos, contra 79% naqueles que têm 55 e mais anos), e portanto largamente difundida entre os Estudantes (Nunca representa 22%), entre os mais escolarizados (Nunca 29% com ensino médio ou superior contra 77% sem instrução ou até 2º ciclo do ensino básico), e bastante difundida entre os PTE (Nunca 37% contra 77% entre os O). E tanto mais presente quanto mais exigente o tipo de leitura e o tipo de leitor de livros.

E daqueles que requisitam livros em bibliotecas? A principal diferença é que as distribuições por sexo não se diferenciam. Mantém-se, e acentua-se, como uma prática mais comum entre os mais jovens (opção Nunca 59% nos que têm entre 15 e 24 anos, contra 97% naqueles que têm 55 e mais anos), e portanto largamente difundida entre os estudantes (nunca significa aqui 37%), entre os mais escolarizados (Nunca 57% com ensino médio ou superior contra 95% sem instrução ou até 2º ciclo do ensino básico), e ligeiramente mais difundida entre os PTE (Nunca 71% contra 96% entre os O).

Note-se que, analisadas conjuntamente, se trata de práticas em boa medida *alternativas*, ou seja, ou não realizam nenhuma delas, ou realizam apenas uma delas. Os que as referem como práticas cumulativas representam apenas 14% dos inquiridos.

Em suma, a compra é a forma mais difundida de acesso ao livro (47% da amostra), seguida do empréstimo privado (42%) e do empréstimo domiciliário de bibliotecas (15%). Embora

com diferenças quanto aos valores percentuais em causa, esta conclusão segue a verificada, por exemplo, por António Ariño para o caso espanhol (Ariño, 2010: 72).

A relação com as bibliotecas

As bibliotecas são infraestruturas centrais nas culturas de leitura, em particular as bibliotecas públicas²¹² pela importância atribuída à relação com os seus públicos, por definição *todos* os públicos, e porque, como equipamento cultural, a sua função primordial é proporcionar a leitura como prática cultural. O que não significa que não cumpram outras funções, designadamente de apoio ao estudo em contexto escolar.

Num primeiro patamar de análise importa ter em conta vários tipos de bibliotecas, designadamente os dirigidos a segmentos específicos da população, como as escolares e as universitárias, que visam servir os alunos e estudantes dos níveis básico, secundário e superior e estão instaladas nos respectivos equipamentos de ensino. Qualquer destes tipos de bibliotecas sofreu evoluções significativas nas últimas décadas em Portugal como se viu no capítulo 4. Num segundo patamar, contudo, a análise com maior profundidade recai necessariamente nas bibliotecas públicas municipais.

Frequência de bibliotecas e motivos de não frequência

Como referido no capítulo anterior, as bibliotecas ocupam um lugar modesto entre os locais de leitura²¹³, quer seja na leitura de livros (7%), quer seja na leitura de jornais ou de revistas (1%). E note-se que a pergunta inclui mediatecas e arquivos, para além das bibliotecas. Viu-se também que a requisição de livros segue este mesmo panorama.

²¹² Em Portugal as bibliotecas públicas são, no essencial, tuteladas por municípios. No conjunto de 191 bibliotecas abertas ao público no quadro do programa RBNP apenas duas se identificam como biblioteca *pública* municipal. Todas as outras são bibliotecas municipais (base de dados de bibliotecas da RBNP, <http://rcbp.dglb.pt/pt/Bibliotecas/Bibliotecas/Paginas/default.aspx>> consultada a 25 de Agosto de 2010). Haverá raros exemplos da dominância do carácter público relativamente à tutela, patente na designação que utiliza. O da Biblioteca Pública de Évora é um desses exemplos. Utiliza-se aqui o termo bibliotecas (em geral) e bibliotecas municipais, ou bibliotecas *públicas* municipais, como sinónimo de bibliotecas de leitura pública.

²¹³ Sobre frequência de bibliotecas pela população portuguesa em 1999, segundo diversas características, ver Gomes (2001). As distribuições seguem em geral as obtidas no LP (mais jovens, mais escolarizados, estudantes) com a excepção mais notória do sexo (homens 13%; mulheres, 15%). Relativamente à Profissão destaca-se claramente Profissionais intelectuais e científicos (53% contra 17% de Pessoal administrativo e similar). Quanto à região de residência os valores são bastante desiguais: no Alentejo chega aos 19% (máximo), na Área Metropolitana de Lisboa regista 18%, e na Madeira 8%, o valor mínimo a nível nacional.

Quanto à frequência²¹⁴ por tipo registre-se desde logo que os que declaram que costumam frequentar pelo menos um dos oito tipos mencionados no questionário representam 17% do total da amostra. Observadas isoladamente, a biblioteca Municipal é a mais referida (12%), seguida da Escolar (6%) e da Universitária (3%). As percentagens relativas aos restantes tipos de bibliotecas são irrelevantes, abaixo de 1%²¹⁵ (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 117). Refira-se ainda que 12% dos inquiridos frequentam um único tipo de biblioteca e 5% dois ou mais, sendo que neste grupo sobressaem as combinações Municipal e Escolar ou Municipal e Universitária, consoante o nível de ensino frequentado.

Quais os motivos de não frequência de bibliotecas? Parecendo confirmar a disseminação territorial que este equipamento já alcançou no país, a ausência de bibliotecas na proximidade da residência é um motivo relativamente pouco invocado (12%), quando comparado com um outro mais genérico - não gostar de frequentar bibliotecas (47%) (quadro 10.10). A conhecida distância simbólica face aos equipamentos culturais poderá também estar na base dos 10% que referem sentir-se pouco à vontade em bibliotecas. Valerá a pena mencionar ainda que a compra de livros constitui uma alternativa para 10% daqueles que não as frequentam. Retenha-se ainda que, para 14%, o horário é considerado não conveniente. Questões de gosto parecem ser, portanto, mais significativas do que aspectos como a distância física ou o funcionamento.

A baixa percentagem que a opção Não conhecer nenhuma granjeia (4%) parece indicar que, apesar de tudo, as bibliotecas gozam de alguma notoriedade mesmo junto daqueles que habitualmente as não frequentam, pelo que a explicação para tal não reside no desconhecimento. É ainda de referir a considerável percentagem dos que referem outro motivo para além dos explicitados no questionário (22%), dos quais se destaca a Falta de tempo.

²¹⁴ Sabe-se pouco, em termos de pesquisa, sobre a frequência e (sobretudo?) sobre a não-frequência de bibliotecas pela população portuguesa, lacuna tanto mais gritante quanto se trata de um equipamento que é, desde há décadas, uma das prioridades das políticas culturais nos vários níveis administrativos, com investimentos significativos por parte do Estado, para cuja resolução apenas é possível avançar alguns contributos no âmbito do inquérito LP uma vez que a pergunta é genérica, não tem em conta nem a frequência, nem a presença física, nem o contacto à distância (acesso a bases de dados), nem a finalidade da frequência. Remete para uma prática continuada (“costuma frequentar”) e não permite, portanto, identificar e descrever os diferentes modos de relação com as bibliotecas (Rodrigues, 2007) o que seria talvez útil.

²¹⁵ Para 2006 o número de leitores activos da Biblioteca Nacional é 5.082 e o de leitores atendidos é 49.029 (Neves e Santos, 2010: 42).

Quadro 10.10

Motivos para não frequentar bibliotecas (percentagem)

Motivos de não frequência de bibliotecas	Percentagem
Não gosta de frequentar bibliotecas	47,2
O horário da (s) biblioteca (s) não lhe é conveniente	14,4
Não há nenhuma por perto	11,8
Porque se sente pouco à vontade em bibliotecas	10,4
Prefere comprar e ler os seus livros	10,1
Não conhece nenhuma	3,8
Outros motivos	21,7
<i>Falta de tempo</i>	9,5
<i>Não precisa</i>	5,5
<i>Restantes motivos</i>	8,3

Notas: i) pergunta de resposta múltipla restrita aos que não vão a bibliotecas (n = 2.108);

ii) outros motivos resultam da codificação *a posteriori* das respostas da opção de resposta aberta ‘Quais?’

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 122).

Quem são então os que não gostam de frequentar bibliotecas?²¹⁶ Têm mais de 35 anos (70%), são Activos (69%), EE e O (72%), e são maioritariamente homens (54%).

Importância atribuída pela população portuguesa às bibliotecas públicas municipais

Antes de passar à análise pormenorizada dos dados do inquérito LP relativos às bibliotecas municipais, importa situar a forma como estas são vistas pela população portuguesa. Em meados de 2007, a importância atribuída a estas bibliotecas, enquanto meio de desenvolvimento da leitura, era bastante significativa, embora comparativamente abaixo de itens reportados ao sistema de ensino. Assim, 58% da amostra do Barómetro de Opinião Pública²¹⁷ considera aquelas bibliotecas muito importantes como meio para atingir tal fim. Essa percentagem é suplantada por vários itens (mais precisamente 10 no conjunto dos 18 considerados), predominantemente, embora não exclusivamente, ligados ao sistema de ensino, tais como actividades de leitura nas escolas (71%), bibliotecas nas escolas (67%) e melhorar a preparação escolar dos jovens (68%). Outros itens mais valorizados são promover novas oportunidades de formação aos adultos (64%) e jornais e revistas de distribuição gratuita (62%) (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 53 e 158-161). Em 2009 a percentagem relativa

²¹⁶ Fonte: LP, 2007, base de dados. Base: 996 casos excepto Categoria socioprofissional, 900 casos.

²¹⁷ Relembre-se que a primeira aplicação do Barómetro de Opinião Pública foi realizada em Junho de 2007 junto de uma amostra representativa da população residente no continente com 15 e mais anos. A segunda aplicação foi realizada em Maio de 2009 a uma amostra com as mesmas características (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009).

às bibliotecas públicas municipais baixa ligeiramente para 54%, continuando a ser suplantada por aspectos ligados ao sistema de ensino tais como actividades de leitura nas escolas e bibliotecas nas escolas (ambos com 58%) e melhorar a preparação escolar dos jovens (55%) (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009: 193-196).

Tendo em conta apenas as percentagens relativas aos que consideram que tais bibliotecas são “muito importantes” (Barómetro 2007), as mulheres registam um valor ligeiramente superior ao dos homens (59% versus 57%). Não existe uma relação directa com a idade e em todos os graus de escolaridade aquele nível de importância é o mais elevado percentualmente, ainda que com destaque para os que têm grau superior (75% contra 51% dos que não completaram nenhum grau) (Costa, Pegado e Ávila, 2008: 158-161). O Barómetro de 2009 confirma que as mulheres consideram, mais do que os homens, as bibliotecas públicas municipais “muito importantes” (55% versus 53%) mas revela alguns aspectos substancialmente diferentes. De facto, a atribuição do referido nível de importância está inversamente relacionada com a idade (quanto mais idosos menor é a percentagem correspondente a este grau de importância, embora seja também de notar que, de um *ponto de vista geracional*, a diferença percentual entre filhos jovens e respectivos pais será mínima, na ordem de 1%, o que parece constituir um contexto favorável à frequência de bibliotecas por parte daqueles), e tem um peso mais significativo entre os que possuem o 3º ciclo do ensino básico, o secundário ou o superior (60% em qualquer destes graus), sendo que só é inferior a metade da amostra entre aqueles que não têm qualquer grau completo (40%) (Costa, Pegado, Ávila, Coelho e Alves, 2009: 193-196).

Relação com as bibliotecas municipais: frequentadores, não frequentadores e secções procuradas

Tratam-se aqui os usos que os frequentadores fazem das bibliotecas. De facto, podem ser vários, a que correspondem diferentes perfis de utilização (Rodrigues, 2007): como local de aprovisionamento de livros, para além de suportes audiovisuais e de suportes de música para ler, visionar ou ouvir noutros locais (principalmente em casa, modalidade empréstimo domiciliário), mas também como local de leitura, visionamento e audição, e ainda, como vários estudos mostram, para usos não culturais, designadamente como local de estudo, uma vez que os seus usuários mais regulares são predominantemente estudantes (Lopes e Antunes, 2000; Rodrigues, 2007; Ariño, 2010: 75).

Entende-se que os frequentadores das bibliotecas escolares e universitárias têm algumas características bem delimitadas (quanto à idade e ao grau de escolaridade) e que os frequentadores de umas e outras são distintos, o mesmo não acontecendo com os das bibliotecas públicas municipais.

Quanto às características sociais dos frequentadores²¹⁸ de acordo com as três variáveis mais discriminantes (Ariño, 2010: 75) (quadro 10.11), confirma-se que estão directamente relacionadas com a escolaridade e inversamente com a idade e ainda que os estudantes têm um enorme peso.

Quadro 10.11

Frequentadores de bibliotecas municipais por Grau de escolaridade, Idade e Condição perante o trabalho
(percentagem do número de casos)

	Frequentadores de bibliotecas municipais	Número
<i>Total</i>	11,8	2.552
Grau de escolaridade		
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	4,4	1.194
3º Ciclo do Ensino Básico	15,3	457
Ensino Secundário	15,0	626
Ensino Médio ou Superior	30,9	275
Idade		
15-24	27,5	465
25-34	15,2	500
35-54	7,1	902
Mais de 55 anos	5,0	685
Condição perante o trabalho		
Activos	9,1	1.667
Estudantes	38,5	265
Outros não activos	7,7	620

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 118).

Entre os que têm até ao 2º Ciclo do Ensino Básico (CEB) os frequentadores são apenas 4%, quando entre aqueles que têm o Ensino Médio ou Superior o valor sobe para 31%, aliás o dobro dos que têm o 3º CEB ou o Secundário. E, quanto à Idade, ao passo que nos que têm entre 15 e 24 anos o valor é 28%, no grupo com 55 e mais anos baixa significativamente para 5%. A análise segundo a Condição perante o trabalho confirma de certo modo as conclusões anteriores uma vez que entre os Estudantes é de 39% contra 9% entre os Activos e 8% nos Outros não activos. Em síntese, os frequentadores são, como se referiu já, tendencialmente mais jovens e mais escolarizados, com particular incidência entre aqueles que estão ainda a

²¹⁸ Note-se que nesta análise dos frequentadores das bibliotecas públicas o cruzamento com as variáveis Sexo e Categoria socioprofissional não são estatisticamente significativos.

fazer o seu percurso escolar. Pelo contrário, os não frequentadores localizam-se entre os adultos com menores níveis de escolaridade e, possivelmente, desempenhando actividades socioprofissionais menos qualificadas.

Para além da fraca captação de população activa, duas outras grandes conclusões se retiram. Por um lado, que são escolarizados e jovens mas, por outro lado, mesmo entre os grupos com essas características, que as percentagens são relativamente baixas se observadas em negativo, ou seja, do ponto de vista dos não-frequentadores: cerca de 69% daqueles que têm o Ensino Médio ou Superior; 72% dos situados na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos; 61% dos Estudantes. Confirma-se, assim, tal como noutros estudos, *que a posse de competências nem sempre desencadeia apetências* (Costa, 2004: 129).

Colocada a questão no conjunto das práticas culturais, a frequência de bibliotecas em geral sobe para 21%. Esta questão permite ainda obter informação sobre a intensidade da prática. Daqueles, parte significativa declara frequentar bibliotecas pelo menos uma vez por mês (10%). Mas, talvez mais importante, é possível confirmar que os Estudantes são o grupo que mais regularmente frequenta bibliotecas (quadro 10.12).

Quadro 10.12

Ida a bibliotecas por Condição perante o trabalho (percentagem em linha)

Condição perante o trabalho	Ida a bibliotecas				Total	Número
	Pelo menos uma vez por mês	Pelo menos uma vez por trimestre	Raramente	Nunca		
Activos	5,5	3,0	8,3	83,2	100,0	1.659
Estudantes	50,0	11,4	9,8	28,8	100,0	264
Outros não activos	5,3	1,5	4,9	88,3	100,0	617
<i>Total</i>	<i>10,1</i>	<i>3,5</i>	<i>7,6</i>	<i>78,8</i>	<i>100,0</i>	<i>2.540</i>

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$); exclui não-respostas.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Constatação que, se por um lado pode ser tomada no sentido da formação de novos públicos das bibliotecas (quando adultos e activos), por outro, como afirma Antonio Ariño, “esta especialización funcional de facto opera como ún limite – genera un prejuicio social – para la potencial expansión de su público. No se ve como una institución que puede proporcionar determinados servicios al ciudadano normal y corriente, sino a los estudiantes” (Ariño, 2010: 75-76) (ver capítulo 4).

Viu-se já quais os níveis de frequência das bibliotecas pela população portuguesa e a predominância dos *estudantes jovens* entre os frequentadores mais regulares e que os frequentadores activos perante o trabalho são minoritários. Contudo, será relevante avançar

um pouco mais na caracterização socioprofissional destes últimos. Para tal criou-se uma nova variável dicotómica de relação com as bibliotecas (frequenta/não frequenta). Como se pode ver pelo quadro 10.13, do ponto de vista da distribuição pelas categorias socioprofissionais, os principais contingentes situam-se nos EE (43%) e nos PTE (33%). Em conjunto representam 76%. Mas se a óptica for a do peso em cada categoria, torna-se evidente a diferença entre elas: ao contrário dos EE, cuja percentagem de frequentadores é baixa (9%), nos PTE, é mais elevada (24%). Contudo importa salientar que apenas um em cada quatro PTE é frequentador de bibliotecas municipais.

Quadro 10.13

Frequência de bibliotecas municipais por Categoria socioprofissional (percentagem)

Frequência de bibliotecas municipais	Categoria socioprofissional					Total
	EDL	PTE	TI	O	EE	
Frequenta (% linha)	9,1	32,8	1,1	14,5	42,5	100,0
<i>Frequenta (% coluna)</i>	<i>4,8</i>	<i>24,2</i>	<i>3,3</i>	<i>4,6</i>	<i>8,7</i>	<i>8,6</i>
Não frequenta (% linha)	17,0	9,7	3,0	28,4	41,9	100,0
<i>Não frequenta (% coluna)</i>	<i>95,2</i>	<i>75,8</i>	<i>96,7</i>	<i>95,4</i>	<i>91,3</i>	<i>91,4</i>
Total (% linha)	16,3	11,7	2,8	27,2	42,0	100,0
<i>Total (% em coluna)</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Base: inquiridos classificados quanto à Categoria socioprofissional ($n = 2.160$).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

No seu conjunto, estes resultados mostram que: há um longo caminho a percorrer na captação de públicos menos qualificados (em escolaridade e actividade socioprofissional); que os EE (essencialmente empregados dos serviços) constituem já uma parcela importante dos frequentadores; mas também que importa não perder de vista a captação das *novas classes médias* (PTE), categoria social que constitui o “núcleo duro” dos públicos *regulares* das actividades culturais e, como tal, importante base de sustentação das instituições culturais, como mostra a generalidade dos estudos realizados sobre públicos da cultura (Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002; Santos, Lima e Neves, 2005). Não se trata apenas de problemas estruturais da sociedade portuguesa mas também das políticas culturais públicas e das estratégias de captação de frequentadores (políticas de públicos que têm sido designadas “formação de novos públicos”) que delas têm emanado, em geral centradas nos jovens e, no caso particular das bibliotecas, nas “populações desfavorecidas socialmente” – apesar de este ser o público-alvo que menor consenso recolhe entre os responsáveis pelas bibliotecas (Neves e Lima, 2009: 137) – uma vez que os patamares registados pelos

(potenciais) frequentadores regulares, entre os quais avultam os PTE, são relativamente baixos.

Numa outra perspectiva, cruzando a frequência de bibliotecas municipais com a Tipologia de leitores de livros, constata-se que o maior contingente corresponde a Pequenos leitores de livros (51%). Apenas 10% são Grandes leitores deste suporte. Mas, por outro lado, a propensão para a frequência é mais elevada não só entre estes mas também entre os Médios leitores. Do ponto de vista do cruzamento com a Tipologia de leitura, os Não-leitores (de livros, jornais ou revistas) são também (em absoluto) não frequentadores de bibliotecas municipais (quadro 10.14). Os que correspondem ao tipo de leitura Cumulativa constituem o principal contingente de frequentadores das bibliotecas em causa (77% destes). Se se adoptar a óptica por tipo de leitura, verifica-se que é também naquele tipo que a percentagem de frequentadores é realmente significativa, com 22%. Contudo haverá que salientar, de novo, que apenas um em cada 5 leitores cumulativos frequenta bibliotecas municipais, dado que chama de novo a atenção para a importância de se promover a sua captação, de os incluir entre os grupos-alvo das políticas de promoção da leitura.

Quadro 10.14

Frequência de bibliotecas municipais por Tipologia de leitura (percentagem)

Frequência de bibliotecas municipais	Tipologia de leitura				Total
	Não-leitores	Só um dos impressos-padrão	Parcelar	Cumulativa	
Frequenta (% em linha)	-	3,3	20,2	76,5	100,0
<i>Frequenta (% em coluna)</i>	<i>0,0</i>	<i>2,1</i>	<i>6,6</i>	<i>22,2</i>	<i>11,8</i>
Não frequenta (% em linha)	5,4	20,3	38,4	35,9	100,0
<i>Não frequenta (% em coluna)</i>	<i>100,0</i>	<i>97,9</i>	<i>93,4</i>	<i>77,8</i>	<i>88,2</i>
Total (% em linha)	4,7	18,3	36,2	40,7	100,0
<i>Total (% em coluna)</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

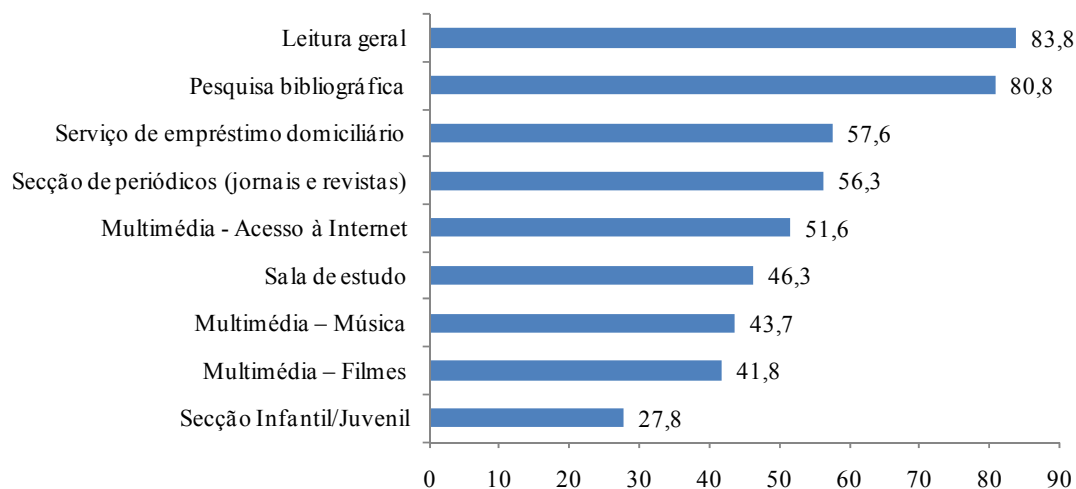
Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Constata-se ainda que a frequência de bibliotecas municipais pode ser tomada como indicador de prática de leitura de livros. De facto, aqueles que estão a ler no momento da realização do inquérito (mais precisamente há menos de 3 meses) constituem o grosso do contingente dos frequentadores de bibliotecas municipais (82%).

Ainda no que respeita às secções das bibliotecas municipais procuradas com maior regularidade pelos frequentadores, as mais referidas são Leitura geral e Pesquisa bibliográfica com 84% e 81%, respectivamente (figura 10.1).

Figura 10.1

Procura de secções das bibliotecas municipais (percentagem em linha)

Notas: i) pergunta destinada aos que frequentam bibliotecas municipais (n = 302); ii) percentagens correspondentes a Sim (Muitas, Algumas e Poucas vezes).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 119).

Ainda com valores maioritários entre os frequentadores das bibliotecas em análise refira-se o Serviços de empréstimo domiciliário (58%)²¹⁹ e a Secção de periódicos (56%). Nas secções acesso à internet, à música e a filmes, apenas a primeira (com 52%) supera metade dos frequentadores das bibliotecas (44% e 42%). Por outro lado, a utilização da sala de estudo é referida por 46%.

Frequência de bibliotecas municipais, posse e compra de livros

A relação com a posse de livros em casa, ou, dito de outra forma, a relação entre a frequência de bibliotecas municipais e a existência de bibliotecas domésticas (e respectivo acervo) mostra que a maioria dos frequentadores daquelas (65%) tem até 100 livros em casa. Deste ponto de vista pode adiantar-se que a frequência de bibliotecas cresce até ao escalão “101 a cerca de 500 livros”, que é, isoladamente, o mais pesado, com 31%, decrescendo brutalmente nos escalões superiores, os quais, somados, se ficam pelos 4%. Ou seja, é entre os que possuem bibliotecas domésticas *pequenas* e, sobretudo, *médias*, que se encontram os frequentadores das bibliotecas, não entre os que possuem bibliotecas pessoais com mais de

²¹⁹ Ainda a propósito do empréstimo domiciliário note-se que representa 7% nas bibliotecas municipais mas mais do dobro (15%) no conjunto das bibliotecas (ver quadro 9.10), aumento que possivelmente se deve às bibliotecas escolares e (sobretudo?) universitárias. Para uma detalhada abordagem da relação das práticas de requisição em bibliotecas e a compra de livros, duas formas essenciais de aprovisionamento de livros, ver Rouet (1995: 189-224).

500 livros. Quanto à relação entre a compra de livros (excluindo escolares ou profissionais) e a frequência de bibliotecas municipais adiante-se que estas são frequentadas por 21% dos que compram livros. Quanto maior é o número de livros que compram, maior é a percentagem daqueles que declaram frequentar este tipo de biblioteca. Contudo, a variação das percentagens segundo o volume de livros comprados é baixa (19% os Pequenos compradores, 26% os Médios e 30% os Grandes compradores de livros)²²⁰.

²²⁰ Base: 1.145 inquiridos que declararam comprar livros. Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Capítulo 11

A LEITURA NO CONJUNTO DAS PRÁTICAS CULTURAIS E DE LAZER

Nos capítulos anteriores abordaram-se as práticas de leitura em diferentes contextos. Neste, o enfoque situa-se na leitura, em particular de livros, como prática cultural, associada ao tempo livre, de lazer, em todo o caso sem ser para o trabalho e/ou estudo. De modo a identificar o lugar da leitura entre as práticas culturais e de lazer no início do século XXI em Portugal, importa abordá-las conjuntamente, perspectiva analítica adoptada neste capítulo.

Para além das actividades de consumo e de participação cultural ligadas à vida intelectual e artística, que envolvem disposições estéticas e participam na definição dos estilos de vida, outras actividades de tempo livre realizadas sem finalidade produtiva e em que os indivíduos encontram possibilidade de expressão tendem a ser incluídas no campo das práticas culturais (Coulangeon, 2005: 3-4), até porque os termos que compõem o “duo cultura e tempos livres” “parecem, co-extensivos”, ainda que a cultura não se esgote nas “actividades reservadas aos tempos livres” (Santos, 1994: 432). Adopta-se, portanto, uma definição aberta, comum nos inquéritos sociológicos, que abrange actividades de “semi-lazer” uma vez que participam na definição dos estilos de vida e da identidade cultural de certos grupos sociais (Coulangeon, 2005: 4), e actividades ligadas às novas tecnologias. Procura-se, assim, identificar o lugar da leitura no conjunto mais vasto das actividades de lazer.

A sociologia da cultura e das práticas culturais salienta a centralidade que o espaço doméstico ocupa, um espaço doméstico “cibernético” (Ariño, 2010: 44), *locus* social central da participação cultural (Villaroya, 2010: 195) e das práticas de leitura.

Como se viu no primeiro capítulo são vários os sistemas de classificação das actividades culturais e de lazer. Neste consideram-se diferentes indicadores, uns mais associados às actividades realizadas em *espaço doméstico* (onde se inclui a leitura de lazer), outros às *de sociabilidade* (ir ao café, ir a centros comerciais, etc.), outros ainda às *de saída* (as práticas culturais por via da assistência a espectáculos, idas ao cinema, entre outras) e às actividades *culturais expressivas* (dançar, cantar, tocar um instrumento musical, etc.). Analisam-se ainda as preferências dos inquiridos relativamente a duas actividades largamente difundidas – audição de música e televisionamento –, confrontam-se detalhadamente as respostas sobre o

tempo gasto ao longo de um dia normal a ler, ouvir música, ver televisão e utilizar a internet e discute-se mais especificamente a relação entre práticas de leitura e utilização da internet.

Práticas culturais domésticas

Uma primeira abordagem às práticas culturais domésticas deixa claro que a leitura de livros, como prática quotidiana, ocupa um lugar modesto relativamente a várias outras, nas quais se destacam desde logo ver televisão e ouvir rádio, mas também a leitura de jornais e até a utilização da internet (quadro 11.1).

Quadro 11.1

Frequência de realização de Práticas culturais domésticas (percentagem em linha)

n = 2.552

Práticas culturais domésticas	Frequência de realização					Total
	Diariamente ou quase	Pelo menos uma vez por semana	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Ver televisão	97,5	1,3	1,1	0,1	–	100,0
Ouvir rádio	71,2	12,6	11,6	4,7	–	100,0
Ler jornais	64,9	16,8	4,7	13,4	0,2	100,0
Ler revistas *	52,4	14,4	6,0	27,0	0,2	100,0
Ouvir música gravada em mp3, CDs, LPs ou cassetes	39,2	19,9	21,8	19,0	–	100,0
Usar a internet	30,6	7,6	5,0	56,6	0,2	100,0
Ler livros (excluindo escolares ou profissionais)	17,3	21,2	21,4	39,8	0,4	100,0
Ver filmes em vídeo ou DVD	9,5	40,9	29,0	20,6	–	100,0
Jogar jogos electrónicos (consolas, telemóvel, computador)	8,9	9,9	16,2	64,8	0,2	100,0
Jogar outros jogos (cartas, xadrez)	4,6	13,6	31,5	50,2	0,2	100,0

Notas: * Ler revistas foi inquirido isoladamente porque as opções da frequência de realização são diferentes (Pelo menos uma vez por semana; Menos de uma vez por semana; Raramente; Nunca) e a pergunta restringe-se aos que lêem revistas. Os resultados não são, portanto, directamente comparáveis, com excepção de Nunca. Opta-se por incluir essa prática neste grupo, embora com as naturais reservas, uma vez que se trata de uma prática normalmente considerada entre as domésticas; resultados ordenados por Diariamente ou quase.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 99, 150).

Mais detalhadamente, as práticas consideradas como domésticas correspondem a diferentes volumes de praticantes e a diferentes intensidades de realização, porém sempre em patamares relativamente elevados. Como seria de esperar, a que é realizada pela maior percentagem de indivíduos, e com maior frequência, é o visionamento de televisão. De facto, 98% dos inquiridos vêem televisão Diariamente ou quase. Aqueles que ouvem rádio Diariamente ou quase chegam aos 71%. Pelo contrário, noutras actividades os valores relativos à ausência de realização são superiores a 50% dos inquiridos. Destas, a que mais se destaca é Jogar jogos

electrónicos em que a opção de resposta Nunca chega aos 65%. Sobressaem também os 57% que Nunca utilizam a internet e os 50% que Nunca jogam (jogos de cartas, xadrez). Ainda quanto à utilização da internet fica patente a conhecida polarização entre o uso frequente (31% Diariamente ou quase) e a ausência de uso (os referidos 57% de Nunca). Refira-se ainda que a leitura de jornais regista uma taxa de realização elevada (apenas 13% referem Nunca) e uma frequência de realização diária assinalável (65%). Mais modesta é a leitura de revistas tanto em termos de realização (27% referem que Nunca lêem) como de realização mais regular, embora ainda assim assinalada pela maioria dos inquiridos (52%).

Quanto à leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais) apresenta, como se esperaria, valores mais modestos tanto em termos de realização (são 40% os que respondem Nunca) como de frequência de realização, em que as opções que mais se destacam são Raramente e Pelo menos uma vez por semana (ambas com 21%).

A propósito deste quadro será adequado abordar ainda três pontos. Por um lado, importa anotar as diferenças relativamente aos dados do capítulo 7 quanto aos três suportes de leitura. Tomando como referência as percentagens correspondentes à realização, constata-se que a hierarquia é similar: jornais, revistas e livros mas, quanto aos valores em causa, são ligeiramente mais elevados nesta abordagem na leitura de jornais (mais 4 pontos percentuais) e de livros (mais 3 pontos percentuais). Por outro lado haverá que identificar o lugar dos três suportes de leitura que têm vindo a ser abordados entre as práticas culturais domésticas. Assim, a leitura de jornais é, embora com índices mais baixos, a mais próxima das actividades mais generalizadas e banalizadas na vida quotidiana, ver televisão e ouvir rádio, e até com um peso superior à audição de música gravada. A leitura de revistas destaca-se também entre aquelas com mais elevada frequência, mas também quanto à não realização. A leitura de livros (sem ser escolares ou profissionais) regista o valor mais significativo na realização pelo menos uma vez por semana, em que apenas é superada por ver filmes em vídeo ou DVD (21% contra 41%). Enfim, terceiro ponto, será útil comparar o lugar que a leitura ocupa no conjunto das práticas domésticas, tendo como referência os três suportes com os resultados obtidos noutros inquéritos realizados em Portugal, ainda que tendo em conta que não existe um inquérito *específico* sobre práticas culturais dos portugueses e que há limitações comparativas pelos diferentes anos de referência, contingentes e mesmo métodos amostrais.

No conjunto das *actividades culturais de tempos livres* incluídas no inquérito *Práticas Culturais dos Lisboetas*, constata-se que a hierarquia quanto aos suportes (prática regular) apresenta uma ligeira vantagem das revistas (39%) mas importa notar que os jornais são inquiridos em duas opções (diários, semanários, 38%; semanários, 38%), ao passo que os

livros registam 22%. De resto as taxas de leitura dos 3 suportes são significativamente mais baixas do que a audição de música e ver filmes em casa (Pais, Nunes, Duarte e Mendes, 1994: 86). Quanto às *práticas associadas aos tempos livres* do inquérito de 1995, a hierarquia dos suportes difere igualmente da do LP e aproxima-se do inquérito *Práticas culturais dos lisboetas*: revistas, jornais e livros, sendo de realçar que os jornais são também desdobrados (semanários e diários). Por outro lado, os valores de 2007 são significativamente superiores nos jornais (embora se deva ter em conta que são inquiridos de forma diferente) e nas revistas e ligeiramente superiores nos livros. De resto, a televisão e a rádio ocupam igualmente as posições cimeiras nas práticas mais regulares, sendo que a audição de música regista também valores superiores aos dos suportes de leitura (Freitas, Casanova e Alves, 1997, 53). A consulta dos resultados do *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999* para as *práticas de lazer* – apenas televisão e os três suportes impressos – revela uma hierarquia semelhante ao LP. Os valores de 2007 são mais elevados nos jornais e revistas, e menor na leitura de livros (Lopes, Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001: 111-139; Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002: 62). Por fim, a aproximação aos resultados relativos a *práticas culturais e de lazer* de um estudo sobre os públicos do Porto 2001 regista valores similares na prática regular da leitura de jornais e de livros (em torno dos 55%, não inclui a opção revistas), práticas situadas na estrutura percentual abaixo da audição de rádio, de ver televisão e de ouvir música gravada (Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002: 205)²²¹.

Ou seja, com algumas diferenças, parece manter-se estável o grupo das práticas mais regulares, com o audiovisual à cabeça, entre os quais se situam, embora num patamar mais modesto, os três suportes de leitura (sendo o dos jornais o menos modesto), grupo a que se juntou recentemente a internet.

Note-se, por fim, que a leitura de livros e jornais é uma das características mais marcantes dos *públicos cultivados* (Santos, Gomes, Neves, Lima, Lourenço, Martinho e Santos, 2002:

²²¹ A selectividade inerente aos públicos das actividades culturais justificará também a predominância da leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais) entre os participantes dos Encontros Alcultur, um *encontro semi-público de discussão* de agentes culturais. Note-se que, nos Encontros de 2007, a prática com intensidade mais elevada é usar a internet (95%), seguida da leitura de livros (93%), ouvir rádio e ouvir música gravada (ambas com 90%), jornais (89%) e só depois a televisão (83%) (Neves e Lima, 2008: 54-55). Note-se que os participantes se situam nas categorias PTE (51%), EDL (28%) e EE (21%), referenciadas como as mais próximas das práticas de leitura. A referida hierarquia altera-se no inquérito aos participantes dos Encontros de 2008, sendo a principal alteração que a leitura de jornais é a segunda prática regular mais referida (92%) a seguir à internet (99%) e a leitura de livros a terceira (88%) (Neves e Lima, no prelo: 57-58). Esta alteração é concomitante com as dos perfis sociais: as categorias EDL (55%) e PTE (43%) representam aqui 98% dos participantes e EE apenas 2% e trata-se de uma população menos feminizada (58% contra 62%) (Neves e Lima, 2008: 30-31; no prelo: 28-29).

259) ou, numa outra perspectiva, *do universo dos consumidores culturais regulares* (Silva, Luvumba, e Bandeira, 2002: 182).

Práticas de sociabilidade

As idas ao café ou a esplanadas, os encontros com os amigos e os passeios em espaços ao ar livre são práticas realizadas com grande frequência, destacando-se as duas primeiras na realização diária ou quase (quadro 11.2). Já a frequência de associações recreativas locais é uma prática mais rara, em que Nunca chega aos 61% e Raramente aos 19%. Será de destacar as idas ao café ou esplanada pela elevada percentagem de frequência de realização diária, uma vez que se trata de uma actividade particularmente importante do ponto de vista da leitura de um suporte em especial, os jornais, e, em menor escala, de revistas, como se viu no capítulo 9.

Quadro 11.2

Frequência de realização de Práticas culturais de sociabilidade (*percentagem em linha*)

n = 2.552

Práticas culturais de sociabilidade	Frequência de realização					Total
	Diariamente ou quase	Pelo menos uma vez por semana	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Ir ao café ou esplanada	73,0	15,6	8,7	2,7	–	100,0
Encontrar-se com amigos	54,6	33,5	9,0	2,7	0,2	100,0
Passear em espaços ao ar livre (jardins, parques, etc.)	28,3	48,2	20,8	2,5	0,2	100,0
Ir a centros comerciais	9,5	45,1	38,2	6,9	0,3	100,0
Frequentar associações recreativas locais	7,5	11,9	18,6	61,4	0,6	100,0

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 151).

Práticas culturais de saída

Das práticas de saída que constam do quadro 11.3, as que são realizadas com mais frequência são Idas ao cinema, Idas a festas populares e Assistir a espectáculos desportivos. Em todas as outras actividades, a percentagem de inquiridos que responde Nunca é superior a 50%. Esse valor chega aos 73% no caso de Ir a espectáculos de dança e aos 82% no que toca a Ida a concertos de música erudita/clássica.

Uma referência especial merece a ida a bibliotecas cujo valor de Pelo menos uma vez por mês é, apesar de tudo elevado (10%), valor substancialmente explicado pelas idades mais jovens e pela condição de estudantes daqueles que assinalam essa opção. Note-se ainda que os valores aqui registados, tomando o conjunto dos resultados correspondentes à intensidade de

realização, ainda que raramente, é ligeiramente superior – como se referiu já quanto à leitura de jornais e de livros – ao obtido na pergunta específica (21% contra 17%) (ver capítulo 10).

Quadro 11.3

Frequência de realização de Práticas culturais de saída (percentagem em linha)

n = 2.552

Práticas culturais de saída	Frequência de realização					Total
	Pelo menos uma vez por mês	Pelo menos uma vez por trimestre	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Ir ao cinema	21,0	15,8	22,0	41,0	0,2	100,0
Ir a discotecas e/ou bares	19,2	9,7	17,4	53,5	0,2	100,0
Assistir a eventos desportivos	16,3	13,4	22,7	47,2	0,3	100,0
Ir a bibliotecas	10,1	3,5	7,6	78,4	0,5	100,0
Ir a festas populares	4,8	24,6	45,3	25,1	0,2	100,0
Ver exposições	2,0	9,6	30,4	57,7	0,3	100,0
Ir a concertos de música popular/moderna	1,7	10,9	29,4	57,5	0,4	100,0
Ir a espectáculos de dança	1,3	4,0	21,5	72,7	0,4	100,0
Ir a museus	1,1	7,1	31,7	59,7	0,4	100,0
Ir ao teatro	1,0	6,2	28,0	64,5	0,4	100,0
Visitar monumentos, sítios arqueológicos	0,9	7,0	32,1	59,6	0,5	100,0
Ir a concertos de música erudita/clássica	0,9	2,8	13,9	81,9	0,5	100,0

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 152).

Tipos de associação entre práticas culturais

A análise em componentes principais do conjunto de indicadores de práticas culturais e de lazer a que se fez anteriormente referência permite identificar cinco tipos de associação entre elas (quadro 11.4). O primeiro grupo (*cultivado*) inclui indicadores de práticas culturais de saída, incluindo a ida a bibliotecas, e ainda a leitura de livros. O segundo (*multimédia*) agrupa práticas ligadas ao multimédia e às novas tecnologias da comunicação e também a ida a discotecas e bares. O terceiro, as práticas associativas, desportivas e festivas (*sociabilidade associativa*). O quarto (*sociabilidade*), as de passeio e de frequência de centros comerciais. E o quinto agrupa as práticas associadas aos meios de comunicação de massas, incluindo a leitura de jornais e de revistas (*mediático*). Resulta, assim, uma distinção clara entre o lugar da leitura de livros e a leitura de jornais e revistas.

Quadro 11.4

Tipos de práticas culturais (análise em componentes principais)

n = 2.552

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5
Cultivado					
Ir a museus	,828	,130	,067	,110	,051
Ver exposições	,817	,145	,067	,091	,078
Visitar monumentos, sítios arqueológicos	,802	,116	,117	,070	,059
Ir ao teatro	,779	,120	,038	,064	,049
Ir a espectáculos de dança	,702	,132	,108	-,008	,032
Ir a concertos de música erudita/clássica	,630	,106	,083	-,062	-,010
Ir a bibliotecas	,567	,304	,099	,074	-,126
Ler livros (excluindo escolares ou profissionais)	,524	,275	-,225	,177	-,002
Ir a concertos de música popular/moderna	,509	,362	,276	-,025	,100
Multimédia					
Ouvir música gravada em mp3, CDs, LPs ou cassetes	,189	,742	,046	,115	,192
Ver filmes em vídeo ou DVD	,143	,729	,050	,065	,143
Ir ao cinema	,332	,726	,062	,113	,050
Jogar jogos electrónicos (consolas, telemóvel, computador)	,039	,719	,198	,032	-,071
Ir a discotecas e/ou bares	,194	,710	,229	,078	,033
Usar a internet	,354	,680	-,011	,049	-,040
Sociabilidade associativa					
Frequentar associações recreativas locais	,125	-,109	,669	,119	-,033
Assistir a eventos desportivos	,163	,368	,640	,101	,133
Jogar outros jogos (cartas, xadrez, etc.)	,006	,221	,542	,141	,030
Ir a festas populares	,185	,104	,508	,064	,240
Sociabilidade					
Passear em espaços ao ar livre (jardins, parques, etc.)	,180	-,033	,108	,706	-,060
Encontrar-se com amigos	,030	,201	,318	,658	,034
Ir ao café ou esplanada	-,096	,136	,111	,511	,323
Ir a centros comerciais	,145	,422	-,127	,445	,107
Mediático					
Ver televisão	-,062	-,050	,040	-,222	,639
Ouvir rádio	,071	,153	,102	,175	,531
Ler jornais	,053	,020	,119	,333	,506
Ler revistas	,227	,310	-,292	,100	,348

Nota: percentagem de variância explicada = 52%.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 154).

Práticas culturais expressivas

Passando às práticas expressivas, constantes do quadro 11.5, em que se distinguem os contextos de modo a melhor caracterizar os respectivos praticantes, a maioria dos inquiridos (mais precisamente 60%) não costuma praticar nenhuma delas. Quase todas têm uma taxa de ausência de prática acima dos 90%, com excepção da desportiva e de escrita, apesar de estas registarem igualmente elevadas taxas de ausência de realização (79% e 81%,

respectivamente). Apesar de tudo, estas duas práticas são as que mais se destacam como ocupação de tempos livres. Haverá ainda que notar que o valor mais elevado em contexto profissional refere-se à actividade Escrever (3%) e que o mesmo se verifica na condição de frequentador de curso/aulas.

Quadro 11.5

Práticas culturais expressivas (percentagem em linha)

n = 2.552

Práticas culturais expressivas	Costuma praticar...				Total
	Sim, como profissional	Sim, como frequentador de curso/aulas	Sim, como ocupação de tempos livres	Não costuma	
Realizar uma actividade desportiva	1,2	2,5	17,0	79,3	100,0
Escrever	3,3	2,9	12,6	81,2	100,0
Fazer fotografia	0,4	0,1	9,4	90,1	100,0
Participar/manter um blogue ou chatroom na internet	0,3	0,3	6,5	92,9	100,0
Tocar um instrumento musical/cantar	0,7	0,4	5,8	93,2	100,0
Pintar/desenhar/esculpir	0,5	0,3	5,6	93,5	100,0
Criar/manter um site na internet	0,5	0,2	4,6	94,8	100,0
Fazer vídeo/cinema	0,1	0,1	3,3	96,5	100,0
Fazer ballet/dança	0,3	0,2	2,1	97,4	100,0
Actuar num grupo de teatro	0,1	0,2	1,8	97,9	100,0

Nota: são 60% os que não costumam praticar nenhuma das actividades consideradas.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 151).

Quadro 11.6

Tipos de práticas culturais expressivas (análise em componentes principais)

n = 2.552

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Internauta				
Criar/manter um site na internet	,852	,124	,063	,027
Participar/manter um <i>blog</i> ou <i>chat-room</i> na internet	,803	,060	,101	,258
Artístico				
Fazer fotografia	,257	,756	,044	,191
Pintar/desenhar/esculpir	-,042	,652	,207	-,067
Fazer vídeo/cinema	,478	,590	,189	-,103
Escrever	-,017	,588	-,042	,540
Performativo				
Fazer ballet/dança	-,023	-,009	,744	,205
Actuar num grupo teatro	,237	,153	,628	-,146
Tocar um instrumento musical/cantar	,043	,142	,584	,083
Desportivo				
Realizar uma actividade desportiva	,208	,006	,172	,802

Nota: percentagem de variância explicada = 61%; quarto factor com valor próprio = 0,94.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 156).

A análise em componentes principais sugere o agrupamento destes indicadores em quatro tipos: *internauta*, *artístico*, *performativo* e *desportivo* (quadro 11.6). O grupo designado *internauta* associa duas práticas da internet (criação/manutenção de um site e criação/manutenção de blogues ou sítios de conversação) em que quer a leitura quer a escrita são competências fundamentais. No grupo *artístico* estão associadas práticas como a fotografia e outras ligadas às artes cuja realização tem um pendor individual, incluindo a escrita, assim se enfatizando a vertente artística desta prática. As práticas associadas às artes do palco constituem o grupo *performativo*. E, finalmente, o grupo *desportivo* isola as práticas desportivas, as quais, aliás, podem recobrir inúmeras modalidades.

A escrita: necessidades e frequência de realização

Procurou-se apurar igualmente a frequência da escrita a partir de um conjunto de situações em que a sua necessidade se pode manifestar. Os resultados obtidos mostram que a mais comum é escrever devido às relações e convívio com amigos, familiares e colegas (mensagens electrónicas e mensagens de telemóvel), realizada Diariamente ou quase por 43% dos inquiridos. Pelo contrário, a menos frequente é escrever por necessidades de estudo (14% diariamente ou quase) (quadro 11.7), sendo que, nestes, os estudantes têm, naturalmente, um peso predominante (69%).

Quadro 11.7

Frequência de realização de Necessidades de escrita (percentagem em linha)
n = 2.552

Necessidades de escrita	Frequência de realização					Total
	Diariamente ou quase	Pelo menos uma vez por semana	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Necessidades de relações e de convívio com amigos, familiares e colegas (mensagens electrónicas, mensagens telemóvel (sms), etc.)	42,9	12,5	12,1	32,2	0,3	100,0
Necessidades práticas (escrever cartas, recados, formulários, etc.)	28,8	22,3	28,4	20,2	0,3	100,0
Necessidades profissionais	33,9	7,2	11,6	46,9	0,4	100,0
Necessidades de estudo	14,1	2,9	5,3	77,3	0,4	100,0

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 158).

Note-se que, dos 77% que Nunca escrevem por necessidades de estudo, os Estudantes registam, como se esperaria, um valor residual de 0,3%. Numa outra perspectiva, talvez mais importante, sobre a realização mais frequente por Necessidades profissionais, constata-se uma

paridade entre os sexos (ambos com 34%), maior incidência entre os Activos (48%), nos grupos de idade 25-34 (53%) e 35-44 (37%), com Ensino Médio ou Superior (66%) e nas categorias PTE (62%) e EDL (57%)²²², portanto um perfil relativamente próximo, com excepção do Sexo, do da leitura profissional e técnica (ver quadro 9.6).

Preferências televisivas: programas, tipos e perfis

Após o *período de ouro* que se situou, no ocidente, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX (Griswold, McDonnell e Wright, 2005), a leitura de livros teve na televisão um importante concorrente, segundo uns, mas também um auxiliar, segundo outros, em todo o caso deu lugar a novas relações com a leitura. Massificada a nível mundial a partir de 1955 (em Portugal as emissões regulares da RTP datam de 1957) é frequentemente associada à diminuição do tempo dedicado à leitura, do número de livros lidos e do número de “grandes leitores”, em particular nas gerações socializadas no contexto marcado pela sua rápida generalização e omnipresença na vida quotidiana. Contudo, são vários os posicionamentos decorrentes dos estudos realizados sobre a relação entre leitura e televisão (ou audiovisual). O mais comum, o da concorrência (lê-se menos porque se vê mais televisão) tem sido objecto de intenso escrutínio. Os resultados obtidos tendem a pôr em causa, ou pelo menos a relativizar, essa conclusão. Joëlle Bahloul considera que a televisão não é um concorrente sistemático mas pode ser também por vezes um auxiliar das práticas de leitura de fraca envergadura (Bahloul, 1990: 45). Olivier Donnat refere a dificuldade em adoptar a conclusão de que “lemos menos e sobretudo de modo diferente porque a televisão introduziu novos modos de aprendizagem e novas relações com o saber e o imaginário” uma vez que os inquéritos sobre os efeitos da televisão sempre deram interpretações contraditórias (Donnat, 1994: 276).

No estudo *Livre et Télévision: Concurrence ou Interaction*, Establet e Felouzis (1992) mostram que o efeito da idade nas práticas de leitura e da televisão distinguem sobretudo os mais velhos (que vêem mais televisão) (*idem*: 24). Consideram que a questão da concorrência está mal colocada uma vez que parte do pressuposto que correspondem aos mesmos usos sociais, com as mesmas utilizações e funções. As utilizações são diferentes (televisão - uso colectivo, leitura - individual), e as funções variam consoante o nível de escolaridade: são iguais entre os diplomados (em ambas as práticas, cultivar-se), diferentes entre os não diplomados (televisão objecto de lazer, a leitura está reservada às actividades “sérias”) (*idem*:

222 Qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$). Fonte: LP, 2007, base de dados.

41-42). Identificam assim seis “maneiras de falar do livro e da televisão” (*idem*: 84-106) e concluem que a concorrência entre leitura e televisão apenas se verifica entre aqueles que fazem “um uso intelectual da televisão” (*idem*: 107).

Antonio Ariño Villaroya mostra que os leitores de livros utilizam em maior percentagem os outros meios, com exclusão da televisão (Ariño, 2010: 94) e que o lugar-comum da crise e retrocesso da leitura devido ao assédio da televisão e do audiovisual não encontra sustentação nos indicadores de compra de livros, de livros existentes em casa, de visita a bibliotecas e nas taxas gerais de leitura (Villaroya, 2010: 199-200). Um estudo sobre práticas culturais em Espanha tinha já concluído que a erosão da prática da leitura devido à televisão apenas se verifica para os que têm hábitos de leitura menos arraigados (Salgado, 2000: 164).

Quanto a Portugal importa começar por situar as preferências dos programas de televisão (quadro 11.8).

Quadro 11.8

Programas de televisão que vê (percentagem)

n = 2.552

Programas de televisão	Percentagem
Informação/telejornais	72,8
Filmes	42,4
Telenovelas	40,4
Concursos	26,3
Programas desportivos	24,9
Séries estrangeiras	19,1
Debate/entrevistas	16,6
Programas científicos ou educativos (ciência, natureza, história, etc.)	14,4
Séries portuguesas	10,8
Reality shows/Talk shows	5,1
Programas de teatro, dança ou música	3,2
Programas religiosos	1,7
Programas social life/jet set	1,2
Programas sobre actualidade literária	0,5
Não costuma ver televisão/Não tem televisão em casa	0,2
Ns/Nr	0,3

Nota: pergunta limitada ao máximo de três respostas.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 162).

Sem surpresa, os que não costumam ver ou que não têm televisor em casa representam um valor residual de menos de 1% da amostra. O género de programa preferido é a Informação/telejornais (73%), a larga distância de Filmes (42%) e Telenovelas (40%). Os programas menos vistos são os Reality shows/Talk shows (5%), os Programas de teatro,

dança ou música (3%), os Programas religiosos (2%), os Programas social life/jet set e os Programas sobre actualidade literária²²³ (ambos com 1%).

A Tipologia de leitores de livros mostra preferências contrastantes, em particular entre os Pequenos, por um lado, e os Médios e Grandes, por outro²²⁴. Assim, entre as preferências dos Pequenos leitores destacam-se os Programas social life/jet set, Concursos, Reality shows/talk shows e Programas desportivos, dos Médios leitores Programas de teatro, dança ou música (a larga distância), Séries estrangeiras e Programas científicos ou educativos, ao passo que as principais preferências dos Grandes leitores são Programas de teatro, dança ou música, Programas científicos ou educativos e Debates/entrevistas.

Numa análise multivariada²²⁵ do conjunto de programas de televisão retiveram-se 6 tipos (quadro 11.9).

Quadro 11.9

Tipologia de programas de televisão que vê com mais frequência (média)

Programas de televisão	Tipo						Total
	Cinema	Novelas	Desportivos	Educativos	Séries	Cinema e séries	
Concursos	0,1	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	0,3
Debates/entrevistas	0,2	0,0	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2
Filmes	1,0	0,2	0,0	0,0	0,5	0,9	0,4
Informação/telejornais	1,0	1,0	1,0	0,7	0,0	0,0	0,7
Programas científicos ou educativos (ciência, natureza, história, etc.)	0,1	0,0	0,0	1,0	0,1	0,2	0,2
Programas de teatro, dança ou música	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Programas desportivos	0,3	0,1	0,5	0,2	0,1	0,4	0,2
Programas religiosos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programas sobre actualidade literária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programas <i>social life/jet set</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reality shows/Talk shows	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Séries estrangeiras	0,2	0,0	0,1	0,1	0,3	0,6	0,2
Séries portuguesas	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Telenovelas	0,0	1,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,4

Base: respostas válidas (n = 2.548).

Nota: a escala varia entre 0 = Não vê/Não refere e 1 = Vê.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 163).

O tipo *cinema* distingue (tal como os dois seguintes) aqueles que preferem assistir, na televisão, a filmes e a programas informativos. Agrega 19% dos casos válidos. O tipo *novelas* é porventura o que agrega os mais selectivos em termos de número de programas e associa muito vincadamente os que referem assistir a telenovelas e a programas de informação. Com

²²³ Sobre os programas aqui designados como de actualidade literária ver Peroni (1991).

²²⁴ Fonte: LP, 2007, base de dados.

²²⁵ K-Means Clusters.

29% dos casos é o grupo mais volumoso. O grupo *desportivos*, para além de ver também programas informativos, caracteriza-se ainda por acompanhar o desporto, os concursos e os debates e entrevistas (19% dos casos). O grupo *educativos* refere-se aos que preferem a vertente educativa da programação televisiva, os debates e entrevistas e é, talvez significativamente, o mais restrito (8%). O grupo *séries* associa os que se distanciam da vertente informação e preferem as séries e os filmes (12%). Finalmente, o grupo *cinema e séries* também não prefere a vertente informativa, distancia-se das telenovelas e prefere o desporto e vários outros programas, em particular as séries e os filmes (igualmente 12%). O cruzamento desta tipologia construída a partir dos programas de televisão com as variáveis sociográficas permite traçar os perfis respectivos (quadro 11.10).

Quadro 11.10

Perfis de Tipos de programas de televisão que vê com mais frequência

Tipos	Perfis
Cinema (18,8%)	Caracteriza-se pela predominância masculina (67%), por graus de escolaridade elevados, em particular quanto ao Médio ou Superior (20%, o valor mais elevado), maioritariamente com idades Activas e pela presença com maior peso dos PTE e dos TI. Quase metade (46%) situa-se entre o tipo de leitura Cumulativa. Destacam-se aqui os Médios leitores de livros (33% contra 26% do total).
Novelas (29,3%)	É, com o tipo <i>séries</i> , aquele em que a presença feminina é mais visível (79%), bem como com os graus de escolaridade baixos e idades mais idosas, e portanto com um peso significativo nos Outros não activos, sendo que, entre os que exercem ou exerceram uma profissão, sobressaem os EE. São sobretudo Não-leitores e leitores parcelares. É claramente o perfil que regista mais preferência dos Pequenos leitores de livros (82% contra 69% do total) e maior distanciamento dos Grandes (0,9% contra 4% do total).
Desportivos (19,4%)	O grupo com o peso mais assinalável entre os homens (72%), com escolaridades relativamente baixas, mais idosos, igualmente com predominância entre os Outros não activos e os EDL e os O Para além do peso de Não-leitores (6%) saliente-se ainda a elevada percentagem de leitores que só lê um dos impressos-padrão. Quanto à Tipologia de leitores de livros os Pequenos estão ligeiramente sobre-representados (72% contra 69% no total).
Educativos (8,1%)	Também com predominância masculina (embora pouco vincada), evidencia-se pela sobre-representação nos graus de Ensino Secundário e Médio ou Superior (somam 56%), maioritariamente com idades acima dos 35 anos (embora menos vincadamente que o grupo <i>desportivos</i>) e, quanto à Categoria socioprofissional, é o grupo em que os PTE estão mais representados. São leitores cumulativos em percentagem elevada (55%, quando comparada com a média, 41%). Predominam, face ao total, os Grandes leitores de livros (11% contra 4%).
Séries (12,1%)	É também feminizado, com predominância dos graus de Ensino Básico e Secundário (diferentemente do grupo <i>novelas</i> , com escolaridade mais baixa), idades relativamente jovens e com um peso significativo entre os Estudantes e particularmente significativo nos EE. Distingue-se pela ligeira sobre-representação dos Grandes leitores de livros (6% contra 4%).
Cinema e séries (12,3%)	Este grupo caracteriza-se pela sobre-representação masculina, peso significativo nos graus acima do 3º Ciclo do Ensino Básico, nas idades mais jovens e pela situação de Estudantes. Assinale-se o peso significativo dos PTE. Quase metade é do tipo leitura Cumulativa. Os Médios leitores de livros estão sobre-representados (32% contra 26% do total).

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: respostas válidas ($n = 2.548$). Categoria socioprofissional, inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (85% dos casos em análise); Tipologia de leitores de livros, casos válidos ($n = 1.392$).

Fontes: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 165), excepto Tipologia de leitores de livros, LP, 2007, base de dados.

Em síntese, a análise multivariada das preferências em matéria de programas televisivos permite detectar diferentes tipos de relações com a televisão e diferentes perfis sociais predominantes. Permite também tirar algumas conclusões quanto à relação entre a leitura e os programas de televisão que se vê mais frequentemente. É manifesta a relação do grupo *educativos* com o tipo de leitura Cumulativa, mas evidenciam-se pesos significativos nos grupos *cinema e séries* (mais jovens, como se viu) e *cinema*. Importa ainda referir os dois grupos que apresentam valores assinaláveis de Não-leitores ou de leitores parcelares – o das *novelas* (feminizado) e o do *desporto* (predominantemente masculino).

Ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet: relações, tipos e perfis

Das quatro actividades em análise aquela em que os inquiridos gastam mais tempo ao longo de um dia normal, excluindo o período de férias é, como se esperaria, o visionamento de televisão (quadro 11.11). São 86% os que vêem mais de uma hora de televisão por dia. A audição de música, não sendo tão exigente em tempo consumido como o televisionamento – até porque, frequentemente, é realizada como actividade secundária – é, no entanto, considerável uma vez que 46% ouvem mais de uma hora por dia. Por sua vez, 12% gastam mais de uma hora por dia a ler, enquanto na utilização da internet isso acontece a 21%.

Quadro 11.11

Tempo gasto ao longo de um dia normal (excluindo férias) **a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet** (percentagem em linha)

n = 2.552

Actividades	Tempo gasto ao longo de um dia normal							Total
	Nenhum tempo	Até ½ hora por dia	Entre ½ e 1 hora por dia	Entre 1 e 2 horas por dia	Entre 2 e 4 horas por dia	Mais de 4 horas por dia	Ns/Nr	
Ver televisão	0,4	2,9	9,8	39,9	30,9	14,8	1,3	100,0
Ouvir música	6,0	19,4	25,6	21,3	9,9	14,6	3,2	100,0
Ler	16,2	45,8	24,1	8,1	2,5	1,3	2,0	100,0
Utilizar a internet	59,3	8,5	8,6	9,2	6,0	5,9	2,5	100,0

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 166).

Por via da análise em componentes principais identificam-se com clareza dois factores: um que associa a internet à leitura e outro que associa a audição de música ao visionamento de televisão (quadro 11.12).

Quadro 11.12

Tempo gasto ao longo de um dia normal a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet (análise em componentes principais)

n = 2.552

	Factor 1	Factor 2
internet e leitura		
Utilizar a internet	,796	-,053
Ler	,720	-,082
Audiovisual		
Ver televisão	-,250	,858
Ouvir música	,556	,599

Nota: percentagem de variância explicada = 66%.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Feita esta primeira nota, avança-se uma outra linha de abordagem com análise estatística multivariada²²⁶. Nesta análise retiveram-se cinco tipos de ocupação de tempo nas quatro actividades consideradas: *televisivos*, *navegadores*, *audiovisuais*, *transversais* e *leitores* (quadro 11.13).

Quadro 11.13

Tipologia de tempo gasto ao longo de um dia normal a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet (média)

Actividades	Tipo					Total
	Televisivos	Navegadores	Audiovisuais	Transversais	Leitores	
Ler	5,0	4,0	4,9	4,5	2,9	4,6
Ouvir música	4,7	1,8	2,1	4,0	3,2	3,5
Ver televisão	2,6	2,5	2,2	3,1	2,9	2,6
Utilizar a internet	5,9	1,8	5,8	3,0	4,6	4,9

Base: respostas válidas (n = 2.405).

Nota: escala varia entre 1 = mais de 4 horas; 6 = nenhum tempo (ver quadro 11.11)

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 167).

O tipo *televisivos* caracteriza-se por gastar muito tempo a ver televisão, pouco na leitura e (quase) nenhum na utilização da internet. Com 40% dos casos em análise é o grupo mais volumoso. O grupo *navegadores* congrega aqueles que utilizam a internet, ouvem música, vêem televisão e também dedicam algum tempo à leitura (11%). O grupo *audiovisuais* caracteriza-se justamente pelo muito tempo a ouvir música e a ver televisão e representa 26%. Por seu turno, o tipo *transversais* distingue-se pelo equilíbrio do tempo gasto nas práticas consideradas (14%). Finalmente, o tipo *leitores* destaca-se pelo tempo (relativamente) elevado que dedica à leitura e é o contingente mais reduzido (9%). Os correspondentes tipos sociais predominantes constam do quadro 11.14.

²²⁶ K-Means Clusters.

Quadro 11.14

Perfis de Tipos de tempo gasto ao longo de um dia normal a ver televisão, ouvir música, ler e utilizar a internet

Tipos	Perfis
Televisivos (39,5%)	Feminizado (56%), com graus de escolaridade baixos (67% Até 2º Ciclo do Ensino Básico), mais idosos e portanto Outros não activos e pelo peso particularmente elevado que tem entre os O. Mostra também um peso assinalável entre os Não-leitores. Predominam neste perfil os Pequenos leitores de livros (82% contra 70% do total).
Navegadores (11,4%)	Distingue-se por ser aquele em que predominam os homens (55%), pelo peso entre aqueles que possuem o Ensino Secundário (46%), idades mais jovens, serem Estudantes e pelas percentagens relativamente elevadas entre os EE e os PTE. Note-se que 60% são leitores cumulativos. Quanto à Tipologia de livros distingue-se pela sobre-representação dos Médios e Grandes leitores.
Audiovisuais (26,3%)	Os homens são igualmente maioritários, embora menos acentuadamente (52%), caracteriza-se (como os <i>televisivos</i>) pela baixa escolaridade (Até 2º Ciclo do Ensino Básico são 62%), idades com peso mais significativo entre os 35 e 54 anos, pelo peso entre os Activos e pelas categorias socioprofissionais EDL, TI e O. Distinguem-se ainda como Não-leitores e como leitores parcelares. Os pequenos leitores de livros estão aqui também sobre-representados, embora menos do que no tipo <i>televisivos</i> (81% contra 70% do total).
Transversais (13,8%)	É igualmente masculinizado, mas a proximidade fica-se por aí: claramente mais qualificado em termos de escolaridade (28% no Ensino Médio ou Superior quando a média total é de 11%), acentuada juvenilidade, elevado peso de Estudantes e de PTE. E 63% são de leitura Cumulativa. Os Médios leitores registam aqui o principal desvio positivo face ao total (35% contra 26%).
Leitores (9,1%)	Este tipo tem como características sociais ser vincadamente feminizado (61%), com formações Secundária (44%) e Média ou Superior (23%) elevadas, um peso significativo entre os mais jovens, e portanto também entre os Estudantes (32%) e nos PTE. Tem a percentagem mais elevada de leitura Cumulativa (70%). Os Grandes leitores de livros estão aqui claramente mais representados do que no total (11% contra 4%).

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: respostas válidas ($n = 2.405$); Categoria socioprofissional, inquiridos que exercem actualmente, ou já exerceram, uma actividade profissional (85% dos casos em análise); Tipologia de leitores de livros, respostas válidas ($n = 1.325$).

Fontes: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 169), excepto Tipologia de leitores de livros, LP, 2007, base de dados.

O cruzamento da Tipologia de práticas diárias com a Tipologia de leitura permite clarificar um pouco mais as relações estabelecidas (quadro 11.15). Assim, os Não-leitores, os leitores de um só impresso-padrão e os leitores Parcelares concentram-se nos grupos *televisivos* e *audiovisuais* (somados os respectivos valores nestes dois grupos chegam a 97%, 86% e 73%, respectivamente), sendo clara a relação inversa entre os *televisivos* e a leitura: quanto mais exigente a leitura em número de suportes, menor a percentagem. Quanto ao tipo de leitura Cumulativa mostra uma distribuição equilibrada, com as percentagens mais baixas nos tipos *televisivos* (28%) e *audiovisuais*, mas com os mais elevados nos restantes três, com destaque para o tipo *leitores* (15%).

Quadro 11.15

Tipologia de práticas diárias por Tipologia de leitura (percentagem em linha)

Tipologia de leitura	Tipologia de práticas diárias					Total
	Televisivos	Navegadores	Audiovisuais	Transversais	Leitores	
Não-leitores	67,8	1,7	28,7	1,7	-	100,0
Só um dos impressos - padrão	53,1	6,0	33,1	6,2	1,6	100,0
Parcelar	42,4	9,5	30,6	10,7	6,8	100,0
Cumulativa	27,6	16,7	19,2	21,1	15,4	100,0
<i>Total</i>	<i>39,5</i>	<i>11,4</i>	<i>26,3</i>	<i>13,8</i>	<i>9,1</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Base: respostas válidas ($n = 2.405$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 170).

Assim, embora seja possível afirmar que ocupar mais tempo a ver televisão evidencia uma relação negativa com a leitura, isso não significa que, de uma forma geral, se possa falar de mútua exclusão. Repare-se, aliás, que 28% dos tipificados como *televisivos* cabem simultaneamente no tipo de leitura Cumulativa.

Finalmente, como se relaciona esta Tipologia de práticas diárias com a Tipologia de leitura de livros? Os Pequenos leitores têm o valor mais elevado no tipo *televisivos* (35%)²²⁷; os Médios nos *transversais* (27%); e os Grandes no tipo *leitores* (40%) (quadro 11.16).

Quadro 11.16

Tipologia de práticas diárias por Tipologia de leitores de livros (percentagem em linha)

Tipologia de leitores de livros	Tipologia de práticas diárias					Total
	Televisivos	Navegadores	Audiovisuais	Transversais	Leitores	
Pequenos	35,3	14,1	22,5	17,8	10,3	100,0
Médios	19,3	18,1	12,1	26,7	23,9	100,0
Grandes	10,7	26,8	12,5	10,7	39,3	100,0
<i>Total</i>	<i>30,0</i>	<i>15,7</i>	<i>19,3</i>	<i>19,8</i>	<i>15,1</i>	<i>100,0</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Base: leitores de livros, excluindo não classificáveis por Tipologia de práticas diárias ($n = 1.325$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 171).

Novas tecnologias e práticas de leitura

A partir de meados da década de noventa do século passado²²⁸, a utilização da internet difundiu-se pelo mundo a uma velocidade muito superior à de qualquer outro meio de comunicação ao longo da história (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005: 81). Assim, o advento e rápida generalização das novas tecnologias da informação, em particular da

²²⁷ Os pequenos leitores (cerca de 1 ou 2 livros por ano) são os que, em média, vêem mais televisão (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996: 45).

²²⁸ A referência é o surgimento do primeiro *browser* comercial, o Netscape Navigator, em 1995.

internet, configuram o que alguns autores apelidam de *terceira revolução da leitura*²²⁹ que se caracteriza pela leitura em suporte digital e pela transmissão electrónica de textos (Cavallo e Chartier, 2001[1997]: 51), matérias que José Afonso Furtado trata nas suas diversas vertentes (Furtado, 2007).

Neste ponto caracteriza-se a sociedade portuguesa quanto às TIC, sintetizam-se os resultados a que se chegou no LP nesta matéria e discute-se a relação entre internet e leitura à luz da proposta de Wendy Griswold e Nathan Wright.

A sociedade portuguesa e as TIC: situações de utilização, locais de acesso e usos da internet

Como se caracteriza a sociedade portuguesa no início do século XXI quanto às novas tecnologias²³⁰? Em termos gerais, segundo dados do INE (2007), nos últimos anos verificou-se um aumento significativo da posse das TIC nos agregados domésticos²³¹, tanto de computador (27% em 2002 para 48% em 2007) como da ligação à internet (15% em 2002 para 40% em 2007)²³². Em termos territoriais observam-se algumas assimetrias. Ao longo do período 2000-2007 a região de Lisboa surge em primeiro lugar, tanto na posse de computador como na ligação à internet (56% e 46%, respectivamente, em 2007). Em último lugar estão o Alentejo, na posse de computador (39% em 2007), e o Norte quanto aos agregados familiares com ligação à internet (33% em 2007).

De acordo com o LP, no que toca ao uso do computador a principal polarização é entre os que o utilizam frequente (35% diariamente ou quase) e os que não o utilizam de todo (52%)²³³

²²⁹ Os autores situam a primeira revolução no século XV, com a imprensa, e a segunda na última metade do século XVIII, com a massificação da oferta de livros e a passagem da leitura *intensiva* à leitura *extensiva*. Intensiva num contexto de baixa oferta de livros e leitura repetida de um mesmo livro, em particular a Bíblia.

²³⁰ A propósito da sociedade da informação, das políticas públicas e dos tipos de utilizadores das TIC em Portugal ver Rodrigues e Mata (2003). Os autores identificam 3 tipos: Crítico (não utilizadores que representam 16% da população activa em 2002); Potencial (50% da população activa) e Natural (os muito familiarizados com as novas tecnologias, 34% da população activa). Entre as suas conclusões refira-se que a explicação para a utilização das TIC reside não tanto no efeito geracional, e no nível de escolaridade, mas é antes uma questão de qualificação na actividade socioprofissional (*idem*: 168). Os dados do LP confirmam, em parte, esta conclusão uma vez que, se é verdade que os PTE registam valores de utilização de internet e computador (para referir apenas um indicador) mais elevados do que as demais categorias, independentemente da idade em causa, é igualmente verdade que, em geral, quanto mais idosos menores são as percentagens de utilizadores nas várias categorias. O mesmo se verifica se a variável de controlo for o grau de escolaridade (fonte: LP, 2007, base de dados). Por outro lado, os referidos autores concluem ainda que as oportunidades de utilização das TIC no trabalho, tal como em casa, são decisivas (*idem*: 175).

²³¹ Agregados domésticos com pelo menos um indivíduo com idades entre os 16 e os 74 anos.

²³² E que chega a 48% em 2009, apesar de tudo uma percentagem baixa face à média da UE, 65% (Beck-Domzalska, 2011: 186).

²³³ Porque não sabe utilizar computador (22%), porque não tem acesso a ele (16%), ou porque considera que não tem necessidade de o usar (14%).

(Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 123). Estes resultados estão de acordo com outros estudos sobre a realidade portuguesa (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005) e, mais genericamente, confirmam a tese conhecida por *digital divide*, ou seja, o fosso entre os (grandes) utilizadores do mundo digital e os excluídos da sua utilização (Van Dijk, 2006; Alves, 2008). A grande maioria dos que utilizam computador utiliza também a internet (87%). Quanto ao perfil social predominante destes utilizadores são sobretudo homens (45% contra 40% das mulheres), evidenciando-se uma relação directa positiva com o grau de escolaridade (12% Até ao 2º Ciclo do Ensino Básico contra 85% com Ensino Médio ou Superior), elevada percentagem entre os Estudantes (95% contra 44% dos activos) e uma forte incidência nos PTE (74% contra os 41% de EE ou os 19% dos O, por exemplo) (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 127). Relativamente ao perfil dos leitores de livros (ver atrás capítulo 7) estão bastante próximos, com excepção da variável Sexo. É também notório que os níveis de utilização da internet são mais elevados entre os mais jovens.

A internet pode ser utilizada em diversas situações. A situação de lazer é claramente a mais comum (74%) (quadro 11.17). Tanto a utilização em situação profissional como de estudo tem pesos relevantes, mas significativamente mais baixos (40% e 29%, respectivamente).

Quadro 11.17

Situações de utilização da internet por Grau de escolaridade, Idade e Condição perante o trabalho
(percentagem)

	Situações de utilização da internet				Número
	Lazer	Estudo	Profissional	Não utiliza	
Total	73,5	29,0	39,7	12,7	1.237
Idade					
15-24	85,4	55,3	20,1	6,1	412
25-34	75,8	23,1	53,2	11,0	363
35-54	60,7	10,2	49,2	19,4	382
Mais de 55 anos	62,5	10,0	33,8	22,5	80
Grau de escolaridade					
Até 2º Ciclo do Ensino Básico	57,0	14,5	21,3	29,5	207
3º Ciclo do Ensino Básico	72,1	23,3	31,1	13,1	305
Ensino Secundário	77,1	31,3	40,6	9,4	480
Ensino Médio ou Superior	82,0	44,1	64,1	4,5	245
Condição perante o trabalho					
Activos	68,8	14,4	52,5	14,0	853
Estudantes	89,2	85,3	9,3	2,7	259
Outros não activos	72,8	12,0	15,2	24,8	125

Notas: i) pergunta de resposta múltipla; ii) qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Base: utilizadores de computador ($n = 1.237$).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 124).

O cruzamento com a variável Idade mostra que a utilização da internet nas situações de lazer e de estudo diminui à medida que a idade avança – é portanto uma utilização mais comum entre os mais novos – ao passo que a utilização profissional se centra nos escalões das idades activas, 25-34 e 35-54 anos (53% e 49%, respectivamente). Quanto ao Grau de escolaridade, mais uma vez se verifica uma relação de sentido positivo: incremento das utilizações (em qualquer das situações propostas) à medida que a escolaridade avança. Relativamente à Condição perante o trabalho, a utilização em situação de lazer é predominante em qualquer das categorias em causa. Dos Activos que utilizam o computador 69% utiliza a internet em situação de lazer e 53% profissional. Do total de Estudantes que utiliza o computador, 89% utiliza a internet em situação de lazer e 85% em situação de estudo pelo que as duas situações de utilização quase se confundem. A ausência de uso tem maior incidência entre os Outros não activos.

Um outro exercício feito a partir da conjugação das respostas sobre computadores e internet mostra que os que não utilizam computador representam mais de metade da amostra (52%). Os que utilizam computador e internet correspondem a 42%. A larga distância situam-se os que não usam computador nem internet (6%).

Importa ainda destacar que é muito significativa a clivagem entre, por um lado, aquelas categorias socioprofissionais que maioritariamente não usam o computador – com destaque para os O (76%) – e, por outro, os PTE, a única categoria em que o uso do computador e da internet é maioritário (com 74% contra 41% da categoria que mais de aproxima, EE) (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 127).

Estes resultados são consistentes com os apurados no inquérito *Sociedade em Rede em Portugal* (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005), o qual conclui que os utilizadores da internet são sobretudo indivíduos jovens, estudantes, com índices elevados de escolaridade e com maior incidência entre os PTE. Este estudo mostra também que há mais utilizadores entre os homens do que entre as mulheres, embora com uma diferença percentual pouco significativa.

Quanto aos locais do acesso e à frequência, a maior parte acede a partir de casa a um ritmo diário ou quase (57%), mas importa referir também que 23% nunca acede à rede²³⁴ (quadro 11.18).

²³⁴ Ver também Cardoso, Costa, Conceição e Gomes (2005: 154-155).

Quadro 11.18

Frequência de utilização da internet por Local de acesso (percentagem em linha)

Local de acesso	Frequência de utilização da internet					Total
	Diariamente ou quase	Pelo menos uma vez por semana	Raramente	Nunca	Ns/Nr	
Casa	57,1	12,3	7,9	22,6	0,2	100,0
Trabalho/emprego	35,5	4,3	4,9	54,6	0,7	100,0
Escola/universidade	12,0	6,9	7,4	73,1	0,6	100,0
Outros locais	5,7	6,9	22,0	64,8	0,5	100,0

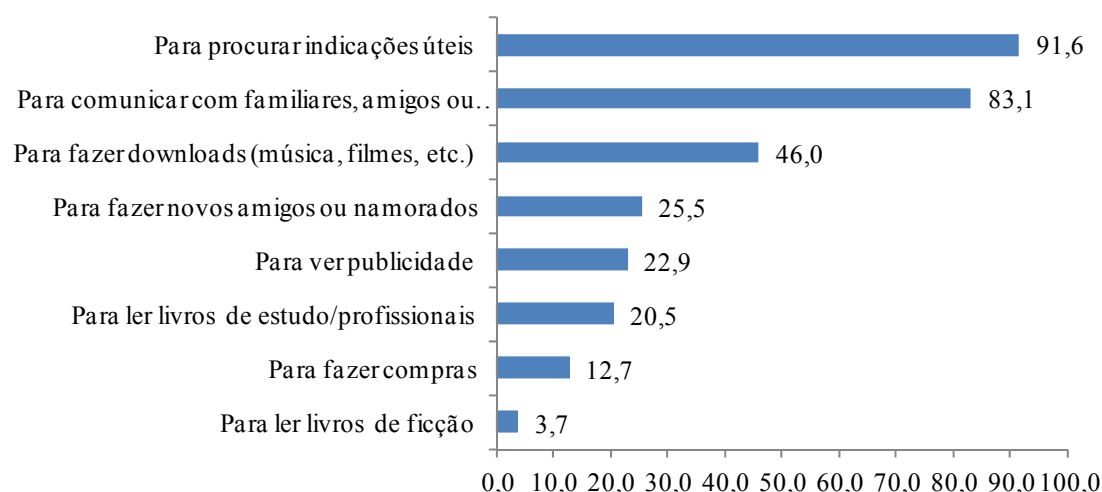
Base: utilizam a internet (n = 1.080).

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 128).

Para além destes valores globais importa contudo apurar os valores relativos aos acessos a partir do local de trabalho/emprego e da escola/universidade, em comparação com o acesso a partir de casa, restringindo a análise ao contingente dos Activos, por um lado, e ao dos Estudantes, por outro²³⁵. Assim, quanto aos primeiros, os que acedem a partir do trabalho/emprego são *substancialmente menos* do que a partir de casa (62% contra 76%) e com menor frequência (diariamente ou quase, 49% contra 52%). Relativamente aos Estudantes verifica-se que os que acedem a partir da escola/universidade são *pouco menos* do que a partir de casa (75% contra 79%) e com muito menor assiduidade (diariamente ou quase, 37% contra 70%).

Figura 11.1

Usos da internet (percentagem)



Base: utilizam a internet (n=1.080); percentagens correspondem à resposta Sim.

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 129).

²³⁵ Fonte: LP, 2007, base de dados. Qui-quadrado significativo ($p < 0,05$).

O inquérito LP permite ainda especificar níveis de utilização segundo determinados usos, incluindo os relacionados com o livro. Como se pode verificar pela figura 11.1, procurar informações úteis é o uso mais generalizado (92%) seguido da comunicação com familiares, amigos ou conhecidos (programas de conversação, correio electrónico, etc.) (83%). Quanto à leitura de livros ocupa lugares mais modestos nos usos. Os livros de estudo/profissionais registam, ainda assim, 21% das preferências, ao passo que a leitura de livros de ficção é muito baixa (apenas 4%).

Na análise em componentes principais (ACP) dos indicadores utilizados para aferir os usos da internet retiveram-se quatro tipos de associação designados *sociabilidades*, *utilidades*, *leitura de livros* e *download* (quadro 11.19). Dos usos da internet agrupados sob a designação *sociabilidades* fazem parte Para fazer novos amigos ou namorados e Para comunicar com familiares, amigos ou conhecidos. Relativamente ao grupo *utilidades*, agrega os usos ligados a compras e a procura de indicações úteis; *leitura de livros* agrega, significativamente, livros de estudo ou profissionais e de ficção; e, por último, o grupo *download* inclui apenas esse uso, descarregar conteúdos.

Quadro 11.19

Tipos de usos da internet (análise em componentes principais)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Sociabilidade				
Para fazer novos amigos ou namorados	,803	-,034	,028	,012
Para comunicar com familiares, amigos ou conhecidos	,631	,285	-,061	,226
Utilidades				
Para ver publicidade	,290	,730	,054	-,189
Para fazer compras	-,004	,612	,249	,121
Para procurar indicações úteis	-,272	,487	-,340	,472
Leitura de livros				
Para ler livros de estudo/profissionais	,129	,012	,772	,016
Para ler livros de ficção	-,206	,258	,697	,081
Download				
Para fazer downloads	,233	-,056	,151	,848

Notas: i) percentagem de variância explicada = 62%; quarto factor com valor próprio = 0,92.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

A leitura, os novos média e a internet em Portugal

A informação mobilizada a propósito da utilização das novas tecnologias para aceder a livros e a outros textos online mostra que os níveis são, em Portugal, ainda baixos quando abordados por suporte. A leitura de jornais e de revistas é realizada essencialmente em suporte papel e seja qual for o âmbito em causa (quadro 11.20). As percentagens relativas à leitura

online de cada um dos suportes²³⁶ revelam que esta é uma prática claramente minoritária²³⁷. O valor mais elevado, 11%, reporta-se aos jornais nacionais. Contudo, assinala-se que a leitura de jornais estrangeiros é ligeiramente mais elevada online do que em suporte papel. Por outro lado, a leitura de revistas estrangeiras em papel regista valores mais elevados do que os jornais (12% contra 1,6%) mas a leitura online é praticamente a mesma (2% contra 2,3%).

Quadro 11.20

Leitura e assinatura de jornais e de revistas em Suporte papel e Online (percentagem)

	Suporte papel			Online		
	Lê	Assina	Não lê nem assina	Lê	Assina	Não lê nem assina
Jornais (n = 2.119)						
Regional/local	65,9	5,2	32,4	4,2	–	95,8
Nacional	87,3	0,7	12,4	11,2	0,1	88,7
Estrangeiro	1,6	0,9	97,5	2,0	–	98,0
Revistas (n = 1.863)						
Nacional	93,6	4,2	5,0	5,7	0,2	94,0
Estrangeira	12,6	1,0	86,7	2,3	0,2	97,6

Fonte: LP (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 93 e 101).

Outros planos são relevantes para situar os níveis de utilização das TIC comparativamente com o texto impresso. Assim, quanto às secções procuradas pelos utilizadores das bibliotecas públicas, o texto impresso suplanta largamente as TIC (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 119). Tendo em conta os valores relativos à ausência da prática (Nunca), na procura da secção de leitura geral é de 16%, ao passo que no acesso à internet é de 48%, à música é de 56% e a procura de filmes é de 58%. A análise em componentes principais do conjunto de indicadores utilizados destaca, justamente, um grupo designado por *multimédia* de um outro designado *leitura* (leitura geral, de jornais e revistas)²³⁸ (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 120).

Seguindo a mesma regra, mas agora para as bibliotecas escolares, o valor correspondente a Nunca na leitura geral é também de 16%, mas os valores relativos à ausência de procura de

²³⁶ Não obstante, no uso da internet para fins culturais, Portugal situa-se acima da média europeia no indicador “reading/downloading online newspapers/news magazines” (45% contra 35%, valores que têm por base os indivíduos que utilizaram a internet nos últimos 3 meses) (Beck-Domzalska, 2007: 144-145).

²³⁷ Para uma análise de diversos usos da internet, incluindo “Leitura de jornais e revistas” (recodificada nas utilizações “Informativas”) ver Alves (2008). O autor identifica 6 *clusters*/perfis de utilizadores da internet. Desses, os perfis Pluriactivos (89%), Instrumentais (66%) e Ludófilos (51%) são aqueles em que a presença das utilizações Informativas é mais significativa. Todos eles são, note-se, marcadamente masculinos.

²³⁸ Por via da ACP identificam-se 4 grupos: *multimédia*, *pesquisa*, *leitura* e *serviços*. Percentagem de variância explicada, 71%.

acesso à internet é de 23% e à de música e filmes 44%, ou seja, sensivelmente mais baixos do que os verificados nas bibliotecas públicas, o que se pode explicar pela juvenilidade destes frequentadores (*idem*: 121).

Por fim, dos que compraram livros no último ano, 7% compraram na internet²³⁹, sendo que não existe grande diferença entre os que compraram em sites portugueses (5%) e os que compraram em sites estrangeiros (4%) (*idem*: 144). E o download de livros, partes de livros (então ainda uma oferta muito limitada, como se sabe) ou artigos representa 8% (*idem*: 147).

A leitura de livros e o uso da internet: uma relação cumulativa

Tendo presente que, com frequência, o advento de um desenvolvimento tecnológico promove em vez de eliminar aquilo que vinha substituir (como os livros em CD-ROM) (Manguel, 1999[1996]: 144), mas também os impactos da televisão nas práticas de leitura de livros, as TIC vêm suscitando interrogações sobre quais os seus impactos: serão semelhantes aos da televisão?

De acordo com as pesquisas conduzidas por Wendy Griswold e Nathan Wright (2004) a resposta é negativa²⁴⁰. Os autores analisam a relação entre leitura e internet, com base no tempo a elas dedicado, de acordo com duas perspectivas que apelidam de *soma nula* (“zero sum”) e *cumulativa* (“more-more”). A da soma nula baseia-se na percepção de que o tempo gasto numa actividade significa menos tempo ocupado na outra. Esta perspectiva sustenta diversas hipóteses, entre as quais os autores destacam três: (i) ou mais tempo a ler ou mais tempo na internet; (ii) se o tempo gasto numa actividade aumenta, diminui o gasto na outra; (iii) os grandes utilizadores da internet terão características diferentes dos grandes leitores. Por seu turno, o ponto de vista que sustenta que as duas actividades são cumulativas preconiza que as pessoas que passam mais tempo na internet passam também mais tempo a ler. Significa homogeneidade social entre os utilizadores frequentes da internet e os leitores regulares, ou seja, os perfis de uns e de outros serão semelhantes (*idem*: 204).

Tendo em conta as características dos grandes utilizadores da televisão e da internet, por um lado, e as dos grandes leitores, por outro, os autores concluem que a perspectiva da soma nula se aplica à relação entre a televisão e a leitura, mas que a que melhor caracteriza a relação entre internet e leitura é a cumulativa. Verificam inclusivamente um efeito de reforço positivo – e não apenas uma mera associação – entre as duas actividades. Uma vez que a

²³⁹ Fonte: LP, 2007, base de dados.

²⁴⁰ Neste tópico segue-se de perto Neves (2010: 181-191).

alternativa lógica a *more-more* é *less-less*, a exclusão das tecnologias digitais e as bolsas de excluídos da leitura vão a par. Assim, os autores concluem *que a internet não irá substituir a leitura mas sim possibilitar aos leitores regulares (a classe de leitores) mais uma vantagem*. Pelo que, rematam, deverá ser este o principal motivo de preocupação e não os eventuais efeitos negativos da internet²⁴¹, ainda que identifiquem dois factores que podem condicionar a relação cumulativa: a renovação geracional dos leitores (novas gerações menos leitoras e mais utilizadoras da internet) e o género (exacerbação das tendências já hoje verificadas – leitura as mulheres, internet os homens) (*idem*: 215).

Como se relaciona então a leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais) com o uso da internet em Portugal no início do século XXI? O cruzamento destes dois indicadores²⁴² mostra uma clara polarização entre, por um lado, os que são simultaneamente regulares leitores e utilizadores da internet (representam 52%) e, por outro, aqueles que não lêem livros nem utilizam a internet (80%) (quadro 11.21). É também muito nítida a relação existente entre as duas práticas: quanto mais elevado o ritmo da leitura de livros, maior a percentagem dos que usam regularmente a internet; e naturalmente, pelo contrário, à medida que decresce o referido ritmo, mais elevadas são as percentagens daqueles que nunca usam a internet

Quadro 11.21

Frequência de Uso da internet e de Leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais) (*percentagem em linha*)

Leitura de livros	Uso da internet				Total	Número
	Diariamente ou quase	Pelo menos uma vez por semana	Raramente	Nunca		
Diariamente ou quase	51,7	9,1	4,5	34,7	100,0	441
Pelo menos uma vez por semana	42,2	13,5	5,7	38,5	100,0	540
Raramente	33,9	8,6	7,7	49,7	100,0	545
Nunca	13,5	3,5	3,3	79,8	100,0	1.014
<i>Total</i>	<i>30,6</i>	<i>7,7</i>	<i>5,0</i>	<i>56,7</i>	<i>100,0</i>	<i>2.540</i>

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Base: amostra com exclusão de não-respostas (12).

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Assim, e ainda que numa abordagem de grande generalidade, constata-se a existência de uma relação positiva entre a leitura de livros como prática cultural e o uso da internet. O cruzamento dos dois indicadores deu lugar a uma tipologia com quatro tipos: Nunca as duas

²⁴¹ Esta conclusão pode ser relevante para as políticas de promoção da leitura no sentido em que sugere que a promoção do acesso à utilização do computador, e especificamente a sua utilização em linha, e a promoção da leitura constituem duas faces da mesma moeda.

²⁴² Indicadores utilizados: Ler livros (excluindo escolares ou profissionais) e Usar a internet (perguntas de escala) atrás mencionadas (ver quadro 11.1).

(32%); Nunca a internet mas sim leitura de livros (25%); Nunca leitura de livros mas sim internet (8%); e Sim as duas práticas (35%) (quadro 11.22).

Quadro 11.22

Tipologia de uso da internet e de leitura de livros (excluindo escolares ou profissionais) **por Sexo, Idade, Grau de Escolaridade, Condição perante o trabalho, Categoria socioprofissional e Tipologia de leitores de livros** (percentagem em linha)

	Tipologia de usos da internet e leitura de livros				Número
	Nunca as duas	Nunca internet, sim livros	Nunca livros mas internet	Sim as duas, ainda que raramente	
Total	31,9	24,9	8,1	35,2	2.540
Sexo					
Feminino	28,6	30,8	4,7	35,9	1.330
Masculino	35,4	18,4	11,8	34,4	1.210
Idade					
15-24	8,4	6,0	17,9	67,6	463
25-34	15,7	18,8	13,1	52,4	496
35-54	35,9	29,0	5,6	29,6	900
Mais de 55 anos	54,2	36,7	1,0	8,1	681
Grau de Escolaridade					
Sem instrução ou até 2º Ciclo do Ensino Básico	55,1	31,6	3,3	9,9	1.188
3º Ciclo do Ensino Básico	16,9	24,4	15,2	43,5	455
Ensino Secundário	10,9	18,3	12,7	58,2	624
Ensino Médio ou Superior	3,3	11,4	6,6	78,8	273
Condição perante o trabalho					
Activos	31,6	23,1	9,0	36,2	1.659
Estudantes	1,1	3,0	13,6	82,3	265
Outros não activos	45,6	39,0	3,2	12,2	616
Categoria socioprofissional *					
EDL	33,7	27,4	9,7	29,1	350
PTE	7,2	18,5	7,6	66,7	249
TI	45,9	32,8	4,9	16,4	61
O	54,6	25,6	7,5	12,3	586
EE	29,9	29,3	6,8	34,0	903
Tipologia de leitores de livros **					
Pequenos	3,5	42,6	3,2	50,6	960
Médios	1,1	22,2	0,3	76,4	369
Grandes	0,0	23,7	1,7	74,6	59

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,05$).

Bases: amostra com exclusão de não-respostas (12); * (2.149); ** (1.388).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais; PTE, Profissionais Técnicos de Enquadramento; TI, Trabalhadores independentes; O, Operários; EE, Empregados Executantes.

Fonte: LP, 2007, base de dados.

Para além de medir os pesos específicos de cada tipo visou-se também identificar os perfis sociais predominantes associados a cada um. Destaca-se aqui apenas o perfil dos *leitores de livros e utilizadores da internet*, o qual se caracteriza por distribuições equilibradas pelos dois

sexos (sendo, apesar de tudo, as mulheres sensivelmente mais leitoras e os homens sensivelmente mais utilizadores da internet) juvenilizado, qualificado do ponto de vista da escolaridade, com um peso muito significativo entre os Estudantes e com destaque novamente para a categoria socioprofissional mais qualificada, os PTE.

Se este resultado permite confirmar a perspectiva da cumulatividade (*more-more*) entre a leitura de livros e o uso da internet, o perfil do tipo dos que nunca lêem livros (excluindo escolares ou profissionais) nem usam a internet corresponde à alternativa (*less-less*) a que Griswold e Wright se referem, ou seja, ao perfil dos excluídos da prática da leitura e do uso da internet. Por outro lado, a relação *more-more* das práticas de leitura e do uso da internet incide sobretudo nos jovens e nos PTE – esta, como se viu ao longo da pesquisa, uma categoria próxima da classe de leitores de Wendy Griswold tanto do ponto de vista da caracterização sociográfica como das práticas de leitura.

CONCLUSÃO

A presente tese trata a leitura na sociedade portuguesa na perspectiva da sociologia da leitura cujo enfoque se situa nos leitores e nas práticas de leitura de suportes impressos, de livros em particular, distinguindo entre elas as realizadas como actividade de lazer, por necessidades escolares ou profissionais. Mais especificamente adoptou-se a perspectiva teórica cuja principal referência é Wendy Griswold que articula uma noção de grande generalidade, a cultura de leitura, com uma outra restrita a uma formação social específica, a classe de leitores.

Contrastando com parte significativa da reflexão da influente sociologia da leitura de ascendência francófona – uma vasta produção teórica e empírica, com frequência norteadas pela problemática da democratização da cultura, orientada para a procura dos factores explicativos do declínio da leitura e dos grandes leitores, a perda de influência da leitura “legítima” e o estudo dos pequenos leitores – Griswold defende que são duas as principais características das sociedades contemporâneas ocidentais: a generalização da prática da leitura a virtualmente toda a população e, pelo contrário, a restrição dos grandes leitores a uma minoria. Valoriza assim a generalização das formas de relação com o impresso e com todos os conteúdos de leitura (dos mais “legítimos” aos mais “populares”) ao mesmo tempo que salienta aquela que será a principal desigualdade actual perante a leitura, ou seja, a emergência, ou re-emergência, de uma classe de leitores. Isto mesmo se, para a autora, tanto a cultura de leitura como a classe de leitores atingiram, nas referidas sociedades, por diversos factores, níveis historicamente nunca antes observados.

A adopção da referida perspectiva teórica mostrou-se adequada para caracterizar e explicar as práticas de leitura da população portuguesa no início do século XXI e para apoiar os possíveis cenários da sua evolução. Ainda assim, do ponto de vista da operacionalização das referidas noções no quadro de um inquérito quantitativo, a de classe de leitores exigiu uma atenção acrescida ao nível das duas dimensões que, interligadas, intervêm na sua definição: a das práticas de leitura (intensidade e contextos) e a das características socioeconómicas (condição perante o trabalho e profissão).

Quanto à primeira, um dos problemas colocados foi o da unidade de medida dos *grandes*, *ávidos* ou *regulares* leitores (de livros): qual é o número de livros lidos para que um indivíduo

seja classificado como tal? O outro remete para os contextos de leitura: incluem-se na classe de leitores aqueles grandes leitores que lêem por prazer ou os que lêem por prazer *e* por motivos profissionais?

No primeiro caso, face à grande diversidade de parâmetros, partiu-se de uma referência que tem sido utilizada nos inquéritos sociológicos realizados em Portugal: consideram-se grandes leitores aqueles que lêem 20 livros ou mais livros/ano.

No segundo pareceu oportuno testar os dois pontos de vista, o que constitui um alargamento da perspectiva de Wendy Griswold, uma vez que os refere os dois mas centra-se na óptica da leitura como prática cultural. Quanto à leitura por motivos profissionais, a questão pôs-se na opção face às várias reflexões teóricas sobre as classes e respectivas grelhas classificatórias, e desde logo qual a nomenclatura de profissões a adoptar. Na intercepção das duas dimensões e dos respectivos problemas de operacionalização ganhou consistência a variável categoria socioprofissional construída a partir da tipologia ACM.

A fonte utilizada no núcleo central da análise, numa perspectiva sincrónica, que se convencionou situar em 2007, tem por base o inquérito A Leitura em Portugal. A perspectiva diacrónica das práticas na transição do século XX para o século XXI foi possível uma vez que este inquérito deu continuidade, em algumas dimensões, a anteriores inquéritos sociológicos. A abordagem com metodologias quantitativas extensivas constitui uma linha de pesquisa com tradição na sociologia da leitura, acompanhada da indispensável reflexividade sobre o método e os limites dos resultados obtidos.

A adopção dessa metodologia sugeriu que se procedesse à sistematização de fontes, nacionais e transnacionais, neste último caso em particular os inquéritos realizados na União Europeia, de modo a introduzir na análise as comparações possíveis. Procurou-se seguir uma linha de reflexão crítica e deixaram-se, quando considerado adequado, propostas para futuros inquéritos, ora mais de cariz técnico, ora visando o aprofundamento de determinados resultados uma vez tomados como novas hipóteses de trabalho, sugerindo o recurso a técnicas qualitativas.

Em termos substantivos, a pesquisa realizada permitiu concluir que, no início do século XXI, as práticas de leitura em Portugal se generalizaram entre a população não analfabeta, fruto de um contexto relativamente favorável ao desenvolvimento da cultura de leitura. A generalização das práticas de leitura verifica-se pela significativa diminuição dos não-leitores, pelo aumento das percentagens dos leitores nos três suportes, com destaque para os jornais, e dos leitores cumulativos. O contexto é relativamente favorável uma vez que: a formação das competências de leitura é assegurada pelo sistema de ensino universal que abrange os jovens

de todas as origens sociais; a leitura é uma das áreas de intervenção das políticas culturais públicas; a oferta de livros e de outros suportes de leitura é vasta em termos quantitativos e diversificada quanto aos autores, títulos e géneros e funciona de acordo com as regras de mercado, em alguns segmentos com apoios públicos; o país dispõe de uma rede de bibliotecas públicas municipais que está ainda em expansão; acresce ainda que, em 2006, foi lançado e está em curso um plano nacional de promoção da leitura com um horizonte de vigência alargado, de 10 anos. Para além do sistema de ensino, das políticas culturais e do mercado de suportes de leitura, a leitura é socialmente valorizada e as famílias também assumem uma importante função na socialização para a leitura.

Do ponto de vista das variáveis explicativas dos níveis de leitura, a escolaridade (própria e dos pais, o capital escolar familiar) é a mais discriminante. Esta é uma regularidade *pesada*, que todos os estudos sociológicos evidenciam. Outra variável que mostra uma regularidade notável nas décadas mais recentes é o sexo: as mulheres lêem mais do que os homens. Também a profissão exercida diferencia os leitores: entre os que lêem mais estão as profissões técnicas e científicas, e entre os que lêem menos destacam-se os operários e os trabalhadores agrícolas.

Numa primeira abordagem, o perfil social predominante dos leitores é marcado pela escolaridade, juvenildade, dominância feminina e qualificação da actividade profissional. De certo modo devido ao efeito do sistema escolar, por norma os estudantes e os jovens lêem mais. Uma parte significativa da população lê cumulativamente vários suportes. Mas apenas uma pequena parte pode ser considerada como grande leitora de livros. Os níveis de leitura e o perfil social variam significativamente consoante o suporte em questão – livros, jornais ou revistas – ou melhor, livros e revistas, por um lado, e jornais, por outro. Os contingentes dos praticantes são mais alargados nos jornais e decrescem sucessivamente nas revistas e nos livros. O suporte livro é o mais selectivo. O perfil dos leitores de livros e revistas é mais escolarizado, mais jovem, feminizado e qualificado do ponto de vista da actividade profissional. O dos leitores de jornais, pelo contrário, é relativamente menos escolarizado, menos qualificado nas profissões exercidas, mais idoso e predominantemente masculino.

Numa análise mais fina, com recurso a técnicas multivariadas, foi possível evidenciar a grande diversidade de tipos de relações com o impresso e, mais especificamente, de práticas de leitura, e entre as práticas de leitura, a televisão e a internet, diversidade que é uma marca das sociedades contemporâneas, tipos de relações a que correspondem diferentes perfis sociais, como ficou demonstrado.

Num outro plano, o recurso a indicadores comparativos transnacionais permitiu a situar o lugar de Portugal quanto à leitura e às características que mais contribuem para a sua prática. Como se esperaria, os estudos mostram diferentes taxas e diferentes evoluções das práticas de leitura. Em qualquer caso, nas sociedades ocidentais – sociedades da informação, do conhecimento e, poder-se-á acrescentar, *culturas de leitura* – a constante é a presença da leitura (e da escrita) em todos os domínios da vida social, mas a leitura de livros, como prática cultural, numa base regular, é minoritária.

Ainda neste plano, há aspectos em que Portugal se aproxima das tendências internacionais, outros em que delas se afasta de forma notória. Aproxima-se em dimensões como os perfis dos leitores, tanto geral como por suporte, no aumento dos pequenos e médios leitores e na diminuição percentual dos grandes leitores. Entre os aspectos mais contrastantes está o facto de as taxas de leitores terem crescido na transição do século XX para o século XXI, bem como a fraca expressão dos grandes leitores. Consta-se ainda que as taxas de leitura em Portugal, no início do século XXI, e quando observadas numa perspectiva transnacional, são baixas comparativamente com a maioria dos países ocidentais, designadamente os do espaço da União Europeia em que Portugal se integra.

Estes resultados encontram explicação em algumas características estruturais da sociedade portuguesa. Apesar das evoluções positivas recentes, persistem condicionantes negativas: analfabetismo elevado, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional. Porém, dada a recomposição em curso quanto à escolaridade e à estrutura socioprofissional, é espectável que tais níveis cresçam, beneficiando eventualmente – este é um dos pontos que um próximo inquérito poderá aferir – dos efeitos induzidos pelo Plano Nacional de Leitura. Contudo, haverá que considerar outras dimensões cujos efeitos influem na perda de importância da leitura como a diversificação das actividades de lazer, domésticas e de saída, e a afirmação de outros modos de aceder aos conteúdos escritos, incluindo livros, das novas tecnologias e da deriva para o suporte digital.

Por tudo isto a cultura de leitura registou, na primeira década do século XXI, tal como, aliás, outras áreas da sociedade portuguesa, evoluções claramente positivas, sem que isso signifique que as margens de evolução estejam esgotadas. Muito pelo contrário, elas são relativamente amplas dadas as várias fragilidades, patentes quando se considera o lugar de Portugal numa dimensão comparativa transnacional. Poderá, assim, considerar-se que (tal como a modernidade) se trata de uma cultura de leitura *inacabada*, em evolução.

Ao longo da pesquisa destacou-se com clareza, no subconjunto da população activa, uma categoria socioprofissional, a dos Profissionais técnicos de enquadramento (PTE), que regista

sistematicamente as percentagens mais elevadas nas práticas de leitura, lúdicas ou profissionais. E também na escrita por motivos profissionais, poderá acrescentar-se. Esta é uma regularidade pesada, que se manifestou em todas as dimensões analíticas. O que não se estranha uma vez que essa categoria reúne algumas das principais características explicativas das práticas de leitura, designadamente a qualificação escolar de nível superior, as profissões caracterizadas pelo contacto permanente e prolongado com a leitura, e a crescente feminização. E, embora esteja a ganhar peso na sociedade portuguesa (é uma das evidências do processo de reconfiguração em curso), esse peso está ainda distante do que tem noutros países.

A hipótese segundo a qual uma das características da classe de leitores a que se faz corresponder os grandes leitores) seria a leitura regular por prazer e por motivos profissionais ganha consistência também do ponto de vista da análise empírica. A classe de leitores representou historicamente (e, num determinado período remoto, com leituras que se poderiam hoje considerar profissionais), e continua a representar (agora com leitura de lazer também) nas sociedades contemporâneas, uma parcela minoritária, ainda que mais alargada do que no passado. Considerando apenas o indicador “número de livros lidos ao longo de um ano”, o contingente de grandes leitores representa uma pequena parte. Em Portugal representa uma parte ainda mais pequena do que na generalidade dos países da União Europeia (para manter este espaço de referência comparativa). No entanto, se se considerar como hipótese – como aqui se considerou – a proximidade desta classe com a referida categoria PTE ou, como também por várias vezes se enunciou, com *as novas classe médias*, poder-se-á dizer que, por força da referida recomposição da sociedade portuguesa, poderá ainda crescer, até porque se concluiu igualmente que o seu peso na população activa é significativamente superior ao dos grandes leitores. Por isso – colocando agora a ênfase numa das dimensões analíticas consideradas, as políticas públicas – a promoção da leitura ganharia em considerar entre os públicos-alvo *também* adultos e as novas classes médias, e não, como tem sido norma, *sobretudo* os jovens e as categorias sociais mais afastadas das práticas de leitura, como ficou patente, por exemplo, nas estratégias de captação e fidelização de públicos das bibliotecas públicas. O que não significa – haverá que ter presente – que seja de esperar que Portugal se venha a tornar um país com uma classe de leitores com um peso quantitativo significativo.

Alguns dos resultados obtidos deixam em aberto vias exploratórias a que não foi possível dar a devida atenção, e que aconselham o recurso a técnicas qualitativas. Assim, a terminar, afigura-se oportuno referir duas dessas vias que ficaram em aberto e que futuras pesquisas poderão ajudar a esclarecer. Uma é de carácter teórico-metodológico – até que ponto a

população portuguesa subestima ou sobrestima a leitura e posse de livros? – e poderá ser respondida em futuros inquéritos extensivos às práticas de leitura. Uma outra está no cerne dos aspectos teóricos inerentes à noção de classe de leitores, mais propriamente as suas práticas de leitura, articulando dois eixos cujas relações foram evidenciados mas que importa aprofundar: leituras de lazer e leituras profissionais; leitura em suportes impressos e leitura em suportes digitais, online. Se se considerar que é crescente a exigência de leituras técnicas, ligadas à actividade profissional, à formação ao longo da vida na sociedade do conhecimento e de que, na sociedade da informação, se multiplicam os conteúdos de leitura disponíveis, incluindo de livros, será porventura adequada a realização de pesquisas intensivas qualitativas a elementos da classe de leitores. De facto, se os referidos eixos parecem atravessar os vários tipos de leitores, colocam-se talvez com grande acuidade no aprofundamento do conhecimento da realidade portuguesa por via da sociologia da leitura e, em particular, da perspectiva teórica aqui adoptada, no sentido em que, como salienta Griswold, se trata de uma classe pequena em número mas forte em influência.

FONTES

Internet

APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros <<http://www.apel.pt/>>
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal <<http://www.bnportugal.pt>>
CERLALC - Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe
<<http://www.cerlalc.org/>>
Direcção-Geral do Orçamento <<http://www.dgo.pt/>>
Governo de Portugal <<http://www.portugal.gov.pt>>
Harmonized European Time Use Study <<https://www.testh2.scb.se/tus/tus/default.htm>>
Instituto Nacional de Estatística <<http://www.ine.pt/>>
<<http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>>
Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas
<<http://rcbp.dglb.pt/pt/Bibliotecas/Bibliotecas/Paginas/default.aspx>>
Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa <<http://blx.cm-lisboa.pt/blx>>
Statistics Canada <<http://www.statcan.gc.ca>>
UNESCO Institute for Statistics <<http://stats.uis.unesco.org>>

Legislação

Decreto-Lei nº 92/2007, de 29 de Março
Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de Julho
Despacho Conjunto nº 1081/2005, de 23 de Novembro, da Presidência do Conselho de Ministros e dos ministérios da Educação e da Cultura

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AAVV (1998), *Dictionnaire de la Sociologie*, Paris, Encyclopaedia Universalis.
- AAVV (2000), *Cultural Statistics in the UE. Final Report of the LEG*, Luxemburgo, Comissão Europeia, 192 pp.
- AAVV (2006), *The Economy of Culture in Europe*, Bruxelas, KEA, 355 pp.
- AAVV (2006), *Encuesta Nacional de Lectura*, Cidade do México, Conaculta.
- Abercrombie, Nicholas, Stephen Hill e Bryan S. Turner (2000[1984]), *The Penguin Dictionary of Sociology*, Londres, Penguin.
- Alçada, Isabel (coord.), Teresa Calçada, Jorge Martins, Ana Madureira e Alexandra Lorena (2006), *Plano Nacional de Leitura. Relatório*, Lisboa, GEPE, 86 pp.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (2006), "Classes sociais e valores em contexto europeu" em Vala, Jorge e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa, ICS, pp. 69-96.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2007), "A sociedade" em Reis, António (coord.), *Retrato de Portugal. Factos e acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 43-79.
- Alves, Nuno de Almeida (2008), "Perfis dos utilizadores da internet em Portugal", em *Análise Social*, XLIII, 3º(188), pp. 627-645.
- Amaral, Fernando Pinto do (2007), "A Literatura" em Reis, António (coord.), *Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 264-274.
- Amorim, Galeno (org.) (2008), *Retratos da Leitura no Brasil*, São Paulo, Instituto Pró-Livro e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Anon (1991), *Os Jovens e a Leitura*, Lisboa, Marktest e Círculo de Leitores.
- Anon (2007), *Encuesta de Hábitos y Prácticas Culturales en España 2006-2007*, Madrid, MC/SGT/DE.
- APEL (2004), *Estudo de hábitos de leitura e compra de livros*, Lisboa, APEL.
- APEL (2005), *Hábitos de leitura*, Lisboa, APEL, 45 pp.
- Ariño, António (2010), *Prácticas Culturales en España. Desde los años sesenta hasta la actualidad*, Barcelona, Ariel.
- Ariño, António (dir.), Rafael Castelló, Gil Manuel Hernández e Ramón Llopis (2006), *La Participación Cultural en España*, Madrid, Fundacion Autor.
- Ávila, Patrícia (2007), "Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento" em Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (Orgs.), *Sociedade do Conhecimento. Portugal no Contexto Europeu Vol. II*, Lisboa, CIES-ISCTE e Celta, pp. 21-44.
- Ávila, Patrícia (2007/2008), "Os contextos da literacia: percursos de vida, aprendizagem e competências-chave dos adultos pouco escolarizados", *Sociologia*, I (17/18), pp. 307-337.
- Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta.
- Bahloul, Joëlle (1990), *Lectures Précaires: Étude Sociologique Sur les Faibles Lecteurs*, Paris, BPI-Centre Pompidou/DLL.
- Barton D. e Hamilton M. (1998), *Local Literacies: Reading and Writing in One Community*, London/New York:, Routledge *apud* Griswold, Wendy, Terry McDonnell e Nathan Wright

- (2005), "Reading and the reading class in the twenty-first century", *Annual Review of Sociology*, 31, pp. 127-141.
- Baudelot, Christian (dir.), Marie Cartier e Christine Detrez (1999), *Et Pourtant ils Lisent...*, Paris, Seuil.
- Beck-Domzalska, Marta (coord.) (2007), *Cultural Statistics 2007 Edition*, Luxemburgo, Comissão Europeia e Eurostat.
- Beja, Rui (2011), *À Janela dos Livros. Memória de 30 anos de Círculo de Leitores*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores.
- Benavente, Ana (coord.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Benhamou, Françoise (1996), *L'Économie de la Culture*, Paris, Éditions La Découverte.
- Bennett, Tony, Michael Emmison e John Frow (2001), "Social class and cultural practice in contemporary Australia" em Bennett, Tony e David Carter (eds.), *Culture in Australia: Policies, Publics and Programs*, Cambridge, Nova Iorque, Oakleigh, Madrid e Cidade do Cabo, Cambridge University Press, pp. 193-216.
- Bertrand, Anne-Marie (1996), "Les bibliothèques" em Perret, Jacques e Guy (dir.) Saez, *Institutions et Vie Culturelles. Les Notices*, Paris, La documentation Française, pp. 77-82 *apud* Neves e Lima, 2009.
- Bille, Trine (2010), "Cool, funky and creative? The creative class and preferences for leisure and culture", *International Journal of Cultural Policy*, 16(4), pp. 466-496.
- Bina, Vladimir, Philippe Chantepie, Valérie Deroin, Guy Frank, Kutt Kommel, Josef Kotýnek e Philippe Robin (2010), *Project ESSnet Culture. Intermediary report, s.l.*, Eurostat, 144 pp.
- Bomeny, Helena (2009), "Leitura no Brasil, leitura do Brasil", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 60, pp. 11-32.
- Bouillin-Darteville, Roselyne, Gabriel Thoveron e Françoise Noël (1991), *Temps Libre et Pratiques Culturelles*, Liège, Mardaga.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Social du Jugement*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1970), *La Reproduction: Éléments Pour une Théorie du Système D'Enseignement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Roger Chartier (1993[1985]), "La lecture: une pratique culturelle" em Chartier, Roger (dir.), *Pratiques de la lecture*, Paris, Editions Payot et Rivage, pp. 267-294.
- Bradshaw, Tom e Bonnie Nichols (2004a), *2002 Survey of Public Participation in the Arts*, Washington, National Endowment for the Arts, 72 pp.
- Bradshaw, Tom e Bonnie Nichols (2004b), *Reading at Risk: A Survey of Literary Reading in America: Research Division Report*, Washington, National Endowment for the Arts, 60 pp.
- Brasão, Inês e Rahul Kumar (2006), "Inscrição da leitura no quotidiano" em Curto, Diogo Ramada (dir.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 639-674.
- Brasão, Inês, Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Rahul Kumar, Nuno Medeiros e Tiago Santos (2009), *Comunidades de Leitura. Cinco Estudos de Sociologia da Cultura*, Lisboa, Colibri.
- Bryman, Alan e Duncan Cramer (1992[1990]), *Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS*, Oeiras, Celta.
- Calixto, José António (2005), "As bibliotecas públicas portuguesas: transformações, oportunidades e desafios", *Páginas a&b*, 16, pp. 61-88.

- Calvo, Enrique Gil (2001), "El destino lector" em AAVV *La Educación Lectora*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 13-25.
- Candeias, António (dir. e coord.), Ana Luísa Paz e Melânia Rocha (2007[2004]), *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*, Lisboa, FCG.
- Cardoso, Gustavo (coord.) e Carla Martins (2007), *Retrospectiva da área da comunicação: 2000 a 2005*, Lisboa, Obercom.
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Cardoso, Luís Landerset (coord.) (S/data), *Anuário Comunicação 2004-2005*, Lisboa, Obercom.
- Carvalho, Helena (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Castro, Francisco Lyon de (1984), "O Livro e o Estímulo à Leitura, Considerado na Perspectiva dos Editores", *Boletim Cultural*, Série IV(02), pp. 29-34.
- Cavallo, Guglielmo e Roger Chartier (dir.) (2001[1997]), *Historia de la Lectura en el Mundo Occidental*, Madrid, Buenos Aires, Cidade do México e Santafé de Bogotá, Altea, Taurus e Alfaguara.
- Certeau, Michel de (2007[1990]), *L'Invention du Quotidien: 1. Arts de Faire*, S/local, Gallimard.
- Chartier, Anne-Marie (2004), "La memoria y el olvido, o cómo leen los jóvenes profesores" em Lahire, Bernard (ed.), *Sociología de la lectura*, Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 109-138.
- Chartier, Roger (1993[1985]), "Du livre au lire" em Chartier, Roger (dir.), *Pratiques de la lecture*, Paris, Editions Payot et Rivage, pp. 79-113.
- Chartier, Roger (1997), *A Ordem dos Livros*, Lisboa, Vega.
- Clark, Christina e Rodie Akerman (2008), *Being a Reader: The Relationship with Gender*, Londres, National Literacy Trust, 8 pp.
- Clark, Christina, Sarah Osborne e Rodie Akerman (2008), *Young people's self-perceptions as readers: An investigation including family, peer and school influences*, Londres, National Literacy Trust, 73 pp.
- Comissão Europeia (2010), *Livro Verde. Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, Comissão Europeia, 22 pp.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da (2004), "Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação" em AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 121-140.
- Costa, António Firmino da (coord.), Elsa Pegado, Patrícia Ávila e Ana Rita Coelho (2010), *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*, Lisboa, RBE/ME.
- Costa, António Firmino da (coord.), Elsa Pegado, Patrícia Ávila e Ana Rita Coelho (2011), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura: os primeiros 5 anos*, Lisboa, GEPE.
- Costa, António Firmino da e Patrícia Ávila (1998), "Problemas da/de literacia: uma investigação na sociedade portuguesa contemporânea", *Ler História*, 35, pp. 127-150.
- Costa, António Firmino da, Elsa Pegado e Patrícia Ávila (2008), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura*, Lisboa, GEPE.
- Costa, António Firmino da, Elsa Pegado, Patrícia Ávila, Ana Rita Coelho e Tatiana Alves (2009), *Avaliação dos 2º e 3º Anos do Plano Nacional de Leitura*, Lisboa, GEPE.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional" em Costa, António

- Firmino da, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade do Conhecimento. Portugal no Contexto Europeu. vol. II.*, Lisboa, CIES-ISCTE e Celta, pp. 5-20.
- Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila e Sandra Mateus (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Coulangeon, Philippe (2004), "Classes sociales, pratiques culturelles et styles de vie. Le modèle de la distinction est-il (vraiment) obsolète?" *Sociologie et Sociétés*, 36(1), pp. 59-85.
- Coulangeon, Philippe (2005), *Sociologie des Pratiques Culturelles*, Paris, La Découverte.
- Curto, Diogo Ramada (dir.) (2006), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Curto, Diogo Ramada (dir.), Inês Brasão, Nuno Domingos e Tiago Santos (2004), *Leitores de Bibliotecas Públicas*, Lisboa, Colibri.
- Cushman, G., A. J. Veal e J. Zuzanek (2005), *Free time and leisure participation: international perspectives*, Wallingford, UK, CABI Publishing.
- Darnton, Robert (1993[1985]), "La lecture rousseauiste et un lecteur 'ordinaire' au XVIIIe siècle" em Chartier, Roger (dir.), *Pratiques de la Lecture*, Paris, Editions Payot et Rivage, pp. 161-199.
- Dataangel Policy Research Incorporated (2009), *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma Análise*, Lisboa, GEPE.
- Daviet, Jean Pierre (1996) *Préface* em Horellou-Lafarge, Chantal e Monique Segré (1996), *Regards sur la Lecture en France. Bilan des Recherches Sociologiques*, Paris e Montréal, L'Harmattan, pp. 7-10.
- D'Epinay, Christian Lalive, Michel Bassand, Etienne Christe e Dominique Gros (1983), *Temps Libre. Culture de Masse et Cultures de Classes Aujourd'hui*, Lausana, Pierre-Marcel Favre.
- Desan, Philippe, Priscilla Parkhurst Ferguson e Wendy Griswold (1989), *Literature and Social Practice*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.
- Détrez, Christine (2004), "Una encuesta longitudinal sobre las prácticas de lectura de los adolescentes" em Lahire, Bernard (ed.), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 85-105.
- Domingos, Manuela (coord.) (2002), *Estudos Sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal 1995-2000*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Donnat, Olivier (1994), *Les Français Face à la Culture: De l'Exclusion à l'Éclectisme*, Paris, La Découverte.
- Donnat, Olivier (1996), "Pratiques culturelles et sociologie de la culture" em AAVV, *Institutions et Vie Culturelles*, Paris, La Documentation Française, pp. 125-132.
- Donnat, Olivier (1998), *Les Pratiques Culturelles des Français: Enquête 1997*, Paris, La Documentation Française.
- Donnat, Olivier (1999), "La stratification sociale des pratiques culturelles et son évolution 1973-1997", *Revue Française de Sociologie*, XL-1, pp. 111-119.
- Donnat, Olivier (2003), "La question de la démocratisation dans la politique culturelle française", *Modern & Contemporary France*, 11(1), pp. 9-20.
- Donnat, Olivier (2004), "Encuestas sobre los comportamientos de lectura. Cuestiones de método" em Lahire, Bernard (ed.), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Gedisa, pp. 59-84.
- Donnat, Olivier (2005), "La féminisation des pratiques culturelles" em *Développement Culturel*, Junho, pp. 12.
- Donnat, Olivier (2009), *Pratiques Culturelles des Français à l'ère Numérique. Enquête 2008*, Paris, La Découverte/Ministère de la Culture et de la Communication.
- Donnat, Olivier e Denis Cogneau (1990), *Les Pratiques Culturelles des Français, 1973-1989*, Paris, La Découverte e La Documentation Française.

- Donnat, Olivier e Florence Lévy (2007), "Approche générationnelle des pratiques culturelles et médiatiques", *Culture Prospective*, 3, p. 32.
- Donnat, Olivier, Eduardo de Freitas e Guy Frank (2001), *Manuel de bonne pratique sur l'élaboration d'enquêtes sur les comportements de lecture*, Centre National du Livre de Grèce.
- Dumontier, Françoise, François de Singly e Claude Thélot (1990), "La lecture moins attractive qu'il y a vingt ans", *Économie et Statistique*, 233, pp. 63-80.
- Escarpit, Robert (1969), *Sociologia da Literatura*, Lisboa, Arcádia.
- Establet, Roger e Georges Felouzis (1992), *Livre et télévision : concurrence ou interaction?*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Eurobarómetro 2003.1 (2003), *New Europeans and Culture. Eurobarometer 2003.1. Public Opinion in the Candidate Countries*, Bruxelas, Comissão Europeia, 120 pp.
- Eurobarómetro 278 (2007), *European Cultural Values*, Bruxelas, Comissão Europeia, 167 pp.
- Eurobarómetro 56.0 (2001), *Eurobarometer Survey on Europeans' Participation in Cultural Activities: Basic tables*, Bruxelas, Comissão Europeia, 49 pp.
- Eurostat (2007), *Cultural statistics in Europe: An overview, Luxemburgo*, Comissão Europeia e Eurostat, 8 pp.
- Ewers, Hans-Heino (2007), "Reading Promotion and Educational Policy in Past and Present", *Reading AdVentures Perspectives on Reading and the Culture of the Book*, International Congress Center, Binyanei Ha'Uma, Jerusalem, 19-21/02.
- Fleury, Laurent (2006), *Sociologie de la Culture et des Pratiques Culturelles*, S/local, Armand Colin.
- Florida, Richard (2004[2002]), *The Rise of the Creative Class*, Nova Iorque, Basic Books.
- Foddy, William (1996[1993]), *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta.
- Freitas, Eduardo de (1996), "Os Hábitos de Leitura dos Portugueses", *Livros de Portugal*, IX (516).
- Freitas, Eduardo de (1998), *As Bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992a), *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992b), "Inquérito aos Hábitos de Leitura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 10, pp. 67-89.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992c), "Leituras e Leitores II: Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, pp. 79-87.
- Freitas, Eduardo de, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves (1997), *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Furtado, José Afonso (1984), "A Política do Livro e da Leitura na Óptica do IPL", *Boletim Cultural*, Série IV(02), pp. 20-24.
- Furtado, José Afonso (2000), *Os Livros e as Leituras - Novas Ecologias da Informação*, Lisboa, Livros e Leituras.
- Furtado, José Afonso (2007), *O papel e o pixel: do impresso ao digital - continuidades e transformações*, Lisboa Ariadne.
- Gaspar, Jorge (coord.) (1985-1988), *Práticas Culturais dos Portugueses*, Lisboa, DGAC/MC e CEG/INIC.
- Gaspar, Jorge (coord.), Carminda Cavaco, Maria Lucinda Fonseca, Cândida Duarte, Carlos Ferreira, Joaquim Seixas e Maria João Barroso (1992), *O mercado do livro em Portugal. Relatório final*, Lisboa, Fundação da Universidade de Lisboa/Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa/IPLL, 159 pp.

- Gattegno, Jean (dir.) (1989), *Bibliothèques Publiques et Illettrisme*, Paris, MCCGTB/Direction du Livre et de la Lecture *apud* Neves, José Soares e Maria João Lima (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*, Lisboa, GEPE.
- GEPE (2008), *Estatísticas da Educação 06/07*, s. 1., Editorial do Ministério da Educação.
- Giddens, Anthony (2007[2001]), *Sociologia*, Lisboa, FCG/SEB.
- Giner, Salvador, Emilio Lamo de Espinosa e Cristóbal Torres (eds.) (1998), *Diccionario de Sociologia*, Madrid, Alianza Editorial.
- Girard, Augustin (1997), "Les enquêtes sur les pratiques culturelles" em Rioux, J.-P e J.-F. Sirinelly (Dir.), *Pour une Histoire Culturelle*, Paris, Seuil, pp. 297-309.
- Gomes, Maria do Carmo, Patrícia Ávila, João Sebastião e António Firmino da Costa (2000), "Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais", IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 12 pp.
- Gomes, Rui Telmo (2001), *Práticas Culturais dos Portugueses (1): Actividades de Lazer*, Lisboa, OAC.
- Gomes, Rui Telmo e Vanda Lourenço (2009), *Democratização Cultural e Formação de Públicos. Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Gomes, Rui Telmo, (coord.), Vanda Lourenço e João Gaspar Neves (2000), *Públicos do Festival de Almada*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Griswold, Wendy (1993), "Recent moves in the Sociology of Literature", *Annual Review of Sociology*, 19, pp. 455-467.
- Griswold, Wendy (2000), *Bearing Witness: Readers, Writers, and the Novel in Nigeria*, Princeton e New Jersey, Princeton University Press.
- Griswold, Wendy (2001), "The ideas of the reading class", *Contemporary Sociology*, 30(1), pp. 4-6.
- Griswold, Wendy (2007), "Reading and the reading class in the New Millennium", comunicação à I Conferência Internacional do PNL "A Leitura em Portugal", Lisboa, FCG, Outubro (policopiada).
- Griswold, Wendy (2008), *Regionalism and the Reading Class*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.
- Griswold, Wendy e Nathan Wright (2004), "Wired and well read" em Howard, Philip N. e Steve Jones (eds.), *Society Online. The internet in Context*, Sage, pp. 203-222.
- Griswold, Wendy, Erin Metz McDonnell e Terence Emmett McDonnell (2006), "Glamour and honor: Going online and reading in West African Culture", *Information Technologies and International Development*, 3(4), pp. 37-52.
- Griswold, Wendy, Terry McDonnell e Nathan Wright (2005), "Reading and the reading class in the twenty-first century", *Annual Review of Sociology*, 31, pp. 127-141.
- Grossin, William (1999), "Limites, insuffisances et artifices des études de budgets-temps", *Temporalistes*, 39, pp. 8-17.
- Guionnet, Sylvie (2004), "Jamais tout à fait les mêmes..." em Ancel, Pascale e Alain Pessin (dir.), *Les Non-Publics: Les Arts en Réceptions*, Paris, Budapeste e Torino, L'Harmattan, pp. 235-250.
- Hendon, W. S., C. J. Van Rees e H. Verdaasdonk (1987), "Introduction. Of course I read books; but who doesn't?" *Poetics*, 16, pp. 209-212.
- Hersent, Jean-François (2000), *Sociologie de la Lecture en France: État des Lieux*, (s.l.), MCC/Direction du livre et de la lecture.
- Horellou-Lafarge, Chantal e Monique Segré (1996), *Regards sur la Lecture en France. Bilan des Recherches Sociologiques*, Paris e Montréal, L'Harmattan.
- Horellou-Lafarge, Chantal e Monique Segré (2003), *Sociologie de la Lecture*, Paris, La Découverte.

- IEFP/MESS (1994), *Classificação Nacional das Profissões Versão 1994*, Lisboa, IEFP/MESS.
- INE (2005), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2004*, Lisboa, INE.
- INE (2006), *Anuário Estatístico de Portugal 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007), *A Sociedade da Informação em Portugal 2007*, Lisboa, INE.
- INE (2009), *Estatísticas da Cultura 2008*, Lisboa, INE.
- INE (2009a), *Aprendizagem ao longo da vida: inquérito à educação e formação de adultos – 2007*, Lisboa, INE.
- INE (2009b), *Estatísticas da Cultura 2008*, Lisboa, INE.
- INE (2010), *Estatísticas da Cultura 2009*, Lisboa, INE.
- Jauss, H. R. (1978[1972]), *Pour une Esthétique de la Reception*, s.l., Gallimard.
- Javeau, Claude (1998), *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta.
- Kirsch, Irwin S., Ann Jungeblut, Lynn B. Jenkins e A. Kolstad (1993), *Adult Literacy in America*, Princeton, National Center for Education Statistics, 176 pp., *apud* Gomes, Maria do Carmo, Patrícia Ávila, João Sebastião e António Firmino da Costa (2002), "Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais", IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 12 pp.
- Knulst, W. P. e G. Kraaykamp (1996), "Leesgewoonten: Een halve eeuw onderzoek naar het lezen en zijn belagers", The Hague, VUGA (SCP: Social and Cultural Studies, 23), *apud* Knulst, Wim e Gerbert Kraaykamp (1997), "The decline of reading. Leisure reading trends in the Netherlands (1955-1995)", *Netherlands Journal of Social Sciences*, 2(33), pp. 130-150.
- Knulst, Wim e Andries Van Den Broek (2003), "The readership of books in times of de-reading", *Poetics*, 31, pp. 213-233.
- Knulst, Wim e Gerbert Kraaykamp (1996), *Leesgewoonten: Een halve eeuw onderzoek naar het lezen en zijn belagers*, The Hague, VUGA (SCP: Social and Cultural Studies, 23), *apud* Knulst, Wim e Gerbert Kraaykamp (1997), "The decline of reading. Leisure reading trends in the Netherlands (1955-1995)", *Netherlands Journal of Social Sciences*, 2(33), pp. 130-150.
- Knulst, Wim e Gerbert Kraaykamp (1997), "The decline of reading. Leisure reading trends in the Netherlands (1955-1995)", *Netherlands Journal of Social Sciences*, 2(33), pp. 130-150.
- Knulst, Wim e Gerbert Kraaykamp (1998), "Trends in leisure reading: forty years of research on reading in the Netherlands", *Poetics*, 26, pp. 21-41.
- Kovac, Miha e Mojca Kovac Sebart (2006), "Books, reading and book usage in the European Union", *Publishing Research Quarterly*, 22(2), pp. 55-63.
- Kraaykamp, Gerbert (2003), "Literacy socialization and reading preferences. Effects of parents, the library, and the school", *Poetics*, 31, pp. 235-257.
- Lages, Mário F., Carlos Liz, João H. C. António e Tânia Sofia Correia (2007), *Os Estudantes e a Leitura*, Lisboa, GEPE.
- Lahire, Bernard (1993), *La Raison des Plus Faibles*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- Lahire, Bernard (2000), "Les limites de la culture en volume: compétences culturelles et ethnocentrisme culturel" em AAVV, *De l'Illettrisme aux Pratiques Culturelles. Actes du Colloque des 22 & 23 Novembre 1999 à Limoges*, S/local, ALCOL, BDP 87 e ERPL, pp. 11-19.
- Lahire, Bernard (2003), "Da experiência literária: leitura, fantasia e actos falhados", em Lahire, Bernard, *O Homem Plural. As molas da acção*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 117-129.
- Lahire, Bernard (2005[1999]), *L'invention de l'illettrisme : Rhétorique publique, éthique et stigmates*, Paris, La Découverte.

- Lahire, Bernard (ed.) (2004), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Editorial Gedisa.
- Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42.
- Leenhardt, Jacques (1988), "Les effets esthétiques de l'œuvre littéraire: un problème sociologique" em Poulain, Martine (ed.), *Pour une Sociologie de la Lecture. Lectures et Lecteurs dans la France Contemporaine*, Ed. du Cercle de la Librairie, Paris, pp. 59-79, *apud* Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992b), "O público-leitor e a apropriação do texto escrito" em Conde, Idalina (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura: compilação das comunicações apresentadas no colóquio realizado em 11 e 12 de Outubro de 1991*, Lisboa, ACARTE - Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leenhardt, Jacques (1992), "Does there exist a European reader?" *Poetics*, 21, pp. 117-128.
- Lisboa, João Luís (1997), "Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3(1), pp. 105-112.
- Lopes, Guilhermina Calado, Edviges Coelho, José Soares Neves, Rui Telmo Gomes, Heloísa Perista e Maria das Dores Guerreiro (2001), *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999: Principais Resultados*, Lisboa, INE.
- Lopes, João Miguel Teixeira (2000), *A Cidade e a Cultura Um Estudo Sobre Práticas Culturais Urbanas*, Porto, Afrontamento e CMP.
- Lopes, João Miguel Teixeira e Barbara Aibéo (2007), "Biblioteca e Leitores em Santa Maria da Feira" em Lopes, João Miguel Teixeira (org.), *Práticas de Dinamização da Leitura. Colectânea de Textos*, Porto, SetePés, pp. 39-47.
- Lopes, João Teixeira (2003), *Escola, Território e Políticas Culturais*, Porto, Campo das Letras.
- Lopes, João Teixeira (coord.), Denise Esteves e Patrícia Amaral (2010), *O Centro da Cultura. Estudo sobre os Públicos do Centro Cultural Vila Flor*, Guimarães, A Oficina CIPRL.
- Lopes, João Teixeira e Lina Antunes (2000), "Desescolarizar as bibliotecas?" *OBS*, 8, pp. 25-27.
- Lopes, João Teixeira e Lina Antunes (2001), *Novos Hábitos de Leitura: Análise Comparativa de Estudos de Caso*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Lopes, Maria Guilhermina Calado e Edviges Coelho (2002a), "Diferenças e semelhanças entre o uso do tempo das crianças e dos adultos em Portugal", conferência da IATUR, Lisboa, 15-18 de Outubro.
- Lopes, Maria Guilhermina Calado e Edviges Coelho (2002b), "O tempo das crianças. Inquérito à ocupação do tempo - 1999", *Destaque do INE*, 18 de Outubro, p. 2.
- Lourenço, Vanda e Rui Telmo Gomes (2005), *O Festival Estoril Jazz: Construção de uma Imagem de Marca*, Lisboa, OAC.
- Lyons, Martyn (2001[1997]), "Los nuevos lectores del siglo XIX: mujeres, niños, obreros" em Cavallo, Guglielmo e Roger Chartier, *Historia de la Lectura en el Mundo Occidental*, Madrid, Buenos Aires, Cidade do México e Santafé de Bogotá, Altea, Taurus e Alfaguara, pp. 539-589.
- Magalhães, Ana Maria e Isabel Alçada (1993), *Os Jovens e a Leitura nas Vésperas do Século XXI*, Lisboa, Caminho.
- Manguel, Alberto (1999[1996]), *Uma História da Leitura*, Lisboa, Editorial Presença.
- Mann, Peter H. (1987), "Book reading and public libraries", *Poetics*, 16, pp. 213-226.
- Martins, Jorge M. (1999), *Marketing do livro. Materiais para uma Sociologia do Editor Português*, Oeiras, Celta.
- Martins, Jorge M. (2004), *Sociologia do Livro – O Campo da Mediação na Era Digital*, tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE,
- Martins, Jorge M. (2005), *Profissões do Livro. Editores e Gráficos, Críticos e Livreiros*, s/local, Verbo.

- Martins, Jorge M. (2007), "Livros: Difícil é vendê-los" em Ferreira, António Manuel e Maria Eugénia Pereira (coords.), *Ofícios do Livro*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 41-59.
- Mauger, Gérard (2004), "El retroceso de la lectura. Cuatro hipótesis" em Lahire, Bernard (ed.), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 139-147.
- Mauger, Gérard e Claude F. Poliak (1998), "Les usages sociaux de la lecture", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 123, pp. 3-24.
- Melo, Daniel (2004), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Miguel, Amando de (1997), *Manual del Perfecto Sociólogo*, Madrid, Espasa.
- Mikkeli, Tapani (2005), *Publishing Market Watch: Final Report*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e Ministério da Educação (2005), *Novas Oportunidades. Iniciativa no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico*, Lisboa, 24 pp.
- Morrone, Adolfo (2006), *Guidelines for Measuring Cultural Participation*, Montreal, UIS, 46 pp.
- Moura, Maria José (coord.), Pedro Vieira de Almeida, Joaquim Macedo Portilheiro e Maria Teresa Calçada (1986), *Leitura pública: Rede de bibliotecas municipais*, Lisboa, SEC, 76 pp.
- Moura, Vasco Graça, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Guedes e José Afonso Furtado (1986), *Relatório da Comissão do Livro (criada por despacho SEC nº 155/85, de 5 de Dezembro)*, Lisboa, 49 pp.
- NEA (2007), *To Read or Not To Read. A Question of National Consequence*, Washington, NEA, 98 pp.
- NEA (2009), *Reading on the Rise. A New Chapter in American Literacy*, Washington, NEA, 16 pp.
- Neves, José Soares (2000), *Modernização e Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais da Cultura*, Lisboa, OAC/CSE, 66 pp.
- Neves, José Soares (2001), "Práticas Culturais dos Portugueses (2): Espectáculos ao vivo", *Folha OBS*, 3, p. 8.
- Neves, José Soares (2008), "Estatísticas culturais ou criativas? Sobre o difícil equilíbrio entre conceitos, políticas e recursos", *OBS*, 16, pp. 10-14.
- Neves, José Soares (2010), "Práticas de leitura e uso da internet: uma relação cumulativa ou de soma nula?" em Santos, Maria de Lourdes Lima dos e José Machado Pais (Orgs.), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 177-191.
- Neves, José Soares (coord.), Jorge Alves dos Santos, Maria João Lima, Alexandra Vaz e Emanuel Cameira (2009), *Inquérito ao Sector do Livro. Relatório Final Parte I. Diagnóstico*, Lisboa, OAC, 305 pp.
- Neves, José Soares e Jorge Alves dos Santos (2010a), *Edição e comercialização de livros em Portugal: Empresas, volume de negócios e emprego*, 25 pp.
- Neves, José Soares e Jorge Alves dos Santos (2010b), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura*, Lisboa, GPEARI e OAC, 113 pp.
- Neves, José Soares e Jorge Alves dos Santos (2011), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2009*, Lisboa, GPEARI e OAC.
- Neves, José Soares e Maria João Lima (2008), "A leitura em Portugal: Perfis e tipos de leitores", VI Congresso Português de Sociologia, UNL-FCSH, 25 a 28 de Junho.
- Neves, José Soares e Maria João Lima (2008), *Encontros Alcultur Almada 2007: Inquérito aos Participantes*, Lisboa, OAC.

- Neves, José Soares e Maria João Lima (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*, Lisboa, GEPE.
- Neves, José Soares e Maria João Lima (no prelo), *Encontros Alcultur Guimarães 2008: Inquérito aos Participantes*, Lisboa, OAC.
- Neves, José Soares, Maria João Lima e Vera Borges (2008), *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*, Lisboa, GEPE.
- Nóvoa, António (2005), *Histórias da Educação*, Porto e Lisboa, Asa Editores.
- Nunes, Henrique Barreto (1998[1996]), *Da Biblioteca ao Leitor. Estudos Sobre a Leitura Pública em Portugal*, Braga, AB.
- OECD e Statistics Canada (2000), *Literacy in the Information Age. Final Report of the International Adult Literacy Survey*, Paris/Ottawa, OECD e Statistics Canada, 205 pp.
- Oleiro, Margarida e Célia Heitor (2010), "20 anos de Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa", 10º Congresso Nacional de BAD, Guimarães, Abril.
- Oliveira, Luísa Tiago de (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta.
- Oliveira, Luísa Tiago de (2005), "Schools 'without walls' during the Portuguese Revolution: the student civic service (1974-77)", *Portuguese Journal of Social Science*, 4(3), pp. 145-168.
- Optem (2006), *The Europeans, Culture and Cultural Values, Qualitative study in 27 European Countries. Summary Report*, Gambais, Comissão Europeia, DG EAC, 82 pp., disponível em <http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc964_en.pdf>.
- Pais, José Machado (coord.), João Sedas Nunes, Maria Paula Duarte e Fernando Luís Mendes (1994), *Práticas Culturais dos Lisboetas*, Lisboa, ICS-UL.
- Pais, José Machado, Manuel Villaverde Cabral, (coords.), Pedro Moura Ferreira, Vítor Sérgio Ferreira e Rui Telmo Gomes (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante a Corpo: Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses*, Oeiras, Celta.
- Passeron, Jean-Claude (1995[1986]), *O Raciocínio Sociológico. O Espaço Não-Popperiano do Raciocínio Natural*, Petrópolis, Vozes.
- Peroni, Michel (1991), *Livre et Télévision. De L'Écrit a L'Écran*, Paris, BPI-Centre Georges Pompidou.
- Peroni, Michel (2003[1988]), *Historias de lectura: Trayectorias de vida y de lectura*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Peroni, Michel (2004), "La lectura como práctica social. Los equívocos de una evidencia", II Encuentro de Promotores de la Lectura, XVIII Feria Internacional del Libro de Guadalajara, México.
- Peterson, Richard A. e Gabriel Rossman (2007), "Changing Arts Audiences: Capitalizing on Omnivorousness" em Tepper, Steven J. e Bill Ivey (eds.), *Engaging Art. The Next Great Transformation of America's Cultural Life*, Oxon e Nova Iorque, Routledge, pp. 307-342.
- Peterson, Richard A. e Roger M. Kern (1996), "Changing highbrow taste: from snob to omnivore", *American Sociological Review*, 61(5), pp. 900-907.
- Petrakos, Michalis, Stavropoulos Photis, Nevena Lefterova e Vassilis Nikolaou (2005), *Evaluation of the questionnaire on cultural participation included in the Eurobarometer survey: Comparison of Results between National Surveys on Cultural Participation and Eurobarometer Survey*, Atenas, Eurostat e AGILIS, 51 pp.
- Pinto, José Madureira (1994), "Uma reflexão sobre políticas culturais" em AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril de 1993*, Lisboa, APS, pp. 767-792.
- Pinto, José Madureira (2004), "Para uma análise sócio-etnográfica da relação com as obras culturais" em AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 19-29.

- PNL (2007), *Relatório de Actividades 1º Ano (2006-2007)*, Lisboa, PNL, 44 pp.
- PNL (2008), *Relatório de Actividades 2º Ano*, Lisboa, PNL, 48 pp.
- PNL (2009), *Relatório de Actividades 3º Ano*, Lisboa, PNL, 107 pp.
- PNL (2010), *Relatório de Actividades 4º Ano*, Lisboa, PNL, 129 pp.
- Porto, João (2006), "O caso da venda em quiosque: O Público e a venda de produtos associados à sua marca" em AAVV, 2º Congresso de Editores. O Livro e o Futuro, Lisboa, UEP, pp. 46-47.
- Poulain, Martine (2004), "Entre preocupaciones sociales e investigación científica: el desarrollo de sociologías de la lectura en Francia en el siglo XX" em Lahire, Bernard (ed.), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Gedisa, pp. 17-57.
- Poulain, Martine (2007), "La promotion de la lecture et des bibliothèques en France: conquêtes et questions", II Encontro Oeiras a ler. A promoção da leitura nas bibliotecas públicas europeias, Oeiras, 24 e 25 de Maio.
- Pronovost, Gilles (1996a), *Médias et Pratiques Culturelles*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Pronovost, Gilles (1996b), *Sociologie du Temps*, Paris, Bruxelles, de Boeck & Larcier.
- Purhonen, Semi, Jukka Gronow e Keijo Rahkonen "Nordic democracy of taste? Cultural omnivorousness in musical and literary taste preferences in Finland", *Poetics*, 3(3), pp. 266-298.
- Ramos, Alice, Cícero Pereira e Rui Brites (2006), "O método comparativo no estudo dos valores" em Vala, Jorge e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa, ICS, pp. 379-407.
- Rebelo, José (coord.) (2008), *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*, Lisboa, ERC.
- Rees, Kees Van e Douglas Vipond (2003), "Advances in reading research: introduction", *Poetics*, 31(3-4), pp. 151-154.
- Rees, Kees Van e Jeroen Vermunt (1996), "Event history analysis of authors' reputation: effects of critics' attention on debutants' careers", *Poetics*, 23, pp. 317-333.
- Ricciardi, Giovanni (1971), *Sociologia da Literatura*, Mem Martins, Europa-América.
- Richard, Jean (2000), *The book sector and the state: relationships in change*, Conseil de l'Europe, 18 pp.
- Ricoeur, Paul (1985), *Temps et Récit, tomo III*, Paris, Seuil.
- Robine, Nicole (1980), "Pour une unification des champs de recherche sur la lecture du livre", *BBF*, 25(5), pp. 205-208.
- Robine, Nicole (2001a), "La construction de l'image de l'illettré à travers les enquêtes françaises sur la lecture: 1955-1999" em Poueyto, Jean-Luc, *Illettrismes et Cultures*, Paris, L'Harmattan, pp. 209-222.
- Robine, Nicole (2001b), "La crise de la culture écrite" em Poueyto, Jean-Luc, *Illettrismes et Cultures*, Paris, L'Harmattan, pp. 63-68.
- Rodrigues, Eduardo Alexandre (2007), "A biblioteca e os seus públicos: uma proposta interpretativa", CIES e-Working Paper nº 23/2007, ISCTE, Lisboa, 33 pp.
- Rodrigues, Maria de Lurdes e João Trocado da Mata (2003), "A utilização de computador e da internet pela população portuguesa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 161-178.
- Roldão, Cristina (2008), "Testando Modelos de Operacionalização. Uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes no quadro do European Social Survey – Round 2 (2004)", CIES e-Working Paper nº 55/2008, ISCTE, Lisboa, 32 pp.
- Rosa, Maria João Valente e Cláudia Vieira (2003), *A População Portuguesa no Século XX*, Lisboa, ICS.
- Rouet, François (1992), *Le Livre: Mutations d'une Industrie Culturelle*, Paris, La Documentation Française.

- Rouet, François (1995), "De la concurrence entre les pratiques d'emprunt et d'achat de livres: l'impossible simplicité" em Seibel, Bernadette (dir.), *Lire, Faire Lire. Des usages de l'écrit aux politiques de lecture*, Paris, Le Monde-Éditions, pp. 189-224.
- Salgado, José Antonio (dir.) (2000), *Informe SGAE Sobre Hábitos de Consumo Cultural*, Madrid, SGAE e Fundació Autor.
- Santos, Helena, Nelson Dona e Ana Cardoso (2006), *Práticas na Banda Desenhada: Os Visitantes do 16º Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora*, Porto, Afrontamento e Câmara Municipal da Amadora.
- Santos, Helena, Paula Abreu, Augusto Santos Silva, Felícia Luvumba, Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paulo Peixoto (1999), *Consumos culturais em cinco cidades: Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto*, Coimbra, Oficina do CES.
- Santos, Jorge Alves dos e José Soares Neves (2005), *Os Museus Municipais de Cascais*, Lisboa, OAC.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1988), "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)", *Análise Social*, 101-102, pp. 689-702.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992a), "A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX", *Análise Social*, XXVII (116-117), pp. 539-546.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992b), "O público-leitor e a apropriação do texto escrito" em Conde, Idalina (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura: compilação das comunicações apresentadas no colóquio realizado em 11 e 12 de Outubro de 1991*, Lisboa, ACARTE - Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1994), "Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura", *Análise Social*, XXIX (125-126), pp. 417-439.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2004), "Apresentação" em AAVV, *Públicos da Cultura: Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 7-16.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e Rui Telmo Gomes (2000), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), José Soares Neves, Maria João Lima e Margarida Carvalho (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa, GEPE.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), Maria João Lima e José Soares Neves (2005), *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*, Lisboa, OAC.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2001), *Diagnóstico de Avaliação da Produção de Informação sobre o Sector do Livro no Centro de Documentação Bibliográfica (CDB-APEL)*, Lisboa, OAC, 50 pp.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, Rui Telmo Gomes, José Soares Neves, Maria João Lima, Vanda Lourenço, Teresa Duarte Martinho e Jorge Alves dos Santos (2002), *Públicos do Porto 2001*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Susana e Gustavo Cardoso (2007), *Públicos de Média em Portugal*, Lisboa, Obercom, 37 pp.
- Sapiro, Gisèle (2005), *Politiques culturelles et réglementation des industries de la culture: bilan des travaux et perspectives de recherche*, Observatoire des Mutations des Industries Culturelles, Réseau International de Chercheurs en Sciences Sociales, 27 pp.
- Schroeder, Richard Uribe (dir), Diana Cifuentes, Juliana Barrero e Robert Max Steenkist (2008), *El Espacio Iberoamericano del Libro 2008*, Madrid, CERLALC, CBL e Fundación GIE, 260 pp.
- Schroeder, Richard Uribe (dir), Juliana Barrero Castellanos e Santiago Guerrero Cano (2006), *El Espacio Iberoamericano del Libro*, Madrid, Centro Regional para el fomento del libro en América Latina y el Caribe, Ministerio de Cultura de España - Dirección General del

- Libro, Archivos y Biblioteca, Federación de Gremios de Editores de España e Grupo Iberoamericano de Editores, 251 pp.
- Segré, Monique (2001), "Itinéraires de lecteurs: Note critique sur des études récentes en sociologie de la lecture", *Revue Française de Sociologie*, 42(1), pp. 149-164.
- Seibel, Bernadette (1995), "Trente ans de recherches sur la lecture en France, 1955-1995: quelques repères" em Seibel, Bernadette (dir.), *Lire, Faire Lire. Des usages de l'écrit aux politiques de lecture*, Paris, Le Monde-Éditions, pp. 15-27.
- Signorini, Anna (2003), *The images of the keen reader in european research*, Permanent European Reading Research 2003, Grinzane European Network.
- Silva, António José Lopes da (2006), *Os Diários Generalistas Portugueses em Papel e Online*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Augusto Santos (2002), *Dinâmicas Sociais do Nosso Tempo*, Porto, Editora da Universidade do Porto.
- Silva, Augusto Santos, Felícia Luvumba, Helena Santos e Paula Abreu (2000), *Públicos para a Cultura na Cidade do Porto*, Porto, Edições Afontamento, Câmara Municipal do Porto.
- Silva, Augusto Santos, Felícia Luvumba e Graça Bandeira (2002), "A arte de ser culto: A formação e as práticas dos consumidores regulares" em Fortuna, Carlos e Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento, pp. 163-210.
- Silva, José Mário, Rogério Casanova e Filipa Melo (2008), "Notas sobre um plano inclinado", *Ler*, Setembro, pp. 52-53.
- Skaliotis, Michail (2002), "Keys Figures on Cultural Participation in the European Union" em UIS, *Proceedings of the International Symposium on Cultural Statistics, Montreal, 21-23 October 2002, Montreal*, ISQ e UIS, pp. 465-483.
- Skok, Vladimir (coord.), Geneviève Gentil, Augustin Girard, Jean-Michel Guy e Carl-Johan Kleberg (1993), *Participation à la Vie Culturelle en Europe. Tendances, Stratégies et Défis*, Paris, CIRCLE/Conselho da Europa/MC-DEP.
- Southerton, Dale, Alan Warde, Shu-Li Cheng e Wendy Olsen (2007), "Trajectories of time spend reading as a primary activity: a comparison of the Netherlands, Norway, France, UK and USA since de 1970's." CRESC Working Paper n° 39, Universidade de Manchester, Manchester, 28 pp.
- Spadaro, Rosario (2002), *Eurobarometre 56.0. La Participation des Européens aux Activités Culturelles*, Bruxelas, EORG/INRA/ECO, 55 pp.
- Tavan, Chloé (2003), "Les pratiques culturelles: le rôle des habitudes prises dans l'enfance", *INSEE Première*, 883, 4 pp.
- Tengarrinha, José Manuel (1973), *A Novela e o Leitor Português. Estudo de Sociologia da Leitura*, Lisboa, Prelo.
- Tepper, Steven J. (2000), "Fiction reading in America: Explaining the gender gap", *Poetics*, 27(4), pp. 255-275.
- Toivonen, Timo (2006), *Happy Time. Three papers on international and national trends in leisure time*, Tampere, Elsa Print Tampere.
- UEP (2003), *O Comportamento dos Consumidores do Livro em Portugal*, Lisboa, UEP, 25 pp.
- UNESCO (2009), *The 2009 UNESCO Framework for Cultural Statistics (FCS)*, UNESCO, Paris, 93 pp.
- Van Dijk, Jan A. G. M. (2006), "Digital divide research, achievements and shortcomings", *Poetics*, 34, pp. 221-235.
- Veiga, Isabel (coord.), Cristina Barroso, José António Calixto, Teresa Calçada e Teresa Gaspar (1997), *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*, Lisboa, Ministério da Educação.
- Ventura, João (2002), *Bibliotecas e Esfera Pública*, Oeiras, Celta.

- Verboord, Marc e Kees Van Rees (2003), "Do changes in socialization lead do decline in reading level? How parents, literary education, and popular culture affect the level of books read", *Poetics*, 31, pp. 283-300.
- Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.
- Villarroya, Antonio Ariño (2010), "Cultura mediada, diversidade e estratificação social: para uma sociologia das práticas culturais em Espanha" em Santos, Maria de Lourdes Lima dos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191-215.
- Vogels, Christian (2004), "l'improbable et l'arlésienne. Les 'non-publics' de la poésie contemporaine" em Ancel, Pascale e Alain Pessin (dir.), *Les Non-Publics: Les Arts en Réceptions*, Paris, Budapeste e Torino, L'Harmattan, pp. 251-272.
- Wollcott Research Pty Ltd (2001), *Young Australians Reading: from keen to reluctant readers*, Melbourne, Australian Centre for Youth Literature, 46 pp.

ANEXOS

Anexo A

Cronologia de estudos quantitativos de âmbito nacional, específicos e outros, com relevância para a Sociologia da leitura (1983-2011)

Anexo A - Cronologia de estudos quantitativos de âmbito nacional, específicos e outros, com relevância para a Sociologia da leitura (1983-2011)

Ano do trabalho de terreno	Específicos sobre leitura, Portugal	Específicos, Portugal, segmento da população	Outros, Portugal, incluindo leitura de livros	Outros, transnacionais, incluindo Portugal e leitura de livros
1983	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1984	-	-	-	-
1985-1988	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado		* “Práticas culturais dos portugueses” (Gaspar, 1985-1988), encomenda tutela cultura DGAC, práticas culturais, por região mas não comparável	
1986	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado		* “Relatório da Comissão do Livro” (Moura, Cabral, Guedes e Furtado, 1986), recomendação de realização de inquérito (sociológico) aos hábitos de leitura	
1987	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1988	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado * <i>Hábitos de leitura em Portugal. Inquérito sociológico</i> , encomenda IPLL ao CIES/ISCTE (Freitas e Santos, 1992a)			
1989	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1990	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado * <i>O mercado do livro em Portugal</i> , encomenda IPLL à Fundação da Universidade de Lisboa através do Departamento de Geografia da FLUL (Gaspar, Cavaco, Fonseca, Duarte, Ferreira, Seixas e Barroso, 1992)	* <i>Os Jovens e a Leitura nas vésperas do Século XXI</i> (Magalhães e Alçada, 1993) (alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, professores do 1º Ciclo, professores da disciplina de Português do 2º e 3º Ciclos, directores de escolas, presidentes ou membros de		

Ano do trabalho de terreno	Específicos sobre leitura, Portugal	Específicos, Portugal, segmento da população	Outros, Portugal, incluindo leitura de livros	Outros, transnacionais, incluindo Portugal e leitura de livros
		conselhos directivos, responsáveis por bibliotecas escolares e pais ou encarregados de educação dos alunos inquiridos) (1990-1992)		
1991	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado	* <i>Os Jovens e a Leitura</i> , promovido por Marktest e Círculo de Leitores com comentário de Eduardo de Freitas (S/Autor, 1991) (jovens 15-25 anos)		
1992	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1993	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1994	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado		* <i>A Literacia em Portugal</i> , (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996), FCG, literacia	
1995	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado * <i>Hábitos de leitura. Um Inquérito à População Portuguesa</i> , encomenda do IBL ao CIES/ISCTE (Freitas, Casanova e Alves, 1997)			
1996	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1997	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
1998				* <i>Literacy in the Information Age</i> (OECD e Statistics Canada, 2000), literacia, IALS, incluídos de 20 países (25-64 anos)
1999	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen /		* <i>Inquérito à Ocupação do Tempo 1999</i> , INE, (Lopes,	

Ano do trabalho de terreno	Específicos sobre leitura, Portugal	Específicos, Portugal, segmento da população	Outros, Portugal, incluindo leitura de livros	Outros, transnacionais, incluindo Portugal e leitura de livros
	Quantum Estudos de Mercado		Coelho, Neves, Gomes, Perista e Guerreiro, 2001), nacional, práticas culturais, ocupação do tempo	
2000	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado		* <i>Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo. Resultados de um inquérito aos jovens portugueses</i> , (Pais, Cabral, Ferreira, Ferreira e Gomes, 2003), tutela da juventude, práticas culturais (15-29 anos)	
2001	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			* <i>Participação dos europeus nas actividades culturais</i> (Eurobarómetro 56.0, 2001), 14 Estados Membros complementado com (Eurobarómetro 2003.1, 2003)
2002	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
2003	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado * <i>O Comportamento dos Consumidores do Livro em Portugal</i> , encomenda da UEP à Markttest (maiores de 18 anos)			(Eurobarómetro 2003.1, 2003) 12 Novos Estados Membros e Turquia, práticas culturais
2004	* <i>Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros</i> , encomenda da APEL à ACNielsen / Quantum Estudos de Mercado			
2005	* <i>Hábitos de Leitura</i> , encomenda da APEL à empresa Multidados, Consultoria e Tratamento Estatístico de Dados			
2006	* <i>A Leitura em Portugal</i> , encomenda do PNL ao OAC/CIES/ISCTE, trabalho de terreno 2006/2007 (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007)			
2007		* <i>Os Estudantes e a Leitura</i> , encomenda PNL ao CEPCEP/UC, trabalho de terreno	* <i>Inquérito à Educação e Formação de Adultos</i> (INE, 2009a), educação de adultos, práticas culturais, (18-65 anos)	* <i>Participação em actividades culturais</i> (Eurobarómetro 278, 2007), práticas culturais

Ano do trabalho de terreno	Específicos sobre leitura, Portugal	Específicos, Portugal, segmento da população	Outros, Portugal, incluindo leitura de livros	Outros, transnacionais, incluindo Portugal e leitura de livros
		2006/2007 (Lages, Liz, António e Correia, 2007), leitura, estudantes do ensino básico e secundário		* Pocketbook a partir de <i>Inquérito à Educação e Formação de Adultos</i> , educação de adultos, participação cultural, (25-64 anos) (Beck-Domzalska, 2011)
[...]				
2011	* Previsto novo estudo promovido pelo PNL sobre a leitura em Portugal			

Nota: a referência às obras segue o modelo Título, Promotor, Executor, Data do relatório final ou publicação.

Fonte: elaboração própria.

Anexo B

Questionário do inquérito A Leitura em Portugal

Bom dia/boa tarde/boa noite. Chamo-me _____ sou entrevistador (a) da INTERCAMPUS, um instituto de estudos de mercado e opinião e estou a fazer um inquérito sobre “A leitura em Portugal” a realizar pelo Observatório das Actividades Culturais para o Ministério da Educação. Gostaria de fazer algumas perguntas sobre este assunto à pessoa desta casa, que, sabendo ler e escrever, tenha 15 ou mais anos e tenha sido a última a fazer anos.

Peço-lhe o favor de responder com toda a verdade às perguntas que lhe vou fazer, na certeza de que tudo o que me disser é confidencial. O inquérito é anónimo e as suas respostas serão utilizadas apenas para fins estatísticos.

A. LEITURA EM PORTUGAL

MÓDULO GERAL

A. ANTECEDENTES DA PRÁTICA DE LEITURA

A.1. Socialização primária para a leitura

Q.1 Com que idade começou a aprender a ler? _____ **99**

Ns/Nr

(Se aprendeu a ler depois dos 14 anos ⇒ saltar para Q.6)

Q.2 Quando era criança... Mostrar Cartão 1

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr
1. Via os seus pais ou familiares a ler	1	2	3	4	9
2. Os seus pais ou familiares costumavam ler para si	1	2	3	4	9
3. Os seus pais ou familiares costumavam dar-lhe livros ilustrados	1	2	3	4	9
4. Costumava trocar livros com outras crianças (da família / amigos / colegas)	1	2	3	4	9

Q.3 Quando era criança, alguém o incentivou a ler?

Sim 1

Não 2

Ns/Nr 9

} ⇒ (saltar para Q.6)

Q.4 (só para os que foram incentivados por alguém a ler) Quem o(a) incentivou a ler? (Resposta múltipla)

Pai 1

Mãe 2

Outros familiares 3

Professores 4

Amigos 5

Outra (s) pessoa (s)

Qual a sua relação com essa (s) pessoa (s)? _____

Q.5 (só para os que foram incentivados por alguém a ler) **De que modo (s) o (a) incentivaram?**
Mostrar Cartão 2

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Lendo-lhe livros	1	2	9
2. Falando-lhe de livros e de leituras	1	2	9
3. Pedindo-lhe para ler em voz alta	1	2	9
4. Oferecendo-lhe livros	1	2	9
5. Levando-o(a) a bibliotecas	1	2	9
6. Levando-o(a) a livrarias	1	2	9

Q.5_1 Outros incentivos, Quais? _____

(Todos)

Q.6 (para todos) **Em casa dos seus pais ou familiares havia/há muitos, alguns, poucos ou nenhum livro? (Resposta única)**

- Muitos 1
- Alguns 2
- Poucos 3
- Nenhum 7
- Ns/Nr 9

A.2. Gosto pela leitura na infância

Q.7 **Em criança gostava de ler, ou não?**

- Sim, gostava 1
- Não, não gostava 2 ⇒ (saltar para Q.12)

Q.8 (só para os que gostavam de ler) **Por que é que gostava de ler? Mostrar Cartão 3**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Porque era um divertimento	1	2	9
2. Porque era incentivado(a) pela escola	1	2	9
3. Por curiosidade	1	2	9
4. Pela atracção por certos tipos de histórias	1	2	9
5. Porque era incentivado(a) pela família	1	2	9
6. Porque gostava de aprender	1	2	9

Q.8_1 Outras Razões, Quais? _____

Q.9 (só para os que gostavam de ler) **Indique um livro que lhe tenha sido particularmente importante para o despertar do seu gosto pela leitura. (pedir Autor e Título ou série/colecção)**

Q.9_1 Autor _____

Q.9_2 Título _____

Q.9_3 Série / Colecção _____

Nenhum 997 ⇒ (saltar para Q.11)

Ns/Nr 999 ⇒ (saltar para Q.11)

Q.10 (só para os que gostavam de ler) **E leu esse livro com que idade?**

_____ **99** Ns/Nr

Q.11 (só para os que gostavam de ler) **Hoje em dia continua a gostar de ler ou deixou de gostar de ler?**

Continua a gostar 1 ⇒ **Q.11_1**

Deixou de gostar de ler 2 ⇒ **Q.11_2**

Q.11_1 E qual/quais a (s) razão (ões)?

Q.11_2 E qual/quais a (s) razão (ões)?

ENTREVISTADOR → Saltar para Q.14

Q.12 (só para os que não gostavam de ler, Q.7 igual a Dígito 2) **E por que é que não gostava de ler? Mostrar Cartão 4**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Porque gostava mais de brincar	1	2	9
2. Por falta de incentivo da escola	1	2	9
3. Por achar aborrecido	1	2	9
4. Por falta de incentivo familiar	1	2	9
5. Por ter começado a trabalhar cedo	1	2	9
6. Porque tinha dificuldade em compreender os livros	1	2	9

Q.12_1 Outras Razões, Quais? _____

Q.13 (só para os que não gostavam de ler) **Hoje em dia continua a não gostar de ler ou passou a gostar de ler?**

Continua a não gostar de ler 1 ⇒ **Q.13_1**

Passou a gostar de ler 2 ⇒ **Q.13_2**

Q.13_1 E qual/quais a (s) razão (ões)?

Q.13_2 E qual/quais a (s) razão (ões)?

B. PRÁTICA DE LEITURA DO INQUIRIDO NA ACTUALIDADE

B.1. Suportes e frequência de leitura

(*todos*)

Q.14 Dos seguintes tipos de jornais, lê habitualmente algum ou alguns deles? (Resposta múltipla) **Mostrar Cartão 5**

Generalistas/informação – diários	1
Generalistas/informação – semanários	2
Económicos	3
Desportivos	4
Culturais	5
Regionais/locais	6
Jornais de distribuição gratuita	7
Outro tipo de jornais, Qual/Quais? _____	
Não lê jornais	97 ⇒ <i>Saltar para Q.17</i>

Q.15 (*só para os que lêem jornais*) **E que secção (ões) costuma habitualmente ler nos jornais?** (Resposta múltipla) **Mostrar Cartão 6**

Anúncios/classificados	1
Artigos de opinião	2
Programação de cinema, espectáculos, concertos, exposições, televisão e rádio	3
Arte e cultura	4
Editorial	5
Entrevistas	6
Jogos/tiras de banda desenhada	7
Informática e novas tecnologias	8
Desporto	9
Economia	10
Religião	11
Política	12
Astrologia/biorrítmo	13
Problemas sociais	14
Publicidade	15
Tempo (meteorologia)	16
Vida social (festas privadas, vida de personalidades, etc.)	17
Outras secções de jornais, Qual/Quais? _____	
Ns/Nr	99

Q.16 (só para os que lêem jornais) **Lê ou assina algum jornal regional/local, nacional, ou estrangeiro, em papel ou on-line? (resposta múltipla)**

	Q.16_1 Suporte Papel			Q.16_2 On-Line		
	Lê	Assina	Não lê nem assina	Lê	Assina	Não lê nem assina
1. Jornal regional/local	1	2	7	1	2	7
2. Jornal nacional	1	2	7	1	2	7
3. Jornal estrangeiro	1	2	7	1	2	7

Todos

Q.17 (para todos) **Dos seguintes tipos de revistas, lê habitualmente alguma (s) delas? (Resposta múltipla) Mostrar Cartão 7**

Banda desenhada	1
Científicas ou técnicas	2
Cultura, arte, literatura ou fotografia	3
Desporto, automóveis ou motos	4
Eróticas	5
Femininas	6
Informação geral	7
Informação económica/gestão	8
Informação televisiva	9
Informática	10
Jovens	11
Lazer/espectáculos (música, cinema)	12
Masculinas	13
Moda/decoração/culinária	14
Música/som	15
Natureza/animais/viagens	16
Vida social	17
Vídeo/cinema/fotografia	18
Revistas incluídas nos jornais	19
Outros tipos de revistas, Qual/Quais? _____	
Não lê revistas	97 ⇒ <i>Saltar para Q.20</i>

Q.18 (só para os que lêem revistas) **E com que frequência lê revistas? (Resposta única) – Mostrar Cartão 8**

Pelo menos uma vez por semana	1
Menos de 1 vez por semana	2
Raramente	3
Ns/Nr	9

Q.19 (só para os que lêem revistas) **Lê ou assina alguma revista nacional ou estrangeira, em papel ou on-line? (resposta múltipla)**

	Q.19_1 Suporte Papel			Q.19_2 On-Line		
	Lê	Assina	Não lê nem assina	Lê	Assina	Não lê nem assina
1. Revista nacional	1	2	7	1	2	7
2. Revista estrangeira	1	2	7	1	2	7

Todos

Q.20 (para todos) **De entre os seguintes géneros de livros da lista que lhe vou mostrar, quais os três géneros que lê mais frequentemente? (Máximo 3 respostas) – Mostrar Cartão 9**

Banda desenhada	1
Enciclopédias/dicionários	2
Ensaio políticos, filosóficos ou religiosos	3
Livros científicos e técnicos	4
Livros de arte/fotografia	5
Livros de culinária / decoração / jardinagem / bricolagem	6
Livros de poesia	7
Livros de viagens / explorações / reportagens	8
Livros escolares	9
Livros infantis/juvenis	10
Policiais / espionagem / ficção científica	11
Romances de amor	12
Romances de grandes autores contemporâneos	13
Romances históricos	14
Não lê livros	97

ENTREVISTADOR:

Se **Q.20** “Não lê livros” (**Código 97**) e Afirmou ler Jornais na **Q.14** (**Códigos 1 a 7 ou Outros**) ou Lê Revistas na **Q.17** (**Códigos 1 a 19 ou Outros**) => **Saltar para Q.27**

Se **Q.20** “Não lê livros” (**Código 97**) e Afirmou não ler Jornais na **Q.14** (**Código 97**) nem Revistas na **Q.17** (**Código 97**) => **Saltar para Q.26**

Q.21 (só para os que lêem livros) Indique com que frequência costuma... **Mostrar Cartão 10**

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr
1. Ler livros de autores portugueses	1	2	3	7	9
2. Ler livros de autores estrangeiros traduzidos para a língua portuguesa	1	2	3	7	9
3. Ler livros de autores estrangeiros em língua estrangeira	1	2	3	7	9

Q.22 (só para os que lêem livros) Quantos livros leu aproximadamente durante os últimos 12 meses, e por que razões? **Mostrar Cartão 11**

	1-3 Livros	4-7 Livros	8-12 Livros	13 Livros ou mais	Nenhum	Ns / Nr
1. Por razões profissionais	1	2	3	4	7	9
2. Por razões educativas (leitura obrigatória)	1	2	3	4	7	9
3. Por razões educativas (leitura não obrigatória)	1	2	3	4	7	9
4. Por outras razões sem ser para a escola/trabalho	1	2	3	4	7	9

Q.23 (só para os que lêem livros) Quantos livros lê normalmente durante um ano? **Mostrar Cartão 12**

1 Livro	1
2 a 5 livros	2
6 a 10 livros	3
11 a 20 livros	4
Mais de 20 livros	5
Ns/Nr	9

Q.24 (só para os que lêem livros) Há quanto tempo leu o último livro sem ser escolar ou profissional? (Resposta única) **Mostrar Cartão 13**

Há menos de 1 mês	1
Há cerca de 1 mês	2
Há 2/3 meses	3
Há cerca de 6 meses	4
Há cerca de 1 ano	5
Há mais de 1 ano	6
Só lê livros de estudo ou profissionais	7

Q.25 (*só para os que lêem livros*) **Quais os 3 factores a que atribui mais importância na escolha ou selecção dos livros que lê, fora das necessidades escolares ou profissionais? (Máximo 3 respostas) Mostrar Cartão 14**

Indicação de amigos	1
Indicação de familiares	2
Indicação de colegas	3
Críticas lidas	4
Programas literários na televisão.....	5
Consulta de catálogos	6
Publicidade	7
Gosto pessoal	8
Indicação do livreiro/vendedor	9
Prémios atribuídos à obra ou ao autor	10
Agrado pela capa, título ou índice	11
Nome do autor.....	12
Outro (s) factor (es), Qual/quais? _____	
Ns / Nr	99

Q.26 (*só para os que não lêem nem jornais, nem revistas, nem livros*) **Disse que sabe ler, mas que não tem por prática ler livros, jornais ou revistas. Da lista que lhe vou mostrar a seguir, diga-me por favor o que lê no seu dia-a-dia? Mostrar Cartão 15**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Cartas ou recados	1	2	9
2. Mensagens de telemóvel (SMS)	1	2	9
3. Conteúdos na Internet, programas de conversação e de troca de mensagens electrónicas (e-mail)	1	2	9
4. Legendas da televisão / dos filmes	1	2	9
5. Receitas de cozinha	1	2	9
6. Publicidade/anúncios	1	2	9
7. Contas/recibos	1	2	9
8. Formulários / documentos	1	2	9
9. Marcas e preços de produtos	1	2	9
10. Instruções de aparelhos	1	2	9
11. Indicações de caixas e folhetos de medicamentos	1	2	9
12. Indicações das embalagens de alimentos ou outros produtos de consumo corrente	1	2	9

Saltar para Q.28

B.2. Locais de Leitura

Q.27 (para os que lêem livros, jornais ou revistas) Onde costuma ler habitualmente livros, jornais e revistas? **Mostrar Catão 16**

	Q.27_1 Livros	Q.27_2 Jornais	Q.27_3 Revistas
1. Em casa	1	1	1
2. Nos transportes públicos	2	2	2
3. No local de emprego / trabalho	3	3	3
4. No café ou restaurante	4	4	4
5. Em bibliotecas, mediatecas ou arquivos	5	5	5
6. Em casa de amigos/colegas	6	6	6
7. Em casa de familiares	7	7	7
8. Na escola	8	8	8
Noutro local, Qual?			
Noutro local, Qual?			
Noutro local, Qual?			
Noutro local, Qual?			
Noutro local, Qual?			
Noutro local, Qual?			
97. Não lê	97	97	97
99. Ns/Nr	99	99	99

Todos

Q.28 (para todos) Dos seguintes géneros de bibliotecas, costuma frequentar alguma (s) delas? (Resposta múltipla) **Mostrar Cartão 17**

- | | | |
|----------------------------|---|---|
| Nacional | 1 | |
| Municipal | 2 | => Faz Q.28_1 |
| Paroquial | 3 | |
| Itinerante | 4 | |
| Escolar | 5 | => Faz Q.28_2 |
| Universitária | 6 | |
| De empresa | 7 | |
| De colectividade | 8 | |
| Não vai a bibliotecas..... | 9 | => faz Q.29
(restantes saltam para Q.30) |

Q.28_1 (só para os que frequentam Bibliotecas Municipais) **Que tipo de secções procura nas bibliotecas municipais e com que frequência o faz? Mostrar Cartão 18**

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Ns/Nr
1. Pesquisa bibliográfica	1	2	3	7	9
2. Leitura geral	1	2	3	7	9
3. Secção de periódicos (jornais e revistas)	1	2	3	7	9
4. Sala de estudo	1	2	3	7	9
5. Multimédia - Música	1	2	3	7	9
6. Multimédia - Filmes	1	2	3	7	9
7. Multimédia - Acesso à Internet	1	2	3	7	9
8. Secção Infantil /Juvenil	1	2	3	7	9
9. Serviço de empréstimo domiciliário	1	2	3	7	9

Se **Q.28**, "Escolar" (código 5) => segue para **Q.28_2**
Caso contrário => salta para **Q.30**

Q.28_2 (para os que frequentam bibliotecas escolares) **Que tipo de secções procura nas bibliotecas escolares e com que frequência o faz? Mostrar Cartão 19**

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Ns/Nr
1. Pesquisa bibliográfica	1	2	3	7	9
2. Leitura geral	1	2	3	7	9
3. Secção de periódicos (jornais e revistas)	1	2	3	7	9
4. Sala de estudo	1	2	3	7	9
5. Multimédia - Música	1	2	3	7	9
6. Multimédia - Filmes	1	2	3	7	9
7. Multimédia - Acesso à Internet	1	2	3	7	9
8. Secção Infantil /Juvenil	1	2	3	7	9
9. Serviço de empréstimo domiciliário	1	2	3	7	9

ENTREVISTADOR: Seguir para Q.30

Q.29 (para os que *não* vão a bibliotecas) **Quais os principais motivos para não frequentar bibliotecas? (Resposta múltipla) Mostrar Cartão 20**

- Não conhece nenhuma 1
- Não há nenhuma por perto 2
- Prefere comprar e ler os seus livros 3
- O horário da (s) biblioteca (s) não lhe é conveniente 4
- Porque se sente pouco à vontade em bibliotecas..... 5
- Não gosta de frequentar bibliotecas 6
- Outros motivos, Quais? _____

ENTREVISTADOR: Seguir para Q.30

B.3. Utilização das TIC

Todos

Q.30 **Com que frequência usa o computador? (Resposta única) Mostrar Cartão 21**

- Diariamente ou quase 1
 - Pelo menos uma vez por semana 2
 - Raramente 3
 - Não sabe utilizar 4
 - Não tem acesso a computador 5
 - Não tem necessidade de usar o computador...6
- } **Saltar para a Q.32**

Q.31 (para os que usam o computador diariamente, uma vez por semana ou raramente) **Em que situação (ões) costuma utilizar a Internet? (Resposta múltipla) Mostrar Cartão 22**

- Situação de lazer 1
- Situação de estudo 2
- Situação profissional..... 3
- Não tem acesso à Internet 9 => **Passar à Q.32**

Q.31_1 (Para os que utilizam a Internet) **A partir de que locais e com que frequência costuma utilizar a Internet? Mostrar Cartão 23**

	Diariamente ou quase	Pelo menos uma vez por semana	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. A partir de casa	1	2	3	7	9
2. A partir da escola /universidade	1	2	3	7	9
3. A partir do trabalho / emprego	1	2	3	7	9
4. A partir de outros locais	1	2	3	7	9

Q.31_2 (Para os que utilizam a Internet) E para que usos costuma utilizar a Internet?
Mostrar Cartão 24

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Para fazer compras	1	2	9
2. Para ver publicidade	1	2	9
3. Para ler livros de estudo/ profissionais	1	2	9
4. Para ler livros de ficção	1	2	9
5. Para fazer novos amigos ou namorados	1	2	9
6. Para comunicar com familiares, amigos ou conhecidos (programas de conversação, correio electrónico, etc.)	1	2	9
7. Para procurar indicações úteis	1	2	9
8. Para fazer <i>downloads</i> (musica, filmes, etc.)	1	2	9

Q.31_2.1 – Outros usos, Quais? _____

C. POSSE E COMPRA DE LIVROS

C.1. Volume e género de livros que o inquirido possui/existem em casa

Todos

Q.32 Tem livros em casa?

Sim 1
 Não 2 ⇒ *Saltar para Q.37*

Q.33 (*apenas para os que têm livros em casa*) Os livros que tem em casa são sobretudo livros de estudo ou profissionais, livros de lazer, ou tanto de uns como de outros? (Resposta única)

Sobretudo livros de estudo ou profissionais 1
 Sobretudo livros de lazer 2
 Tanto de uns como de outros 3
 Ns/Nr 9

Q.34 (apenas para os que têm livros em casa) De entre os seguintes géneros de livros da lista que lhe vou mostrar, quais os que tem em casa? (Resposta múltipla) Mostrar Cartão 25

Q.35 (apenas para os que têm livros em casa) E quais os três géneros que possui em maior quantidade? (máximo 3 respostas) Mostrar Cartão 26

	Q.34 ... tem em casa	Q.35 ... possui em maior quantidade
Banda desenhada	1	1
Enciclopédias/dicionários	2	2
Ensaios políticos, filosóficos ou religiosos	3	3
Livros científicos e técnicos	4	4
Livros de arte/fotografia	5	5
Livros de culinária / decoração / jardinagem / bricolagem	6	6
Livros de poesia	7	7
Livros de viagens / explorações / reportagens	8	8
Livros escolares	9	9
Livros infantis/juvenis	10	10
Policiais / espionagem / ficção científica	11	11
Romances de amor	12	12
Romances de grandes autores contemporâneos	13	13
Romances históricos	14	14
Ns/Nr	99	99

Q.36 (apenas para os que têm livros em casa) Quantos livros existem aproximadamente na sua casa, sem contar com os livros escolares? (Resposta única)

- Até 20 livros 1
- De 21 a cerca de 50 livros 2
- De 51 a cerca de 100 livros 3
- De 101 a cerca de 500 livros 4
- De 501 a cerca de 1000 livros5
- Mais de 1000 livros 6
- Ns/Nr 9

C.2. Frequência e locais de aquisição

Todos

Q.37 No último ano, quantos livros comprou, aproximadamente, sem serem escolares ou profissionais? (Resposta única) Mostrar Cartão 27

- 1 a 5 1
 - 6 a 10 2
 - 11 a 15 3
 - 16 a 20 4
 - 21 a 30 5
 - Mais de 30 6
 - Nenhum 7
 - Ns/Nr 9
- } **Saltar para Q.42**

Q.38 (para os que compraram livros no último ano) Com que frequência compra livros sem serem escolares ou profissionais nos seguintes locais? Mostrar Cartão 28

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Livrarias em centros comerciais	1	2	3	7	9
2. Outras livrarias	1	2	3	7	9
3. Quiosque/tabacaria	1	2	3	7	9
4. Super/hipermercado	1	2	3	7	9
5. Feiras do livro	1	2	3	7	9
6. Alfarrabista/livros em segunda mão	1	2	3	7	9
7. Através de algum clube do livro	1	2	3	7	9
8. Por encomenda postal/correspondência	1	2	3	7	9
Outro lugar, Qual? (Especificar)	1	2	3	7	9
Outro lugar, Qual? (Especificar)	1	2	3	7	9
Outro lugar, Qual? (Especificar)	1	2	3	7	9
Outro lugar, Qual? (Especificar)	1	2	3	7	9

ENTREVISTADOR VERIFICAR Q.38

Se “NUNCA” compra livros em Livrarias (Código 1 e/ou 2 assinalados com código 7) => Faz Q.39
Caso contrário, segue para Q.40

Q.39 (para os que compraram livros no último ano mas NUNCA em livrarias) Porque motivo (s) não costuma comprar livros sem serem escolares ou profissionais em livrarias? (Máximo 3 respostas) Mostrar cartão 29

- Não conhece nenhuma 1
 - Não há nenhuma perto 2
 - Lê pouco e não vale a pena 3
 - Nas livrarias os livros são mais caros 4
 - Não gosta de entrar em livrarias 5
 - Prefere comprar noutros locais 6
 - Ns/Nr 9
- (segue para Q.40)

Q.40 (para os que compraram livros no último ano) Com que frequência costuma comprar livros de qualquer género em sites portugueses ou estrangeiros de venda de livros pela Internet? **Mostrar Cartão 30**

	Muitas Vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Sites portugueses de venda de livros pela Internet	1	2	3	7	9
2. Sites estrangeiros de venda de livros pela Internet	1	2	3	7	9

Se “Nunca” compra livros em sites portugueses (opção 1 código 7) nem em sites estrangeiros (opção 2 código 7) => **Salta para Q.41**

Caso contrário, segue para **Q.40_1**

Q.40_1 (Só para os que compram livros através de sites na Internet) **Se compra livros de qualquer género através da Internet, qual ou quais o (s) principal (ais) motivos porque o faz?**
(Máximo 3 respostas) **Mostrar Cartão 31**

- Não é necessária a deslocação ao ponto de venda 1
- Os livros são mais baratos 2
- É mais fácil escolher um livro 3
- É mais rápido encontrar o que se pretende4
- É mais fácil a aquisição no estrangeiro 5
- Há maior variedade 6
- Ns/Nr 9

Q.41 (para os que compraram livros no último ano) Com que frequência costuma comprar livros para oferecer? (Resposta única)

- Muitas vezes 1
- Algumas vezes 2
- Raramente..... 3
- Nunca7
- Ns/Nr 9

Todos

Q.42 Com que frequência costuma utilizar os seguintes meios de acesso a livros, partes de livros, artigos, etc? **Mostrar Cartão 32**

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Pede livros emprestados	1	2	3	7	9
2. Requisita livros em bibliotecas	1	2	3	7	9
3. Faz fotocópias de livros profissionais ou escolares	1	2	3	7	9
4. Faz fotocópias de outros livros	1	2	3	7	9
5. Faz <i>download</i> dos respectivos ficheiros na Internet	1	2	3	7	9

D. PRÁTICAS CULTURAIS DO INQUIRIDO

D.1. Diferentes actividades e sua frequência

Todos

**Q.43 Indique com que frequência realiza actualmente cada uma das seguintes actividades...
Mostrar Cartão 33**

	Diariamente ou quase	Pelo menos 1 vez por semana	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Ver televisão	1	2	3	7	9
2. Ouvir rádio	1	2	3	7	9
3. Ouvir música gravada em mp3, CD's, LP's ou cassetes	1	2	3	7	9
4. Ver filmes em vídeo ou DVD	1	2	3	7	9
5. Ler livros (excluindo escolares ou profissionais)	1	2	3	7	9
6. Ler jornais	1	2	3	7	9
7. Jogar jogos electrónicos (consolas, telemóvel, computador)	1	2	3	7	9
8. Jogar outros jogos (cartas, xadrez, etc.)	1	2	3	7	9
9. Usar a Internet	1	2	3	7	9

**Q.44 Indique com que frequência realiza cada uma das seguintes actividades... Mostrar
Cartão 34**

	Diariamente ou quase	Pelo menos 1 vez por semana	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Ir ao café ou esplanada	1	2	3	7	9
2. Ir a centros comerciais	1	2	3	7	9
3. Passear em espaços ao ar livre (jardins, parques, etc.)	1	2	3	7	9
4. Encontrar-se com amigos	1	2	3	7	9
5. Frequentar associações recreativas locais	1	2	3	7	9

**Q.45 Indique com que frequência realiza actualmente cada uma das seguintes actividades...
Mostrar Cartão 35**

	Pelo menos 1 vez por mês	Pelo menos 1 vez por trimestre	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Ir ao teatro	1	2	3	7	9
2. Ir a espectáculos de dança	1	2	3	7	9
3. Ver exposições	1	2	3	7	9
4. Ir a bibliotecas	1	2	3	7	9
5. Ir a museus	1	2	3	7	9
6. Visitar monumentos, sítios arqueológicos	1	2	3	7	9
7. Ir a concertos de música erudita/clássica	1	2	3	7	9
8. Ir a concertos de música popular/moderna	1	2	3	7	9
9. Ir ao cinema	1	2	3	7	9
10. Assistir a eventos desportivos	1	2	3	7	9
11. Ir a festas populares	1	2	3	7	9
12. Ir a discotecas e/ou bares	1	2	3	7	9

Q.46 Costuma praticar alguma das seguintes actividades? Mostrar Cartão 36

	Sim, como profissional	Sim, como frequentador de curso/aulas	Sim, como ocupação de tempos livres	Não costuma
1. Actuar num grupo de teatro	1	2	3	7
2. Tocar um instrumento musical / cantar	1	2	3	7
3. Fazer ballet/ dança	1	2	3	7
4. Pintar/desenhar/esculpir	1	2	3	7
5. Escrever	1	2	3	7
6. Fazer fotografia	1	2	3	7
7. Fazer vídeo/cinema	1	2	3	7
8. Realizar uma actividade desportiva	1	2	3	7
9. Participar/manter um <i>blog</i> ou <i>chat-room</i> na Internet	1	2	3	7
10. Criar/manter um site na Internet	1	2	3	7

Q.47 Relativamente a cada tipo de organização que lhe vou indicar, diga por favor se é sócio, se participa ou se não é sócio nem participa nas respectivas actividades...

Mostrar Cartão 37

	Sim, é sócio	Sim, participa	Não é sócio nem participa	Ns / Nr
1. Associação cultural ou artística	1	2	3	9
2. Associação de estudantes	1	2	3	9
3. Associação recreativa	1	2	3	9
4. Associação regional (casa concelhia, etc.)	1	2	3	9
5. Associação socioprofissional ou sindical	1	2	3	9
6. Equipa ou grupo desportivo	1	2	3	9
7. Grupo de acção social e cívica (por ex., movimento ecológico, associação humanitária, etc.)	1	2	3	9
8. Organização ou grupo religioso	1	2	3	9
9. Partido político	1	2	3	9

Q.48 (para todos) Com que frequência costuma escrever para responder às seguintes necessidades... Mostrar Cartão 38

	Diariamente ou quase	Pelo menos 1 vez por semana	Raramente	Nunca	Ns / Nr
1. Necessidades profissionais	1	2	3	7	9
2. Necessidades de estudo	1	2	3	7	9
3. Necessidades práticas (escrever cartas, recados, formulários, etc.)	1	2	3	7	9
4. Necessidades de relações e de convívio com amigos, familiares e colegas (mensagens electrónicas, mensagens de telemóvel (SMS), etc.)	1	2	3	7	9

D.2. Preferências musicais e televisivas

Q.49 Quais os géneros de música que ouve habitualmente na rádio, em disco, CD, mp3 ou cassette? (Resposta múltipla) Mostrar Cartão 39

Música clássica/barroca/antiga	1
Jazz/blues	2
Música ligeira portuguesa	3
Música ligeira estrangeira	4
Fado	5
Pop/rock	6
Música electrónica	7
Música étnica / world music	8
Música tradicional portuguesa	9
Música brasileira	10
Outros géneros. Quais? _____	
Não ouve música	97
Ns/Nr	99

Q.50 Da lista de géneros de programa de televisão, quais são os três géneros de programas que vê mais frequentemente? (Máximo 3 respostas) Mostrar Cartão 40

Concursos	1
Debates/ entrevistas	2
Filmes	3
Informação / telejornais	4
Programas científicos ou educativos (ciência, natureza, história, etc.)	5
Programas de teatro, dança ou música	6
Programas desportivos	7
Programas religiosos	8
Programas sobre actualidade literária	9
Programas <i>social life / jet set</i>	10
Reality shows / Talk shows	11
Séries estrangeiras	12
Séries portuguesas	13
Telenovelas	14
Não costuma ver televisão/Não tem televisão em casa	97
Ns/Nr	99

Q.51 Ao longo de um dia normal, excluindo o período de férias, quanto tempo gasta aproximadamente a ... Mostrar Cartão 41

	Até ½ hora por dia	Entre ½ e 1 hora por dia	Entre 1 e 2 horas por dia	Entre 2 e 4 horas por dia	Mais de 4 horas por dia	Nenhum tempo	Ns / Nr
1. Ler	1	2	3	4	5	7	9
2. Ouvir música	1	2	3	4	5	7	9
3. Ver televisão	1	2	3	4	5	7	9
4. Utilizar a Internet	1	2	3	4	5	7	9

E. REPRESENTAÇÕES DO INQUIRIDO SOBRE A PRÁTICA DE LEITURA

E.1. Evolução da prática em geral – factores mobilizadores ou bloqueadores

Q.52 Na sua opinião, hoje lê-se mais, menos ou o mesmo do que há uma década atrás? (Resposta única)

Lê-se mais	1	⇒ Segue para Q.53
Lê-se menos	2	⇒ Saltar para Q.54
Lê-se o mesmo	3	} ⇒ Saltar para Q.55
Ns/Nr	9	

Q.53 (para os que consideram que se lê mais) **Por que é que acha que se lê mais? Mostrar Cartão 42**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Apresentação dos livros mais atraente	1	2	9
2. Maior divulgação dos livros e dos autores nos jornais, televisão e rádio	1	2	9
3. Mais bibliotecas e mais apelativas	1	2	9
4. Maior utilização das novas tecnologias	1	2	9
5. Maior número de pessoas com boa formação escolar	1	2	9
6. Há mais estímulos para a leitura por parte da escola	1	2	9
7. Há mais estímulos para a leitura por parte da família	1	2	9

⇒ Saltar para Q. 55

Q.54 (para os que consideram que se lê menos) **Por que é que acha que se lê menos? Mostrar Cartão 43**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Os livros são caros	1	2	9
2. Há mais distrações (televisão, vídeo, jogos, computador, etc.)	1	2	9
3. A vida escolar/profissional ocupa mais tempo	1	2	9
4. Maior presença do audiovisual	1	2	9
5. Falta de boa formação escolar	1	2	9
6. Não há estímulos para a leitura por parte da escola	1	2	9
7. Não há estímulos para a leitura por parte da família	1	2	9

E.2. Auto-avaliação da prática de leitura do inquirido

Todos

Q.55 **Ao longo da sua vida provavelmente tem vindo a ler umas vezes mais, outras vezes menos. A que circunstâncias associa o período em que leu mais e o período em que leu menos**

Q.55_1. Circunstâncias em que leu mais _____

Isso nunca lhe aconteceu. 97

Ns/Nr 99

Q.55_2. Circunstâncias em que leu menos _____

Isso nunca lhe aconteceu. 97

Ns/Nr 99

F.SITUAÇÃO QUANTO A FILHOS E EDUCANDOS

Todos

Q.56 Das seguintes situações, qual a que se adequa ao seu caso?

- Tem filho (s) e é Encarregado de Educação 1 ⇒ *segue para Q.57*
- Tem filho (s) mas não é Encarregado de Educação 2 ⇒ *segue para Q.57*
- Não tem filho (s) mas é Encarregado de Educação 3 ⇒ *salta para Q.59*
- Não tem filho (s) e não é Encarregado de Educação 4 ⇒ *salta para Q.71*

Q.57 (só para os que têm filhos) **Quantos filhos tem?**

Q.58 (só para os que têm filhos) **Algum dos seus filhos tem menos de 18 anos?**

- Sim 1 ⇒ *Saltar para Q.60*
- Não 2 ⇒ *Saltar para Q. 71*

Q.59 (só para encarregados de educação sem filhos) **Qual o grau de parentesco ou outra ligação do (s) seu (s) educando (s) para consigo?**

Grau de parentesco ou ligação _____

Q.60 **Quantos filhos e/ou educandos tem com menos de 18 anos?** _____

Q.60 **_1 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) Qual o sexo, idade e presente situação escolar de cada um dos seus filhos e/ou educandos com menos de 18 anos?**

Filho /Educando	Sexo		Idade	Situação escolar						Não está a frequentar qualquer grau de ensino
	M	F		Educação Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	
1	1	2		1	2	3	4	5	6	9
2	1	2		1	2	3	4	5	6	9
3	1	2		1	2	3	4	5	6	9
4	1	2		1	2	3	4	5	6	9
5	1	2		1	2	3	4	5	6	9
6	1	2		1	2	3	4	5	6	9
7	1	2		1	2	3	4	5	6	9

G. POSICIONAMENTO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA DOS FILHOS/EDUCANDOS

G.1. Estímulo à leitura e a outras práticas culturais

Q.61 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) Quanto à vida escolar do (s) seu (s) filho (s)/educando (s) com que frequência costuma ou costumava Mostrar Cartão 44

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr
1. Inteirar-se dos trabalhos realizados na escola	1	2	3	7	9
2. Ler os manuais escolares	1	2	3	7	9
3. Perguntar-lhes como estão a correr as aulas	1	2	3	7	9
4. Saber quais os trabalhos de casa a fazer / feitos	1	2	3	7	9
5. Apoiar a realização dos trabalhos escolares	1	2	3	7	9
6. Fazer-lhes perguntas sobre o que aprenderam	1	2	3	7	9

Q.62 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) Para estimular as práticas de leitura do (s) seu (s) filho (s) / educando (s) quando crianças, já tomou alguma (s) das seguintes iniciativas? Mostrar Cartão 45

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Iniciar o contacto com os livros através de 'livros-brinquedo'	1	2	9
2. Ler para eles antes de terem aprendido a fazê-lo	1	2	9
3. Levá-los a livrarias	1	2	9
4. Oferecer-lhes livros que acha adequados	1	2	9
5. Levá-los a bibliotecas/mediatecas	1	2	9
6. Aconselhá-los a que reservem tempo para ler	1	2	9
7. Conversar com eles sobre os livros que lêem	1	2	9
8. Participar em programas de estímulo à leitura promovidos pela escola	1	2	9
9. Participar em programas de estímulo à leitura promovidos por bibliotecas públicas	1	2	9

Q.63 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) **Já tomou alguma iniciativa no sentido de incentivar o (s) seu (s) filho (s) ou educando (s) a praticarem alguma (s) da (s) seguinte (s) actividade (s)?** **Mostrar Cartão 46**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Aprendizagem de línguas	1	2	9
2. Artes plásticas	1	2	9
3. Expressão musical	1	2	9
4. Expressão dramática	1	2	9
5. Dança e expressão corporal	1	2	9
6. Actividade física e desportiva	1	2	9
7. Estudo acompanhado / explicações	1	2	9
8. Visitas a museus ou exposições	1	2	9
9. Assistência a espectáculos, concertos, etc.	1	2	9
10. Ateliers pedagógicos / educativos	1	2	9
11. Ateliers artísticos	1	2	9

Q.64 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) **Costuma orientar as leituras do (s) seu (s) filho (s)/educando (s)?**

Sim1

Não 2 ⇒ **Saltar para Q.66**

Q.65 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação que costumam orientar as leituras dos seus filhos/educandos) **Porque motivos?** **Mostrar Cartão 47**

	Sim	Não	Ns/Nr
1. Para evitar que leiam livros que não são próprios para a idade deles	1	2	9
2. Para que adquiram uma boa cultura geral	1	2	9
3. Para que se familiarizem com bons autores	1	2	9
4. Para que ganhem boas bases de ortografia e gramática	1	2	9
5. Para que fiquem melhor preparados para a vida	1	2	9
6. Para que desenvolvam a imaginação e a criatividade	1	2	9
7. Para que desenvolvam a expressão escrita e oral	1	2	9
8. Para os ajudar a encontrar livros que os entusiasmem	1	2	9
9. Para que gostem de ler cada vez mais	1	2	9

Q.65_1 – Outro motivo. Qual? _____

H. POSICIONAMENTO SOBRE AS ACTIVIDADES DA ESCOLA

H.1. Importância atribuída às actividades de promoção da leitura

Q.66 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) Qual a sua opinião sobre o grau de importância das seguintes acções a promover pela escola no sentido de estimular a leitura do (s) seu (s) filho (s)/educando (s)? Mostrar Cartão 48

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada Importante	Ns/Nr
1. Promover actividades lúdicas à volta de livros e autores	1	2	3	4	9
2. Dedicar mais tempo lectivo à literatura	1	2	3	4	9
3. Promover sites na Internet sobre a leitura em geral	1	2	3	4	9
4. Promover clubes de leitura	1	2	3	4	9
5. Promover concursos, jogos e prémios sobre a leitura	1	2	3	4	9
6. Realizar feiras de livros	1	2	3	4	9
7. Incentivar o intercâmbio de livros entre alunos	1	2	3	4	9
8. Realizar iniciativas conjuntas com as bibliotecas públicas	1	2	3	4	9
9. Incentivar a leitura de livros adequados à idade dos alunos	1	2	3	4	9
10. Promover as actividades das bibliotecas escolares	1	2	3	4	9

ENTREVISTADOR VERIFICAR Q.56

Caso seja Encarregado de Educação ⇒ segue para Q.67

Caso não seja Encarregado de Educação ⇒ salta para Q.68

H.2. Comportamento enquanto Encarregado de Educação face à escola

Q.67 (só para encarregados de educação) O que faz e com que frequência enquanto Encarregado de Educação com a escola? Mostrar Cartão 49

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr
1. Fala com o director de turma	1	2	3	7	9
2. Fala com outros professores do (s) seu (s) filho (s)/educando (s)	1	2	3	7	9
3. Participa nas reuniões de pais	1	2	3	7	9
4. Inteira-se do regulamento interno da escola	1	2	3	7	9
5. Participa nas assembleias de escola	1	2	3	7	9
6. Participa em associações de pais	1	2	3	7	9

ENTREVISTADOR ⇒ Seguir para Q.68

I. POSICIONAMENTO SOBRE AS BIBLIOTECAS ESCOLARES E AS DA REDE DE LEITURA PÚBLICA

I.1. Avaliação da frequência das respectivas bibliotecas pelos filhos/educandos

Q.68 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) Com que frequência o (s) seu (s) filho (s)/educando (s) costuma (m) ir a cada um dos seguintes tipos de bibliotecas...
Mostrar Cartão 50

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	Ns/Nr
1. Biblioteca escolar	1	2	3	7	9
2. Biblioteca municipal	1	2	3	7	9
Outra. Qual?	1	2	3	7	9
Outra. Qual?	1	2	3	7	9
Outra. Qual?	1	2	3	7	9

ENTREVISTADOR

Se frequenta **MUITAS** ou **ALGUMAS** vezes ⇒ segue para Q.70

Se **NUNCA** frequenta um ou dois tipos de bibliotecas ⇒ saltar para Q.69

Se Ns/Nr para os dois tipos de bibliotecas ⇒ saltar para Q.71

Q.69 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação cujos filhos/educandos **NUNCA** frequentam bibliotecas) Porque razão ou razões acha que o (s) seu (s) filho (s)/educando (s) não frequentam as bibliotecas (Escolar e/ou Municipal)? Mostrar Cartão 51

	Q.69_1 Biblioteca Escolar			Q.69_2 Biblioteca Municipal		
	Sim	Não	Ns/Nr	Sim	Não	Ns/Nr
1. Inexistência de bibliotecas por perto	1	2	9	1	2	9
2. Tem outras maneiras de aceder a livros	1	2	9	1	2	9
3. Falta de tempo	1	2	9	1	2	9
4. Desinteresse	1	2	9	1	2	9
5. Prioridade a outras actividades	1	2	9	1	2	9
6. Falta de articulação entre actividades lectivas e a biblioteca	1	2	9	1	2	9
7. Falta de iniciativas atraentes por parte da biblioteca	1	2	9	1	2	9
8. Horários pouco flexíveis da biblioteca	1	2	9	1	2	9

Q.69_1.1 – Outra razão. Qual? _____

Q.69_2.1 – Outra razão. Qual? _____

I.2. Avaliação sobre estímulos para a leitura por parte das bibliotecas

Q.70 (para pais de filhos menores e/ou encarregados de educação) **As bibliotecas podem estimular a leitura do (s) seu (s) filho (s)/educando (s) de várias formas. Que importância dá a cada uma das seguintes formas? Mostrar Cartão 52**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Ns/Nr
1. Associar a leitura a outras actividades culturais (teatro, conto, etc.)	1	2	3	4	9
2. Ter uma selecção de livros adequada à idade	1	2	3	4	9
3. Promover actividades com escritores	1	2	3	4	9
4. Possibilitar o acesso a vários suportes multimédia (Internet, CD, etc)	1	2	3	4	9
5. Oferecer um ambiente atractivo	1	2	3	4	9
6. Possibilitar o empréstimo domiciliário de livros, CD's, vídeos, etc.	1	2	3	4	9
7. Dar apoio à realização dos trabalhos de casa	1	2	3	4	9
8. Oferecer condições para desenvolver projectos escolares	1	2	3	4	9
9. Satisfazer o interesse e a curiosidade pessoais	1	2	3	4	9

DADOS SOCIOGRÁFICOS

Q.71 (para todos) **Sexo (QUOTA)**

Feminino 1
Masculino 2

Q.72 (para todos) **Idade (QUOTA)**

|_____| |_____| Anos
(Registrar **idade exacta**)

15-17 Anos 1
18-24 2
25-34 3
35-44 4
45-54 5
55-64 6
65-74 7
75 ou mais anos... 8

Q.73 (para todos) **Estado civil (Resposta única)**

Solteiro 1 => (não responde a Q76.4, Q77.4 e Q78.4)
Casado 2
União de facto 3
Viúvo 4
Divorciado/ separado 5
Não responde..... 9

Q.74 (para todos) Vive sozinho ou com outras pessoas?

Sozinho 1 ⇒ Saltar para Q 76
 Com outra (s) pessoa (s) 2

Q.75 (para todos) Com quem vive? (Resposta múltipla)

Com o cônjuge / companheiro(a) / namorado(a) 1
 Com o (s) filho (s) 2
 Com pai / mãe 3
 Com outro (s) familiares 4
 Com outra (s) pessoa (s) não familiares 5
 Não responde 9

Q.76 (para todos) Qual o grau de escolaridade mais elevado que COMPLETOU (Inquirido, do pai, da mãe (e do cônjuge/companheiro)? QUOTA

	Q.76_1	Q.76_2	Q.76_3	Q.76_4
	Inquirido	Pai	Mãe	Cônjuge/ Companheiro
Não tem qualquer grau de ensino completo	1	1	1	1
Ensino básico - 1º ciclo (antiga 4ª classe)	2	2	2	2
Ensino básico - 2º ciclo (6º ano) (antigo ciclo preparatório)	3	3	3	3
Ensino básico - 3º ciclo (9º ano) (antigo 5º ano do liceu ou equivalente)	4	4	4	4
Ensino secundário (12º ano) (antigo 7º ano do liceu ou equivalente)	5	5	5	5
Ensino médio (antigo nível de ensino)	6	6	6	6
Ensino superior – bacharelato	7	7	7	7
Ensino superior – licenciatura	8	8	8	8
Ensino superior – pós-graduação, mestrado, doutoramento	9	9	9	9
N/S- N/R	99	99	99	99

Q.77 (para todos) Condição perante o trabalho do inquirido, do pai, da mãe (e do cônjuge/companheiro)

	Q.77_1	Q.77_2	Q.77_3	Q.77_4
	Inquirido	Pai	Mãe	Cônjuge/ Companheiro
Trabalhador por conta de outrem	1	1	1	1
Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço	2	2	2	2
Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço	3	3	3	3
Estudante	4	4	4	4
Desempregado	5	5	5	5
Doméstica	6	6	6	6
Reformado/Aposentado	7	7	7	7
Outra situação. Qual?	8	8	8	8
Não Responde	9	9	9	9

Q.78 (para todos) **Profissão do inquirido, do pai, da mãe (e do cônjuge/companheiro)**
Descreva precisamente a profissão respectiva evitando expressões como "função pública" ou "militar"...

Se for reformado, aposentado ou desempregado, indique a última profissão exercida

Q.78_1 Profissão do próprio _____

Q.78_2 Profissão do pai _____

Q.78_3 Profissão da mãe _____

Q.78_4 Profissão do cônjuge/companheiro _____

Q. 79 Região (QUOTA)

Norte Litoral 1
G. Porto..... 2
Interior 3
Centro Litoral..... 4
G. Lisboa 5
Alentejo 6
Algarve 7

Q. 80 Habitat (QUOTA)

Até 2 mil Habitantes 1
2 Mil a 9 999 mil Habitantes 2
10 Mil a 99 999 mil Habitantes 3
100 Mil e Mais Habitantes 4
Cidade Lisboa 5
Cidade Porto 6

DADOS

Nome do Entrevistado: _____

Morada: _____

Localidade: _____ **Contacto Telefónico/TLM** _____

Entrevistador: _____ **Nº** _____ / _____ **Data:** ____/____/2006

Supervisão: _____ **Data:** ____/____/2006

Fim do Questionário

Muito obrigado pela sua colaboração